

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Educação ambiental crítica nos processos de transição para agricultura de base  
agroecológica em Morro Redondo (RS)

SABRINA LORANDI

RIO GRANDE  
2022

SABRINA LORANDI

**Educação ambiental crítica nos processos de transição para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo (RS)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Educação Ambiental.

Linha de pesquisa:  
Educação Ambiental Não Formal (EANF)

Orientador:  
Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

RIO GRANDE

2022

### Ficha Catalográfica

L865e Lorandi, Sabrina.  
Educação Ambiental Crítica nos processos de transição para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo (RS) / Sabrina Lorandi. – 2022.  
258 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2022.

Orientador: Dr. Sérgio Botton Barcellos.

1. Educação Ambiental não Formal 2. Agricultura Orgânica  
3. Saber Ambiental 4. Organização de Controle Social I. Barcellos, Sérgio Botton II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

# Sabrina Lorandi

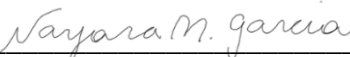
*“Educação ambiental crítica nos processos de transição para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo (RS)”*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



---

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos  
(PPGEA/FURG)



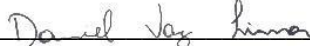
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Narjara Mendes Garcia  
(PPGEA/FURG)



---

Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto  
(PPGEXR/UFSM)



---

Prof. Dr. Daniel Vaz Lima  
(PPGANT /UFPEL)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Janaina Batista Machado  
(EFASUL)

Às famílias que compõem a OCS Renascer.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço, com todo meu coração, o apoio incondicional da minha família, minha mãe Eronita, minha irmã Jenifer e meu pai Remy. Sou grata especialmente a essas mulheres da minha vida, que me inspiram todos os dias a seguir caminhando, com força e resiliência. À minha mãe por acreditar nas minhas habilidades e seguir vibrando para que eu pudesse completar cada etapa. À minha irmã Jeni, pela nossa amizade que, mesmo à distância, sempre me trouxe acolhimento. Obrigada por me fazer enxergar que sempre há outro dia, e me ensinar que é preciso aceitar nossos ciclos, que a vida é esse eterno sobe desce e o que importa mesmo é o que aprendemos nesse percurso.

Obrigada às colegas e amigas Elis, Fabi, Gis e Jacque por termos construído nossa rede de apoio virtual através do grupo de escrita, o que tornou essa caminhada menos solitária. Nossas conversas trouxeram concretude para o fazer da pesquisa e sou grata por termos dedicado esse tempo a nós. Vocês foram meu porto seguro em meio as dificuldades enfrentadas nesse percurso do mestrado. Não sei o que seria de mim, se não tivesse encontrado vocês. Esse trabalho é nosso.

Agradeço à Ana e a Cacá, por termos construído um lar durante este período do mestrado e por termos sobrevivido a pandemia juntas. Sou grata pela nossa parceria, as inúmeras jantinhas e as palavras de carinho que trouxeram alento durante este período.

Agradeço a equipe do “Insetos e daí?”, por manterem vivo esse projeto lindo, e por me permitirem participar das atividades sempre que possível. Através desse trabalho eu pude manter a extensão universitária na minha vida. Um agradecimento especial ao Cris, pela nossa amizade que me trouxe acolhimento nessa nova etapa. Obrigada por se permitir aprender comigo uma nova área do conhecimento.

Agradeço ao meu orientador Sérgio por todo apoio e auxílio na construção da pesquisa e na elaboração dos textos. Mesmo à distância conseguimos manter nossa parceria. Obrigada por respeitar o tempo dos meus processos, por compreender minhas dificuldades e pela dedicação que me foi dada.

Obrigada à Adriane por ter acolhido a proposta da pesquisa e por ter facilitado os processos de coleta de dados. Agradeço tua hospitalidade, as conversas sobre a vida e por ter me permitido conhecer o trabalho da extensão rural feito com amor.

Agradeço especialmente à Das Dores, Maria Helena, Zelo, Djanira, Márcio, Flávio e Sidinei por terem aceito participar da pesquisa, por terem me recebido em suas casas com carinho e acolhimento. Agradeço por permitirem ouvir suas histórias e acompanhar os seus processos. Conhecer vocês trouxe vida a essa pesquisa e, para além da experiência acadêmica, me permitiu refletir sobre a realidade do campo, sobre a dureza da vida e, ao mesmo tempo, pude acompanhar de perto que é possível construir a nossa própria realidade com dedicação e afeto.

Sou grata pela experiência e aprendizagens que construí junto aos colegas e professoras (es) do PPGEA, especialmente durante as disciplinas que participei.

Agradeço a CAPES pela disponibilização da bolsa na maior parte do tempo em que estive vinculada ao programa, o que garantiu minha permanência no curso e no município de Rio Grande.

## EPÍGRAFE

### **A gleba me transfigura**

Sinto que sou a abelha no seu artesanato.  
Meus versos têm cheiro dos matos, dos bois e dos currais.  
Eu vivo no terreiro dos sítios e das fazendas primitivas.  
Amo a terra de um místico amor consagrado, num esponsal sublimado, procriador e  
fecundo.  
Sinto seus trabalhadores rudes e obscuros, suas aspirações inalcançadas,  
apreensões e desenganos.  
Plantei e colhi pelas suas mãos calosas e tão mal remuneradas.  
Participamos receosos do sol e da chuva em desencontro, nas lavouras carecidas.  
Acompanhamos atentos, trovões longínquos e o riscar de relâmpagos no escuro da  
noite, irmanados no regozijo das formações escuras e pejudas no espaço  
e o refrigério da chuva nas roças plantadas, nos pastos maduros e nas cabeceiras  
das aguadas.  
Minha identificação profunda e amorosa com a terra e com os que nela trabalham.  
A gleba me transfigura. Dentro da gleba,  
ouvindo o mugido da vacada, o mééé dos bezerros,  
o roncar e focinhar dos porcos, o cantar dos galos,  
o cacarejar das poedeiras, o latir dos cães, eu me identifico.  
Sou árvore, sou tronco, sou raiz, sou folha,  
sou graveto, sou mato, sou paiol  
e sou a velha trilha de barro.  
Pela minha voz cantam todos os pássaros, piam as cobras  
e coaxam as rãs, mugem todas as boiadas que vão pelas estradas.  
Sou a espiga e o grão que retornam à terra.  
Minha pena (esferográfica) é a enxada que vai cavando, é o arado milenário que  
sulca.  
Meus versos têm relances de enxada, gume de foice  
e peso de machado.  
Cheiro de currais e gosto de terra.  
[...]  
(Cora Coralina, 2004)



## RESUMO

A partir deste trabalho o objetivo foi compreender como ocorrem os processos de transição para agricultura de base agroecológica entre agricultores (as) familiares da Organização de Controle Social Renascer de Morro Redondo (RS), considerando a rede de vivências, saberes, pessoas e instituições que compõem esse cenário em diálogo com a educação ambiental crítica em um espaço não formal. A pesquisa é qualitativa e a coleta de dados foi feita por meio de observação participante em nove reuniões da OCS, e entrevistas narrativas com cada família do grupo (FLICK, 2009). Os dados foram analisados através de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os resultados indicam a formação de uma rede comunitária constituída por pessoas, instituições e experiências, que contribuem para a permanência das famílias no processo de transição e pode ser compreendida como uma comunidade aprendente (BRANDÃO, 2005b). Quanto aos princípios, identificamos o compromisso social com a alimentação saudável e a relação ética de comercialização, além da busca por autonomia, emancipação social, conquistas coletivas e valorização. A relação das famílias com o ambiente indica um sentimento de pertencimento, responsabilidade e cuidado. Percebe-se que a construção de um saber ambiental (LEFF, 2015) é intrínseca ao processo de transição e envolve o exercício da práxis e a interrelação de saberes tradicionais, científicos e empíricos. Identificamos processos de aprendizagens coletivas nas dinâmicas da OCS, a exemplo da visita de pares, onde constroem um processo educativo e de valorização simbólica. A partir da leitura e preenchimento coletivo de documentos durante os encontros, o grupo exerceu a colaboração e autoavaliação de seus processos, assim como, a reflexão crítica sobre questões socioambientais locais. Dentre as questões socioambientais identificadas, as famílias apontam as dificuldades cotidianas relacionadas a baixa renda, assim como, o avanço da soja na região que, acompanhado de desmatamento e uso de agrotóxicos, constitui uma ameaça à integridade dos agroecossistemas de base agroecológica. Diante disso, as famílias buscam justiça ambiental, através de responsabilidade compartilhada sobre o ambiente e seus recursos (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Ademais, as famílias indicam a necessidade de uma política de subsídio para sua permanência no campo com qualidade de vida e percebem os impactos do desmantelamento de políticas públicas no seu cotidiano, como cortes orçamentários em mercados institucionais e na Emater. Compreendemos que os encontros da OCS Renascer constituem espaços não formais onde ocorrem discussões relacionadas com a educação ambiental crítica, através de um processo dialógico, que estimula o pensamento crítico e a criação coletiva de alternativas de enfrentamento das questões socioambientais (CARVALHO, 2012). A OCS em si também pode ser compreendida como uma comunidade aprendente (BRANDÃO, 2005b), na qual, através de um processo dialógico e reflexivo, aprendem e ensinam. Concluímos que a transição é um processo multidimensional de aprendizado contínuo, que dialoga com a educação ambiental crítica, no qual os sujeitos e os coletivos constroem compreensões sobre o socioambiente, criam princípios que orientam suas práticas cotidianas e buscam produzir um modo de viver que expresse suas crenças e valores, em busca de autonomia e transformação da própria realidade.

**Palavras-chave:** Educação ambiental não formal; agricultura orgânica; saber ambiental; Organização de Controle Social

## ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the processes of transition to agroecological agriculture occur among family farmers of OCS Renascer in Morro Redondo (RS), considering the network of experiences, knowledge, people and institutions that make up this scenario in dialogue with critical environmental education in a non-formal space. The study is qualitative research and data were collected through participant observation at nine OCS meetings and narrative interviews with each family of the group (FLICK, 2009). Data were analyzed using content analysis (BARDIN, 2011). The results indicate the formation of a community network made up of people, institutions and experiences, which contribute to the permanence of families in the transition process and can be comprehended as a learning community (BRANDÃO, 2005b). Regarding the principles, we identified the social commitment to healthy food and the ethical relationship of commercialization, in addition to the search for autonomy, social emancipation, collective achievements, and appreciation. The relationship of the families with the environment indicates a feeling of belonging, responsibility and care. The construction of environmental knowledge (LEFF, 2015) is intrinsic to the transition process and involves the exercise of praxis and the interrelation of traditional, scientific and empirical knowledge. We identified collective learning processes in the OCS dynamics, such as the peer visit, where they build an educational process and symbolic appreciation. Through the collective reading and filling out of documents during the meetings, the group exercised collaboration and self-evaluation of their processes, as well as critical reflection on local socio-environmental issues. Among the socio-environmental issues identified, the families point out the daily difficulties regarding low-income, as well as the advance of soy in the region, which, accompanied by deforestation and use of pesticides, constitutes a threat to the integrity of agroecological-based agroecosystems. In this context, families seek environmental justice, through shared responsibility over the environment and its resources (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Moreover, families indicate the need for a subsidy policy for their permanence in the countryside with quality of life, and also perceive the impacts of the dismantling of public policies in their daily lives, such as budget cuts in institutional markets and Emater. We understand that the meetings of the OCS Renascer constitute non-formal spaces where discussions related to critical environmental education occur, through a dialogical process, which stimulates critical thinking and the collective creation of alternatives to face socio-environmental issues (CARVALHO, 2012). The OCS itself can also be understood as a learning community (BRANDÃO, 2005b), in which, through a dialogical and reflective process, they learn and teach. We conclude that the transition is a multidimensional process of continuous learning, which dialogues with critical environmental education, in which subjects and collectives construct understandings about the socio-environment, create principles that guide their daily practices, and seek to produce a way of living that expresses their beliefs and values, in search of autonomy and transformation of their own reality.

**Keywords:** Non-formal environmental education; organic agriculture; environmental knowledge; Social Control Organization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul.	80
Figura 2 - Localização de Morro Redondo e municípios limítrofes.	87
Figura 3 - Mapa das localidades do município de Morro Redondo, com destaque para aquelas onde residem as famílias da OCS Renascer.	89
Figura 4 - Membros (as) da OCS Renascer ao final de uma das reuniões presenciais em frente ao prédio da escola desativada Alberto Rodrigues.	97
Figura 5 - Representantes da OCS Renascer com banners do grupo (esquerda) e sua exposição de produtos (direita) na 10ª Feira de Sementes Crioulas em Canguçu em 2021.	98
Figura 6 - Registro da família de Maria das Dores e Elton em sua propriedade.	103
Figura 7 - Maria Helena e Aliomar em frente a horta em sua propriedade.	112
Figura 8 - Exposição dos produtos artesanais confeccionados por Maria Helena na 10ª Feira de Sementes Crioulas em Canguçu.	115
Figura 9 - Moinho de pedra indígena de Maria Helena.	116
Figura 10 - Registro da casa antiga de Maria Helena e Aliomar.	119
Figura 11 - Registro da família de Djanira e Márcio em sua propriedade.	122
Figura 12 - Djanira demonstrando as beterrabas colhidas em sua horta.	127
Figura 13 - Registro de Leonor e Joaquim em sua propriedade.	130
Figura 14 - Registro do plantio consorciado de abóbora, milho e feijão na propriedade de Leonor e Joaquim.	134
Figura 15 - Registro de Sidinei, Cleunice e sua mãe na cozinha de casa.	138
Figura 16 - Registro de Sidinei conduzindo um de seus terneiros para outra área.	142
Figura 17 - Registro dos furos no telhado do galpão de Sidinei devido à chuva de pedras.	145
Figura 18 - Imagem da parede da casa de Sidinei e Cleunice onde está marcado o ano de 1908.	146
Figura 19 - Foto de Flávio e sua filha na propriedade da família.	148
Figura 20 - Registro de uma das variedades de pêssigo presentes na propriedade de Flávio e Ieda.	152

- Figura 21 - Armadilhas para captura da mosca da fruta no pomar de pêsego da propriedade de Flávio e Ieda. 153
- Figura 22 - Demonstração do uso de um equipamento alternativo para construção de canteiros realizado por Joaquim durante uma das reuniões da OCS Renascer. 197
- Figura 23 - Vista do entorno da propriedade de Sidinei e Cleunice, onde é possível observar as lavouras de soja (esquerda) e a área desmatada para iniciar o plantio (direita). 212

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Descrição dos principais resultados obtidos em pesquisas de estudo de caso com Organizações de Controle Social.	73
Quadro 2 -	Panorama geral das principais pautas dos encontros realizados pela OCS Renascer.	99
Quadro 3 -	Motivações que levaram ao início dos processos de transição para agricultura de base agroecológica, apontados nas histórias de vida dos membros e membras da OCS Renascer.	162
Quadro 4 -	Elementos e processos de transição para agricultura de base agroecológica indicados nas histórias de vidas dos membros e membras da OCS Renascer.	166

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ARPA-SUL	Associação Regional Dos Produtores Agroecologistas Da Região Sul
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPOrg	Comissão Nacional de Produção Orgânica
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPAMOR	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo
CPOrg-RS	Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER/RS-ASCAR	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio grande do Sul - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GMOs	Organismos Geneticamente Modificados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEs	Microrganismos Eficientes

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organizações Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sisagua	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SISOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SMDRT	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo
Sul Ecológica	Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1: PREPARANDO O SOLO DA PESQUISA</b> .....	<b>28</b>
<b>1.1 Educação ambiental crítica não formal: origens e conceitos</b> .....	<b>29</b>
<b>1.2 Modernização da agricultura e agriculturas alternativas: Origens e políticas públicas relacionadas</b> .....	<b>40</b>
1.2.1 Modernização da agricultura: consolidação, impactos socioambientais e a realidade Brasileira.....	40
1.2.2 O movimento da agricultura alternativa, orgânica e agroecologia: histórico e políticas públicas brasileiras.....	48
<b>1.3 Agricultura familiar de base agroecológica: interfaces entre agricultura orgânica, agroecologia e educação ambiental crítica</b> .....	<b>58</b>
<b>1.4 Processos de transição para agricultura de base agroecológica</b> .....	<b>64</b>
1.4.1 Transição agroecológica: processos, motivações e dificuldades .....	65
1.4.2 Agroecologia e Educação Ambiental.....	69
1.4.3 Pesquisas junto a OCS no Brasil .....	71
<b>CAPÍTULO 2: AS SEMENTES DO ESTUDO</b> .....	<b>78</b>
<b>2.1 Desenvolvimento agrário de Morro Redondo: uma leitura a partir da Serra dos Tapes</b> .....	<b>79</b>
<b>2.2 Morro Redondo</b> .....	<b>86</b>
<b>2.3 OCS Renascer: famílias e histórias de vida</b> .....	<b>93</b>
2.3.1 OCS Renascer: histórico e formação .....	94
2.3.2 Histórias de vidas / Histórias vividas .....	100
2.3.2.1 Maria das Dores e Elton .....	101
2.3.2.2 Maria Helena e Aliomar .....	111
2.3.2.3 Djanira e Márcio .....	121
2.3.2.4 Leonor e Joaquim.....	129
2.3.2.5 Sidinei e Cleunice.....	137



2.3.2.6 Flávio e Ieda .....	147
<b>CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO DOS CULTIVOS .....</b>	<b>160</b>
<b>3.1 Histórias reunidas: Motivações e a rede de transição .....</b>	<b>161</b>
3.1.1 Motivações: o ingresso no processo de transição .....	161
3.1.2 A rede de transição para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo .....	165
<b>3.2 As aprendizagens e sentidos atribuídos às práticas cotidianas dos (as) agricultores (as) no processo de transição .....</b>	<b>171</b>
3.2.1 Princípios e valores: sentidos atribuídos pelas famílias a suas práticas cotidianas .....	171
3.2.2 Sentidos da agricultura de base agroecológica e relações ambientais: percepções sobre a prática e o ambiente .....	178
<b>3.3 Processos educativos da OCS Renascer no contexto de transição para agricultura de base agroecológica .....</b>	<b>184</b>
3.3.1 Aprender pela prática e aprendizagens compartilhadas: as dinâmicas da OCS Renascer .....	184
3.3.2 Educadora ambiental: Extensão e comunicação .....	199
<b>3.4 As famílias em seus contextos: a dimensão socioambiental do processo de transição .....</b>	<b>204</b>
3.4.1 Dificuldades cotidianas: a realidade das famílias agricultoras .....	204
3.4.2 Soja, agrotóxicos e contaminação: riscos à integridade dos agroecossistemas de base agroecológica .....	211
3.4.3 Cuidados com a água e resiliência climática .....	216
3.4.4 Políticas públicas: incentivos à permanência no processo de transição .....	219
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>227</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>247</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro orientador para entrevista narrativa .....</b>	<b>250</b>
<b>ANEXO A – Regimento da OCS Renascer .....</b>	<b>252</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vinculado a linha de pesquisa em Educação Ambiental Não Formal (EANF). O tema da pesquisa versa sobre as aprendizagens que permeiam os processos multidimensionais da transição para agricultura de base agroecológica, em diálogo com a educação ambiental crítica, vivenciados por famílias agricultoras vinculadas à Organização de Controle Social (OCS) Renascer de Morro Redondo (RS).

As motivações para escolha da temática da pesquisa se interseccionam com a minha história de vida. Meus pais foram agricultores no interior do município de Caxias do Sul e se mudaram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Quando casados, construíram uma casa na periferia da cidade onde moram até hoje. Minha irmã e eu crescemos nesse lugar, no qual meus pais reproduziam seu modo de vida cultivando legumes, olerícolas, frutas, chás e plantas ornamentais. A partir da sua relação de cuidado com essa horta fui percebendo a imprescindibilidade da agricultura para manutenção da nossa vida, e comecei a construir minha relação com a natureza, a partir da agricultura.

Aos 17 anos deixei esse lar para cursar a graduação em Ciências Biológicas Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o que me proporcionou um aporte teórico sobre o funcionamento dos organismos e, ao mesmo tempo, reforçou meu interesse pelos processos ecológicos. Meu trabalho de Conclusão de Curso foi na área de ecologia de comunidades, investigando a diversidade de abelhas em agroecossistemas da região de Pelotas. Nesse estudo, comparamos a diversidade de abelhas encontradas em propriedades rurais de agricultores e agricultoras familiares, que trabalhavam com práticas orgânicas e convencionais nos municípios de Morro Redondo, Canguçu e na Colônia Maciel no interior de Pelotas.

A partir desse estudo, pude conhecer diferentes famílias agricultoras, aprender com seus saberes empíricos e tradicionais, e reconhecer o esforço e as justificativas de quem trabalha no campo, de forma convencional ou de base agroecológica. Passei a me interessar pelas dinâmicas desses ambientes, com seus elementos não humanos e, principalmente, pelas pessoas que conheci ali. A produção orgânica, as práticas e saberes agroecológicos, a organização social para oferta de feiras, e para construção de um comércio solidário, além dos processos coletivos de

formação (junto à extensionista da Emater, pesquisadores(as) da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e das universidades da região), despertaram meu interesse para compreensão desse universo.

Após a finalização do TCC, participei da construção de um projeto de extensão, o “Insetos e daí?”, com o objetivo de compartilhar os resultados dessa e de outras pesquisas na região. Com isso, em 2019, pude participar da tradicional Festa do Doce Colonial, em Morro Redondo, onde conheci dois extensionistas da EMATER-RS/Ascar que, interessados pela proposta do projeto, nos convidaram a participar de reuniões com as famílias agricultoras da região para apresentarmos nosso projeto e buscar proximidade com a comunidade para construir outras práticas educativas no âmbito da extensão universitária.

Participamos de duas reuniões, uma na casa de uma das famílias onde realizamos as coletas para o TCC, e outra na sede da Emater-RS, ambas em Morro Redondo. No segundo encontro conhecemos o grupo SAF Doceiro do município, que reúne agricultores e agricultoras que trabalham de forma orgânica e agroecológica e cultivam um Sistema Agroflorestal (SAF) voltado para o cultivo de frutas para produção de doces tradicionais da região. A partir dessa experiência, fui incluída no grupo de *Whastapp* “SAF Morro Redondo”<sup>1</sup> o que permitiu acompanhar notícias do município e as discussões locais a respeito da transição agroecológica.

Ainda no âmbito do projeto de extensão citado anteriormente, realizamos duas entrevistas com agricultores e agricultoras da região de Canguçu e Morro Redondo que trabalhavam de forma orgânica na região, a fim de veicular na rádio Bom Fim de Morro Redondo, contribuindo para visibilidade do trabalho dessas famílias. A partir dessas entrevistas, pude perceber que a transição agroecológica constitui um modo de vida, permeado por conhecimentos empíricos, tradicionais, técnicos e científicos sobre o funcionamento do agroecossistema e o papel social da agricultura. Em seus discursos, foi possível identificar a preocupação com a crise ambiental e com as futuras gerações, e uma noção de responsabilidade sobre o ambiente que ocupam e o seu comprometimento político e social enquanto agricultores (as).

---

<sup>1</sup> O grupo de *Whatsapp* “SAF Morro Redondo” reúne famílias em processo de transição agroecológica, técnico e extensionistas da Emater, professores (as) e estudantes vinculados às universidades da região.

No início de 2021 entrei em contato com a extensionista Adriane da Emater, que se tornou minha interlocutora chave, apresentando a proposta da pesquisa. Interessada pelo tema, ela sugeriu acompanhar o processo de transição das famílias que compõem a OCS Renascer, grupo que ela assessora. A sigla OCS se refere a Organização de Controle Social, uma das três formas de garantia da qualidade orgânica da produção de acordo com a Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003) e o Decreto nº 6.326 (BRASIL, 2007). A OCS é composta por um grupo de agricultores(as), consumidores(as) e técnicos(as) organizados(as) em um processo baseado no que os(as) interlocutores(as) denominam “geração de credibilidade” e “responsabilidade solidária” e que ocorre a partir de visitas de pares em que se verificam a conformidade legal da unidade de produção e práticas agrícolas das famílias<sup>2</sup>.

A OCS Renascer surgiu no ano de 2019 em Morro Redondo a partir de uma demanda de agricultores (as) do município que, em processo de transição para agricultura de base agroecológica, sentiram a necessidade de uma certificação para a sua produção orgânica. O grupo é composto por seis famílias agricultoras residentes em Morro Redondo (RS), que recebem assistência da Emater-RS local. A partir da aprovação do grupo pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento em 2021, o grupo iniciou as suas atividades, realizando reuniões, preenchimento dos documentos, visitas de pares e participação em eventos e feiras.

Morro Redondo é um município localizado na zona Sul do Rio Grande do Sul, e tem como limítrofes as cidades de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão e Cerrito. A população estimada, atualmente, é de 6.609 habitantes, sendo que metade reside na zona rural do município. Dentre as atividades agrícolas destaca-se o cultivo da soja (que está em expansão na região), milho, pêssego, olerícolas, bovinocultura e apicultura (EMATER-RS, 2020). O município está inserido no movimento agroecológico e orgânico da região de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul. Conforme descrito por Cruz (2015) há uma rede ecológica neste contexto, formada por homens e mulheres agricultoras, feiras, restaurantes e pontos de comercialização, associações, entidades religiosas e não governamentais, que juntos vem promovendo a agricultura orgânica e agroecológica, em oposição a modernização agrícola, há mais de 30 anos.

---

<sup>2</sup> Além das visitas de pares, é de responsabilidade da OCS a manutenção de um caderno de campo, onde realizam o registro das práticas agrícolas, a elaboração de um plano de manejo, além dos registros de atas das reuniões.

No âmbito acadêmico, as pesquisas em educação ambiental majoritariamente se debruçam sobre questões relacionadas aos processos formais de ensino e formação de professores (as) (CARVALHO, 2020). A linha de pesquisa da educação ambiental não formal se expressa em uma parcela pequena da produção nacional, sendo que pesquisas em educação ambiental comunitária e popular (que comumente ocorre em espaços não formais de ensino), vêm ganhando espaço nos últimos anos, representando cerca de 9% das pesquisas em educação ambiental (FARIAS et al., 2017). Além disso, o contexto político de contínua diminuição de recursos para pesquisa, junto ao negacionismo científico aprofundando a crise sanitária e a política antiecológica do atual governo federal, são motivos que reforçam a necessidade de pesquisas na área da educação ambiental em espaços de educação não formal, buscando compreender os processos de resistência comunitária, como as famílias em transição agroecológica no contexto de estudo.

Localizamos nossa pesquisa na vertente da educação ambiental crítica, a partir da qual busca-se compreender de forma complexa um fenômeno socioambiental, no caso a transição para agricultura de base agroecológica, considerando as relações históricas, políticas, sociais e culturais e a formação cidadã (LOUREIRO, 2005). Como princípios da educação ambiental crítica para compreensão de um fenômeno socioambiental, levamos em consideração, além da complexidade, a interdisciplinaridade e o diálogo de saberes empíricos, tradicionais e científicos (CARVALHO, 2012).

Percebe-se que a temática da agroecologia e agricultura orgânica se aproxima da educação ambiental crítica pela proposta de repensar nossa relação com o ambiente, integrando elementos humanos, não humanos e saberes tradicionais, empíricos e científicos (CARVALHO, 2012). Pesquisas que relacionam essas temáticas podem auxiliar na compreensão de processos de transição agroecológicos, identificando os saberes que permeiam essa transição e promovendo a visibilidade para essas experiências, além de fornecer informações que podem contribuir para promoção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar de base agroecológica.

Essas formas de agricultura alternativa expressam uma resistência à agricultura moderna hegemônica que, aos moldes da revolução verde, tem como objetivo melhorar os índices de produtividade agrícola a partir do uso de variedades geneticamente modificadas, fertilizantes minerais solúveis, agrotóxicos biocidas e a mecanização dos processos de irrigação, plantio e colheita, voltadas para produção

de monoculturas (LUZZARDI, 2006). Esse modelo de agricultura ameaça diretamente o conhecimento tradicional das comunidades, causa perdas na biodiversidade e impactos ambientais, contribuindo para a desigualdade social e econômica no meio rural, e o abandono dos modos de vida no campo (ALTIERI, 2010).

O uso do termo agricultura de base agroecológica revela um movimento de compreensão integrada da agricultura orgânica e a agroecologia, já que ambas estão presentes nas falas e práticas cotidianas das famílias da OCS Renascer. Quanto ao processo de transição, a compreensão proposta vai além da substituição de práticas agrícolas, e constitui um processo social, gradual e multidimensional que envolve uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais envolvidos, visando conservação e manejo dos recursos naturais, equidade e qualidade de vida (CAPORAL; COSTABEBER, 2014), assim como uma nova forma de conceber o funcionamento e a finalidade do agroecossistema, em relação ao local e ao território onde é desenvolvida (ABREU et al., 2012).

Sobretudo, compreendemos a transição para agricultura de base agroecológica como um processo de aprendizado junto ao ambiente, que envolve a experiência humana em diferentes dimensões, sejam elas subjetiva, socioambiental ou prática, em um processo contínuo de expressão da educação ambiental. Reconhecemos a interrelação entre a agroecologia e a educação ambiental crítica pois ambas se propõem ao diálogo de saberes, à valorização do conhecimento tradicional e científico, à compreensão sistêmica e complexa da realidade, para construção de um novo modo de ser e produzir, com justiça ambiental, qualidade de vida e conservação da biodiversidade, através do exercício da práxis (FERREIRA et al., 2016).

Diante desse contexto, elaboramos a seguinte questão de pesquisa que orientou nosso trabalho: como ocorrem os processos de transição para agricultura de base agroecológica entre agricultores(as) familiares que compõem a OCS Renascer do município de Morro Redondo relacionado ao debate da educação ambiental crítica? A partir dessa questão o objetivo geral do estudo é compreender como ocorrem os processos de transição para agricultura de base agroecológica de agricultores (as) familiares da OCS Renascer de Morro Redondo (RS), considerando a rede de vivências, saberes, pessoas e instituições que compõem esse cenário em diálogo com a educação ambiental crítica não formal.

Três objetivos específicos foram elaborados a partir do objetivo geral que são:

- 1) Discutir os processos de transição para agricultura de base agroecológica

considerando as dinâmicas e práticas históricas e sociais, a sua relação com o ambiente, políticas públicas e instituições no contexto de pesquisa, em diálogo com a educação ambiental crítica; 2) Compreender o processo de constituição da OCS Renascer em Morro Redondo (RS) e identificar os atores sociais que vivenciam os processos de transição agroecológica, considerando suas experiências de vida, os elementos sócio-históricos, culturais e da educação ambiental que podem ter influenciado essa transição; 3) Analisar os processos educativos entre os atores sociais na transição para agricultura de base agroecológica na OCS Renascer em relação com o contexto socioambiental de Morro Redondo (RS).

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa a fim de considerar as múltiplas perspectivas dos indivíduos, suas práticas cotidianas, seus saberes e significações, buscando contextualizar os resultados de acordo com a realidade dessas pessoas (FLICK, 2009). A opção pela pesquisa qualitativa foi feita com o intuito de tirar a ênfase de possíveis grandes generalizações e do determinismo normativo, buscando construir um paradigma interpretativo da ação humana (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012).

O desenvolvimento da pesquisa seguiu um caminho indutivo-dedutivo, sendo orientada pelas informações emergentes do campo de pesquisa e das pessoas envolvidas. Podemos caracterizar nosso estudo como uma pesquisa participante que, segundo Brandão (2005a) parte de uma realidade social, na qual buscamos compreender as dinâmicas e interações que compõem a estrutura dessa vida social, levando em consideração "as interações entre os diferentes planos e domínios de estruturas e processos inter-determinantes da sociedade" (BRANDÃO, 2005a, p. 264).

A partir da pesquisa exploratória, junto à extensionista da Emater/RS-Ascar (informante-chave), foram identificadas as seis famílias agricultoras que compõem a OCS Renascer. A proposta de pesquisa foi devidamente submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da FURG sob o número CAAE 47682421.4.0000.5324.

A coleta de dados foi realizada a partir de observação participante (FLICK, 2009) nas reuniões do grupo entre os meses de julho e novembro de 2021, através de anotações no caderno de campo, gravação e registro fotográfico dos encontros, buscando compreender as dinâmicas e relações educativas do grupo. Após o primeiro encontro presencial, apresentei o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Apêndice A) que foi submetido a avaliação e concordância dos membros e membras

da OCS Renascer. No total, pude participar de nove reuniões sendo uma virtual e as demais presenciais. Dentre esses encontros, participei de uma visita de pares e da reunião com a Comissão de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPOrg-RS), além de acompanhar o grupo na 10ª Feira de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares em Canguçu.

Para compreender as histórias de vidas, motivações e aprendizagens que envolvem os processos de transição para agricultura de base agroecológica, foram conduzidas entrevistas narrativas<sup>3</sup> com roteiro orientador (Apêndice B) com as seis famílias componentes do grupo. No total obtivemos 36 horas de gravação, somando reuniões e entrevistas, que foram devidamente transcritas com suporte da ferramenta online Otranscribe.com.

Como método de análise dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo a partir de Bardin (2011, p.34), buscando compreender “para além do significado imediato” das mensagens, organizando as informações de forma sistemática para inferir o conteúdo das mesmas. Assim, buscamos uma análise profunda, subjetiva e contextualizada dos discursos e materiais coletados. A primeira etapa realizada foi a pré-análise, onde realizamos a organização do corpus de análise a partir dos registros do caderno de campo e transcrições das reuniões e entrevistas. Para isso utilizamos o software ATLAS.ti<sup>4</sup> versão 9, que auxiliou na organização e gerência dos dados, assim como nas etapas subsequentes de codificação e categorização desses dados.

Na etapa de exploração do material iniciamos a codificação temática dos dados no qual, a partir das unidades de registro selecionadas, destacamos o tema central ao qual se referiam as falas, considerando os objetivos da pesquisa. Segundo Bardin, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” (BARDIN, 2011, p. 135).

---

<sup>3</sup> O método de entrevista narrativa aplicado às ciências sociais propõe a uma forma menos rígida de coleta de dados, que permita a identificação de estruturas sociais que influenciaram as experiências contidas no texto narrativo, produzido a partir da entrevista (WELLER & OTTE, 2014). A narrativa dá ênfase aos saberes da experiência e aos conhecimentos socialmente construídos (LIMA et al., 2015), buscando compreender verdade localizadas, contextualizadas temporal e espacialmente, considerando aspectos microambientais e macroambientais.

<sup>4</sup> O ATLAS.ti é um software de análise de dados qualitativos que auxilia a gerenciar sistematicamente um grande número de dados em formatos textuais e multimídia. O programa fornece ferramentas de localização, codificação, agrupamento e anotações, além de ferramentas analíticas que fornecem formas de visualização para interpretação dos dados.



Essa técnica é comumente utilizada para o estudo de motivações, opiniões, valores e crenças, sendo aplicável a entrevistas e reuniões de grupo.

A etapa de codificação resultou em 188 códigos que foram organizados de acordo com os temas em 20 categorias intermediárias. Por último seguimos para a etapa de tratamento dos resultados, onde realizamos as categorizações, inferências e interpretações para elaboração dos resultados da pesquisa. As 20 categorias intermediárias foram agrupadas em quatro categorias finais correspondendo a uma dimensão do processo de transição para agricultura de base agroecológica, são elas: subjetiva, educativa, prática e socioambiental. Devido as restrições de tempo e extensão da dissertação optamos por destacar a dimensão dos significados das práticas (subcapítulo 3.2), a dimensão educativa (subcapítulo 3.3), que se refere as aprendizagens construídas junto ao ambiente e entre os (as) participantes nas dinâmicas da OCS Renascer, e a dimensão socioambiental (subcapítulo 3.4), no qual destacamos as relações de aprendizagem no contexto socioambiental de Morro Redondo, tanto nas unidades de produção, quanto na comunidade ou região.

Em relação especificamente às histórias de vida, ao analisar as informações de cada família de forma comparativa, identificamos elementos em comum quanto às motivações que levaram ao ingresso no processo de transição, assim como, uma rede comunitária que dá suporte a esse processo, representada por pessoas, estabelecimentos, entidades e instituições que atuam no município e região. Os resultados dessa análise específica constituem o subcapítulo 3.1.

Essa dissertação contém três capítulos, cada um deles referente a um dos objetivos específicos citados anteriormente. Ao longo do texto utilizamos os nomes dos (as) participantes, com seu consentimento, tendo em vista a opção pela busca por reconhecimento e visibilidade reforçada em suas falas ao longo da pesquisa. No primeiro capítulo apresentamos ao (a) leitor (a) as bases teóricas do estudo, iniciando com a temática da educação ambiental crítica, identificando alguns conceitos que buscamos articular a partir da realidade dos (as) agricultores (as), como comunidade aprendente de Brandão (2005b), complexidade, interdisciplinaridade e diálogo de saberes a partir de Carvalho (2012) e saber ambiental de Leff (2015). Expusemos também uma discussão sobre o processo de modernização da agricultura e seus impactos socioambientais, seguida pela contextualização de origem da agricultura alternativa, bem como as políticas públicas relacionadas a agricultura orgânica, agroecologia e agricultura familiar que fazem parte do cotidiano dos (as) agricultores

(as) da OCS Renascer. Na sequência realizamos uma discussão sobre os conceitos de agricultura orgânica e agroecologia, apontando divergências e aproximações, e do sentido de transição para agricultura de base agroecológica em diálogo com a educação ambiental crítica. Para fechar, apresentamos a revisão bibliográfica realizada inter-relacionando os termos “educação ambiental” e “transição agroecológica”, assim como um conjunto de trabalhos especificamente realizados junto a OCS no Brasil.

No segundo capítulo apresentamos o contexto local e os (as) participantes da pesquisa. Expusemos a formação agrária da região de Morro Redondo, a partir de uma leitura da Serra dos Tapes e caracterizamos o município de residência das famílias, Morro Redondo, a partir de dados do IBGE e do relatório da Emater-RS. Na sequência apresentamos um histórico da origem da OCS Renascer, e as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2021. Por fim, relatamos as histórias de vida das seis famílias que compõem a OCS Renascer, descrevendo com detalhamento aspectos que explicam seu engajamento no processo de transição, assim como, características da propriedade e do seu modo de vida, buscando dar visibilidade às suas histórias e aproximar o (a) leitor (a) da realidade das famílias.

No terceiro capítulo discutimos os resultados das análises com foco nas relações educativas do processo de transição para agricultura de base agroecológica. Na primeira parte há um olhar comparativo sobre as histórias de vida, no qual pontuamos as motivações em comum que levaram a busca por esse processo, e identificamos a rede comunitária formada por pessoas, entidades e instituições que contribuem para a permanência das famílias no processo de transição. Na segunda parte analisamos os significados atribuídos às práticas cotidianas, que envolvem os valores e princípios individuais e coletivos, os sentidos atribuídos a agricultura orgânica e agroecologia, bem como as percepções sobre a sua relação com o ambiente. Na terceira parte do capítulo discutimos as relações educativas que ocorrem através da prática em relação com o ambiente, assim como, os processos de aprendizagem que permeiam as dinâmicas da OCS Renascer e analisamos o papel da extensionista que acompanha o grupo enquanto educadora ambiental. Por fim, a quarta parte é dedicada para as relações de aprendizagem no contexto socioambiental, onde apresentamos as dificuldades cotidianas das famílias, a ameaça à integridade dos agroecossistemas devido ao avanço da soja atrelada ao desmatamento e contaminação por agrotóxicos, os cuidados para resiliência climática,

as percepções quanto ao desmantelamento de políticas públicas e a necessidade de um programa de subsídio para agricultores (as) familiares no processo de transição para agricultura de base agroecológica.

Ao final do trabalho apresentamos as considerações finais, ressaltando as principais percepções e resultados em relação aos objetivos do trabalho, as possíveis contribuições da pesquisa para o meio acadêmico e pontuamos alguns aspectos que podem ser ampliados, explorados e mais discutidos em pesquisas futuras.

## **CAPÍTULO 1: PREPARANDO O SOLO DA PESQUISA**

O preparo do solo é a primeira ação de afeto e cuidado com aquilo que se deseja cultivar. A escolha do lugar, as camadas de adubo verde, biofertilizantes ou microrganismos considerados eficientes (que incorporamos para garantir os nutrientes para o desenvolvimento das sementes), a forma como se revira o solo, a montagem do canteiro e a cobertura de palhada são alguns condicionantes do desenvolvimento da planta, e como serão seus bulbos ou frutos. Cada etapa de preparo é desenvolvida de acordo com o objetivo de quem planta, a partir dos conhecimentos obtidos pela experiência ou pelo estudo. Em cada escolha, há a expressão de quem cultiva e a forma como deseja desenvolver seu trabalho.

Com essa analogia, iniciamos a apresentação do primeiro capítulo deste estudo. Nas próximas páginas apresentaremos os recortes da pesquisa, os conceitos e categorias escolhidos para compreender a realidade em questão. A partir de históricos, dados, pesquisas e teorias, iremos preparando o solo da pesquisa, indicando os caminhos a partir dos quais analisaremos e discutiremos os dados, que serão apresentados nos capítulos dois e três.

No subcapítulo 1.1 apresentamos uma síntese do campo da educação ambiental, seu estabelecimento no Brasil, a pesquisa na área e uma diferenciação para educação ambiental não formal (linha de pesquisa na qual está inserida esta pesquisa). Na sequência, conceituamos educação ambiental crítica, são discutidos alguns conceitos que consideramos adequados para dialogar com a realidade das famílias participantes da pesquisa, como comunidades aprendentes (BRANDÃO, 2005b), educação ambiental de base comunitária (SARRIA et al., 2018), interdisciplinaridade, complexidade e diálogo de saberes (CARVALHO, 2012) e saber ambiental (LEFF, 2015).

No subcapítulo 1.2 exploramos as temáticas da modernização da agricultura e agricultura alternativa, buscando contextualizar histórica e politicamente a origem do processo de transição para agricultura de base agroecológica. Considerando o cunho compreensivo da pesquisa, assim como os princípios de complexidade e interdisciplinaridade da educação ambiental crítica, consideramos relevante apresentar estes assuntos ainda pouco explorado nesse campo de pesquisa. Para tanto, no item 1.2.1 apresentamos as origens e impactos socioambientais do modelo

de agricultura moderna, bem como sua implementação no Brasil. No item 1.2.2 abordamos as origens da agricultura alternativa no Brasil e o estabelecimento de políticas públicas voltadas para agroecologia, agricultura orgânica e agricultura familiar, que fazem parte do cotidiano das famílias.

No subcapítulo 1.3 discutiremos as aproximações e divergências entre os conceitos de agricultura orgânica e agroecologia, buscando compreender o significado de transição agroecológica e sua relação com a educação ambiental. Ao final explicaremos a opção pelo uso do termo “agricultura de base agroecológica” para compreender o contexto do estudo. No subcapítulo 1.4 apresentaremos um conjunto de pesquisas que dialogam sobre a temática “transição agroecológica”, destacando suas principais discussões e resultados, assim como, estudos realizados junto a OCS no Brasil, que trazem contribuições para pensar esta pesquisa, apontando algumas aproximações com o campo da educação ambiental.

### **1.1 Educação ambiental crítica não formal: origens e conceitos**

A educação ambiental é um campo de saber heterogêneo, que possui como unicidade o interesse sobre as relações humanas com o ambiente, e a compreensão acerca da educação como processo fundamental para refletir sobre essas dinâmicas. Compreendemos “ambiente” como um sistema complexo e dinâmico de interrelação entre os indivíduos e coletivos consigo mesmos, e com elementos naturais, sociais, históricos e culturais, em um determinado lugar, que se expressam através de práticas cotidianas que produzem seus modos de vida (CARVALHO, 2012). A forma como nos relacionamos com o ambiente ocorre pela forma como concebemos o conceito de natureza e ambiente, e quais os valores sócio-históricos da sociedade em que vivemos que caracterizam essa conceituação.

Por muito tempo a visão biologizante da natureza, como externa e independente da cultura humana, um ambiente intocado e biodiverso, foi predominante na nossa sociedade. O termo socioambiental busca evidenciar que o ambiente, envolve a sociedade humana e a natureza em coevolução, onde a cultura e a natureza sejam compreendidas de forma integrada. O ambiente, nesse sentido, representa o espaço das práticas cotidianas onde se dá a intersecção entre natureza

e cultura, onde os grupos humanos produzem suas formas de viver. Segundo Carvalho (2012),

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente [...] como um campo de interação entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais. [...]Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana [...], aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. (CARVALHO, 2012, p.37).

Essa concepção do termo socioambiental é fundamental para compreender a complexidade da crise ambiental que vivemos. Essa crise, é uma das consequências diretas do modelo de desenvolvimento capitalista da sociedade moderna, onde as concepções de progresso e desenvolvimento são lineares, sob uma lógica positiva de mudanças a um suposto estágio superior (LOURENÇO et al., 2016). Esse modelo de desenvolvimento pressupõe que a sociedade ocidental (norte-americana e europeia), industrializada, orientada pela racionalidade econômica capitalista e pautada pelo consumo, seja a meta de todas as nações (LAYRARGUES, 1997). Essa lógica tende a ignorar a diversidade cultural que cada sociedade e comunidade tem de se relacionar com o ambiente e organizar suas estruturas política, sociais e culturais.

Por volta dos anos 1960, o campo científico e o movimento ambientalista, evidenciam as denúncias do progresso ilimitado sobre o ambiente, às custas da exploração dos recursos naturais e supressão da diversidade sociocultural. Nesse contexto, a emergência da contracultura como movimento social, atrelada ao movimento ecológico, reivindicavam uma nova forma de sociedade, maiores direitos às minorias, o reconhecimento de diferentes concepções de mundo, opondo-se à racionalidade econômica capitalista (LEFF, 2015), a orientação para o consumo, o cientificismo e o paradigma industrial moderno. O movimento ecológico adentrou o campo político incluindo discussões sociais, étnico-raciais e econômicas, traspondo o conceito original de ecologia, cujo foco recaía sobre as questões ecossistêmicas, numa visão biologizante (CARVALHO, 2012).

O conceito de educação ambiental foi desenvolvido por esses atores sociais ligados ao movimento ecológico e institucionalizado a partir dos encontros intergovernamentais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

para discussão da crise ambiental. Esses encontros representaram uma proposta de cooperação entre as nações para enfrentamento da crise, voltado para proteção do meio ambiente, mais especificamente dos recursos naturais, para garantir a manutenção do modelo de desenvolvimento (OLIVEIRA et al., 2020).

Nesse contexto, destacamos a 1<sup>o</sup> Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em 1972, onde foi cunhado o termo desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>, e foi recomendado a educação como uma estratégia para enfrentamento da crise ambiental (SOUZA e SALVI, 2012). Em 1977, foram elaborados os princípios, objetivos e estratégias do campo da educação ambiental na I Conferência de Educação Ambiental em 1977, em Tibilisi na Grécia (LIMA, 2005). Durante a ECO-92<sup>6</sup> ONGs e movimentos sociais organizaram o Fórum Global, a partir do qual redigiram o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra, documentos fundamentais para o surgimento da educação ambiental brasileira e seu projeto pedagógico pautado pelo paradigma das sociedades sustentáveis (LIMA, 2005).

Segundo Oliveira et al. (2020), no âmbito internacional, a educação ambiental foi incorporada pelo discurso do desenvolvimento sustentável, se aproximando dos interesses empresariais e afastando-se das questões sociais intrínsecas as discussões sobre meio ambiente. Sarria et al. (2018) argumentam que o discurso ambiental internacional é uma forma de controle das elites governantes dos países desenvolvidos sobre as demais nações, garantindo sua hegemonia e o modelo de desenvolvimento.

No Brasil, o movimento ecológico, representado por movimentos sociais, populares e entidades ambientalistas, surge no contexto de resistência ao regime militar e oposição ao modelo desenvolvimentista, reconhecendo que os problemas

---

<sup>5</sup> É preciso considerar que o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado a partir de uma racionalidade econômica, ou seja, não se discute propriamente o sistema de produção e consumo, para quem ele serve, qual a sua finalidade e se este pode realmente ser sustentável. Além disso, o discurso homogeneiza as nações, ignorando que quanto mais crescem as indústrias dos países desenvolvidos, maior é a demanda por matéria-prima nos países periféricos, como o Brasil (LOUREIRO, 2012). O funcionamento do sistema capitalista produz as desigualdades, pois estas são o pressuposto que garante a acumulação de riqueza abstrata. Além disso, o acúmulo de riqueza exige a exploração ilimitada dos recursos e, portanto, está em constante ameaça ao meio ambiente (CARNEIRO, 2005).

<sup>6</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Para acessar o histórico completo dos encontros internacionais que institucionalizaram a educação ambiental indicamos a leitura de Lima (2005), Carvalho (2012) e Souza e Salvi (2012).

socioambientais são o resultado desse modelo de desenvolvimento (OLIVEIRA et al., 2020). Pautando a redemocratização e a regulamentação com relação as questões ambientais, a temática adentra o espaço público e garante dimensão política a essas discussões (CARVALHO, 2012).

No período de redemocratização, houve a emergência das lutas ambientais (à exemplo do trabalho de Chico Mendes junto aos seringueiros na Amazônia), os movimentos populares urbanos e rurais e as Comunidades Eclesiais de Base (CARVALHO, 2012). Segundo Lima (2005), essas entidades foram fundamentais para evidenciar os interesses das comunidades locais, em oposição a nova ordem econômica mundial, e por tornar a crise ambiental uma questão de interesse público (LIMA, 2005).

O campo da educação ambiental brasileira se constitui junto ao campo educacional, sendo integrada as ações governamentais a partir da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81)<sup>7</sup> que inclui a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, as primeiras pesquisas em educação ambiental eram voltadas para as questões formais de ensino, debruçando-se sobre a avaliação quantitativa dos resultados de projetos curriculares (KRASILCHIK, 2001). Com ênfase cognitiva, as pesquisas utilizavam testes e provas a fim de avaliar o aprendizado e a mudança de atitudes e valores, sob uma perspectiva conservacionista da educação ambiental e comportamentalista quanto ao processo de ensino e aprendizagem (LAYRARGUES, 2020; LIMA, 2005).

Ao final da década de 90 o campo da educação ambiental brasileira passou a incluir perspectivas qualitativo-fenomenológicas, utilizando como metodologia de pesquisa processos etnográficos, naturalísticos, pesquisa participante e estudos de caso, dando ênfase aos sujeitos envolvidos e suas experiências subjetivas (SEVERINO, 2001). Atualmente, as pesquisas em educação ambiental formal, juntamente da formação de educadores ambientais, ainda são as áreas mais representativas (33%) no campo de pesquisa da educação ambiental (CARVALHO,

---

<sup>7</sup> Outros marcos legais da educação ambiental brasileira são: a inclusão da educação ambiental como direito universal e dever do Estado na Constituição de 1988; Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (revogada pela MPV 746/16) e Lei nº 9795/99 Política Nacional de Educação Ambiental.



2020), demonstrando a ligação histórico-social com o desenvolvimento da pesquisa em educação no país.

Em relação as pessoas participantes das pesquisas, o estudo desenvolvido por Carvalho et al. em 2009, identificou a participação majoritária de alunos, seguido por professores, moradores/comunidades e trabalhadores. Quanto as metodologias utilizadas, a abordagem era predominantemente qualitativa, com uso de entrevistas, questionários, diários de campo, análise documental e bibliográfica como métodos de coleta de dados (CARVALHO et al., 2009).

O número de pesquisas em educação ambiental não formal tem crescido nos últimos anos, a exemplo das pesquisas em educação ambiental comunitária e popular, que representaram cerca de 9% dos trabalhos analisados no estudo de Farias et al. (2017). A educação ambiental não formal é um campo de pesquisa em construção que vem ganhando espaço no âmbito acadêmico nos últimos anos. A partir dos dados apresentados, observa-se uma diminuição na predominância de trabalhos na perspectiva comportamentalista, e uma abertura para abordagens críticas, a exemplo de pesquisas em educação ambiental popular e comunitária em espaços não formais de ensino.

Segundo Carpolingua et al. (2017), a ênfase das pesquisas em educação ambiental não formal envolve as dimensões ambientais (ético-estética e visão sistêmica) associada a qualidade de vida humana, a fim de compreender os modos de vida das comunidades, as questões ambientais locais e incentivar a sua participação nas discussões e tomadas de decisão sobre o ambiente em que vivem, contribuindo para autogestão e valorização da diversidade de grupos humanos.

Compreendemos aqui que os processos de educação não formal como aqueles que ocorrem nos encontros e interações sociais. Todo encontro entre pessoas e seus ambientes, no uso dos sentidos e saberes para compreender a si mesmo e o entorno, na troca de palavras, experiências e sensibilidades, ensinamos e aprendemos continuamente. Essas unidades de socialização são parte cotidiana da vida (seja o núcleo familiar, amigos, vizinhos, a escola, instituições religiosas ou organizações sociais), todas constituem espaços onde podem se desenvolver comunidades aprendentes (BRANDÃO, 2005b).

Cada um dos integrantes de um grupo humano trabalha, convive e/ou participa, a partir e através daquilo que traz como os conhecimentos, as sensibilidades e os sentidos de vida originados de suas experiências pessoais e interativas. E em cada uma ou um de nós elas são únicas e originais. [...] Saberes de pensamento e ação, significados do mundo e sentidos de vida vividos e pensados de uma forma única e criativa. Algo que, por isso mesmo, possui em si um valor não comparável com outros (BRANDÃO, 2005b, p. 88-89).

A educação ambiental não formal se desenvolve por meio das relações sociais e atua na construção de saberes e em aspectos da subjetividade dos grupos, o que pode possibilitar o desenvolvimento de uma identidade coletiva, bem como o sentimento de pertença ao grupo e ao ambiente. Além disso, a participação comunitária contribui para o desenvolvimento da cidadania, e pode incentivar a reflexão e busca de soluções para os problemas socioambientais locais (GOHN, 2006). Diante disso, para compreender as dinâmicas de constituição e manutenção do grupo OCS Renascer, iremos dialogar com o conceito de comunidade aprendente segundo Brandão (2005b).

A educação ambiental enquanto campo de conhecimento é heterogênea, que possui como unicidade o interesse sobre as relações humanas com o ambiente e a compreensão acerca da educação como processo fundamental para repensar essas dinâmicas. Porém, muitas são as perspectivas de análise e compreensão dessas relações e dos processos envolvidos. Layrargues e Lima (2014) propuseram a compreensão da educação ambiental enquanto campo social com três principais macrotendências: conservacionista<sup>8</sup>, pragmática<sup>9</sup> e crítica. Essa divisão é uma proposta baseada nos valores, motivações e interesse que diferenciam e agrupam as propostas pedagógicas, as epistemologias que direcionam as pesquisas, e lente analítica de compreensão da realidade, a partir da complexidade que é o campo de educação ambiental.

---

<sup>8</sup> A macrotendência conservacionista foi institucionalizada no campo ambiental brasileiro, nos primeiros anos da educação ambiental. Pautada pela ecologia e o comportamentalismo, se propunha ao desenvolvimento da consciência ecológica através da disseminação informações, pressupondo que a mudança de comportamento individual, desencadearia uma mudança cultural (LAYRARGUES; LIMA, 2005).

<sup>9</sup> A macrotendência pragmática, hoje hegemônica, se alinha aos princípios do neoliberalismo e a concepção economicista do desenvolvimento sustentável, dando ênfase a responsabilidade individual quanto ao consumo e produção de resíduos e incentivando o uso de tecnologias, mecanismos de mercado e eficiência produtiva para solução da crise ambiental. A proposta pedagógica enfatiza o comportamentalismo e a responsabilização individual, ignorando a distribuição desigual de recursos e reformas setoriais necessárias às sociedades (LAYRARGUES; LIMA, 2005).

A perspectiva conservadora e pragmática, passaram a ser criticada pelos educadores e educadoras ambientais, devido ao enfoque conteudista e normativo, com ênfase na educação formal, e práticas pedagógicas comportamentalistas de “adestramento” ambiental (CARVALHO, 2012). Além disso, a abordagem descontextualizada das temáticas ambientais, sem referência aos fatores histórico, sociais e culturais, omite processos de desigualdade e injustiça social, o que pode reduzir a complexidade da discussão ambiental.

Diante desse debate, a macrotendência crítica foi sendo constituída, com base epistemológica da Teoria Crítica e a pedagogia orientada pelo pensamento Freiriano, vinculando a educação ambiental, popular, transformadora e emancipatória. Segundo Loureiro (2005), no campo da educação ambiental crítica, busca-se a compreensão complexa de um fenômeno socioambiental (considerando as relações, históricas, políticas, sociais e culturais) e a formação cidadã.

Na perspectiva crítica, segundo Guimarães (2004), os conflitos e as relações de poder são precursores da construção de sentidos nas organizações socioespaciais. A partir da educação ambiental crítica podemos animar espaços sociais, onde haja comunidades aprendentes, a fim de compreender de forma complexa a realidades socioambientais, a partir das relações socioculturais estabelecidas historicamente, evidenciando as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico e incentivando a instrumentalização dos grupos para lutar pela participação na tomada de decisão sobre os seus ambientes<sup>10</sup>.

Segundo Carvalho (2012), a educação ambiental crítica como proposta pedagógica, orienta um processo de criação de espaços de diálogo para construção da compreensão sobre a crise socioambiental, buscando contribuir para uma melhor qualidade de vida, ecológica e socialmente justa, a fim de colaborar para a emancipação e autonomia dos sujeitos em relação a luta por espaços e participação nas tomadas de decisões.

Orientada pela interdisciplinaridade, a educação ambiental questiona os “territórios de saber/poder já estabilizados” (CARVALHO, 2012, p. 55), valorizando a

---

<sup>10</sup> Compreendemos ambiente como um sistema complexo de interrelações das pessoas consigo mesmas e entre si; dos indivíduos e coletivos com a natureza e os seres não humanos; das sociedades e seus componentes histórico, étnico-culturais, políticos, éticos em um determinado local (SARRIA et al., 2018)

diversidade de saberes e culturas na construção de uma compreensão complexa dos problemas socioambientais. O pensamento complexo se abre para a multidimensionalidade do mundo, aceitando suas contradições e se opondo a um pensamento reducionista de verdades absolutas (MORIN, 2005).

O paradigma científico dominante parte de uma racionalidade instrumental e uma visão dicotômica e reducionista do mundo e da natureza, produzindo um conhecimento objetivo e fragmentado da realidade, a partir de análises matemáticas e neutras, banindo a subjetividade de quem produz o conhecimento (CARVALHO, 2012). A ciência moderna orientada por esse paradigma deu origem ao conhecimento disciplinar e influenciou a nossa forma de compreender e nos relacionarmos com a natureza.

A desorganização ecossistêmica do planeta e a crescente entropia dos processos produtivos, guiados pela razão tecnológica e pela lógica do mercado, criaram a necessidade de enfoques integradores do conhecimento para compreender as causas e a dinâmica de processos socioambientais que, por sua complexidade, excedem a capacidade de conhecimento dos paradigmas científicos dominantes, exigindo uma recomposição holística, sistêmica e interdisciplinar do saber (LEFF, 2015, p.146-147).

Em contrapartida, vivenciamos a emergência de um novo paradigma científico, orientado pela racionalidade compreensiva, onde situamos a pesquisa em educação ambiental crítica, que se opõe a compreensão estritamente racional e objetificadora, para abrir-se a uma compreensão não-dicotômica da natureza/cultura e sujeito/objeto. Segundo Carvalho (2012), esse paradigma emergente se propõe a “compreender a realidade como fruto do entrelaçamento entre mundos” (CARVALHO, 2012, p. 118), considerando a dimensão simbólica e cultural que media nossos processos de compreensão e interpretação da realidade, e orientado pelo diálogo, linguagem e o encontro subjetivo com a alteridade, produzindo novos sentidos.

Nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade etc.). Somos sínteses singulares de relações, unidade complexa que envolve estrutura biológica, criação simbólica e ação transformadora da natureza (LOUREIRO, 2007, p. 66).

Essa racionalidade compreensiva e complexa, junto do diálogo de saberes, coloca os (as) pesquisadores (as) da educação ambiental crítica diante do desafio da interdisciplinaridade a fim de compreender a realidade de forma integrada. A

proposição da interdisciplinaridade não é a justaposição disciplinar (multidisciplinaridade) nem a unificação das disciplinas (transdisciplinaridade), mas a construção de um espaço de mediação onde os saberes se articulem e cooperem, estimulando a troca de conhecimento entre as disciplinas e o diálogo de saberes científicos e não científicos, produzindo um conhecimento complexo (CARVALHO, 2012).

Como forma de integrar esses princípios (paradigma compreensivo, interdisciplinaridade, complexidade e diálogo de saberes), utilizamos o conceito de saber ambiental a partir de Leff (2015). O saber ambiental constitui uma proposta de conhecimento que rearticule as relações sociedade natureza e promova a interdisciplinaridade do conhecimento, a fim de compreender a complexidades dos sistemas socioambientais. Segundo o autor, a partir do saber ambiental é possível integrar “princípios e valores que animam a ética ecologista, as sabedorias e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e as ciências e técnicas que servem de suporte às estratégias do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2015, p. 150).

Para construção do saber ambiental, é preciso oposição à racionalidade instrumental, reducionista e objetificadora da realidade, buscando uma epistemologia orientada pela racionalidade ambiental, que busca evidenciar “contradições e relações entre a lógica do capital e as leis biológicas; entre a dinâmica dos processos ecológicos e as transformações dos sistemas socioambientais” (LEFF, 2015, p.134). Segundo o autor, a racionalidade ambiental junto da educação ambiental tem potencial para orientar

[...] a construção de uma realidade social e uma racionalidade produtiva fundadas em novos valores éticos e bases de produtividade, que partem de outros princípios de realidade: diversidade, complexidade, interdependência, sinergia, equilíbrio, equidade, solidariedade, sustentabilidade e democracia” (LEFF, 2015, p.162).

O saber ambiental, orientado pela complexidade, interdisciplinaridade e racionalidade ambiental, pode ser considerado instrumento de pesquisa no campo da educação ambiental crítica, bem como objeto de estudo, a fim de compreender como esse saber é construído pelas comunidades, considerando a sua subjetividade, e o contexto sócio-histórico que caracterizam o seu ambiente. A partir dessa pesquisa, buscamos compreender o saber ambiental construído desde as experiências das

famílias participantes, considerando seus processos de transição para agricultura de base agroecológica, seus modos de vida, e a sua organização coletiva no grupo OCS Renascer, com valores e significados próprios.

Segundo Oliveira et al. (2020) no âmbito da educação ambiental crítica, vem se constituindo a educação ambiental de base comunitária. Apresentamos esse conceito como acessório, cujas bases podem contribuir para a compreensão das práticas em educação ambiental, e enquanto comunidades aprendentes, das famílias da OCS Renascer. Essa proposta busca a compreensão das injustiças socioambientais desde a práxis das comunidades, que produzem conhecimento e aprendizado contextualizado as suas realidades, e com relações ambientais de adaptação e resistência às modificações em seus territórios. Segundo Pelacani et al. (2020)

Ao identificar os problemas e impactos que ocorrem na natureza, abrimos janelas para observar as opressões sobre os sujeitos. [...] Toda exploração e subjugação do meio ambiente é também um processo de expropriação e violência contra as comunidades (PELACANI et al., 2020, p.332, tradução nossa).

O diálogo de saberes, populares e científicos, teóricos e práticos são uma característica fundamental da educação de base comunitária (SARRIA et al., 2018; SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020). A partir do contato com o outro, com as identidades coletivas, diversidade cultural, as trocas de experiências e o olhar atento aos saberes das práticas cotidianas, exercitamos a empatia, a solidariedade e a humildade. Assim, se estivermos dispostos, podemos descobrir outras formas de compreender o mundo e construir realidades (SARRIA et al., 2018).

Trabalhos de pesquisa na perspectiva da educação ambiental de base comunitária, devem “valorizar as histórias de vida, a memória oral, a cultura popular e o saber-fazer local” (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020, p.141), elementos que buscaremos explorar no capítulo dois, a fim de compreender as motivações e dinâmicas da transição para agricultura de base agroecológica e a constituição da OCS Renascer. Além disso, Sarria et al. (2018) aponta que essas pesquisas devem buscar a compreensão dos processos educativos que permeiam as problemáticas socioambientais e as dinâmicas dos coletivos ou comunidades, o que constitui o objetivo geral dessa pesquisa.

Diante do exposto, compreendemos a educação ambiental crítica como um processo de humanização socialmente construído, contínuo e ininterrupto, que ocorre em espaços formais e não formais de ensino. A partir dessa educação ambiental busca-se contribuir para que os indivíduos compreendam a complexidade da questão socioambiental de forma crítica, situando-se como parte do processo civilizatório, responsáveis pela sua vida individual e coletiva, com esperança<sup>11</sup> e poder de transformar a própria realidade (CARVALHO, 2012).

Identificamos a proposta dessa pesquisa a partir da educação ambiental crítica não formal, que ocorre nas relações sociais nos espaços cotidianos. Orientados pelo paradigma compreensivo, buscaremos interpretar os processos de transição, individuais e enquanto coletivo, de forma complexa (dentro das nossas possibilidades). O olhar de pesquisa para compreensão do contexto de estudo considerará os princípios de interdisciplinaridade, complexidade e diálogo de saberes, segundo Carvalho (2012), como forma de interpretar os processos educativos ambientais observados entre os (as) participantes da pesquisa.

Para compreender os processos coletivos de aprendizagens ao longo do processo de transição agroecológica, acionaremos o conceito de comunidades aprendentes de Brandão (2005b). Da mesma forma o conceito de saber ambiental de Leff (2015) será utilizado para compreender os saberes construídos, individual e coletivamente, durante o processo de transição para agricultura de base agroecológica e constituição da OCS.

No próximo subcapítulo exploramos as questões rurais relacionadas a temática desse estudo. Enquanto pesquisa em educação ambiental crítica, considerando a proposta compreensiva complexa e interdisciplinar, se faz necessário evidenciar o contexto histórico e político que nos auxilia a compreender o processo de transição para agricultura de base agroecológica. Para isso buscamos contextualizar a origem e os impactos socioambientais da agricultura moderna, atrelada as origens do movimento de agricultura alternativa e as políticas públicas que estão presente no

---

<sup>11</sup> Compreendida a partir de Paulo Freire (1992), a esperança não se refere a espera pela súbita emergência de um mundo melhor, e sim a esperança do verbo “esperançar”, que nos move no mundo, nos posiciona politicamente diante das contradições do mundo moderno. A esperança que nos põe na luta e na resistência dos mecanismos de exclusão e homogeneização das pessoas, das culturas e naturezas. A esperança que nos põe junto daqueles que, orientados pelos ideais ecológicos, reivindicam seu direito de existência digna e justiça socioambiental.

cotidiano das famílias participantes. Além de constituírem temas pouco explorado no campo da educação ambiental, os impactos do modelo moderno de agricultura constituem um conflito socioambiental enfrentado pelos (as) agricultores da pesquisa e também configura um elemento propulsor do próprio movimento da agricultura alternativa.

## **1.2 Modernização da agricultura e agriculturas alternativas: Origens e políticas públicas relacionadas**

A contextualização temática desse subcapítulo tem como base a realidade das famílias integrantes da OCS Renascer, que vivem uma forma de resistência ao modelo moderno de agricultura. Em seu cotidiano há um movimento de adaptação às políticas públicas a partir da sua identificação enquanto agricultores (as) familiares, pequenos (as) produtores (as), assim como, às políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica em seus processos de transição para agricultura de base agroecológica.

No item 1.2.1 apresentamos um breve histórico da modernização da agricultura a nível mundial e nacional, assim como os impactos socioambientais da adoção em massa do pacote da revolução verde. Na sequência, no item 1.2.2 expomos as origens do movimento da agricultura alternativa e sua formação no Brasil, pontuando algumas políticas públicas relacionadas a agricultura familiar, orgânica e agroecológica que fazem parte do cotidiano das famílias da OCS Renascer.

### **1.2.1 Modernização da agricultura: consolidação, impactos socioambientais e a realidade Brasileira**

Historicamente a agricultura é ligada a necessidade de alimentação e à cultura dos povos. Seu desenvolvimento ocorria de acordo com as limitações ecológicas locais e conhecimentos tradicionais sobre as plantas, o solo, o clima e as estações do ano. Ao longo da história humana houveram diferentes revoluções agrícolas<sup>12</sup> cada

---

<sup>12</sup> A chamada agricultura moderna tem sua origem entre o século XVIII e XIX, a partir dos estudos de fisiologia vegetal e nutrição mineral, que deram destaque ao uso de substâncias inorgânicas, como



uma promovendo novas tecnologias e técnicas a fim de superar as restrições ecológicas e maximizar a produção (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A nutrição mineral a base de fertilizantes químicos<sup>13</sup>, deu início a modernização da agricultura, propondo a simplificação e maior eficiência produtiva através da adoção de monoculturas (com dedicação aos cultivos com melhor aceitação no mercado), a separação entre a produção animal e vegetal e a gradual mecanização dos processos agrícolas (LOURENÇO et al., 2016). A adesão a essas inovações, associada à ideia de superação de métodos ultrapassados, levou ao abandono de práticas como a rotação de cultura e a associação entre cultivo e pecuária (LUZZARDI, 2006).

A promoção do uso do maquinário e os fertilizantes químicos foram aos poucos moldando o desenvolvimento da agricultura associada à indústria, em uma relação de dependência. No mesmo período, a consolidação do capitalismo como sistema econômico e a expansão do setor urbano-industrial geraram uma alta demanda de abastecimento de alimentos, o que serviu como justificativa para adoção em massa da agricultura moderna (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Entre as décadas de 60 e 70, as práticas da agricultura moderna formaram o pacote da revolução verde. Segundo Luzzardi (2006), a revolução verde teve como objetivo melhorar o desempenho dos índices de produtividade agrícola, a partir da adoção de práticas tecnológicas, como o uso de variedades geneticamente modificadas, fertilizantes minerais solúveis, agrotóxicos biocidas e a mecanização dos processos de irrigação, plantio e colheita, voltadas para produção de monoculturas.

A revolução verde ameaça diretamente o conhecimento tradicional das comunidades, causa perdas na biodiversidade e impactos ambientais, contribuindo para a desigualdade social e econômica no meio rural, e o abandono dos modos de vida no campo (ALTIERI, 2010). As consequências ecológicas da industrialização da agricultura são a contaminação de solos, corpos d'água e alimentos; intoxicação dos

---

processo essencial para produtividade agrícola (LUZZARDI, 2006). A produtividade passa a ser diretamente proporcional ao *input* de fertilizantes químicos, e o solo é compreendido como um simples substrato onde essas substâncias transitam (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

<sup>13</sup> Ao longo do século XX, com o desenvolvimento de armas químicas (e a proibição de uso após a segunda guerra mundial) os elementos básicos para a produção de agroquímicos biocidas trouxeram um novo elemento para a agricultura moderna combater os organismos denominados “pragas” (insetos, fungos entre outros). Khatounian (2001) destaca essa associação entre as tecnologias bélicas e os agrotóxicos, sendo que os herbicidas também foram desenvolvidos a partir do uso do agente laranja na guerra do Vietnã. Nesse mesmo período foram desenvolvidas variedades adaptadas ao uso desses agrotóxicos, denominados de organismos geneticamente modificados (GMOs).

(as) trabalhadores (as) rurais; erosão, compactação e perda da fertilidade do solo; perda da biodiversidade e da qualidade dos alimentos; e o surgimento de novos organismos, em status de “praga”, resistentes aos agrotóxicos utilizados (ALTIERI, 2010).

Na agricultura tradicional os (as) agricultores (as) dominavam o manejo da fertilidade do solo, e o conhecimento sobre as variedades de espécies mais adaptadas à região. Com a agricultura moderna houve a perda da autonomia dos(as) agricultores (as), que não controlam mais os meios e processos da produção agrícola, e acabam dependentes do conhecimento técnico, capital para investimento no maquinário e insumos necessários, aplicando o protocolo de cultivo reducionista, padronizado e massificado (SOGLIO, 2016). A dependência às inúmeras inovações tecnológicas que maximizam o lucro, desconecta a prática da agricultura aos ciclos bioquímicos dos não humanos e recursos naturais, junto dos quais se desenvolve a agricultura.

Ao final do século XX e início do século XXI, a industrialização da agricultura promoveu uma cadeia produtiva, com a produção agrícola, transformação agroindustrial e distribuição de produtos finais (SOGLIO, 2016), dando corporeidade ao agronegócio (termo proposto por Goldberg em 1968). Essa agricultura moderna fornece matéria-prima às indústrias e, ao mesmo tempo, passa a ser consumidora do setor industrial, devido a incorporação de maquinário e insumos agrícolas, retroalimentando esse sistema (ELICHER, 2002).

Segundo Soglio (2016), o agronegócio reduz o conceito de agricultura a perspectiva da modernidade, globalização e crescimento econômico, quando deveria ser compreendida como a gestão do ambiente, atrelada a cultura humana, aos hábitos alimentares e religiosidades.

O objetivo do agronegócio não é alimentar a população humana, e muito menos valorizar aspectos culturais, mas assegurar ganhos econômicos através das trocas de mercadorias ao longo das cadeias de produção e mediante o acesso a mercados globais (SOGLIO, 2016, p.13).

A agricultura moderna contribui para a insegurança alimentar, pela diminuição da produção de autoconsumo e ameaça à saúde pelo uso de agrotóxicos e consumo de alimentos contaminados. Somado a isso, há uma padronização dos hábitos alimentares, formação de cadeias longas de abastecimento e consumo de produtos ultra processados, gerando uma influência do mercado internacional no provimento alimentar doméstico e nos preços dos alimentos, o que também contribui para insegurança alimentar (TRICHES, 2015). Na agricultura globalizada, o acesso ao

alimento não é mais encarado como direito humano, mas como produto de troca e venda, que sustenta economias de países como o Brasil (SOGLIO, 2016).

A questão agrária no processo de modernização da agricultura provoca a mercadorização da terra regulada pelos interesses do agronegócio e a interferência e modulação da legislação associada, desconsiderando a função social da terra e promovendo a expropriação de povos tradicionais, camponeses, pequenos produtores e agricultores familiares (DELGADO, 2017). Além disso, a maior concentração de terras e o êxodo rural também são consequências da mecanização dos processos agrícolas e substituição da mão-de-obra. Muitas famílias agricultoras foram excluídas do modelo de modernização pela falta de capital de investimento e por condicionamentos da paisagem, como propriedades pequenas em locais de relevo acidentado, que impediram a inserção de maquinário e produção em larga escala (ZANONI, 2004).

Este projeto foi implementado com excelência nos países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil. A modernização da agricultura no Brasil é considerada conservadora porque, mesmo com inclusões tecnológicas e integração à indústria, mantém inalterado a concentração de terra em grandes latifúndios e a exclusão de pequenos agricultores familiares. De acordo com Wanderley (2019), a concentração de terras no Brasil é uma forma de dominação social que distingue aqueles a serem reconhecidos, ou não, como capazes de promover o novo modelo desenvolvimento agroindustrial.

Na década de 1970, com a consolidação da indústria brasileira, a adoção global do pacote tecnológico da Revolução Verde e o interesse internacional em produtos agrícolas, houve o estabelecimento da relação de interdependência entre o setor agrícola e a indústria, favorecendo a produção em larga escala de culturas de exportação (SILVA; BOTELHO, 2014). Nesse mesmo período, a extensão rural já vinha sendo utilizada pelo Estado como uma ferramenta de indução da modernização, disseminando as práticas do pacote da Revolução Verde.

O período de adesão e intensificação profunda às propostas da Revolução Verde, foi durante o regime militar, devido a política desenvolvimentista que buscava fortalecer a inserção do Brasil no mercado internacional (ZANONI, 2004). Esse período foi marcado por forte repressão as organizações sociais do campo e o sindicalismo rural com pautas voltadas a questão agrária no país. Com a redemocratização gradual ao longo da década de 1980, esses atores sociais ganham

espaços de discussão para retomar as questões dos agricultores (as) de base familiar excluídos do processo de modernização agrícola (WANDERLEY, 2014). Segundo a autora,

O ponto de partida dessa discussão, eminentemente política, é o reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho (WANDERLEY, 2014, p.S030).

De acordo com Wanderley (2019) o projeto de modernização foi explicitamente direcionado para as grandes propriedades que responderiam as transformações tecnológicas, justificando a exclusão de pequenos(as) agricultores (as) do campo, tanto do acesso à terra quando ao capital. Dessa forma, os grandes latifundiários foram gradualmente tornando-se os empresários modernos, com garantia do Estado de acesso aos programas de crédito e serviços de infraestrutura (WANDERLEY, 2019). Ademais, a autora aponta que a modernização da agricultura ocorreu de forma desigual nas diferentes regiões do país, com maior investimento no Sul e Sudeste do Brasil.

Como resultado desse modelo de desenvolvimento agrário, há a pobreza e apagamento das famílias agricultoras, que resulta no êxodo rural e o inchaço das periferias urbanas (WANDERLEY, 2019). As más condições de vida e insegurança jurídica de apropriação da terra são alguns fatores que refletem os efeitos da agricultura moderna. Os conflitos agrários pelo controle dos recursos e do território, e os ataques contra as comunidades tradicionais, os povos das águas e das florestas são históricos e atuais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz um acompanhamento desses conflitos desde 1985 e contabiliza 56 massacres e 293 vítimas fatais (CPT, 2021). Ainda que essa temática não tenha sido citada diretamente pela comunidade em estudo, destacamo-la aqui devido a sua relevância para compreensão do mundo rural brasileiro<sup>14</sup>.

Na década de 1990 houveram espaços de debate e luta pelo reconhecimento da agricultura camponesa de base familiar que resiste nos interstícios dos grandes latifúndios monocultores, como uma estratégia de resistência a agricultura industrial

---

<sup>14</sup> Para mais informações sobre os conflitos agrários sugerimos o site da CTP e a publicação “Conflitos no Campo Brasil” de 2020 disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>> Acesso em: 21 março de 2022.

moderna, criando espaços para reprodução do seu modo de vida (Wanderley, 2014). O cenário rural brasileiro manteve, de certa forma, a dicotomia mencionada anteriormente, grandes latifúndios com monoculturas de cereais e produção pecuária voltadas à exportação, e as diferentes formas de agricultura de base familiar, muitas delas associadas à produção diversificada de pequena escala e para autoconsumo.

A partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) a agropecuária no Brasil ocupa 351 milhões de hectares, sendo que 23% corresponde a estabelecimentos da agricultura familiar (com aumento de 6% em relação ao Censo de 2006). Em relação ao tamanho dos estabelecimentos, 81,5% tem área entre 1 e 50 ha. Ou seja, a maior parte dos estabelecimentos são pequenas propriedades, enquanto 1% dos estabelecimentos dominam quase 50% do território agropecuário. Há cerca de 15,1 milhões de pessoas ocupadas, sendo que 67% atuam na agricultura familiar (com diminuição de 8,8% em relação ao censo de 2006). Desse total, 74,8% dessas pessoas tem entre 25 e 65 anos e a taxa de analfabetismo é de 23%.

A produção da agricultura familiar no Brasil estimada é de 107 bilhões de reais, o equivalente a 23% do total (IBGE, 2017). Em relação as cooperativas, no Brasil há 579,6 mil estabelecimentos associados (um aumento de 67,3% em relação ao Censo 2006), sendo que 71,2% são da agricultura familiar e 70,6% dos estabelecimentos cooperados tem área entre 1 e 50 ha. Os estados da região Sul apresentam os maiores percentuais de estabelecimento cooperados. Segundo Mattei e Michelin (2021) entre os Censo agropecuário de 2006 e 2017, houve uma diminuição no percentual de estabelecimento que praticam agricultura orgânica, representando uma taxa de 1,35% do total de estabelecimentos em 2017. Não havendo dados específico no Censo agropecuário 2017 sobre agricultura orgânica e agroecológica, consideramos relevantes os dados em relação as técnicas de cultivo. A adubação orgânica foi realizada por 12% dos estabelecimentos, e outros 11% fizeram uso integrado de adubação orgânica e química (IBGE, 2017).

Quanto ao uso de agrotóxicos 35% dos estabelecimentos fazem uso dessas substâncias, um aumento de 6% em relação aos dados de 2006 (MATTEI; MICHELON, 2021). Segundo os autores, a expansão do uso de sementes transgênicas contribuiu para esse aumento. Além disso, dados sobre a contaminação da água, intoxicação e compra de agrotóxicos são alarmantes no Brasil. Segundo dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), entre 2014 e 2017 foram detectados 27 tipos de agrotóxicos em

uma em cada quatro cidades do Brasil (ARANHA; ROCHA, 2019). Segundo Bombardi (2017), entre 2007 e 2014 foram registrados 25.106 casos de intoxicação por agrotóxico, com a ressalva de subnotificação de 1:50.

Desde 2012 o Brasil é o maior importador mundial de agrotóxicos (MATTEI; MICHELLON, 2021). Nos últimos quatro anos, o governo trabalhou para tornar mais flexível a inserção de pesticidas no país, e entre 2019 e junho de 2020 foram aprovados cerca de 680 agrotóxicos (SOUZA et al., 2020). Algumas das estratégias para flexibilização foram mudanças nos critérios técnicos e científicos para avaliar os pesticidas (excluindo testes de avaliação de toxicidade e mudando a categoria de risco dos produtos<sup>15</sup>) e baixar os impostos sobre a compra desses produtos (SOUZA et al., 2020). A maioria destas decisões foi tomada em meio à pandemia da covid-19, que foi vista pelo governo Bolsonaro como uma oportunidade para atender às demandas políticas e econômicas de suas bases aliadas, a exemplo da bancada ruralista, que ameaçam os direitos constitucionais de acesso a um ambiente equilibrado, saúde, alimentação e segurança nutricional.

O agronegócio no Brasil representa grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB), principal medida de crescimento econômico, que não considera o reflexo desse valor na qualidade de vida das pessoas. Segundo Wanderley (2019),

O sucesso, medido em toneladas de produtos, não esconde o descompromisso deste modelo com a questão social – o crescente desemprego que afeta os trabalhadores agrícolas e a expulsão massiva da população rural – com a questão ambiental – o desgaste dos recursos naturais – e com a questão fundiária – a permanência de terras improdutivas nas áreas rurais brasileiras. [...] Essa via do desenvolvimento é uma via dolorosa, pela sua natureza antissocial, antieconômica e predatória (WANDERLEY, 2019, p. 2019).

No ano de 2020, mesmo diante do cenário de crise sanitária, política e econômica, o agronegócio brasileiro contribuiu com 26,6% do PIB nacional, um equivalente a R\$ 2 trilhões (CEPEA, 2021). Ao mesmo tempo, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil mostrou que 12% das famílias entrevistadas no meio rural enfrentavam situação de Insegurança Alimentar Grave (Fome), e 48% estavam em situação de insegurança alimentar leve a moderada (Rede PENSSAN, 2021). Diante disso, é possível perceber

---

<sup>15</sup> No Ato nº 20, de 23 de março de 2020 do Diário Oficial da União, é possível acompanhar as mudanças na classificação dos agrotóxicos, a exemplo do Roundup Original Mais (ou glifosato, o herbicida mais vendido no Brasil) que foi reclassificado da categoria II “Altamente tóxico” para a categoria “Produto Não Classificado”. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-n-20-de-23-de-marco-de-2020-249804391> > Acesso em: 29 jan 2022.

as finalidades do investimento no setor agropecuário no Brasil, que consegue produzir aumento nas taxas de produção e rendimento, ao mesmo tempo em que cerca de 20 milhões de pessoas passam fome.

A fome dentre a população não está relacionada somente a falta de alimentos, mas ao consumo de produtos com baixo teor nutricional, como os ultra processados. Segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), um fator crescente de má nutrição é a obesidade que atinge um em cada quatro adultos na América Latina e Caribe, e 8,2% das crianças na América do Sul (OPAS, 2021). Durante a pandemia da Covid-19, o aumento nas taxas de desemprego e dos preços dos alimentos favoreceu o consumo de produtos de baixo valor nutricional.

No governo Bolsonaro, com base na ideologia antiecológica favorecendo a bancada ruralista no congresso, vivenciamos os processos de expansão das fronteiras agrícolas, especialmente durante o período da pandemia da covid-19, onde a crise sanitária e econômica foi utilizada como cortina de fumaça para “passar a boiada<sup>16</sup>” (PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021). Neste mesmo período, vimos o aumento do desmatamento na Amazônia, queimadas no Pantanal e Cerrado, violência e conflitos agrários, destruição dos biomas e perda de biodiversidade, que geram alterações climáticas (a exemplos das enchentes na Bahia e Minas Gerais e a seca no Sul do Brasil no início de 2022).

Esses exemplos de impactos socioambientais ilustram as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas populações urbanas e rurais. Esse resgate histórico do estabelecimento da agricultura moderna e do agronegócio, seus impactos nas dinâmicas agrícolas, assim como os dados atuais da agricultura no Brasil aliadas as questões ambientais do agrotóxico, da fome e retrocessos ambientais, são elementos que auxiliam a compreender o tema da pesquisa no contexto histórico-político do Brasil. O modelo agrícola atual é resultado de um histórico de investimentos do Estado e enfrentamento social que vão moldando o papel social dos pequenos produtores de base familiar, como as famílias participantes da pesquisa.

O processo de transição agroecológica é uma resposta de enfrentamento das famílias a esse modelo de modernização agrícola industrial. Observa-se no caso deste

---

<sup>16</sup> Termo utilizado pelo ministro do meio ambiente Ricardo Salles durante uma reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, em referência a oportunidade de aprovação de reformas de amplo debate relacionadas a pasta ambiental, durante o período da pandemia, quando as atenções estariam voltadas as questões de saúde pública e enfrentamento da crise.

estudo que os (as) participantes da pesquisa buscam formas de subsistência no campo, assim como a valorização dos seus modos de vida e sua contribuição para produção de alimentos. No próximo item iremos discutir as origens da agricultura alternativa em resposta a agricultura moderna. Além do histórico, iremos apresentar algumas políticas públicas voltadas a agricultura familiar, orgânica e agroecológica que estão presentes no cotidiano das famílias da OCS Renascer.

### **1.2.2 O movimento da agricultura alternativa, orgânica e agroecologia: histórico e políticas públicas brasileiras**

O movimento da agricultura alternativa tem sua origem associada à oposição ao uso dos fertilizantes químicos, que marcam o início da agricultura moderna. Desde o início do século XX, esses grupos já se posicionavam contrárias ao uso de insumos químicos e defendiam o uso de matéria orgânica, rotação de cultura e outros processos biológicos (LOURENÇO et al., 2016).

Na primeira metade do século XX, diferentes iniciativas de agriculturas alternativas<sup>17</sup> ao modelo “convencional<sup>18</sup>” foram surgindo, sob diferentes denominações, orientações científicas e filosóficas. A agroecologia, que já vinha sendo desenvolvida enquanto ciência em diversos países (NORDER et al., 2016), surge na América Latina como um movimento político e social de pequenos (as) agricultores (as) e camponeses (as), preocupados com a crescente exclusão social (consequência da modernização agrícola), a preservação ambiental, e valorização socioeconômico e a manutenção dos seus modos de vida (KHATOUNIAN, 2001). Os conceitos de agricultura orgânica e agroecologia se aproximam da autoidentificação dos (as) participantes da pesquisa, e serão melhor explorados no subcapítulo 1.3.

---

<sup>17</sup> A partir de Khatounian (2001), destacamos aqui a agricultura Biodinâmica que surge na Alemanha, propondo uma abordagem sistêmica da agricultura com ênfase no equilíbrio gerado pela associação com a criação de bovinos. A agricultura Orgânica na Inglaterra, com ênfase na manutenção da fertilidade do solo a partir do uso de esterco composto. A agricultura Natural no Japão, voltada aos benefícios dos microrganismos (origem da técnica dos Microrganismos Eficientes). A agricultura Biológica na França, que deu origem aos princípios da agricultura ecológica, somando os conhecimentos acumulados das experiências anteriores e propondo uma relação de equilíbrio com o meio ambiente. A permacultura na Austrália, propondo a reconstrução de ecossistemas naturais com culturas perenes, especialmente árvores (KHATOUNIAN, 2001).

<sup>18</sup> A adoção em massa do modelo de agricultura moderna, especialmente nos Estados Unidos, fez com que se denominasse de “convencional” o paradigma de produção agrícola industrial (KHATOUNIAN, 2001).



O movimento da agricultura alternativa ganhou visibilidade junto ao movimento ecológico dos anos 1960, que emerge em resposta aos impactos ambientais da industrialização e da revolução verde (WEZEL et al., 2009). Além dos estudos relacionados as correntes de agriculturas alternativas supracitado, destacamos a publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson em 1962, que evidenciou os impactos do uso de agrotóxicos sobre a biodiversidade e saúde humana. Além disso, os movimentos promoveram a preocupação com os hábitos alimentares e a busca por alternativas saudáveis, livres de resíduos químicos, e cujo processo de produção causasse menos danos ao ambiente (LOURENÇO et al., 2016).

De maneira geral, a agricultura alternativa<sup>19</sup> se opõe ao uso de insumos químicos e biocidas, buscando a integração entre os elementos humanos e não-humanos, a fim de construir e conservar um agroecossistema biologicamente diverso e resiliente às mudanças ambientais (FERGUSON; LOVELL, 2014). Além disso, preza pela segurança alimentar e é localmente organizada, a partir dos limites ecológicos da região e demandas das comunidades (SOGLIO, 2016). Para Luzzardi (2006) uma agricultura alternativa ao modelo moderno hegemônico, pensada a partir da racionalidade ambiental, tem como base:

[...] a participação dos agricultores e agricultoras, a equidade, o direito à pluralidade e autodeterminação das comunidades locais, compreendendo a biodiversidade como patrimônio coletivo e instrumento de inclusão social (LUZZARDI, 2006, p.56).

No Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) foi de intensa industrialização, com incentivo a implantação do modelo moderno de agricultura aos moldes da revolução verde. Devido à supressão violenta de organizações sociais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e ações da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)<sup>20</sup> tiveram um papel importante de ação junto as famílias agricultoras, valorizando as práticas locais, incentivando o uso de técnicas alternativas, práticas de autoconsumo, bem como formas de associativismo e cooperação (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

---

<sup>19</sup> Utilizamos o termo “agricultura alternativa” como um conceito guarda-chuva, incluindo diferentes propostas como a agricultura orgânica e a agroecologia.

<sup>20</sup> Na área de estudo o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma referência no trabalho de incentivo à agroecologia entre pequenos produtores, ligado à igreja luterana, comum em regiões de colonização alemã e com atuação no contexto de estudo.

Na região Sul, a agricultura alternativa e a agroecologia surgem em iniciativas locais isoladas, que iniciam o processo de ecologização dos sistemas de produção (CAPORAL; PETERSEN, 2012). Em 1983, a partir de um trabalho de diagnóstico do campo brasileiro, foi criado o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) (NIEDERLE et al., 2019). Em 1988 formou-se a rede PTA, cujas equipes locais deram origem as ONGs autônomas nas diferentes regiões do país, algumas com apoio de movimentos sociais e sindicais (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Em 1981 profissionais, pesquisadores e estudantes vinculados às ciências agrárias participaram do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa um dos primeiros esforços de mobilização nacional (MONTEIRO; LONDRES, 2017), ainda com caráter técnico, que posteriormente teve a inclusão de movimentos sociais assumindo um caráter mais político<sup>21</sup>. A mobilização desses grupos promoveu a aprovação da Lei dos agrotóxicos em 1989. Monteiro e Londres (2017) ressaltam que a lei foi um marco no sentido de uso oficial de agrotóxico ao invés do eufemismo “defensivo agrícola”.

Após, a partir da assimilação da ideia de desenvolvimento sustentável na década de 90 (influência direta da Rio-92), os movimentos sociais passam a se articular a partir de redes locais e regionais. Há um aumento gradativo na demanda de produtos livres de agrotóxicos, maior adesão de agricultores ao modelo de produção ecológica e encontros e congressos sobre agroecologia (BRANDENBURG, 2017). Nesse contexto, podemos destacar a formação da feira da cooperativa Coolmeia em Porto Alegre em 1989, uma das primeiras e maiores feiras agroecológicas do Brasil (MOURA, 2017), bem como a Rede Ecovida de Agroecologia (nome atual) em 1998, atuantes nos três estados do Sul e pioneira no trabalho de certificação participativa (NIEDERLE et al., 2019).

---

<sup>21</sup> A partir de 2002, com o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), houveram diversos encontros sobre o tema criando um importante espaço de diálogo entre diferentes movimentos e organizações a partir dos Encontros Nacionais de Agroecologia (NIEDERLE et al., 2019). Dois anos depois há a formação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) voltada para pesquisa e ações de construção do conhecimento agroecológico.

Ainda na década de 90<sup>22</sup>, as questões nutricionais, alimentares e sustentáveis ganham espaço na agenda governamental, e dá abertura para que os movimentos sociais ligados a agroecologia e agricultura orgânica, participem dos debates institucionais, a exemplo do MPA, movimento do qual fazem parte duas das famílias da OCS Renascer. Destacamos a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) (MOURA, 2017). Vale ressaltar a criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO) em 1995, organizado por ONGs, o Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e universidades que passaram a organizar os princípios que deram origem a legislação atual (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

O questionamento, por parte da sociedade civil, a respeito do modelo agrícola da revolução verde disseminado pela maioria dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e junto aos assentamentos, levou ao desenvolvimento de projetos<sup>23</sup> de agricultura alternativos. A Emater-RS teve grande influência na formulação dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) institucionalizados em 2010. Segundo Caporal e Petersen (2012) a empresa foi reconhecida nacionalmente pela adoção dos princípios agroecológicos na orientação das ações da ATER, comprometida com a sustentabilidade. Ao longo dos anos e com as mudanças governamentais e de gerência da empresa, houve um afastamento dessa proposta, ainda que os ideais tenham sido incluídos no texto da PNATER de 2010.

A construção da agroecologia no Brasil esteve ligada a defesa da pequena agricultura familiar e camponesa, cuja base social apresentava formas sustentáveis

---

<sup>22</sup> Nesse mesmo período, o movimento da agricultura orgânica se articula com o poder público para inserção no mercado de produtos orgânicos. Essa demanda resulta na Instrução Normativa (IN) Nº 007 em 1999 que estabelece “as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal,” (MAPA, 1999). Posteriormente em 2002 a IN Nº 006 define os procedimentos para credenciamento de entidade de avaliação da conformidade orgânica por auditorias, porém sem contemplar os processos participativos (MOURA, 2017).

<sup>23</sup> Como exemplo inicial houve o projeto Lumiar em 1997 que, em parceria com ONGs, promoveu a reflexão sobre o modelo produtivo em assentamentos da reforma agrária. Segundo Monteiro e Londres (2017) a Bionatur é outro exemplo de experiência com origem em um assentamento no Rio Grande do Sul, que hoje é referência na produção de sementes agroecológicas de hortaliças. Os membros e membras da OCS Renascer são consumidores de sementes da Bionatur.

de desenvolvimento rural (CAPORAL; PETERSEN, 2012). A agricultura familiar é uma ideia-força que resulta de luta política sindical, de movimentos sociais e organizações de agricultores (as), para construção de uma identidade e categoria política<sup>24</sup>, afim de lutar por direitos sociais para agricultores de base familiar, tendo em vista a diversidade de realidades rurais brasileiras e o processo histórico das diferentes regiões do país (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017).

No contexto da agricultura alternativa, destacamos o papel do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), vinculado a Via Campesina, que buscou resgatar a identidade camponesa dos agricultores em oposição ao agronegócio. Dentre as suas pautas destacamos o incentivo à agroecologia e produção de alimentos saudáveis, valorização de espécies nativas, conhecimento tradicional e variedades crioulas, defesa da reforma agrária, limite de tamanho das propriedades, entre outros (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017).

Segundo Grisa (2010) no final dos anos 1990 o MPA teve papel fundamental para reascender as demandas da pequena produção, participando ativamente nas discussões acerca da elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>25</sup>, por exemplo, conquistando linhas de crédito especiais para incentivar iniciativas de agricultura de base agroecológica e processos de transição para agricultura sustentável. Além do PRONAF, destacamos abaixo algumas políticas que estão presentes no cotidiano das famílias participantes, como os programas de compras institucionais, os serviços de extensão rural e assistência técnica e as políticas de crédito fundiário.

Quanto aos programas de compras institucionais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Lei nº 10.696 de 2003) foi a primeira política pública voltada a agricultura familiar que foi associada a política de segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2010). Em 2004, foi elaborada uma proposta de acréscimo de 30% no valor de produtos de origem orgânica e agroecológico (GRISA, 2010), o que beneficiou

---

<sup>24</sup> Para maiores informações sobre o processo de construção da categoria política agricultura familiar sugerimos a leitura de Picolotto e Medeiros (2017).

<sup>25</sup> A criação do PRONAF em 1996 (Decreto Nº 1.946/96) representa um marco legal a partir do qual muitos (as) agricultores (as) passaram a se identificar nessa categoria, buscando a inclusão nas políticas públicas relacionadas. Segundo o texto do decreto, o PRONAF tem a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996).

famílias como as que compõem a OCS Renascer que, a partir da creditação orgânica, passaram a obter um maior valor sobre os seus produtos.

Além do PAA, destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja origem remete a década de 1940. Hoje o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, segundo a lei 11.947 de 2009, 30% do recurso deve ser utilizado para compras de produtos oriundos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária e as comunidades indígenas e quilombolas (TRICHES, 2015).

Em relação a assistência técnica e extensão rural, em 2010 foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)<sup>26</sup> pela Lei nº 12.188. Dentre os objetivos da política destaca-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável, apoio ao associativismo e cooperativismo, desenvolvimento de ações voltadas ao uso, manejo e proteção dos recursos naturais e biodiversidade, apoio ao desenvolvimento de sistemas considerando o conhecimento científico, empírico e tradicional, bem como a integração com a pesquisa (BRASIL, 2010).

Em relação as políticas fundiárias no Brasil, salientamos as iniciativas de crédito fundiário do final da década de 1990 (como o projeto Banco da Terra em 1998) e a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2003 com linhas específicas de combate à pobreza rural e financiamentos coletivos, e a linha de consolidação da agricultura familiar. Três das seis famílias da OCS Renascer foram beneficiadas pelo programa Banco da Terra o que garantiu sua estabilidade em relação a propriedade da terra.

Niederle et al. (2019) apontam que o espaço político e institucional aberto pelas políticas relacionadas à agricultura familiar favoreceram a institucionalização da agricultura orgânica e agroecologia. Tendo em vista que a preocupação com o

---

<sup>26</sup>A atuação da Emater-RS contribuiu para a formulação inicial da proposta da PNATER, apoiando o desenvolvimento de um projeto rural ecossocial, com incentivo à agroecologia e transição agroecológica que refletia a diversidade da agricultura familiar. No entanto, ao longo da sua formulação, através de disputas e interesses divergentes, o termo agroecologia não foi inserido no texto final da lei, fazendo referência somente a adoção de princípios da agricultura de base ecológica (DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015).

combate à fome, miséria e garantia de segurança alimentar e nutricional<sup>27</sup>, constituíram algumas das pautas da agenda governamental a partir de 2003.

Em 2003 foi criada a Lei nº 10.831 a partir da qual foram estabelecidos critérios de caracterização do sistema orgânico de produção agropecuário e sua finalidade (BRASIL, 2003). As principais características são:

A otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes (BRASIL, 2003).

Segundo a lei, o conceito de “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial” abrange os sistemas ecológicos, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que adotem os princípios legais estabelecidos (BRASIL, 2003). A lei foi regulamentada em 2007 a partir do Decreto nº 6.326 que estabelece as condições obrigatórias relacionadas a comercialização e certificação orgânica, as Comissões de Produção Orgânica nacional (CNPOrg) e estaduais, bem como o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg) e as penalidades previstas para infrações ou não cumprimento da legislação<sup>28</sup> (MOURA, 2017).

No Brasil existem três formas de garantia de qualidade orgânica, através de auditorias (realizadas por empresas credenciadas junto ao MAPA), os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC), e o controle social através das Organizações de Controle Social (OCS) (BRASIL, 2007). Segundo publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) referente a constituição de OCS, o controle social “é um sistema mais simples de controle sobre a conformidade orgânica”

---

<sup>27</sup> Como exemplos podemos citar a reestruturação do Consea, a criação Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Programa Fome Zero (MOURA, 2017).

<sup>28</sup> Desde de 2009 diversas instruções normativas (IN) foram sendo publicadas pelo governo Federal com regulamentações técnicas sobre práticas e substâncias permitidas, armazenamento e transporte, detalhamentos sobre a produção aquícola, sementes, mudas e cogumelos comestíveis, entre outras especificações. Uma lista detalhada das IN e da legislação associada a produção orgânica e agroecológica pode ser consultada no “Guia Prático de formação de Organizações de Controle Social (OCS) elaborado pelo MAPA (MAPA, 2020). O arquivo está disponível no link < <https://ipam.org.br/bibliotecas/guia-pratico-formacao-de-organizacoes-de-controle-social-ocs/>>.

(MAPA, 2020, p.13). Uma OCS é constituída por um grupo, associação ou cooperativa de agricultores familiares<sup>29</sup> devidamente cadastrado junto ao MAPA, organizados em um processo de geração de credibilidade e responsabilidade solidária, a partir da integração de pessoas (como consumidores) e instituições (como a Emater) sustentado pela participação, comprometimento, confiança e transparência, reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2007).

Tanto as auditorias quanto as OPACs podem realizar a comercialização direta e indireta com uso do selo SisOrg, o que garante acesso a um amplo mercado. No entanto, os produtos oriundos de OCS se restringem a venda direta ao consumidor e mercados institucionais (como o PAA e o PNAE), sem uso do selo de certificação orgânica. As famílias que constituem uma OCS possuem uma declaração de cadastro junto ao MAPA, que deve ser exposto, no caso de vendas através de feiras, contendo a seguinte frase “Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeito à certificação de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003” (BRASIL, 2003).

Em 2012, a partir do Decreto nº 7.794, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com programas e ações de incentivo a transição agroecológica e produção orgânica e de base agroecológica, visando o desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, uso sustentável dos recursos e produção e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012). Segundo Niederle et al. (2019) a construção da PNAPO foi um importante momento de diálogo e articulação entre o poder público e a sociedade civil, articulado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), promovendo uma diferenciação entre agricultura orgânica e agroecologia. Segundo a PNAPO, a transição agroecológica é compreendida como,

Processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

---

<sup>29</sup> Os membros e membras da OCS devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um documento que os enquadra na categoria política de agricultores (as) familiares, garantindo acesso às políticas públicas destinada a esse público.

Como instrumento da PNAPO, foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) com a finalidade de destinar fundos públicos para articular as ações propostas na PNAPO. O PLANAPO teve duas edições, o PLANAPO I (2012 – 2015) e o PLANAPO II (2016 – 2019), porém foi descontinuado no atual governo Bolsonaro<sup>30</sup>. Segundo Caporal e Petersen (2012) o incentivo a transição agroecológica ainda são pontuais e isolados, incluídos em projetos e programas específicos, não constituindo uma política de Estado. Ainda que a publicação dos autores seja anterior a PNAPO e a PLANAPO, essa consideração reflete a realidade atual, quando consideramos o desmantelamento dessas políticas entre os anos de 2016 e 2021, após o golpe e impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e a mudança na postura política do governo Temer e Bolsonaro, favorecendo as bases aliadas como a Bancada Ruralista<sup>31</sup>.

Ainda em 2017, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (como mencionado no item anterior) representou o fim da coexistência de políticas públicas para a agricultura familiar e o agronegócio. Da mesma forma, a transferência de gestão do PRONAF para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) no MAPA reforçou a lógica de que seu incentivo é voltado para o processo de modernização agrícola (NIEDERLE et al., 2021). Segundo os autores, a estratégia de desmantelamento por inefetividade<sup>32</sup> foi utilizada em relação a PNATER, através da redução orçamentária (que já ocorria desde 2016), e que, juntamente das mudanças nas representações na CNPOrg e nas instruções técnicas para o uso de substâncias (a partir de 2019), apresentam um projeto que favorece a produção orgânica em larga escala e as empresas que produzem insumos orgânicos.

Segundo dados do MAPA, atualmente há 26.622 pessoas cadastradas na produção orgânica, 13 certificadoras, 28 OPACs e 374 OCS espalhadas pelo Brasil

---

<sup>30</sup> A descontinuação do PLANAPO esteve ligada à extinção da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) que eram responsáveis pela gestão e monitoramento do PLANAPO (NIEDERLE et al., 2021).

<sup>31</sup> Segundo Wanderley (2019) a Bancada Ruralista tem sua origem na década de 1980 com a fundação da União Democrática Ruralista (UDR) por empresários rurais sob o interesse compartilhado de defesa da propriedade da terra.

<sup>32</sup> De acordo com Niederle et al. (2021), a estratégia de desmantelamento políticas públicas por inefetividade se refere a omissão, por parte dos atores responsáveis, em atribuir os mecanismos de execução de uma política, por exemplo, fornecer orçamento, realizar atribuição de cargos e aprovação de projetos. A política não é extinta, mas não há ferramentas e recursos necessários para sua execução efetiva.



(MAPA, 2022). No Rio Grande do Sul há quatro OPAC e 28 OCS, sendo que a Associação Regional Dos Produtores Agroecologistas Da Região Sul (ARPA-SUL) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA (Sul Ecológica) abrangem a região de Morro Redondo, assim como a OCS Renascer que é exclusiva do município. A ANA mapeou 721 iniciativas municipais de políticas públicas que valorizam a agroecologia, a segurança alimentar e a agricultura familiar e camponesa (ANA, 2022). No Brasil há cerca de 34 grupos de consumo responsável integrando redes de comércio solidário. Cinco grupos estão localizados na região Sul, sendo três registrados no RS, são eles: Grupo de Abastecimento Araçá, Cooperativa GiraSol e Associação Bem da Terra, essa última abrange a região de Pelotas, incluindo Morro Redondo.

Neste item buscamos apresentar brevemente a origem do movimento da agricultura alternativa a nível mundial, alinhada ao movimento ecológico, e como essas dinâmicas ocorreram no cenário brasileiro, desde o final do século XX. A agricultura alternativa, orgânica e agroecológica no Brasil, foram desenvolvidas por ONGs, Comunidades Eclesiais de Base e movimentos sociais que atuavam junto aos agricultores, fomentando ações locais e fortalecendo a luta de pequenos agricultores de base familiar que buscavam uma alternativa ao modelo de desenvolvimento da agricultura moderna industrial.

Apresentamos também as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e agricultura orgânica e agroecologia, localizando a legislação que orienta a formação de OCS, a partir da qual as famílias participantes da pesquisa se organizam. Ademais, pontuamos alguns retrocessos que vem ocorrendo nos últimos seis anos que impactam o desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica no Brasil. Essas informações trazem elementos que auxiliam a compreender o contexto histórico e político que contribuem para iniciativas de transição para agricultura de base agroecológica, especialmente quando vinculadas a políticas públicas como é o caso dos participantes da pesquisa.

O estabelecimento da agricultura moderna em nível mundial e nacional é uma expressão do modelo de desenvolvimento capitalista que visa o estabelecimento de mercados internacionais de *commodities* e ignora as externalidades do processo, como a exclusão social e produtiva da pequena agricultura familiar e os impactos ambientais. Esse cenário constitui um conflito socioambiental que está presente na

realidade das famílias da OCS Renascer e, ao mesmo tempo, fomenta o movimento da agricultura alternativa e o próprio processo de transição para agricultura de base agroecológica.

As Políticas e Programas voltados a agricultura familiar e agricultura orgânica e agroecológica destacados, foram mencionados pelas famílias participantes do estudo, demonstrando que, mesmo iniciativas locais, tem relação com o contexto histórico e político amplo no qual estamos inseridos. Enquanto prática que pode estar relacionada com a discussão em educação ambiental crítica, as famílias discutem a influência dessas políticas no seu contexto socioambiental, identificando as consequências do seu desmantelamento e demandando adequações que contribuam para sua qualidade de vida.

No próximo item iremos explorar os conceitos de agricultura orgânica e agroecológica, apontando algumas divergências e aproximações entre os dois, a fim de justificar o uso do termo agricultura de base agroecológica. Ademais faremos uma discussão sobre o significado do processo de transição agroecológica em diálogo com a educação ambiental crítica.

### **1.3 Agricultura familiar de base agroecológica: interfaces entre agricultura orgânica, agroecologia e educação ambiental crítica**

As famílias da OCS Renascer se autodenominam agricultores(as) familiares, pequenos(as) produtores e colonos (mesmo aqueles de origem quilombola). De acordo com Wanderley (2003), os (as) agricultores (as) familiares são atores sociais da agricultura moderna, capazes de adaptar-se as demandas da sociedade, moldados pela ação do Estado através das definições políticas, porém sem necessariamente perder a sua historicidade e excluir seu modo de vida, mas adaptando-se a um mundo em constante transformação.

Um exemplo dessa adaptação é a integração a legislação da agricultura orgânica realizada pelas famílias da OCS, o que não significa um apagamento das tradições sociais do modo de vida rural, mas sim uma transformação que acompanha as múltiplas possibilidades de inserção no mundo moderno. Por exemplo, pode haver integração ao mercado e manutenção das atividades de subsistência e policultivo

(WANDERLEY, 2003). Esse é o olhar que tivemos para buscar compreender a experiência das famílias da OCS Renascer.

O trabalho na agricultura de base agroecológica pode representar uma forma de expressão do modo de vida camponês na moderna agricultura familiar, tendo como princípio a produção de alimento saudável e a preservação do meio ambiente. Segundo Wanderley (2003), essa agricultura alternativa visa estabelecer um pacto social, entre produtor e consumidor, campo e cidade, integrando saberes técnicos, tradicionais e o conhecimento empírico, que vem da prática diária e da experiência dessas pessoas. Além disso, esse pacto com o ambiente revela que esses (as) agricultores (as) conhecem e valorizam as dinâmicas da natureza e seus elementos não humanos, comprometidos com a preservação do ambiente e do seu modo de vida.

Em relação a identificação do grupo quanto ao tipo de agricultura alternativa praticada, encontramos dois termos que emergem de suas falas e práticas: a agricultura orgânica e agroecologia. Para o grupo, a agricultura orgânica significa o não uso de agrotóxico e produção de alimentos saudáveis, além de ser o termo a partir do qual organizam a OCS Renascer (no contexto da legislação da produção orgânica) para fins de garantia da qualidade orgânica. Devido ao uso de ambos os termos pelo grupo em estudo faremos uma discussão acerca do conceito de agricultura orgânica e agroecologia para explicar a nossa opção pelo termo “agricultura de base agroecológica”.

A origem do conceito de agricultura orgânica está ligada ao trabalho de Albert Howard (1943) que, acompanhando agricultores na Índia, identificou que as práticas na agricultura orgânica devem valorizar a fertilidade do solo, a diversidade das plantas e a integração entre as culturas e a criação de animais. Sua proposta envolve o aprendizado a partir dos conhecimentos e técnicas das comunidades rurais, pois sempre há um significado para o que é feito na agricultura por aqueles que dela vivem. Na obra, ele destaca sua oposição aos insumos químicos e monoculturas nos sistemas agrícolas, devido aos seus impactos ambientais e na saúde do solo (HOWARD, 1943).

Abreu et al. (2012) afirmam que a agricultura orgânica tem seus princípios voltados as ciências do solo, formalizados pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) fundada em 1972, a partir da qual foram estabelecidos critérios para o processo de acreditação por auditorias, assim como, um

mercado internacional de produtos orgânicos. Conforme discutido no item anterior, essa demanda foi propulsora da inserção da agricultura orgânica no Brasil.

Alguns autores criticam a agricultura orgânica devido à ênfase em atender as demandas do mercado consumidor por alimentos saudáveis, criando nichos específicos de consumidores com maior poder aquisitivo (ALTIERI; NICHOLLS, 2013; ASSIS; ROMEIRO, 2012). Assis e Romeiro (2012) destacam a importância da postura crítica na produção orgânica, para que o mercado seja um meio e não o objetivo final de desenvolvimento, por isso as políticas públicas e as formas de certificação influenciam diretamente as formas de agricultura orgânica, que podem, ou não, promover redes locais de comercialização solidária e incentivar o desenvolvimento local sustentável (ZAMILPA; RINDERMANN; ORTIZ, 2016).

As formas de certificação participativa e o controle social são exemplos de organização da agricultura orgânica com grande potencial para garantir a segurança alimentar, promovendo redes locais de comércio solidário (com menor valor ao consumidor e retorno direto aos produtores (as)), proporcionando emprego, permanência no campo e o protagonismo dos agricultores (as), sem dependência de indústrias e agentes intermediários (ZAMILPA; RINDERMANN; ORTIZ, 2016).

Além da relação com o mercado, a finalidade da agricultura orgânica está relacionada ao contexto social onde é desenvolvida. Segundo Assis e Romeiro (2002), esses condicionantes podem gerar dois possíveis cenários: um empresarial<sup>33</sup>, com ênfase na produção para o mercado externo; e outra familiar, que produz alimentos saudáveis para o mercado interno e local, como é o caso da OCS Renascer.

Assis e Romeiro (2002) distinguem a agroecologia como uma ciência e a agricultura orgânica como uma prática agrícola, cujo processo social sofre influência das formas como as tecnologias são incorporadas e a forma de inserção no mercado, aproximando-se mais ou menos dos princípios agroecológicos. Concordamos com os autores quanto aos condicionantes da agricultura orgânica, porém as comparações e análises entre as agriculturas supracitadas não precisam ser polarizadas, como afirmam Abreu et al. (2012, p.157) “ambas têm um peso social, ambiental e econômico

---

<sup>33</sup> A agricultura orgânica empresarial origina monoculturas de produção orgânica privilegiando fatores econômicos em detrimento dos princípios agroecológicos (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Mantendo a mesma lógica de produção da agricultura convencional, essa produção orgânica empresarial faz uma substituição de insumos e continua dependente da indústria, a exemplo do uso de adubos orgânicos e produtos fitossanitários.

importante, principalmente para a agricultura familiar.” Segundo os autores, a agricultura orgânica

tem um papel importante como agricultura de base ecológica, devido à sua história (quase um século), aos seus princípios para a ação (conjunto de regras) e práticas codificadas (regulamentos), aos seus controles e certificação, à sua crescente importância econômica e à sua identificação pelos consumidores (ABREU et al., 2012, p. 156).

Ao mesmo tempo, a agroecologia em seu escopo propõe ampliar o conceito atual de agricultura orgânica (ABREU et al., 2012). Diante disso, compreendemos que pode haver uma continuidade entre os conceitos de agricultura orgânica e agroecologia conectadas pelos processos de transição agroecológica, que envolve as intenções e comprometimento dos atores envolvidos com as dimensões socioculturais, políticas, ambientais e econômicas da agricultura.

Em relação a agroecologia Norder et al. (2016) afirma que não é simplesmente uma oposição ao modelo convencional, mas um conjunto de conhecimentos que viabiliza a construção de uma agricultura sustentável e a elaboração de estratégias de desenvolvimento alternativo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Os princípios científicos da agroecologia integram, conhecimentos agrônômicos e ecológicos com as dimensões sociológicas e políticas, promovendo um saber interdisciplinar e um novo paradigma para os agroecossistemas alimentares (ABREU et al., 2012).

Altieri (2004) destaca os aspectos de autorregulação para sustentabilidade dos agroecossistemas agroecológicos, a partir da preservação e ampliação da biodiversidade, para que a complexidade das “interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas” (ALTIERI, 2004, p. 23). Além disso, o autor destaca a importância da participação das comunidades como uma força geradora para protagonizar projetos de desenvolvimento agroecológicos.

Segundo Leff (2015) a prática da agroecologia requer uma racionalidade ambiental como princípio para o desenvolvimento sustentável, e a possibilidade de autogestão dos recursos pelas comunidades que os utilizam para reprodução dos seus modos de vida. Além disso, a agroecologia se propõe a recuperação dos saberes próprios das comunidades rurais (saberes populares e tradicionais) adaptados às condições ambientais locais (culturais, técnicas e econômicas) e suas significações

culturais (LEFF, 2002). Assim, podemos correlacionar o processo de transição agroecológica com a construção de um saber ambiental (LEFF, 2015).

A agroecologia visa garantir a subsistência das comunidades, a valorização cultural local, a segurança e soberania alimentar. Segundo Altieri (2010, p. 24) a soberania alimentar, pode ser definida como "o direito de cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente". Diante disso, as condições de autonomia referidas envolvem o acesso à terra, sementes e água, além da autonomia, comércio local e solidário, soberania energética e redes de agricultores (as) (ALTIERI, 2010).

Para além dessas concepções gerais dos princípios da agroecologia, Norder et al. (2016) ressaltam que o conceito pode ser compreendido como ciência, prática e movimento social, e também como diretriz de políticas públicas, parte da educação formal, ideologia e modo de vida. No campo governamental, tanto a agricultura orgânica quanto a agroecologia foram termos utilizados na construção de políticas públicas (conforme apresentado no item anterior).

No Brasil a agroecologia tem a sua fundamentação nas práticas agrícolas tradicionais e nas diferentes formas de agricultura alternativa que buscam promover a agricultura familiar, a autonomia e soberania alimentar (WEZEL et al., 2009). A agroecologia como movimento social e organização política é uma característica de muitos países da América Latina, incluindo o Brasil. Enquanto movimento social, a agroecologia integrou as pautas da reforma agrária e a defesa dos pequenos produtores (as), conforme exposto no subcapítulo 1.2. Segundo Abreu et al. (2012, p.157), esse caráter político e social, está relacionado a "processos de cunho emancipatório de categorias sociais, como camponeses excluídos do processo de modernização da agricultura". Portanto, a agroecologia pode representar um instrumento de resistência e reprodução dos modos de vida rurais além de promover a autonomia política dos (as) agricultores (as) (ALMEIDA, 2003).

A agroecologia representa também uma categoria identitária, que agrega atores sociais do meio rural (agricultores (as) e ativistas), do meio acadêmico (pesquisadores (as) e estudantes), da gestão pública, além de extensionistas e consumidores (as), formando uma rede sociotécnica (NORDER et al., 2016). A partir do tema da agroecologia (e no caso da OCS, a própria agricultura orgânica) é possível

observar a formação de coletivos politicamente organizados, que juntos reconhecem o seu papel na sociedade e reivindicam valorização e direitos.

Em síntese, a agroecologia enquanto ciência nos dá a compreensão de um novo paradigma científico e de relação com o ambiente, envolvendo conhecimentos interdisciplinares bem como os saberes populares, empíricos e tradicionais. Consideramo-la uma base teórica a partir da qual podemos olhar para o campo de estudo. Enquanto prática, a agroecologia se expressa no cotidiano das famílias participantes como instrumentos para intervenção no agroecossistema, orientados por uma compreensão integrativa entre os fatores bióticos e abióticos, visando a autorregulação e sustentabilidade produtiva.

Enquanto processo educativos, no âmbito da OCS Renascer, a Agroecologia é uma temática que permeia cursos, palestras e formações na busca pelo aprimoramento do trabalho e aprendizado contínuo. A busca por novos saberes relacionados as práticas agrícolas estimulam as trocas entre os (as) agricultores (as), bem como a reflexão sobre o seu papel político e social na reivindicação de reconhecimento e busca por apoio institucional.

Para além da leitura da agricultura orgânica como uma simples substituição de práticas e insumos para atender a um mercado, compreendemo-la como parte de um processo social de transição agroecológica. A transição agroecológica é central na agroecologia, constituindo um processo de mudanças, gradual, contínuo e multilinear. Segundo Caporal e Costabeber (2014), a transição agroecológica constitui um processo social, que envolve uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais envolvidos, visando conservação e manejo dos recursos naturais, equidade e qualidade de vida.

De acordo com Abreu et al. (2012) esse processo de transição envolve a mudança na forma de conceber o funcionamento e a finalidade do agroecossistema, em relação ao local e o território onde é desenvolvida. Assim, as histórias de vida, os elementos culturais, os saberes tradicionais, e as condições ecológicas, históricas e políticas onde estão inseridos os(as) agricultores (as), são dimensões de transformação dos processos de transição agroecológica.

Sobretudo compreendemos a transição para agricultura de base agroecológica como um processo de aprendizado junto ao ambiente, que envolve a experiência humana em diferentes dimensões, sejam elas subjetiva, socioambiental ou prática, em um processo contínuo de expressão da educação ambiental.

Reconhecemos a interrelação entre a agroecologia e a educação ambiental crítica, pois ambas se propõem ao diálogo de saberes, a valorização do conhecimento tradicional e científico, a compreensão sistêmica e complexa da realidade, para construção de um novo modo de ser e produzir, com justiça ambiental, qualidade de vida e conservação da biodiversidade, através do exercício da práxis (FERREIRA et al., 2016).

No contexto da OCS Renascer, observamos diferentes experiências de agricultura orgânica, todas com o princípio de produção de alimento saudável sem veneno, conservação das águas e preservação ambiental. Algumas se orientam pela substituição de insumos, enquanto outras buscam a produção integrada, pautando o equilíbrio do solo e do sistema de produção como fator principal para desenvolver a agricultura em relação com a natureza.

Nosso objetivo não é criar uma classificação dessas experiências, em uma espécie de escala do processo de transição até chegar a agroecologia (lembrando que esse não é um processo linear e possui múltiplas dimensões). Nosso objetivo é buscar compreender como se desenvolvem essas diferentes experiências de transição, considerando aspectos, socioculturais, ecológicos, ambientais e políticos, incluso a partir da lente da educação ambiental crítica.

Por isso, a fim de não categorizar as experiências, optamos por utilizar o termo “agricultura de base agroecológica”. Levamos em consideração as dimensões da agroecologia enquanto ciência, prática, movimento social e educação, como princípios que se expressam mais ou menos nas experiências observadas, mas sem a pretensão de determinar se estas são ou não agroecologia. No próximo item trazemos um conjunto de pesquisas que pautam a temática da transição agroecológica e estudos junto a OCS, encaminhando um diálogo com o campo da educação ambiental.

#### **1.4 Processos de transição para agricultura de base agroecológica**

Para dialogar com outros estudos que se aproximam da temática de pesquisa realizamos uma revisão bibliográfica utilizando, inicialmente, as palavras-chave “transição agrícola” e “transição agroecológica”, visto que são termos mais recorrente nas pesquisas identificadas e que apresentaram mais resultados. Inicialmente



realizamos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) vinculada à CAPES, a fim de identificar como a temática “transição agrícola” e “transição agroecológica” associada à “educação ambiental” se inserem nas pesquisas brasileiras. A partir da leitura do título e resumo dos resultados, selecionamos cinco dissertações (CONTI, 2016; SAMPAIO, 2012; MACHADO, 2010; PACIFÍCIO, 2008; ELICHER, 2002) e uma tese (OLIVEIRA, 2014), sendo que somente o trabalho de Machado (2010) faz associação direta entre a transição agroecológica e a educação ambiental.

Para refinar a busca das temáticas de *transição agroecológica e educação ambiental* associadas, buscamos os mesmos termos citados anteriormente em revistas eletrônicas de referência no campo de pesquisa da educação ambiental brasileira: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA), Revista Ambiente & Educação (AmbEduc) e Revista Pesquisa em Educação Ambiental, a partir das quais selecionamos dois artigos (SILVA et al., 2013; SILVA; MACHADO, 2015). Também realizamos uma busca na plataforma Periódicos CAPES, utilizando os termos “transição agroecológica” e “educação ambiental” associados, em língua portuguesa, inglesa e espanhola, selecionando mais dois artigos (BLESH; WOLF, 2014; BERTOLDI; HENNING, 2017).

#### **1.4.1 Transição agroecológica: processos, motivações e dificuldades**

Como panorama geral dos dez trabalhos selecionados, é possível perceber que dentre as motivações que levam ao processo de transição agrícola há a aversão ao uso de agroquímicos sempre atrelada a preocupação com a saúde da família e dos consumidores dos produtos (CONTI, 2016; SAMPAIO, 2012; BERTOLDI; HENNING, 2017; SILVA et al., 2013), geralmente com experiência prévia de contaminação no próprio núcleo familiar. Outros fatores motivacionais foram a preocupação com o meio ambiente, impacto ambiental e gerações futuras (CONTI, 2016; SAMPAIO, 2012; SILVA et al., 2013). A busca por autonomia no trabalho do campo, bem como a manutenção do modelo de produção familiar foram apontados por Sampaio (2012) e Machado (2010).

Em relação aos fatores que contribuíram no processo de transição agrícola, destaca-se a troca de conhecimento entre pares, associativismo e formação de rede de agricultores (OLIVEIRA, 2014; MACHADO, 2010; BLESH; WOLF, 2014; SILVA et

al., 2013). Alguns trabalhos apontaram a ação de instituições, especialmente as de assistência técnica e extensão rural (CONTI, 2016; SAMPAIO, 2012), bem como a Pastoral da Juventude Rural (OLIVEIRA, 2014), MPA (CONTI, 2016), Escola Familiar Agrícola (SILVA et. al, 2013) e universidades da região (SILVA et al., 2013; BLESCH; WOLF, 2014).

Quanto às dificuldades encontradas pelas famílias agricultoras no processo de transição, foi apontado o papel insuficiente e precário das instituições de assistência técnica e extensão rural nos trabalhos de Sampaio (2012), Machado (2010) e Elicher (2002). Além disso, foi recorrente nos trabalhos a dificuldade de acesso a crédito, bem como políticas públicas voltadas a produção orgânica e/ou alternativa (CONTI, 2016; SAMPAIO, 2012; ELICHER, 2002; BLESCH; WOLF, 2014; SILVA et al., 2013), e a dificuldade de acesso a certificação orgânica (CONTI, 2016; SILVA et al., 2013).

É importante destacar que alguns trabalhos apontaram a falta de poder decisório quanto ao processo de transição junto a associações ou cooperativas (MACHADO, 2010; PACIFÍCIO, 2008; ELICHER, 2002, BLESCH; WOLF, 2014), bem como, a imposição de métodos alternativos de agricultura, sem que houvesse construção coletiva de saberes e adaptação das práticas a realidade de cada família.

Os trabalhos de Sampaio (2012), Elicher (2002) e Pacifício (2008) apontam dificuldades e entraves no processo de transição, levantando uma crítica ao processo de transição como sendo uma adoção tecnológica não participativa, ao contrário do trabalho de Machado (2010), Oliveira (2014) e Conti (2016). A difusão de práticas de agricultura de base ecológica pode acabar seguindo a lógica de modernização da agricultura, que impõe pacotes prontos de produção e métodos, sem que haja construção coletiva dos saberes a partir dos interesses das famílias agricultoras.

Nesse sentido, o trabalho de Silva e Machado (2015), que discute a agroecologia para além da simples mudança de técnicas agrícolas, complementa essa reflexão, trazendo a importância da construção dessa transição a partir da reflexão sobre a prática, troca horizontal de conhecimentos e a compreensão da agricultura (no caso do artigo mencionado, a agroecologia), como um movimento para uma mudança na concepção dessa atividade, propondo uma nova forma de produzir, consumir e compreendendo-a como um processo social fundamental para a sustentabilidade das sociedades.

A dissertação de Machado (2010) foi o único trabalho acadêmico que relacionou especificamente as temáticas de educação ambiental e transição agroecológica, sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, ao qual estou vinculada. A pesquisa foi desenvolvida junto a seis agroindústrias familiares do município de Crissiumal (RS), com o objetivo de identificar como a Educação Ambiental não formal influencia a relação dos agricultores (as) familiares e seus ambientes fortalecendo o desenvolvimento de sistemas agrícolas de base ecológica.

Machado (2010) descreve em seu trabalho alguns fatores que contribuíram para a resistência à modernização e busca por alternativas que permitissem a manutenção do modelo de agricultura familiar, como o relevo acidentado do local que impede a inserção de grandes maquinários e a criação de agroindústrias para suprir a falta do setor industrial desenvolvido no município. É válido destacar que, a região de Morro Redondo também possui essas características, de relevo acidentado e baixa industrialização regional. No entanto, em Morro Redondo, a indústria de conservas e a tradição de produção de doces artesanais, foram um impulsionador para cultivo de frutíferas e desenvolvimento de agroindústrias familiares para produção de sucos, geleias e doces.

Outros fatores identificados na pesquisa que influenciaram o processo de transição foram às associações comunitárias do local (fortalecimento cultural das práticas cotidianas, festividades, troca de conhecimentos e aquisição de equipamentos em grupo), o poder municipal que investiu em cursos de formações, viagens a eventos, e proporcionou a inserção das famílias no Programa Nacional de Aquisição de Alimento. Outro fator positivo foi o retorno e manutenção da presença filhos e filhas nas propriedades, demonstrando um novo interesse na prática dos pais a partir da iniciativa agroecológica, considerando a melhoria de vida. O mercado consumidor local contribuiu para o investimento na transição agrícola, estabelecendo relações de confiança com os consumidores. A estabilidade de renda contribuiu para a autonomia das famílias e para a valorização do papel da mulher agricultora, trazendo equidade nas tarefas de manutenção da propriedade, produção e venda, além do papel de empreendedora a partir das agroindústrias.

Como limitações do processo de transição, os participantes apontam a falta de poder decisório e estímulo a participação junto à cooperativa em que são associadas

(visto que esta foi fundada e é financiada e coordenada pelo poder público municipal). Além disso, a cooperativa possui critérios tendenciosos quanto ao apoio as famílias, delegando tratamento diferenciado às famílias associadas de acordo com interesses próprios. Quanto ao papel da Emater local, os participantes apontam que a assistência é precária e voltada principalmente a técnicas de manejo do solo e proposição de solução para o enfrentamento da estiagem. Os participantes destacam que o maior empecilho para atuação da Emater é a burocracia envolvida nas verbas para subsídio dos projetos e por isso sua atuação não foi fator central para o processo de transição agroecológica.

As experiências expressas por Oliveira (2014) e Conti (2016), ambas no Rio Grande do Sul (RS), destacam as contribuições da Emater no processo de transição agroecológica, enquanto Machado (2010) apontou limitações da assistência da Emater-RS em Crissiumal. Podemos interpretar que no RS, ao menos a partir da segunda década do século XXI, o trabalho de extensão rural pode contribuir para construção coletiva de saberes, garantindo suporte e assistência técnica contínua para transição da agricultura familiar gaúcha.

Segundo Machado (2010) a busca pelo conhecimento sobre a agroecologia demonstra um processo de educação crítica entre os sujeitos, visto que resistem a um modelo hegemônico e buscam inserir e experimentar esses saberes no seu dia a dia, a partir da reflexão sobre a sua prática. Com o processo de transição agroecológica e estabelecimento das agroindústrias familiares as pessoas passaram a compreender melhor o contexto que vivem, questionando o modelo imposto, buscando alternativas e exercendo a autonomia sobre a própria realidade. Esses elementos foram identificados pela autora como educação crítica e emancipatória, visto que as pessoas passaram a compreender melhor o contexto que vivem, questionando o modelo imposto, buscando alternativas e exercendo a autonomia sobre a própria realidade.

Como conclusão a autora expõe que a educação ambiental, a partir do diálogo problematizador, permeou o processo de transição agrícola contribuindo para o pensamento crítico dos sujeitos sobre o seu contexto. A partir da troca de ideias e experiências sobre as formas alternativas de produção, junto às instituições de pesquisa e extensão, essas pessoas puderam exercer a autonomia ao buscar o conhecimento e investir na mudança da realidade, visando um modo de vida mais sustentável. Desta forma, o trabalho de Machado (2010) constitui uma referência

importante para esse trabalho, pela proximidade temática e pelo destaque a educação ambiental no processo de transição agroecológica.

#### **1.4.2 Agroecologia e Educação Ambiental**

Neste subitem procuramos destacar os trabalhos selecionados que discutem as relações entre agroecologia e a educação ambiental, a fim de aproximar o tema da pesquisa especificamente com o campo da educação ambiental.

No artigo de Silva e Machado (2015)<sup>34</sup> os autores defendem que a agroecologia representa mais do que uma forma alternativa de produção agrícola (tecnologia e recursos utilizados), mas se refere a forma como as pessoas se relacionam entre os pares e com o meio ambiente e qual a mudança que defendem a partir da agroecologia. A educação ambiental transformadora precisa estar unida ao movimento agroecológico na construção de uma nova forma de produzir, relacionar-se e estar com o seu ambiente.

Segundo os autores, o papel da educação ambiental junto à agroecologia é promover condições para participação e protagonismos dos agricultores através de discussões, experiência prática e formações coletivas. Dessa forma pode-se incentivar o desvelamento de condições de injustiça e desigualdade, propondo uma superação dessa realidade. A educação ambiental e a agroecologia podem promover a construção de conhecimento pela práxis e pelo compartilhamento horizontal de saberes, valorizando o saber popular e o conhecimento científico.

Segundo Silva e Machado (2015), a agroecologia enquanto ciência abre espaço para a construção de modelos de agricultura de base ecológica que promovam o desenvolvimento rural ecológico. Para isso, é preciso uma visão complexa e sistêmica sobre as dinâmicas sociais, ecológicas compreendendo o funcionamento da produção agrícola em seu nível biológico, mas, também, o papel social e econômico da agricultura como base de sustento das sociedades. A agroecologia não pode ser

---

<sup>34</sup> O artigo de Machado e Silva (2015), é uma construção teórica que se propõe a contribuir para estudos na área de Agroecologia e Educação Ambiental. Para isso, os autores problematizam o entendimento sobre Agroecologia, propondo uma compreensão de mudança paradigmática relacionada à práxis e a educação ambiental Transformadora, pautando a justiça ambiental e a resignificação da questão ambiental.

imposta aos agricultores como pacotes prontos que reafirmam a injustiça ambiental e o não protagonismo nas decisões sobre o seu ambiente.

O artigo de Bertoldi e Henning (2017) expressa a busca pelo conceito de racionalidade ambiental (LEFF, 2015), nas práticas cotidianas tradicionais (e agrícolas) de comunidades quilombolas em Piratini (RS), considerando-a como central para construção de valores e modos de produção sustentáveis. Os resultados encontrados indicam alguns dos princípios da racionalidade ambiental, a partir da autogestão dos recursos naturais presentes em seu ambiente, contribuindo para o equilíbrio ecológico. A maior parte da comunidade não faz uso de agrotóxicos e demonstrou sua aversão à prática, sem referências específicas às práticas agroecológicas, sendo um princípio cultural e não um conhecimento técnico específico.

Além disso, as autoras descrevem práticas de adubação e imunização do solo e das culturas a partir de saberes intergeracionais. As autoras descrevem relatos de associação entre o sagrado e suas práticas de proteção contra o ataque de "pragas", reveladas através das benzedadeiras de lavouras. O princípio da ética ambiental se expressou como integrante da cultura da comunidade, como a oposição à caça de animais. Como conclusão, as autoras apontam que os princípios da racionalidade ambiental expressos nas falas e nas práticas da comunidade estudada, contribuem para a prática emancipatória de gestão dos recursos ambientais, promovendo desenvolvimento local sustentável, de acordo com a sua cultura e modos de vida.

Esse trabalho expõe a importância do conceito da racionalidade ambiental para construção de modos de vida sustentáveis e, também, como as práticas tradicionais e culturais das comunidades podem contribuir para processos de transição de práticas agrícolas, ainda que não seja um objetivo específico desse estudo o processo de transição. No caso do trabalho supracitado, as famílias não estavam em processo de transição, porém, os princípios da agricultura agroecológica faziam parte das práticas culturais, sua religiosidade e visão de mundo, expressando as mesmas preocupações com a saúde e meio ambiente identificadas nos demais trabalhos citados.

Como aproximação entre agroecologia e educação ambiental destacamos a dissertação de Lazzari (2021)<sup>35</sup>, que constitui um estudo de caso com o grupo agroecológico Econorte do município de São José do Norte (RS). Segundo a autora, a partir da agroecologia, e de uma ideia de ambiente e vida saudável, o grupo constrói ações em educação ambiental em suas práticas cotidianas. Seja nas trocas de saberes e atividades coletivas, na busca de conhecimento e nas atividades de comercialização em feira (onde há trocas de saberes e construção de relações de afeto com as pessoas consumidoras).

A autora destaca que o grupo percebe agroecologia nas práticas em suas propriedades (que remete a um conhecimento tradicional junto das aprendizagens técnicas) e, também, em seu posicionamento político. Em relação às dificuldades, o grupo relatou a falta de diálogo e incentivo público, principalmente em relação a produção, transporte para comercialização e ao estímulo da população local quanto ao consumo de alimentos agroecológicos.

Diante disso, ressaltamos a importância dos diferentes elementos que caracterizam as comunidades para compreender o processo de transição agroecológico: o contexto histórico da comunidade, sua religiosidade, cultura, práticas cotidianas, associativismo, a preocupação com a saúde e conservação do meio ambiente, juntamente de políticas públicas e entidades, governamentais e não governamentais. Esses elementos juntamente da racionalidade ambiental supracitada, constitui um conjunto de crenças, ideologias e conhecimentos que formam o saber ambiental das comunidades.

#### **1.4.3 Pesquisas junto a OCS no Brasil**

Realizamos uma segunda busca por estudos de experiências com OCS, utilizando o termo “organização de controle social” nas plataformas Scielo e Periódicos Capes. Foram encontrados cinco artigos de estudos de caso que versam sobre constituição e manutenção da OCS, cujos principais resultados foram organizados no quadro comparativo abaixo (Quadro 1). Quando associamos o termo supracitado com “educação ambiental”, na plataforma Scielo não obtivemos resultados, já nos

---

<sup>35</sup> O trabalho ainda não está disponível na plataforma BDTD da CAPES, por isso não foi incluída na lista de trabalhos selecionados a partir dessa base de dados. Essa pesquisa é oriunda do PPGA e traz uma discussão importante na aproximação entre agroecologia e educação ambiental.

periódicos CAPES somente um trabalho cita educação ambiental ao longo do texto, no âmbito da extensão universitária, porém sem explorar as relações entre os termos.

Quadro 1 - Descrição dos principais resultados obtidos em pesquisas de estudo de caso com Organizações de Controle Social.

<b>Autores/ano</b>	<b>Local</b>	<b>Resultados</b>
Marques, Gaspari e Almeida (2017)	Assentamento Milton Santos (SP)	O estudo aponta os benefícios percebidos pelo grupo a partir da OCS, como independência financeira para as mulheres do grupo, integração e ajuda mútua entre as famílias, aproximação com os consumidores através de grupo de consumidores, autorreconhecimento e valorização, princípios de respeito ao meio ambiente e o conhecimento sobre práticas de base ecológica.
Santos (2018)	Quilombo São Pedro (SP)	O trabalho indica que a motivação para criação da OCS surgiu a partir da participação em encontros de produtores orgânicos da região. O diferencial desse grupo é que as áreas de plantio são coletivas. Quanto aos desafios, foram apontados a baixa comercialização e falta de assistência técnica e extensão rural.
Kronbauer et al. (2019)	Arroio do Meio (RS)	Em relação as motivações o estudo aponta a necessidade de certificação para valorizar a produção orgânica. A partir da formação do grupo, os autores apontam o fortalecimento das relações de confiança entre os membros. Quanto as dificuldades foram relatadas a preocupação com a contaminação devido ao uso intenso de agrotóxicos em propriedades vizinhas, dificuldades de produção, longas jornadas de trabalho e falta de perspectiva de sucessão rural.
Becker et al. (2020)	Santana do Livramento (RS)	O objetivo do trabalho é identificar os desafios para manutenção da OCS, como a gestão do sistema de produção orgânico, mão de obra insuficiente, baixo rendimento econômico e dificuldades em manter os registros escritos exigidos para manutenção da OCS.
Costa, Martins e Cunha (2021)	Ladário (MS)	Em relação aos desafios de manutenção da OCS, o estudo aponta a preocupação dos (as) agricultores (as) com a concorrência com produtos convencionais devido ao valor mais acessível, o conhecimento parcial sobre as práticas orgânicas e processos técnicos de regulamentação, dificuldades de produção devido ao clima, falta de água, mão de obra e implementos. Em relação a comercialização, foi apontado que o processo é facilitado pela mediação de um grupo de agroecologia universitário da região.

Fonte: Elaborado pela autora



Observando o quadro acima percebemos que os trabalhos de Becker et al. (2020) e Kronbauer et al. (2019) situam-se no contexto no estado do RS, sendo que o primeiro apresenta um estudo na metade Sul do RS, onde também está localizado Morro Redondo. As dificuldades relatadas em todos os trabalhos se assemelham ao que identificamos em nossa pesquisa (como será discutido no capítulo 3), especialmente aquelas relacionadas ao processo de produção (falta de mão de obra e implementos, clima), comercialização, registros escritos para manutenção da OCS e risco de contaminação pelo uso de agrotóxico em propriedades vizinhas.

Em relação a motivações percebemos a necessidade de reconhecimento e valorização do trabalho, junto a busca de certificação para diferenciar os produtos orgânicos. Um ponto que chama a atenção é que nas OCS constituídas no interior do assentamento Milton Santos e do Quilombo São Pedro, o trabalho de gestão da produção é compartilhado entre o grupo, com áreas de plantio coletivas, enquanto os demais reúnem diferentes famílias em propriedades distintas em um mesmo grupo de OCS, como é o caso da OCS Renascer (SANTOS, 2018).

Vale destacar a importância do estabelecimento de redes de parceria para facilitar a comercialização, a exemplo do estudo de Costa, Martins e Cunha (2021) que mencionada o papel de mediação desempenhado por grupos agroecológicos universitários. Assim, iremos relatar a experiência das famílias da OCS Renascer em um grupo de economia solidária formado a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas, como apresentaremos no próximo capítulo.

Neste subcapítulo exploramos o contexto científico da temática da pesquisa. Para isso buscamos estudos sobre transição agroecológica e pesquisas realizadas junto a Organizações de Controle Social (OCS), visando dialogar com a educação ambiental crítica. Percebe-se que a maioria dos trabalhos sobre transição agroecológica e OCS buscam compreender a opção por uma agricultura alternativa destacando as motivações, dificuldades e benefícios dessa mudança. Ainda que seja evidenciado na maioria dos trabalhos que os(as) agricultores (as) envolvidos refletem sobre a questões socioambientais de forma crítica, a exemplo de preocupação e cuidado ambiental, e a valorização da alimentação saudável, não há enfoque para o processo educativo vivenciados por essas pessoas em relação com o ambiental.

Dentre os dez primeiros trabalhos selecionados, somente a pesquisa de Machado (2010) relaciona diretamente a educação ambiental e o processo de transição agroecológica, sendo oriundo do mesmo PPG ao qual está vinculada a nossa pesquisa, porém já se passaram 12 anos desde a sua publicação e não houveram mais estudos nessa perspectiva, de acordo com a revisão bibliográfica realizada.

Em relação a aproximações entre educação ambiental e agroecologia, ainda que não tenha sido o enfoque deste estado da arte, percebe-se alguns trabalhos realizando esse movimento referindo-se a agroecologia como uma nova forma de se relacionar com o ambiente para além de um modelo agrícola alternativo, onde a educação ambiental tem papel de fomentar essas iniciativas através da construção de um conhecimento pela prática, integração de saberes tradicionais e científicos e buscando compreender esses contextos em sua complexidade. Outro ponto ressaltado nos trabalhos é a educação ambiental representadas nas práticas cotidianas, seja nas relações de cultivo, comercialização ou posicionamento político. A racionalidade ambiental também foi citada como orientadora dessas práticas que, juntamente da cosmovisão e religiosidade os (as) agricultores (as) permite a autogestão dos recursos do seu território.

Em relação aos estudos sobre OCS, percebe-se que a maioria são estudos de caso que buscam compreender a constituição do grupo e desenvolvimento do trabalho a partir da certificação orgânica, com ênfase na dimensão prática da transição como as dificuldades cotidianas. Alguns trabalhos sinalizam aproximações em relação aos valores e princípios que orientam o trabalho dos (as) agricultores (as) envolvidos, mas sem explorar o processo de constituição das OCS como um novo modo de vida baseado na relação com ambiente, tampouco se detém a compreender as relações educativas entre os (as) participantes com o ambiente onde vivem.

Pode-se concluir que a pesquisa que realizamos se aproxima dos estudos de estudo de caso junto OCS, porém, em nosso estudo, compreendemos que a constituição da OCS Renascer é um dos processos que permeiam a transição para agricultura de base agroecológica, por isso incluímos na análise as histórias de vida de cada família e as experiências prévias a constituição do grupo. Ademais o diferencial da nossa pesquisa é a compreensão da transição como um processo complexo com diferentes dimensões, para além da adoção de novas práticas, mas

como um modo de vida pensado a partir da relação com o ambiente. Outra especificidade do nosso estudo é o enfoque nas relações educativas, entre as pessoas e o ambiente, que permeiam todo o processo de transição, incluindo a constituição da OCS.

Nesse sentido, nosso trabalho pode contribuir para aproximações entre experiências agroecológicas e educação ambiental, ainda pouco explorada, buscando compreender os processos de transição para agricultura de base agroecológica com enfoque nos processos educativos ambientais vivenciados pelos (as) agricultores (as) participantes.

\*\*\*\*

Nesse primeiro capítulo realizamos a contextualização teórica da temática da transição para agricultura de base agroecológica, que envolve educação ambiental crítica, a modernização da agricultura, agricultura familiar, agricultura orgânica e agroecologia.

Em relação a educação ambiental localizamos a pesquisa sob uma perspectiva crítica apontando alguns conceitos que podem auxiliar na compreensão da realidade das famílias participantes, a partir das observações e entrevistas realizadas. Para isso utilizamos os conceitos de interdisciplinaridade, complexidade e diálogo de saberes (CARVALHO, 2012) para orientar a compreensão dos processos educativos intrínsecos ao processo de transição para agricultura de base agroecológica. Como a proposta de pesquisa contempla também os processos coletivos de aprendizagem indicamos os conceitos de comunidades aprendentes (BRANDÃO, 2005b) e saber ambiental (LEFF, 2015) para complementar a compreensão do universo de pesquisa.

A partir do resgate histórico do surgimento e características da modernização da agricultura percebemos seus impactos socioambientais nos territórios e nos modos de vidas das populações rurais, especialmente da pequena agricultura familiar no Brasil. O desenvolvimento da agricultura moderna no Brasil revela a proposta de investimento do Estado para estabelecer o modelo agroexportador a partir das monoculturas, um movimento de modernização conservadora, que mantém as estruturas fundiárias de poder em detrimento do desenvolvimento agrário dos diferentes tipos de agricultura no Brasil.

O movimento da agricultura alternativa no Brasil foi promovido por agricultores de base familiar que, com apoio de movimentos sociais e Comunidades Eclesiais de base, que buscaram fortalecer iniciativas locais contextualizadas a realidade dos (as) agricultores (as). Com os avanços em relação ao estabelecimento da categoria agricultura familiar foi possível a elaboração de políticas públicas que fomentassem a agricultura orgânica e agroecologia. Em relação a isso destacamos a lei que caracteriza os sistemas orgânicos de produção e as formas de certificação da qualidade orgânica, com ênfase na Organização de Controle Social a partir da qual se organizam as famílias da OCS Renascer. Pontuamos também as políticas de aquisição de alimentos por mercados institucionais (PNAE e PAA) que constituem fontes de renda para a maior parte das famílias participantes, bem como a PNATER e os programas de crédito fundiário presentes nas histórias das famílias participantes. Apontamos também alguns retrocessos como cortes orçamentários, extinção de comissões e redução da equipe de assistência técnica e extensão rural que impactam diretamente as famílias da OCS Renascer.

Quando comparamos a agricultura orgânica e agroecologia, expusemos a leitura de alguns autores quanto ao contexto de desenvolvimento da agricultura orgânica que pode fortalecer iniciativas locais de pequenos agricultores, a exemplo da formação de OCS. Compreendemos que há uma continuidade entre os conceitos que se dá através do processo social de aprendizado contínuo pela transição agroecológica. A fim de evitar uma compreensão linear do processo de transição, classificando as experiências das famílias do estudo, optamos pelo uso do termo “transição para agricultura de base agroecológica”, compreendendo-a como multidimensional envolvendo aspectos históricos, socioculturais, subjetivos e ambientais a partir de relações cotidianas educativas.

Ao final do capítulo trouxemos uma revisão bibliográfica que contextualiza a pesquisa no campo acadêmico, destacando dez trabalhos que versam sobre transição agroecológica, porém somente um (MACHADO, 2010) aproxima essa discussão da educação ambiental crítica. Ainda que haja estudos que dialoguem com agroecologia e educação ambiental, o processo de transição em si, assim como nos estudos de caso junto a OCS no Brasil, parece ser compreendido como uma etapa de transição entre um modelo de agricultura convencional para um modelo agroecológico ou orgânico e não especificamente como um processo social e educativo complexo e multidimensional. Diante disso, compreendemos que nossa pesquisa pode contribuir

na discussão entre os temas da agricultura de base agroecológica e a educação ambiental crítica, especialmente em relação a compreensão do processo de transição como multidimensional, representando uma forma de aprendizado contínuo com o ambiente onde as pessoas vivem e (re)criam sentidos para viver cotidianamente.

No próximo capítulo faremos a contextualização do ambiente desse estudo, desde a formação agrária da região de Morro Redondo até a caracterização do município. Na sequência iremos apresentar a origem do grupo OCS Renascer, as principais atividades no ano de 2021, assim como as histórias de vida de cada família.

## **CAPÍTULO 2: AS SEMENTES DO ESTUDO**

Após o preparo do solo chega o momento de incorporar as sementes. No planejamento do plantio, a origem das sementes traz consigo uma história, a cultura de um povo que vê no embrião da agricultura uma forma de perpetuar a relação com o ambiente de quem veio antes de nós. Guardar uma semente e escolher a variedade que melhor se adapta ao meio e as necessidades da família, fazem parte do planejamento e do cuidado dos processos da agricultura.

Neste capítulo a analogia das sementes se refere ao contexto de estudo, ao histórico do ambiente em que nos dispusemos a realizar essa pesquisa, assim como, as histórias das pessoas e do grupo, a partir do qual buscamos compreender o processo de transição para agricultura de base agroecológica e em meio as relações o fazer em educação ambiental. Para compreender o contexto do estudo e as origens dos (as) sujeitos (as) da pesquisa, dividimos o capítulo dois em quatro subcapítulos.

No subcapítulo 2.1 apresentamos o histórico de formação agrária da região de Morro Redondo, compreendido a partir do desenvolvimento da agricultura na Serra dos Tapes. As informações deste item, nos localiza no espaço-tempo e traz elementos para compreender a realidade atual da agricultura no município onde residem as famílias da OCS Renascer. No subcapítulo 2.2 realizamos um resgate de informações sobre o município de Morro Redondo, com alguns aspectos histórico, características da agricultura no município, assim como, os grupos e iniciativas relacionadas a agricultura orgânica e agroecológica na região.

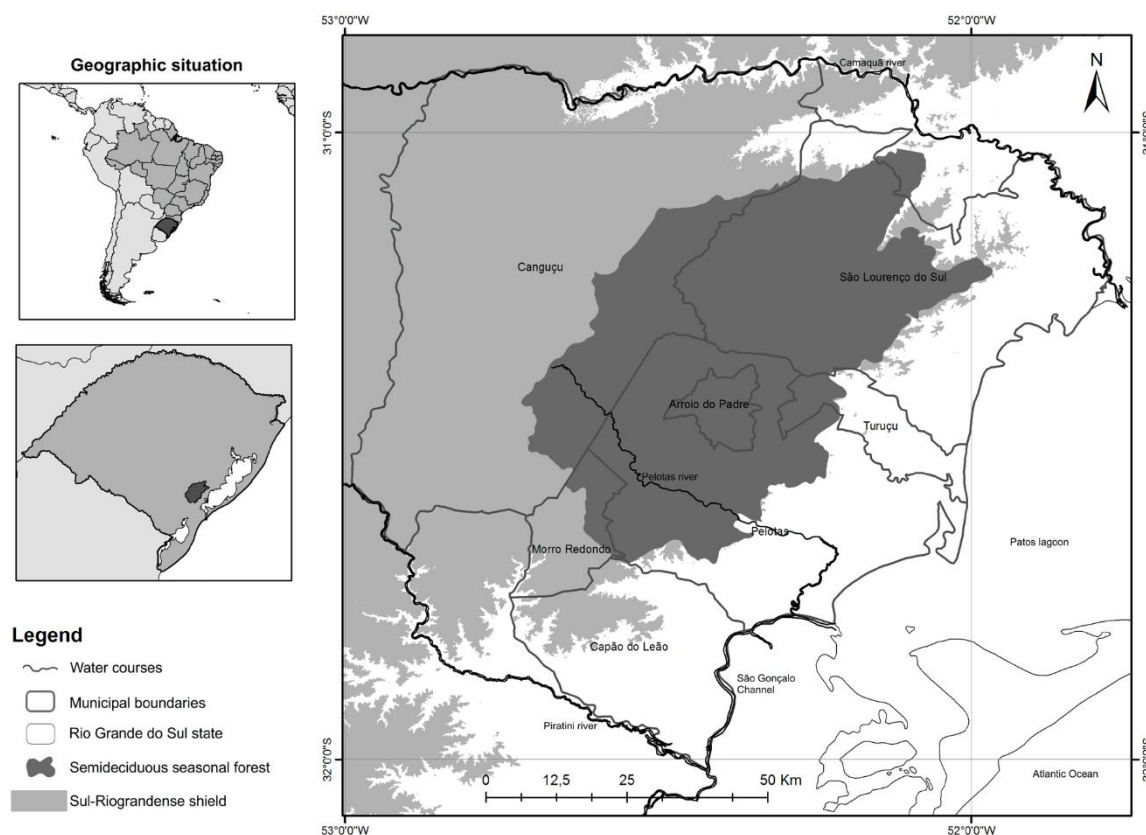
O subcapítulo 2.3 é dividido em dois subitens. No item 2.3.1 apresentamos a origem e organização da OCS Renascer, pontuando os movimentos do grupo ao longo do ano de 2021, que inclui as reuniões e encontros nos quais pudemos realizar parte da coleta de dados através de observação participante. No item 2.3.2 apresentamos as histórias de vida de cada família integrante da OCS, descrevendo as experiências que levaram ao início do processo de transição, aprofundando nossa compreensão da realidade de cada família a partir da sua relação com o ambiente no qual vivem.

## 2.1 Desenvolvimento agrário de Morro Redondo: uma leitura a partir da Serra dos Tapes

Segundo Gois (2018) a agricultura pode ser compreendida como a relação entre as pessoas e o ambiente no qual habitam e produzem, abrangendo a diversidade cultural, social, técnica e ecológica. Portanto, para compreender um sistema agrário é preciso considerar as dinâmicas socioambientais e históricas do local. Nesse sentido, em busca de compreender o desenvolvimento agrário da região de Morro Redondo, faremos essa leitura referente a região da Serra dos Tapes.

A Serra dos Tapes está localizada ao Sul do rio Camaquã (Figura 1), inserida no Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense (ou Escudo Cristalino-Sul-Riograndense) e é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste (SALAMONI et al., 2021). Esse espaço corresponde a região serrana dos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu (GOIS, 2018).

Figura 1 – Localização da Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul



Fonte: GOMES, et al., 2019.

Gois (2018) propõe a compreensão do desenvolvimento agrário da Serra dos Tapes em cinco sistemas. O primeiro deles é o Sistema Agrário Indígena (até 1780) do grupo Guarani, ocupantes nativos da Serra dos Tapes com registros arqueológicos que datam do século XIII. Na língua Guarani a palavra tape (tapê) significa “caminho” (NEVES, 2014), representando uma alternativa de deslocamento entre as regiões Norte e Sul do estado do Rio Grande do Sul. Os assentamentos Guarani eram localizados na encosta e topo de morro em áreas de mata densa, próxima a cursos hídricos. Suas atividades incluíam pesca, caça, coleta e agricultura coivara<sup>36</sup>, onde os principais cultivos eram milho e mandioca, desenvolvidos no espaço do grupo, onde a força de trabalho era coletiva e livre. Os registros indicam que haviam trocas entre esses grupos e os da região litorânea e da zona de campo (GOIS, 2018).

O evento que marca a desestruturação do sistema agrário indígena na Serra dos Tapes é o avanço da colonização portuguesa (representada pelos militares, visando proteção e ordenamento político do território) para área Serrana e a subsequente distribuição de terras pelo sistema de sesmaria (SALAMONI et al., 2021). O avanço da colonização portuguesa se intensifica com a fundação de Rio Grande em 1737 e o forte São Gonçalo em 1755. No século XIX a intervenção dos portugueses através da colonização por imigrantes europeus não-ibéricos, contribui ainda mais para a perda de território Guarani (GOIS, 2018).

A colonização portuguesa das áreas da Planície Costeira e a distribuição de terras por sesmaria deu início a criação de gado e o estabelecimento de áreas de pastagem. Desta forma, o ciclo saladeril teve início com o estabelecimento das charqueadas em Pelotas e Rio Grande cuja mão de obra era negra escravizada. O território da Serra dos Tapes representava um local de refúgio para os negros escravizados devido a mata densa, o relevo acidentado, os recursos hídricos e a distância, favorecendo o estabelecimento de quilombos daqueles que conseguiam escapar das condições insalubres de vida, os maus tratos e o trabalho forçado das charqueadas. (SALAMONI et al., 2021).

O sistema agrário quilombola (1780 até 1858) inclui as práticas agrícolas, culturais e religiosas, a solidariedade, alianças, afetividades e reinvenção étnica que

---

<sup>36</sup> Segundo Cotrim (2003) a agricultura coivara praticada pelos Guarani é uma forma de agricultura de queimada (derrubada da vegetação e queimada, dimensionada de acordo com a necessidade da tribo). Os Guarani faziam um rodízio das áreas cultivadas, garantindo a regeneração da mata e a fertilidade do solo.



constituíam as estratégias de resistência e reprodução social do coletivo. A ocupação dos acampamentos era itinerante, onde realizavam pesca, caça, coleta de frutos e raízes e agricultura de queimada, onde cultivavam mandioca, milho, feijão dentre outros (economia camponesa e extrativismo). O contato com os indígenas promoveu a troca de conhecimentos sobre plantas medicinais (GOIS, 2018).

O início do sistema agrário colonial (1858 até 1900) ocorreu devido a um conjunto de fatores históricos e políticos, dentre os quais destacamos o decreto de 1820 de incentivo à imigração europeia, inicialmente alemã, (que concedia cidadania portuguesa ao estrangeiro que se fixasse no Brasil), a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 (que proibiu o tráfico de pessoas negras para o trabalho escravo) e a Lei de Terras promulgada nesse mesmo ano (cujo decreto de 1854 estabeleceu a significação de terras devolutas e a posse exclusiva por meio de compra) (SALAMONI et al., 2021). Quanto ao objetivo desse incentivo da imigração alemã e o estabelecimento de uma agricultura familiar na região, a autora explica,

Pode-se compreender que a imigração alemã para o Brasil teve como objetivo a vinda de um efetivo para a ação militar, para o povoamento do extremo sul do País e para a instalação de um tipo de agricultura familiar, com homens livres e baseada na policultura, fornecedora de produtos agrícolas para o mercado interno (SALAMONI et. al., 2021, p. 41).

Esse processo consolidou a economia gaúcha como periférica e subsidiária em relação ao centro do país, sem ameaçar a hegemonia dos latifúndios monocultores de café (SALAMONI et al., 2021). A partir de 1858 o território da Serra dos Tapes passa a ser cedido e comercializado em formato de lotes coloniais. Os imigrantes europeus foram favorecidos quanto ao acesso à terra pelas relações com autoridades locais, em detrimento dos quilombolas, indígenas e demais grupos da região. A Serra dos Tapes é constituída por um mosaico étnico (indígenas, negros e colonos) e uma conjunção de diferentes práticas agrícolas com dinâmicas socioculturais, produtivas e econômicas próprias, porém marcadas “pelas situações de subordinação e estigmatização racial” de negros e indígenas (GOIS, 2018, p.74).

As práticas adotadas pelos colonos imigrantes eram agricultura de queimada e rotação de terra, utilizando mão de obra familiar e com produção artesanal de insumos e instrumentos (enxada e machado). O clima e o solo da região contribuíram para a produção de olerícolas, fruticultura e policultivo (feijão, batata e milho). Além disso, os colonos criavam animais para produção de leite e ovos. A produção servia para autoconsumo e comercialização de excedentes em mercados locais, buscando a

autonomia produtiva e econômica. A ocupação colonial promoveu mudanças na paisagem como supressão da mata nativa e substituição por cultivos agrícolas, constituindo um mosaico florístico junto de áreas de capoeira e vegetação remanescente (GOIS, 2018).

Inicialmente houve um certo isolamento das famílias e comunidades de imigrantes devido a identidade cultural (com destaque as práticas religiosas e dialetos, como o pomerano). Além disso, o uso de mão de obra estritamente familiar contribuiu para o isolamento das famílias, e a não inclusão de negros, caboclos e indígenas no trabalho da agricultura familiar (SALAMONI et al., 2021). De acordo com Anjos e Caldas (2009) a colonização deu origem a um núcleo da agricultura familiar em meio ao império da oligarquia da pecuária intensiva e produção de charque.

Ao final do século XIX houve uma crise na produção de charque<sup>37</sup> e a implantação de frigoríficos em Pelotas e Rio Grande, que passam a representar centros urbano-indústrias. Com isso houve aumento na demanda por alimentos e intensificação da produção colonial, comercializada nesses centros devido à proximidade. Em suas práticas os colonos passaram a utilizar tração animal, ferramentas manuais e a produção colonial passa a assumir um caráter semiespecializado e de produção para o mercado (GOIS, 2018). Na região de Pelotas houve incentivo à produção de fruticultura, devido ao clima favorável e, principalmente, as pesquisas da EMBRAPA (CRUZ, 2015).

O sistema agrário contemporâneo I (GOIS, 2018) se refere a primeira metade do século XX (1900 até 1960). No início do século XX os negros viviam em situações precárias. Praticavam agricultura para o autoconsumo (milho, feijão, batata e batata-doce) e cultivo de frutíferas (pêssego e figo) comercializados para as fábricas de doces e conservas ou venda direta em Pelotas. Muitos produziam para o autoconsumo e vendiam a força de trabalho aos agricultores familiares colonos ou fábricas locais, estabelecendo uma relação de trabalho entre os negros e os colonos (GOIS, 2018).

As famílias colonas praticavam o policultivo (mandioca, feijão, milho e hortaliças) e a pecuária de leite para autoconsumo e comercialização em mercados locais. Essa produção tinha caráter familiar e era semiespecializada, com contratação

---

<sup>37</sup> Segundo Vargas (2014) grande parte do charque era comercializada para alimentação dos escravos e as populações pobres do litoral brasileiro, principalmente no Sudeste e Nordeste. Segundo o autor, os principais fatores que levaram a crise do charque foram a guerra do Paraguai (1864 -1870), a competição com o mercado de charque platino (Uruguai e Argentino) e a abolição da escravatura em 1888.

de trabalhadores informais. Utilizavam tração animal o que permitiu uma maior produção visando atender as demandas do mercado e centros urbanos (GOIS, 2018).

Os colonos<sup>38</sup> produziam doces e produtos coloniais em agroindústrias artesanais (vinhos e conservas). A relação de comércio com os centros urbanos vizinhos promoveu um acúmulo de capital, que deu origem as primeiras indústrias de conserva vegetal de Pelotas (que teve seu ápice nos anos 50 e 70 com compotas de pêssego, figo, aspargo e abacaxi) e a instalação de moinhos na região (ANJOS; CALDAS, 2009).

Conforme mencionado no primeiro capítulo, com o incentivo à industrialização agrícola e o estabelecimento do modelo agroexportador, muitas agroindústrias rurais familiares foram fechadas, no país e na região de Tapes, devido às exigências sanitárias e fiscais (ANJOS; CALDAS, 2009). Com a queda na produção artesanal, os agricultores perderam autonomia produtiva sendo condicionados as demandas da indústria, que passa a orientar os tipos de cultivo, os processos de produção e o processamento final, reduzindo os (as) agricultores (as) a fornecedores (as) de matéria prima e consumidores (as) de produtos industriais, em uma relação de exploração entre empresários e colonos (ANJOS; CALDAS, 2009). Na região de Morro Redondo esse processo foi observado especialmente em relação às indústrias de processamento de pêssego, aspargo e tomate (SALAMONI et al., 2021).

Esse cenário representa o início do sistema agrário contemporâneo II, com início em 1960 até os dias atuais (GOIS, 2018), que coincide com a emergência da modernização da agricultura, aos moldes da Revolução Verde, e a mercantilização da agricultura e da vida social das colônias sulinas. A subordinação ao comportamento do mercado e as indústrias é acompanhado da dependência de insumos e tecnologias como forma de permanência no campo (ANJOS; CALDAS, 2009). Com a especialização produtivo para atender ao mercado houve o abandono do policultivo e da diversificação de atividades, simplificando os sistemas de produção e levando a diminuição ou abandono da produção de autoconsumo (ANJOS; CALDAS, 2009).

---

<sup>38</sup> Para Seyferth (1992, p. 80), o termo colono tem sua origem na administração colonial, sendo que “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Segundo a autora, “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”. No entanto, quando os (as) participantes da pesquisa utilizam o termo para se identificarem a conotação de colono se refere a sua autoidentificação enquanto agricultores familiares e pequenos produtores.

Em 1980 houve uma grande crise no setor conserveiro, com falência e fechamento de quase 90% de indústrias/empresas de conserva na região de Tapes, o que atingiu diretamente os produtores de pêssego, aspargo, morango, ervilha e outros. Alguns passaram a investir na horticultura e produção de leite e muitas famílias abandonaram o campo (ANJOS; CALDAS, 2009). Com a expansão da produção de monoculturas de cereais (soja e trigo) entre 1970 e 1985, e a introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), nos anos 2000, a paisagem da região de Tapes foi aos poucos se modificando com a diminuição do policultivo e aumento de áreas de monoculturas (SALAMONI et al., 2021). Esse processo ainda ocorre nos dias atuais, especialmente em relação ao cultivo de soja em Morro Redondo.

Nos anos 90 houve ascensão da indústria fumageira na região de Tapes, sendo que a zona Sul do Estado se tornou uma das regiões mais importante na produção do fumo até 2009 (ANJOS; CALDAS, 2009). Para produção de fumo há um contrato de integração vertical com as indústrias fumageiras, onde garantem a compra antecipada da produção e as famílias são obrigadas a adquirir o pacote tecnológico (adubos químicos, agrotóxicos e serviços de assistência técnica) tudo descontado ao final da safra. Esses tipos de contratos acontecem também com indústrias de frangos de corte, suinocultura e eucalipto (ANJOS; CALDAS, 2009). Tanto o cultivo de fumo, quanto a criação de aves para indústria foram experiências vivenciadas por duas famílias da OCS Renascer, como será explicitado no item 2.3.

Na região de estudo destacam-se as fábricas de doces e conservas (Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas em Pelotas) e a produção de pêssego para sucos, doces em calda etc., bem como a produção de fumo na agricultura familiar, a Produção de leite vinculada a Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios (COSULATI em Pelotas) e a produção de frangos de corte com o incubatória da COSULATI<sup>39</sup> em Morro Redondo. Os complexos agroindústrias da região de Morro Redondo provocaram mudanças na organização produtiva, com a adaptação das famílias agricultoras às exigências das indústrias e do mercado, incorporando o uso de insumos e defensivos e do pacote de produção da agricultura moderna aos moldes da revolução verde (GOIS, 2018).

---

<sup>39</sup> A empresa decretou falência em 2016, gerando desemprego e desestruturação econômica e produtiva de centenas de famílias agricultoras em Morro Redondo, incluindo membros da OCS Renascer. Esse aspecto será melhor discutido no subitem 2.3.

Nesse cenário, em Morro Redondo emergiram novas formas de organização social devido a relação com o mercado, como cooperativas e associações entre agricultores, além de investimento em turismo (potencial de beleza cênica local, recursos hídricos e relevo) e também no patrimônio sociocultural (a exemplo do doce colonial em Morro Redondo) (GOIS, 2018).

Segundo Gois (2018), os agricultores quilombolas tiveram uma menor inserção no modelo agrícola moderno e na mecanização dos processos de cultivo devido à baixa capitalização das famílias, em comparação com os colonos. A produção segue para autoconsumo e venda de excedentes (frutíferas, olerícolas), além de trabalho assalariado nas fábricas e propriedades rurais vizinhas. Em relação as comunidades quilombolas, atualmente a região da Serra dos Tapes possui 28 comunidades quilombolas distribuídas em 6 municípios<sup>40</sup>, sendo uma delas, a Comunidade Quilombola Vó Ernestina, em Morro Redondo. Segundo Salamoni et al. (2021) houveram avanços para essas comunidades em relação a titulação de terras, acesso a políticas públicas de moradia e crédito rural, assistência técnica e extensão rural e participação em associações e movimentos sociais, porém "permanece a condição de subalternidade" (SALAMONI et al., 2021).

A partir desse apanhado histórico buscamos compreender como ocorreu a formação do cenário agrícola atual de Morro Redondo, com as suas diferentes formas de agricultura (pequenas propriedades de policultivo e pecuária em meio a monoculturas de soja), assim como, identificar a origem das agroindústrias com as quais algumas das famílias tiveram experiência de dependência e prejuízos. A opção pelo policultivo e integração de animais com a produção vegetal, observado nas propriedades do grupo Renascer, tem sua origem na constituição agrária do município, sendo que reproduzem a forma de vida dos colonos e quilombolas, com agricultura de subsistência e produção de excedentes para venda, assim como, realizavam a venda da força de trabalho. Essas informações auxiliam na compreensão das histórias de vida das famílias participantes em um contexto sócio-histórico e cultural da região.

---

<sup>40</sup> Reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares a partir do trabalho de mapeamento feito pelo CAPA, desde os anos 2000, com apoio da secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o extinto MDA.

## 2.2 Morro Redondo

Morro Redondo é um município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, na mesorregião do Sudeste Rio-Grandense e microrregião de Pelotas, inserido na Serra dos Tapes e no bioma Pampa (IBGE, 2021) (Figura 2). A área territorial é de 244.645 km<sup>2</sup>, cujos municípios limítrofes são Pelotas, Capão do Leão, Cerrito e Canguçu. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades, a população estimada em 2021 era de 6.609 pessoas, e cerca de 60% residem na zona rural (IBGE, 2010).

Figura 2 –Localização de Morro Redondo e municípios limítrofes.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de adaptações de IBGE Cidades (2010) e Wikipédia (ABREU, 2006).

Legalmente, Morro Redondo foi reconhecido como 8º distrito de Pelotas em 1959, compondo a região denominada hoje de antiga Pelotas. Em 1988 ocorreu à emancipação política de Morro Redondo, elevado à categoria de município, a partir da mobilização da comunidade local que reivindicava, principalmente, melhores condições de saneamento básico e de trabalho para evitar o êxodo rural (HEEMANN, 1988). Outro fator que impulsionou a emancipação foi o alto número de agroindústrias no município.

Como exemplo, podemos citar a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios (Cosulati)<sup>41</sup>, fundada em 1973 e detentora da marca Danby, cuja unidade industrial em Morro Redondo foi inaugurada em 1997 como frigorífico de aves (COSULATI, 2022). O município é dividido em 15 localidades ou colônias, denominadas Açoita Cavallo, Cerro da Buena, Reserva, Afonso Pena, Colorado, Rincão da Caneleira, Cachoeira, Santo Amor, Santa Bernardina, Campestre, São Domingos, São Pedro, Capela da Buena, Palha Branca e Passo do Valdez (IBGE, 2021). Dentre as famílias integrantes da OCS Renascer quatro residem na localidade Afonso Pena, uma no Colorado e uma em São Domingos (Figura 3). Em 2010, a comunidade Vó Ernestina recebeu uma certificação da Fundação Cultural Palmares reconhecendo a comunidade quilombola estabelecida ali. Esse reconhecimento representou o primeiro passo para demarcação e titulação das terras, além de garantir acesso a políticas públicas (ex. bolsa família, luz para todos e escola na comunidade) (PREFEITURA DE MORRO REDONDO, 2021).

Segundo dados do IBGE, em 2019 a renda média da população era de dois salários mínimos (IBGE, 2021), porém dados do Censo de 2010 indicam que 32,9% dos habitantes teria renda de meio salário mínimo. O esgoto sanitário adequado existia em apenas 68,5% dos domicílios de acordo com dados do último Censo (IBGE, 2010). O município registrou, no ano de 2019, cerca de 124 unidades empresariais, um número que vem diminuindo desde 2007 (IBGE, 2021). Da mesma forma, o número de pessoas ocupadas teve uma grande queda, entre 2016 e 2017, e atualmente vem mostrando recuperação.

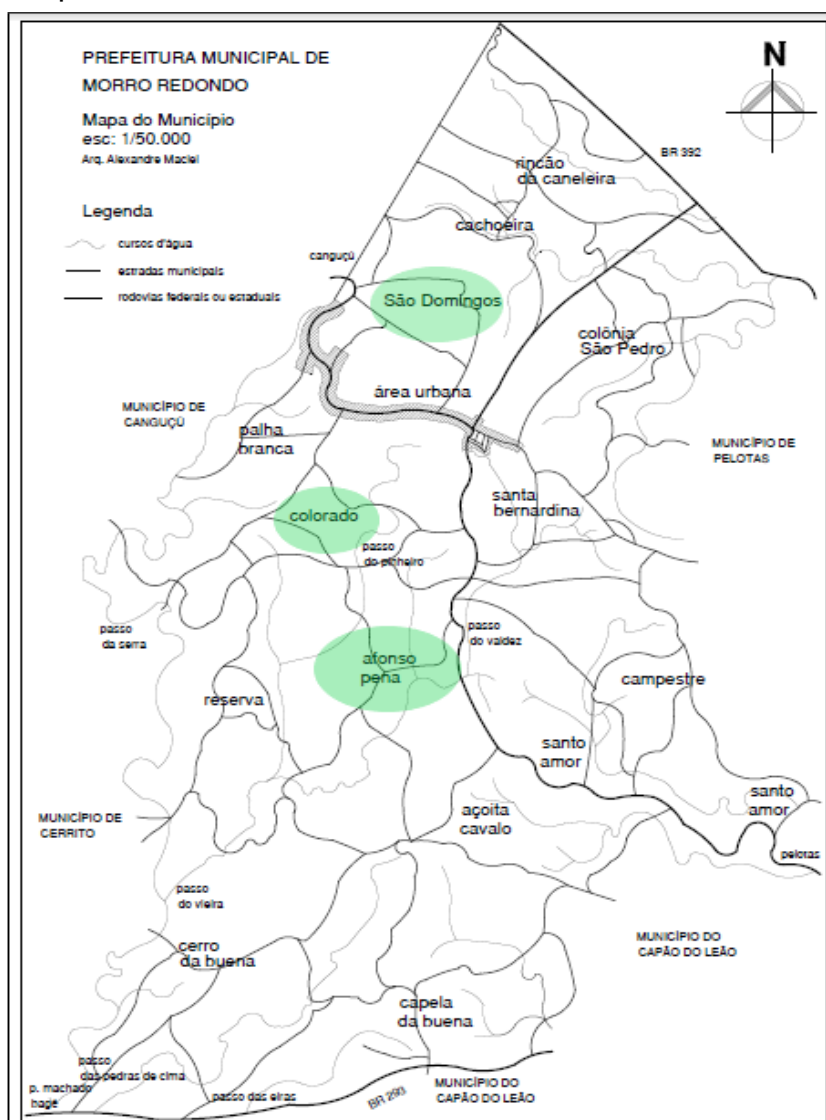
Segundo dados do censo agropecuário de 2017, houve o registro de 485 estabelecimentos agropecuários (242 a menos em comparação com o ano de 2006), sendo que 76% são caracterizados como agricultura familiar (IBGE, 2017). No que se refere a produção agrícola, segundo relatório da Emater de 2021, o cultivo do pêssego tem apresentado diminuição de número de produtores, porém houve aumento da produtividade dos pomares. A cultura do morango e do figo tem despertado o interesse da comunidade. O cultivo do milho ocupa uma área de 1000 ha, enquanto a soja ocupa cerca de 2.000 hectares e apresenta expansão de área. O cultivo do fumo tem diminuído no município, e o relatório indica uma tendência de

---

<sup>41</sup> As atividades nesta unidade foram encerradas em 2016 quando a empresa decretou falência, demitindo cerca de 180 funcionários (G1, 2016), o que causou um forte impacto econômico no município, tanto para os trabalhadores da indústria quanto os (as) agricultores (as) cooperados.

envelhecimento da população que se dedicava a essa atividade, mas também pode indicar a insustentabilidade da atividade fumageira.

Figura 3 – Mapa das localidades do município de Morro Redondo, com destaque para aquelas onde residem as famílias da OCS Renascer.



Fonte: Adaptado de Plano Municipal de Saneamento Básico (QUADRO et al., 2016).

As olerícolas ocupam cerca de 60 hectares e tem atraído os produtores devido a oportunidade de comercialização pelos mercados institucionais (PAA, PNAE), através de feiras e entrega direta ao consumidor. É importante destacar que há uma tendência de conversão das lavouras em áreas de policultivo, um indicativo de que a comercialização em larga escala está sendo modificada. No município há pelo menos duas feiras fixas, a Feira da Agricultura Familiar nas quintas-feiras no quiosque ao



lado da prefeitura e a Feira da Saúde nas quartas-feiras em frente a UBS da localidade Açoita Cavallo. A indústria de conserva de pêssago, uma característica histórica do município, tem ao menos seis unidades de diferentes proprietários no município. Durante a safra do pêssago há ofertas de emprego por temporada, que atraem pessoas do município e região.

Em relação a bovinocultura de leite, há uma diminuição constante de pessoas dedicadas a essa atividade. No relatório a Emater indica alguns possíveis fatores como o fechamento da Cosulati, novas normativas para a atividade agrícola que destoa da realidade das famílias e, também, a restrição de coleta de leite às propriedades com no mínimo 100 litros/dia, excluindo grande parcela das famílias dedicadas a pluriatividade. A Emater-RS estima que cerca de 50 estabelecimentos se dediquem a bovinocultura de leite e cerca de 20 mantém a pecuária (bovinocultura de corte). Ademais, a Emater-RS estima que cerca de 30 famílias se dediquem a apicultura, sendo que 12 compõem o Grupo de Apicultores de Morro Redondo.

Quanto a organização comunitária, logo após a emancipação política do município foi criada a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Produtores Rurais de Morro Redondo (ADCPR-MR), a partir da qual as pessoas associadas podem fazer uso do maquinário por preços mais acessíveis em comparação a um serviço terceirizado. Em 2017 houve a criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo (COOPAMOR), com o propósito de melhorar as condições de produção e comercialização dos produtos cultivados e elaborados pelos agricultores familiares (Emater-RS, 2020). Atualmente a cooperativa abrange 57 famílias. A partir da COOPAMOR 13 das famílias cooperadas estão se organizando para construção de uma agroindústria de ovos.

No município há também a Associação Quilombola Vó Ernestina, cujos membros incluem os residentes da Comunidade Quilombola de mesmo nome, bem como pessoas de outras localidades. Em 2019 foi criado o grupo de mulheres quilombolas Pérolas Negras (do qual uma das famílias da OCS Renascer faz parte), com o objetivo de estimular a participação, valorização e geração de renda independente para essas mulheres, a partir da produção e comércio de artesanato como pinturas em tecido e madeira, bonecas e palha de milho e bananeira (REIS, 2021). Em 2019 foi criada a Associação de Produtores Agroecológicos Novo Horizonte de Morro Redondo, com apoio da Emater-RS, prefeitura de Morro Redondo e Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). O grupo é formado por 14 famílias de

agricultores (as), incluindo quatro das famílias da OCS Renascer, e em 2021 foi inaugurada uma feira semanal dessa associação (FORLAN, 2021).

No que tange a cultura local, cabe destacar que em 2018 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu as tradições docesiras da região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu) como patrimônio imaterial, incluída no Livro de Registro de Saberes. De acordo com informações do IPHAN, esse reconhecimento abrange “aspectos arquitetônicos e artísticos associados ao modo de fazer os doces nessa região” (IPHAN, 2022). Alinhando a agroecologia e o saber doceira tradicional, entre 2018 e 2019, foi constituído o grupo Sistema Agroflorestal (SAF) Doceiro, com a participação de agricultores (as), Emater-RS, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo (SMDRT), EMBRAPA e universidades locais. Até o início das restrições devido a pandemia, o grupo realizava reuniões mensais para formação, capacitação, troca de conhecimentos, visitas técnicas e implantação do SAF Doceiro Demonstrativo no espaço compartilhado entre a SMDRT e Emater-RS.

O município também investe em turismo rural, em 2014 foi inaugurada a Rota turística “Morro de Amores”, um projeto elaborado com apoio do SEBRAE/RS, governo municipal, Emater-RS/Ascar, EMBRAPA e agricultores (as). Esse roteiro turístico abrange 14 atrações, exaltando a experiência estética da paisagem da região, os produtos coloniais e a tradição do saber fazer doceiro (MORRODEAMORES, 2022). Dentre os locais de visitação destacamos aqui o Sítio Amoreza, localizado na colônia Afonso Pena, é uma área de aproximadamente 5 hectares, com mata nativa e arroio. Os proprietários mudaram-se da cidade para o campo há cerca de 12 anos, trabalhando com permacultura e Ayurveda. A proposta do local é uma imersão com a natureza, proporcionando práticas Ayurv dicas, almoço e feira com produtos orgânicos locais.

Entre 2019 e 2020 surgiu uma iniciativa de turismo rural voltado para produção orgânica e agroecológica intitulada Rota Orgânica. Esse projeto conta com assessoria do SEBRAE, e apoio da Emater-RS e prefeitura municipal. As quatro f mlias da OCS Renascer residentes na colônia Afonso Pena estão participando desse projeto através de reuniões e visitas do representante do SEBRAE indicando potencialidades em cada propriedade. Como será descrito no item histórias de vida, os (as) participantes não receberam apoio financeiro para realizar as adaptações necessárias para atender as demandas do turismo rural e por isso ainda estão em fase de planejamento.

Morro Redondo está inserido no movimento agroecológico e orgânico da região de Pelotas. Conforme descrito por Cruz (2015) há uma rede ecológica neste contexto, formada por homens e mulheres agricultoras, feiras, restaurantes e pontos de comercialização, associações, entidades religiosas e não governamentais, que juntos vem promovendo a agricultura orgânica e agroecológica, em oposição a modernização agrícola, há mais de 30 anos. Apresentamos aqui alguns desses elementos que se destacaram ao longo da coleta de dados.

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma entidade da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, criada em 1978 que atua nos três estados do Sul do país. A sua proposta é disseminar práticas econômicas e ecologicamente sustentáveis, apoiando a agricultura familiar e sua permanência no campo (CAPA, 2022). Em parceria com o CAPA e a CPT foi criada em 1995 a Associação Regional de Produtores Agricultores ecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), a primeira organização de agricultores ecológicos da região reunindo 30 famílias. Segundo CRUZ (2015) o principal objetivo da ARPA-SUL era união desses (as) agricultores (as) e criação de feiras.

Em meados dos anos 2000 foi criada a primeira feira ecológica de Pelotas, e em 2012 foi inaugurada uma feira em Canguçu. Também em parceria com o CAPA, foi criada em 2001 a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda ou Sul Ecológica, formada por 150 famílias da microrregião de Pelotas, que busca melhorar a qualidade de vida no campo através da organização social da produção e inserção no mercado (SUL ECOLÓGICA, 2010). A ARPA-SUL e a Sul Ecológica estão incluídas como OCS no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no site do MAPA. Em Morro Redondo há uma família vinculada a ARPA-Sul e cinco famílias vinculadas a Sul-Ecológica, reconhecidas como produtores (as) orgânicos.

Outro elemento importante para o movimento agroecológico na região de Morro Redondo foi a criação, em 2007, da Rede Bem da Terra, agregando agricultores (as), consumidores (as) e empreendimentos econômicos (rurais e urbanos). Em 2009 foi criada a Associação Bem da Terra, formalizando esse coletivo que busca promover a economia solidária na microrregião e Pelotas, através de comércio justo, consumo responsável e autogestão (NUNES et al., 2019). O Bem da Terra conta com a atuação extensionista dos Núcleos de Economia Solidária da UCPel, UFPel e IFSul. Para participar da rede é preciso ingressar em um grupo de produtores (as) ou consumidores (as) (NUNES, et al., 2019). Dentre as atividades há a comercialização

através da feira virtual e das feiras presenciais nos campi das universidades supracitadas, reuniões periódicas, além de programas e projetos de formação e assessoramento aos grupos de produtores (as), integrando atores da sociedade civil, agricultores (as) e membros (as) da comunidade acadêmica (CRUZ, 2015). Cinco famílias da OCS Renascer fizeram ou fazem parte do Bem da Terra como será descrito nas histórias de vida.

Alguns membros (as) da OCS Renascer participam também do projeto Orgânico Solidário, criado em 2018, a partir da iniciativa de uma moradora de Morro Redondo. Na feira virtual os produtos orgânicos, ecológicos ou agroecológicos são disponibilizados semanalmente e os consumidores encomendam os itens de seu interesse. Posteriormente os produtos são coletados e transportados à Pelotas, onde as entregas são feitas em domicílios, condomínios ou pontos de coleta (ORGÂNICO SOLIDÁRIO, 2022).

No que tange a OCS Renascer propriamente dita, a sua aprovação e instituição ocorreu em março de 2021, com a chegada da declaração de vínculo com a OCS para cada uma das seis famílias. Essa conquista, contou com o apoio da COOPAMOR, Emater-RS/Ascar e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo de Morro Redondo. O histórico e apresentação do grupo será detalhado no item 2.3.

Em relação a institucionalização da agricultura orgânica e agroecológica em Morro Redondo, destacamos a promulgação da lei nº 2.278/20 em 2020, a partir da participação da comunidade, que criou um programa de incentivo à agricultura orgânica e agroecológica, a fim de estimular a produção sem uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, visando a preservação do meio ambiente e o crescimento da cadeia produtiva agroecológica (MORRO REDONDO, 2020). Esse marco legal é fruto da participação social e política da comunidade, suas organizações em coletivos, cooperativas e associações, bem como o apoio das instituições como a Emater-RS/Ascar e o poder público municipal.

Ainda em 2020, na sequência foi publicada a lei nº 2.312 a partir da qual foi criado o fundo municipal de desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica, que prevê a aplicação monetária para capacitação de recursos humanos, formações e pesquisas dentre outros. No entanto, com a mudança de governo no ano de 2021, não foram encontrados documentos legais sobre o tema, o que impede de saber qual o encaminhamento dado para as questões ligadas a agroecologia e agricultura orgânica. Segundo informações da Emater-RS, o município vem construindo um

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que irá se debruçar sobre essas e outras questões relacionadas ao desenvolvimento rural.

Essas organizações sociais e projetos que vem sendo desenvolvidos em Morro Redondo são movidas pelos interesses individuais e coletivos, demonstram uma organização para reivindicar, compartilhar, aprender e desenvolver-se enquanto comunidade. Nesses espaços, a educação ambiental crítica é intrínseca às trocas e as iniciativas construídas em coletivo. Destaca-se que os marcos legais e políticas públicas por si só, não expressam processos educativos, porém compreender o contexto de sua elaboração, conhecer as pessoas envolvidas e suas intencionalidades, podem auxiliar na compreensão do uso que se faz dessas políticas, e as possibilidades criadas a partir das mesmas, constituindo elementos do processo socioeducativo de transição para agricultura de base agroecológica.

Ainda que haja um forte movimento para agricultura de base agroecológica, a partir da iniciativa dos (as) agricultores(as), incentivada pelo governo municipal e Emater-RS, o município apresenta grande parte da produção das principais cultivares (soja, pêssego, milho e fumo) nos modelos da agricultura moderna industrial. Segundo o Atlas do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a EU, elaborado por Bombardi (2017), cerca de 50 a 60% dos estabelecimentos rurais da região de Morro Redondo fazem uso de agrotóxicos.

Nesse contexto, podemos correlacionar as discussões em educação ambiental crítica para compreender os processos socioeducativos envolvidos na transição para agricultura de base agroecológica. No próximo item iremos descrever mais o contexto de pesquisa, apresentando o grupo OCS Renascer, bem como as famílias integrantes.

### **2.3 OCS Renascer: famílias e histórias de vida**

Neste subcapítulo iremos descrever o processo de constituição do grupo OCS Renascer, desde os primeiros movimentos realizados em 2019, a submissão da proposta e a aprovação do pelo MAPA em 2021, assim como, uma síntese das reuniões, encontros e eventos que marcaram o primeiro ano de existência do grupo. Na sequência, apresentaremos as histórias de vida de cada família integrante do grupo, destacando suas motivações para ingressar na transição para agricultura de base agroecológica, e na própria OCS. Ademais, faremos uma descrição de cada propriedade, apontando as particularidades do cotidiano de cada família.

### **2.3.1 OCS Renascer: histórico e formação**

A OCS Renascer surgiu no ano de 2019 em Morro Redondo a partir de uma demanda de agricultoras e agricultores do município que, em processo de transição para agricultura de base agroecológica, sentiram a necessidade de uma certificação para a sua produção orgânica. Ao longo das narrativas das histórias de vida é possível perceber as diferentes motivações que reuniram essas famílias, como a questão ética na relação de comercialização, valorização simbólica e monetária, autonomia, entre outras.

Essa OCS tem em sua origem o interesse e participação das famílias, bem como uma conjuntura, ou uma rede, de atores sociais e instituições, convergindo para a promoção da agricultura orgânica e agroecologia em Morro Redondo e acompanhando os demais municípios da região como Canguçu, Pelotas e São Lourenço. Como será detalhado nas histórias de vida, contribuíram nesse processo a presença de um dos membros do grupo na secretaria de agricultura do município, o olhar atento e estímulo da Emater-RS, e a rede Bem da Terra de comércio solidário e agroecologia vinculada as universidades locais.

Em 2019, em uma das reuniões do PAA municipal para entrega de produtos, foi anunciado que haveria uma reunião dia cinco de novembro para construção de uma OCS no município, convidando os (as) interessados (as) em ingressar no grupo. Nesta reunião foi apresentada a proposta de uma OCS, com o suporte da Emater-RS, recolhendo os dados das famílias, propondo a elaboração de um nome para o grupo e uma indicação de representante para coordenação do mesmo.

Neste primeiro momento foi elaborado um documento (ANEXO I), disponibilizado pelo grupo, onde foram feitas as descrições dos procedimentos de controle social para produção e comercialização dos produtos, a fim de garantir a sua rastreabilidade e o cumprimento da legislação acerca da produção orgânica (periodicidade e metodologia das reuniões e visitas, plano de manejo, manutenção dos documentos requeridos, locais de comercialização, obrigações do grupo e medidas quanto ao não cumprimento da legislação Brasileira de Orgânicos). Este

documento<sup>42</sup>, datado de 27 de fevereiro de 2020, é assinado por nove produtores (as), incluindo as seis famílias participantes atualmente, e três colaboradores, incluindo a extensionista Adriane da Emater-RS.

Este documento, assim como a solicitação de cadastro da OCS, o Termo de Compromisso mútuo com a garantia da qualidade orgânica e a ficha de cadastro das unidades de produção<sup>43</sup>, foram encaminhadas pela Emater-RS ao MAPA para solicitação de cadastramento da OCS. Em virtude da pandemia da COVID-19, as reuniões presenciais foram suspensas e o grupo ficou em aguardo da aprovação que foi emitida em março de 2021. Neste mês, cada unidade de produção recebeu um documento de declaração de cadastro de produtor vinculados a OCS. Os dados do cadastro da OCS Renascer, assim como, de agricultores vinculados a outras OCS e OPACs pode ser consultado no site do MAPA.

A OCS Renascer é composta por seis famílias de agricultores (as) residentes em três localidades distintas (Figura 4). Quatro famílias residem na colônia Afonso Pena, Maria das Dores e Elton, Maria Helena e Aliomar, Djanira e Márcio e Sidinei e Cleunice. Leonor e Joaquim residem na localidade São Domingos e Flávio e Ieda residem na localidade Colorado, comunidade Cristo Rei. Sidinei é o representante legal e coordenador do grupo e Maria das Dores é a secretária, responsável pelo preenchimento das atas das reuniões e visitas de pares.

A partir da aprovação do cadastramento, o grupo iniciou suas atividades de acompanhamento, inicialmente de forma virtual devido às restrições da pandemia e, a partir de agosto, com o avanço da vacinação e a flexibilização das restrições de circulação e atividades presenciais, o grupo passou a se reunir de forma presencial seguindo os protocolos sanitários (uso de máscara, distanciamento, higienização com álcool, encontro em locais abertos ou bem arejados).

---

<sup>42</sup> No texto há um breve histórico do grupo, formado a partir do interesse na produção orgânica regularizada e sustentável de alimentos (inicialmente hortaliças), justificando que há outras formas de certificação no município, porém a contratação de uma equipe para auditoria foge à realidade dessas famílias. Além disso, é citado que as famílias são de diferentes localidades do município, o que pode contribuir para a disseminação da agricultura orgânica. Essas famílias estão em processo de transição, realizam a comercialização em feiras e através dos programas PAA e PNAE, e “merecem um acompanhamento mais sistemático e um processo de capacitação permanente, coisas que uma OCS pode proporcionar” (OCS RENASCER, 2020, p. 1).

<sup>43</sup> Na ficha de cadastro das unidades de produção consta os dados pessoais, o número da DAP, uma descrição detalhada do tamanho da propriedade, culturas, estimativa de produção e locais de comercialização. A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, um instrumento de registro e reconhecimento legal de agricultores (as) familiares.

Figura 4 – Membros (as) da OCS Renascer ao final de uma das reuniões presenciais em frente ao prédio da escola desativada Alberto Rodrigues



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ao longo de 2021 foram realizados um total de 14 encontros. Dentre esses, cinco foram virtuais e nove presenciais, incluindo duas visitas de pares e uma visita de acompanhamento da equipe da CPOrg-RS. A coleta de dados através de observação participante foi entre julho e novembro, totalizando 9 encontros (uma virtual e oito presenciais), incluindo uma visita de pares, acompanhamento do evento Feira de Sementes Crioulas<sup>44</sup> e a reunião com a CPOrg-RS.

A Feira de Sementes Crioulas em Canguçu, é um evento tradicional da região, local de encontro entre agricultores (as), guardiões de sementes e movimentos

---

<sup>44</sup> A Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares é um evento tradicional da região, promovida pela Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu/RS, Prefeitura municipal, em parceria com instituições como a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), EEEF Oziel Alves Pereira, Escola Técnica Estadual Canguçu (ETEC), Emater-RS/ASCAR, Embrapa, CAPA, Arpa-Sul, Bem da Terra, Grupo de Agroecologia da UFPEL (GAE), Fórum da Agricultura Familiar, entre outros. No espaço da feira há exposição de sementes, produtos de agroindústrias, artesanatos e frequentemente ocorrem seminários paralelamente ao espaço da feira. Segundo o site do CAPA “a feira é um espaço importante para a valorização de saberes populares, troca de sementes, tecnologias e também por ter se tornado referência para discussões sobre temas importantes para a agricultura familiar e povos tradicionais”. Disponível em: < <https://capa.org.br/2021/11/feira-de-sementes-crioulas-e-tecnologias-populares-resgata-e-promove-conhecimento-popular/> > Acesso em: 1 jul. 2022



sociais. A feira foi um dos primeiros eventos presenciais da região depois da suspensão devido a pandemia. O grupo compreendeu que a sua participação nesse evento seria uma oportunidade de apresentação formal da OCS Renascer à comunidade, dando visibilidade ao grupo e ao trabalho de cada um.

Devido a isso, o grupo se organizou para elaboração de uma identidade visual da OCS Renascer, através de uma logomarca do grupo (elaborada com auxílio de um dos filhos de Sidinei) e confecção de banners (Figura 5). Nesse evento, o grupo foi representado por três famílias que ocuparam três estandes com comercialização de artesanato (junto ao grupo Pérolas Negras), sementes, produtos in natura (pêssego, cenoura, beterraba entre outros) e processados (biscoitos, rapaduras, licores, geleias).

Figura 5 – Representantes da OCS Renascer com banners do grupo (esquerda) e sua exposição de produtos (direita) na 10ª Feira de Sementes Crioulas em Canguçu em 2021.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Quanto a visita da CPOrg-RS, o convite foi recebido por e-mail pela extensionista da Emater-RS que acompanha o grupo. Neste convite haviam as explicações sobre a dinâmica da reunião que seria virtual, o requerimento dos documentos do grupo e dois questionários (um específico para cada unidade de produção e outro referente a OCS como um todo) a serem preenchidos e encaminhados à comissão. Essas visitas de acompanhamento da comissão junto às OCS e OPACs são periódicas (anuais) e tem caráter orientativo, a fim de compreender o trabalho das famílias e o desenvolvimento do grupo.

No quadro abaixo (Quadro 2) apresentamos um panorama geral desses encontros com as principais pautas discutidas. As informações sobre os cinco primeiros encontros em que não estive presente foram fornecidas pelo grupo através do caderno de ata da OCS.

Quadro 2 - Panorama geral das principais pautas dos encontros realizados pela OCS Renascer.

<b>Data e Local</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Principais pautas</b>
5/11/2019 Sede da SMDRT	Reunião Presencial	Discussão sobre a criação de uma OCS para certificação de produção orgânica, procedimentos envolvidos e seus benefícios. Distribuição das fichas de cadastro das UPs, escolha do nome do grupo e do representante legal.
12/03/2021	Reunião Virtual	Explicações sobre o significado de uma organização de controle social, aspectos legais da produção orgânica e registros e documentos requeridos para garantir a rastreabilidade (caderno de campo e plano de manejo). Dinâmica de reuniões e visitas e compromissos a serem assumidos individualmente e pelo grupo.
09/04/2021	Reunião Virtual	Apresentação dos modelos de caderno de campo e plano de manejo, discussão sobre o transporte e exposição de produtos, documentos obrigatórios e importância da manutenção de notas fiscais de toda a produção (apontado como desafio devido as vendas diretas nas feiras).
14/05/2021	Reunião Virtual	Informações sobre a emissão de notas fiscais, discussão e dúvidas sobre a documentação exigida.
11/06/2021	Visita de Pares virtual	Apresentação dos vídeos gravados pela Maria das Dores sobre a sua propriedade, histórico, explicações sobre a produção, agrofloresta, presença de sangas e mata nativa. Discussão e dúvidas dos participantes, preenchimento do questionário e aprovação do grupo.
09/07/2021	Reunião Virtual	Informes gerais, apresentação da proposta de pesquisa e convite formal para participação. Apresentação do grupo e percepções sobre a pesquisa.
06/08/2021	Reunião Presencial	Discussões sobre a participação em feiras presenciais e virtuais (prós e contras). Sugestão de criação de uma feira virtual da OCS Renascer. Proposta de parceria com a Associação Quilombola Vó Ernestina para feira presencial em Morro Redondo. Apresentação de ferramenta alternativa para construir canteiros.
16/08/2021	Reunião Presencial	Apresentação e discussão da legislação brasileira de agricultura orgânica e agroecologia, tipos de certificação, o papel do controle social, reuniões e vistas de pares; e importância dos registros para garantir a rastreabilidade dos produtos e garantia da qualidade orgânica.

30/08/2021	Reunião Presencial	Discussões sobre o preenchimento do caderno de campo e plano de manejo. O grupo fez a leitura em conjunto do plano de manejo, compartilharam o que haviam registrado e preencheram alguns itens que faltavam. Houve trocas de experiências sobre época de plantio de acordo com a fase da lua, práticas cotidianas e características de cada unidade de produção.
24/09/2021	Vista de pares presencial	Visita de pares propriedade de Djanira e Márcio. Relato de história de vida, caminhada na propriedade, apresentação das áreas e cultivos, explicações sobre estratégias e práticas cotidianas e dificuldades. Ao final houve o preenchimento do questionário de visita de pares e sugestões de melhorias. O preparo do supermagro <sup>45</sup> planejado para essa visita foi adiado devido ao tempo disponível.
08/10/2021	Reunião Presencial	Informes sobre o convite da CPOrg-RS para uma visita virtual em novembro. O grupo iniciou o preenchimento coletivo de um dos questionários solicitados sobre as UPs. Houveram discussões e trocas sobre a compra de insumos, sementes e mudas e o armazenamento das notas fiscais. O grupo falou brevemente sobre a proposta de participação na Feira de Sementes Crioulas de Canguçu no dia 7 de novembro.
15/10/2021	Reunião Presencial	Finalização do preenchimento do questionário sobre as UPs, e sugestão de nomes de consumidores para participarem da reunião com a CPOrg-RS. Houveram discussões sobre a produção de caldas e compra de insumos orgânicos; estratégias para evitar contaminação de propriedades vizinhas, destinos dos resíduos, comercialização, assistência técnica da Emater-RS e dificuldades. Ao final, o grupo discutiu sobre a participação na Feira de Sementes Crioulas de Canguçu, quais produtos poderiam levar e compartilharam imagens para construção da logomarca e do logotipo do grupo OCS Renascer.
25/10/2021	Reunião Presencial	Preenchimento do segundo questionário da CPOrg sobre a sede da OCS. Discussão sobre a venda de produtos do grupo em salas comerciais em Pelotas. Registro fotográfico dos cadernos de campo e plano de manejo necessários para o envio à CPOrg-RS.
07/11/2021	Participação em evento	10ª Feira de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares
17/11/2021	Visita CPOrg-RS (híbrida)	Apresentação dos membros da CPOrg-RS, dos membros e membras da OCS Renascer, consumidoras, participantes e equipe da Emater-RS. Comentários e sugestões em relação a

<sup>45</sup> Supermagro é um biofertilizante desenvolvido pelo técnico agrícola Delvino Magro, em parceria com o Centro de Agricultura Ecológica Ipê do Rio Grande do Sul (CAE-RS), comumente utilizado na agricultura de base agroecológica. O supermagro é um produto de baixo custo elaborado com sais minerais secundários que, a partir de um processo de fermentação, origina um resíduo líquido rico em matéria orgânica, microrganismos e micronutrientes, que pode ser utilizado como adubo foliar e defensivo natural contra fungos, bactérias e insetos (LOPES; JUNQUEIRA; MEJIA, 2016).

		documentação enviada para análise prévia da comissão, exposição de dúvidas e dificuldades. Proposta de reunião com vereadores (as) para apresentação formal do grupo e apresentação de demandas.
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, o primeiro ano de existência da OCS Renascer expressa a constituição do coletivo que, submetido a uma legislação, esteve preocupado em cumprir com as exigências, dedicando boa parte dos encontros para o preenchimento e interpretação dos formulários e documentos exigidos pela lei para garantir a qualidade orgânica e manutenção da OCS. Ao mesmo tempo, foi possível perceber o aumento na integração entre os (as) membros (as) e que, mesmo em conversas pautadas por formulários, proporcionaram a expressão de cada participante, pedindo a palavra, trocando experiências e expondo opiniões. Houveram diálogos sobre as práticas cotidianas, e reflexão crítica sobre a comunidade e conflitos socioambientais.

Expusemos aqui uma breve descrição das percepções iniciais que emergiram da observação participantes junto ao grupo OCS Renascer. No capítulo 3 retomaremos a discussão acerca das dinâmicas e práticas do grupo de forma mais detalhada, com ênfase nas relações socioeducativas que permearam essas experiências. Neste trabalho compreendemos que as aprendizagens ocorrem nos ambientes e nas relações socioambientais, porém cada pessoa que participa dessas relações é um sujeito, que possui subjetividade própria, atravessado pelos seus saberes, suas experiências e suas histórias. Para compreender o grupo OCS Renascer é preciso também olhar para as pessoas que o constituem, identificar suas motivações e o percurso que os (as) levaram até a constituição do grupo.

### **2.3.2 Histórias de vidas / Histórias vividas**

A busca por compreender a transição para agricultura de base agroecológica requer um olhar sobre os sujeitos que vivenciam esse processo. Esse movimento de transição constitui a construção de um modo de vida, no qual cada pessoa o conduz de acordo com a sua subjetividade e suas experiências. Desse modo, apresentaremos as histórias de vida das famílias integrante da OCS Renascer, a partir das informações

coletadas nas entrevistas individuais, a fim de dar visibilidade as suas experiências e compreender melhor a realidade de cada uma.

### **2.3.2.1 Maria das Dores e Elton**

A gente não tem que ter medo quando a gente tá usando a verdade, né? Em todo o nosso trabalho. A gente tem que ter orgulho, e eu me orgulho do pouquinho que a gente tem, e todo o processo de aprendizado que eu aprendi. Eu quero vender mais, eu quero evoluir. Pra mim trabalhar com a natureza é uma evolução grande, constante, que a gente está sempre, ela nos ensina, né? A gente que acha que sabe tudo (Maria das Dores).

Maria das Dores é uma pessoa que encanta pela forma como descreve as suas impressões sobre o mundo. Sua história expressa a sua coragem de enfrentar o novo e a capacidade de construir uma relação com o lugar onde habita. Em suas falas, Das Dores demonstra sua capacidade de sentir diante de situações, pessoas e lugares, e também a sua visão crítica, que percebe as situações como parte de um processo maior da sociedade. Essa sensibilidade, juntamente da disposição para aprender e aprimorar seus conhecimentos e seu trabalho, parecem motivar suas escolhas.

Maria das Dores, das Dores ou das Flores, como é chamada pelo grupo, tem 39 anos, é natural de Alagoas, e mudou-se para Morro Redondo há sete anos, quando se casou com Elton (40 anos). Ela teve contato com a agricultura através de seus avós, que praticavam agricultura para autoconsumo, mas não trabalhava diretamente com isso. Elton nasceu em uma família agricultora em Morro Redondo, onde sempre se dedicou a criação de animais e alguns cultivos, como milho, de forma convencional. A propriedade onde moram hoje com a sua filha, tem 7,4 hectares e está localizada na colônia Afonso Pena. Essas terras pertenciam a família de Elton e foi adquirida diretamente com seus pais (Figura 6).

Figura 6 – Registro da família de Maria das Dores e Elton em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Das Dores narra a sua história com a agricultura a partir da chegada no Morro Redondo e seu encantamento pelo lugar. Inicialmente o interesse pelo policultivo teve a intenção de mudar a paisagem da propriedade que, segundo ela, “era só campo”. Na primeira primavera que passou em Morro Redondo as flores, cores e árvores nativas passaram a chamar a sua atenção, e ela foi buscando inseri-las em sua propriedade,

Quando eu cheguei aqui há sete anos atrás, eu vi o lugar, sempre achei muito lindo esse lugar, eu dizia assim: que lugar abençoado né, cheio de natureza, tu amanhecer escutando um pássaro, esse sossego que tu vê aqui. [...] Isso aqui é uma terapia, [...] isso aqui é um santuário na realidade.[...] Eu dizia, ‘mas Elton uma casa tão linda, num lugar tão lindo, só campo?’ Claro ele só criava animal né, vaca, então ele não queria se envolver com planta. E eu quando cheguei aqui era junho, aí passei os meses de frio trancafiada, depois quando veio a primavera que eu comecei a ver que saiu um monte das margaridas, dessa amarelinha, roxinha né? Tu vê a paisagem, tu começa a ver os gladiolos mesmos, no ano que eu cheguei aqui, essa frente era tomada daquelas gladiolas<sup>46</sup> nativas mesmo, as vermelhinhas, tem uma época que está cheio. Eu disse meu Deus que coisa mais linda, eu ficava encantada, eu pedia pra ele, a gente ia no carro e eu dizia ‘amor, para aí que eu quero uma muda’. (Maria das Dores).

Ela conta que já tinha interesse em reflorestamento e, com incentivo e mediação da Emater-RS, buscou inserir-se nas oportunidades de cursos e formações ligados a

<sup>46</sup> Gladiolas ou gladiolos são plantas do gênero *Gladiolus*, também conhecida popularmente como palma-de-santa-rita. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/midias/arco/producao-de-gladiolos/#:~:text=O%20glad%C3%ADolo%2C%20tamb%C3%A9m%20chamado%20de,da%20prima%20e%20do%20ver%C3%A3o](https://www.ufsm.br/midias/arco/producao-de-gladiolos/#:~:text=O%20glad%C3%ADolo%2C%20tamb%C3%A9m%20chamado%20de,da%20prima%20vera%20e%20do%20ver%C3%A3o)> Acesso em: 15 abr. 2022.

agroecologia. Ela destaca o curso de agrofloresta que serviu de inspiração para o cultivo de árvores e montagem da horta de forma consorciada, construindo aos poucos a sua própria agrofloresta. Esse curso ocorreu no município de Três de Maio, durante uma semana, onde ela teve contato com conhecimentos indígenas, e compreendeu que é possível produzir imitando a natureza, preservando a mata nativa para o bem estar animal e até mesmo planejar um manejo para inserir árvores frutíferas na mata,

Com esse curso eu fiquei mais inspirada porque aí eu vi que no meio de todo o planejamento da agrofloresta, tu podia fazer uma agrofloresta dentro da própria floresta né? Na floresta antiga. Tu ia tirando mato que não estava te ajudando ali, era só trepadeira, então tu podia cortar onde tinha muito, e tu podia botar uma laranjeira, botar um pessegueiro, [...] tinha todo um planejamento bonito, então eu fiquei assim apaixonada. Aí depois teve outro, o mesmo encontro, porque foi uma semana de agrofloresta, teve as palestras dos Tupi Guarani, de outras indígenas [...] e aquilo ali parece que dá uma emoção tão grande, a gente chorava com eles fazendo todo aquele processo de dizer sobre a floresta, [...] a gente chorava assim de vê que eles trabalharam tanto na terra, e estava sendo expulso das próprias terras dele, e estavam jogando eles pra outras terras que estavam infértil, e que não tinha nada a ver, então foi muito inspirador. (Maria das Dores).

Neste curso ela também conheceu uma técnica e extensionista da Emater-RS de outro município que contou sobre o projeto PhenoGlad em parceria com a EMBRAPA. Esse projeto busca incentivar a floricultura como diversificação da produção e alternativa de renda a famílias agricultoras. Assim ela recebeu sementes de gladiólas, as mesmas flores pelas quais ela se encantou logo que chegou em Morro Redondo.

Das Dores percebe a horta e a agrofloresta consorciadas como um espaço de “imitar a natureza” e observar a vida se desenvolver. Com um mínimo de manejo, esse lugar representa um santuário, segundo ela “o meu canto sagrado”, onde se coloca como observadora do desenvolvimento da vida nesse miniecosistema. Neste lugar, a partir de um “trabalho de carinho” ela cultiva um pouco de cada coisa para autoconsumo, árvores e flores, comercializando alguns produtos na feira. Ela enfatiza que não é a renda que orienta a manutenção da agrofloresta e da horta, porque a renda é garantida com os processados. O sentimento que a orienta é o amor e a admiração pelo sistema que ela mesma construiu e que agora se autorregula.

Eu uso muito esse espaço de aproveitamento de fazer o natural crescer, né? Então eu deixo, eu gosto de ver a natureza se restaurando porque é assim que a gente imita a natureza, né? É deixando ela. O quanto a gente carregou lá do fundo, aqui da beirada, as terras, toda a decomposição e fomos jogando aqui, porque fazemos um berçário pra elas mesmo crescer. Então eu acho assim ó, não tem dinheiro que pague esse trabalho, eu não acho que tenha



dinheiro que pague isso aqui. É uma coisa assim de conexão, não é uma coisa de dinheiro, sabe?! Porque o dinheiro a gente está construindo em outro modo, mas é uma conexão mesmo com a natureza, é tu observar [...] Eu não faço isso aqui porque é uma renda minha, eu faço porque eu amo [...] Isso que eu acho lindo a vida, tu vê vida. Por isso que chamo assim a horta do meu canto sagrado [...] eu uso ela pra viver, pra se manter, eu acho bonito todo o processo que eu fiz aqui. (Maria das Dores).

Inicialmente, ela conta que o marido teve certa resistência a essa mudança, e mantém como prioridade a criação de animais. Frequentemente os animais invadem a horta/agrofloresta gerando uma forma de divergência interna. Maria das Dores defende o seu espaço por representar o seu santuário, e utiliza estratégias de conciliar os interesses dos dois, a exemplo da preservação da mata para o turismo rural, como será explicado mais adiante.

A partir da participação em feiras, o casal foi percebendo que as olerícolas e tubérculos são produtos que a maioria dos vizinhos produziam e forneciam em grande quantidade, e buscaram alternativas para não competir com os demais e propor novos produtos para a feira. Passaram então a investir na produção de processados a partir de cultivos próprios, como as pimentas e frutas nativas (pitanga, goiaba, butiá etc.), diminuindo o gasto para produção.

A partir dessa iniciativa foi desencadeado um processo de aprendizado pela prática e experimentação, e a busca por cursos e formações quando percebiam que que “faltava um toque de especialização”. As primeiras experiências com conservas e molhos de pimenta foram experimentações do tipo “tentativa e erro” que aos poucos foram sendo aperfeiçoadas a partir da criatividade do casal. Eles buscaram inserir a sua identidade nos produtos, criando sabores a partir de chás, temperos e o uso de frutas nativas. Assim passaram a produzir, além das conservas e molhos de pimenta, geleias, sucos, licores, hidromel, vinhos e derivados de leite (queijo, doce de leite, rapadura),

[...] e a gente viu esse olhar de especialização que a gente precisava crescer, e não era só na lavoura que a gente precisava crescer, a gente precisava aprender a produzir um Supermagro. Saber produzir uma geleia de qualidade, um pão de qualidade, um queijo de qualidade. [...] Por que a gente muitas vezes chega na feira e os nossos produtos não são vendidos? Porque não é de boa qualidade, porque tu tá fazendo um mumu que tá ficando cristalizado, porque está fazendo a rapadura e não está dando certo, por que será? Está faltando um toque de especialização, tá faltando a profissionalização ali. (Maria das Dores).

A maioria dos cursos e formações que Maria das Dores realizou tiveram a mediação da Emater-RS, e ela destaca em sua fala o papel da extensionista Adriane. A busca



por formação teve o seu interesse por aprender e a necessidade de especialização em relação aos produtos processados. Ela conta que realizou curso de Butiá (suco, geleias, bolo e licor), conservas, PANCs, derivados do leite (iogurte natural, doce de leite e rapadura) e também cursos online por conta própria, a exemplo do curso de licores. A atuação da Emater-RS foi fundamental no incentivo ao contato com agroecologia e especialização para produção de processados. Ela conta que a Adriane realiza um trabalho diferencial, reconhecendo o seu interesse, divulgando cursos e palestras, fazendo a inscrição e por vezes até realizando o transporte até o local,

Ela (Adriane) é a nossa mensora nisso tudo, ela é uma precursora assim, uma luz, porque foi ela que dizia assim, 'ó Das Dores vai ter isso, vai ter palestra tal, vai ter encontro tal', aí a gente se reunia, ela vinha pegar muitas vezes aqui a gente [...] ela foi a mensora de todo o nosso aprendizado. Claro, primeiramente a gente tem a vontade, mas o incentivo dela, ela incentivou a gente a estar presente aonde às vezes a gente nem sabia pra estar presente, só estariam lá os majoritários, as pessoas que já tem o processo encaminhado, não os pequenos, não as gotinhas daqui, as gotinhas dali não, a nossa a gente não era privilegiada. [...] Não existiu pessoa, a Adriane não é só uma funcionária ali pra gente, ela é uma amigasa mesmo, eu digo assim a Adriane foi muito importante. Isso é um coração muito grande, isso é a boa vontade que ela tem. Porque outra pessoa não fez isso pela gente, e acho que não vai fazer, ela vai ser única. (Maria das Dores).

Segundo das Dores a chefe do escritório da Emater/Ascar-RS também incentiva essa participação, porque além de se manterem atualizadas, esse movimento é importante para o crescimento pessoal. Maria das Dores conta que, além dos conhecimentos, ela conhece muitas pessoas através dos cursos e formações e percebe uma certa união entre os participantes.

A partir do investimento nos processados, ela conta que a horta ficou meio de lado (no sentido de comercialização) e os produtos como iogurte natural, geleias, doce de leite, rapadura, queijos, requeijão, bolacha e pão, além daqueles mencionados anteriormente, se tornaram a principal renda da família. Ela conta que utilizavam frutos de árvores nativas de sua propriedade, ou colhiam nas estradas e terrenos abandonados<sup>47</sup>. Com o tempo, estabeleceram uma relação de troca com os vizinhos que possuíam os frutos, mas não os utilizavam. Assim, os vizinhos disponibilizavam a

---

<sup>47</sup> No processo de formação e manutenção de uma OCS, as famílias agricultoras devem discriminar, no cadastro junto ao MAPA, quais serão os produtos produzidos e comercializados de forma orgânica. No caso da OCS Renascer, até o ano de 2022, as famílias cadastraram a produção e comercialização de alimentos *in natura*, portanto, os produtos processados podem ser comercializados livremente sem a certificação orgânica, o que se enquadra nas restrições e possibilidades da legislação brasileira.

matéria-prima e em troca recebiam o produto processado. Essa economia na matéria prima dos processados contribuiu para gerar uma renda mínima e puderam fazer pequenos investimentos na casa.

Atualmente, a família tem criação de vacas, porcos e ovelhas e cultivo de azevém e capim elefante para alimentação animal. Na agrofloresta e horta há pimentas, physallis, melão de arbusto, bananeiras, temperos (cominho, alho poró, cebolinha e salsa), alcachofra, mostarda roxa, lágrima de nossa senhora, fava, espinafre, batata, cenoura, rúcula, chás, PANCs e flores (gladiólas, dalias, margaridão). No viveiro de mudas há PANCs, temperos e chás (coentro, sambacaitá, anoni, mastruz, acerola, guaco, cidró, bálsamo, menta). Além disso, na propriedade há cultivo de milho, mandioquinha, batata doce, feijão e árvores frutíferas como goiaba, pitanga, laranja, bergamota, butiá e outras.

Outra experiência que contribuiu para o engajamento no processo de transição foi o seu ingresso no projeto Bem da Terra, há cinco anos. Para participar era preciso montar um grupo de no mínimo três agricultores (as), um processo que levou alguns meses já que, segundo ela, muitas pessoas não acreditam no orgânico e os vizinhos que trabalhavam dessa forma já estavam em outros grupos no Bem da Terra. Por fim formou-se o grupo Raíces. A partir do Bem da Terra ela participou de atividades de formação relacionadas a agroecologia, fez parte de um processo de acreditação interna do projeto e passou a comercializar na feira virtual e nas feiras presenciais nas universidades. Em sua fala ela demonstra valorizar essa experiência que trouxe muitos aprendizados, a partir do seu esforço e das trocas com o “pessoal da faculdade”, destacando a relevância de ter vivenciado a presença de agricultoras e agricultores dentro das universidades.

[...] demorou um ano pra poder arrumar pessoas mesmo, foi complicado porque na realidade as pessoas não acreditavam nesse processo de orgânico, era muito recente, mas eu achava tão lindo, porque fazendo feira na faculdade, eu dizia, onde é que os agricultores chegavam assim na faculdade mesmo?! Que coisa linda. Tu vai conversar com agrônomo, vai conversar com químico, vai conversar com todos, com os estudantes e vai passar essa ideia, então vai ser uma coisa bem legal, e na realidade foi. (Maria das Dores).

Ela conta que nos últimos anos o Bem da Terra foi se modificando. Como o trabalho extensionista das Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas contribuiu para o funcionamento da Rede, ela compreende que a mudança de governo e os cortes de verbas dos últimos anos influenciaram diretamente nas

dinâmicas do projeto. Inicialmente a UFPel fornecia transporte para que os (as) agricultores (as) pudessem ir as feiras presenciais (até quatro feiras por semana) nos Campus das universidades. Nos últimos anos não tiveram mais subsídio para o transporte e as feiras foram diminuindo, até que houve a suspensão, junto das atividades presenciais das universidades devido a pandemia da covid-19.

Essa feira do Bem da Terra a gente vendia bem melhor, sabe?! Eu não sei o que foi que aconteceu com o Bem da Terra que desfocalizou alguma coisa, e acabou que parou as vendas. [...] Claro a pandemia veio mudou tudo. Começou com o processo do Bolsonaro que quando entrou cortou as verbas, que cortou isso, cortou aquilo, então foi cortando o projeto. Então os projetos já não tinham mais gasolina pra eles virem buscar. [...] E aí depois parou, e quando começou a parar, não veio mais dinheiro do projeto, aí começou a terem que ir alguns e terem que dividir gasolina, as vezes tu ia e não vendia nada, então fez esse desmanche, então a gente ficou assim na contramão, e agora que não vem mais projeto mesmo, porque cortou tudo, tu sabe muito bem né o que tá acontecendo, então a gente está assim. (Maria das Dores).

Outro ponto de comercialização importante para a família é o Sítio Amoreza. Das Dores conta que a oportunidade de feira no Sítio Amoreza aproximou um público diferenciado, o qual eles queriam alcançar. No Sítio ela trabalha pela manhã na cozinha e a tarde o Elton vende os produtos na feira. Essa é uma feira que vende muito e ela vê que os turistas de outras cidades da região e países, valorizam e investem nos produtos orgânicos.

Em relação a área de cerca de quatro hectares de mata nativa na sua propriedade, Das Dores conta que o marido e ela possuem compreensões diferentes sobre o significado e utilidade desse espaço. Enquanto o marido pensa que haveria mais espaço para criação de animais se não houvesse a mata, Maria compreende o seu papel ecológico de equilíbrio e barreira vegetal, assim buscou argumentar o seu uso para turismo rural, a fim de convencê-lo sobre a preservação desse espaço. Além da importância ecológica, ela destaca a sua conexão com a natureza e a espiritualidade. A mata representa um santuário, um lugar para recarregar as suas energias,

Tem a parte minha espiritual também que eu preciso, eu necessito estar com a natureza assim, eu preciso me concentrar, descarregar essa energia, eu preciso de um santuário, tipo um santuário pra eu reerguer as energias. Eu sou uma pessoa que trabalha muito com esse lado de campo espiritual, que tem que estar meio em equilíbrio as coisas, né? [...] De estar assim embaixo de uma árvore, sentir aquilo, sentir as flores, recarregar as energias, abraçar uma árvore, acho que isso é tão importante, sabe?! Às vezes a gente não dá valor, a gente mora longe, as pessoas moram fora não sabe o cheiro do mato, o frescor de estar embaixo de uma árvore, sentir e olhar pro campo e ver a beleza, ver a natureza, de ver tudo aquilo, sabe?! (Maria das Dores).

O manejo da mata para o turismo e uso da madeira na cozinha, é compreendido por ela como um “cuidado do que é nosso”. A propriedade está inclusa no projeto da Rota Orgânica, e eles planejam abrir espaços na mata para colocar redes, balanços e palets com tapetes. A ideia é receber pessoas de todas as idades que queiram um lugar de descanso e lazer. Ela planeja oferecer um kit piquenique com seus produtos, acompanhado de sucos e café, para serem servidos no interior da mata. Nesse lugar, as crianças poderão brincar, e as pessoas poderão relaxar, comer bergamota no pé e até mesmo contemplar o santuário que ela pretende montar com a sua santinha. Além disso, eles planejam montar uma casa de bambu na frente da propriedade para receber turistas, com exposição dos produtos. O nome do lugar ainda está sendo criado, mas Das Dores pensa em chamar de Recanto das Sangas no Sítio Raízes.

Como mencionado no item 2.2 a proposta da Rota Orgânica conta com a parceria do SEBRAE para consultorias. Maria relata que esperava uma espécie de investimento por parte do SEBRAE, porque tanto ela quanto os demais membros da OCS não possuem um capital de investimento inicial para fazer todas as adaptações necessárias, e dar início as visitas em apenas um ano, como proposto pelo SEBRAE.

Em relação aos cuidados ambientais ela expressa a preocupação em relação ao esgoto, pois não há um sistema de tratamento. Segundo ela, a prefeitura só fornece esse serviço na área urbana, na área rural cada propriedade tem a responsabilidade pelo acesso à água e tratamento de esgoto. Outro desafio na sua propriedade é a questão das barreiras vegetais, porque os vizinhos cultivam soja e há a preocupação com contaminação, especialmente quando utilizam a pulverização de agrotóxicos, e o vento carrega os resíduos dos produtos até a sua propriedade,

Ali mesmo, outro dia eu postei um vídeo (no grupo de whatsapp da OCS Renascer), porque ali em cima é só soja. Aí estava um dia de vento, eu estava lá filmando, né?! Estava sentindo aquele cheiro. Aí eu já pensei, ‘tem a minha agrofloresta ali, tem aqui’, então vem, de alguma forma vem aquelas gotículas de cheiro pra cá, só que claro essa mata já ajuda a filtrar muito. Eu disse ‘amor imagina se não tivesse isso aqui já vinha todo aquele vaporão para cá e a gente se alimentando desse vapor’. (Maria das Dores).

Maria das Dores destaca também uma prática comum na região que quando “limpam” o terreno para plantar soja, há o costume de aterrar as sangas. Em relação a isso, comentamos sobre a iniciativa que vem sendo discutida na comunidade de um projeto de mapeamento de vertentes, a fim de incentivar agricultores orgânicos, agroecológicos e convencionais a preservar as fontes de água no município. Esse

projeto ainda está em fase de discussão e pode ser uma alternativa de unir agricultores e agricultoras em torno da preservação da água que é um bem e uma necessidade de todos (as).

No cotidiano, Maria comenta que o seu engajamento em diferentes grupos e projetos promove uma sobrecarga de reuniões, eventos e documentos a serem preenchidos. Além disso, a mãe de Elton passou a morar com eles devido a complicações de saúde. Assim, além do trabalho da horta, os animais e dos processados, ela trabalha como cuidadora. Em relação as despesas, ela afirma que entre as reformas (construção de uma cozinha, reforma dos açudes, troca de arames, manejo da mata para o turismo), contrato de maquinários para eventuais manejo e preparo do solo e compra de insumos, são muitos gastos acumulados e por vezes pensa que estão pagando para trabalhar. Eles não possuem implementos agrícolas, somente uma roçadeira, e ela comenta “a gente vai tirando de um lado e rezando que esse ano seja bom pra milho e tudo mais”.

Quanto as dificuldades, foi apontado o impacto das formigas em seus cultivos, o que ela compreende ter ligação com algum desequilíbrio do solo e até mesmo migração dos insetos de áreas vizinhas. O manejo dos resíduos que não são incluídos na composteira também é um impasse no cotidiano, já que a coleta de resíduos pela prefeitura ocorre somente uma vez por mês na Colônia Afonso Pena. Por fim, o clima também é um desafio, visto que o frio intenso da região e as geadas tardias causam perdas na produção, assim como, a chuva de pedra que além de impactar os cultivos, causa perdas materiais, a exemplo do telhado de sua casa.

Em relação a pandemia, das Dores comenta que inicialmente pensou que eles iriam passar fome e necessidades, devido ao fechamento das feiras presenciais do Bem da Terra nas faculdades e a suspensão de visitação do Sítio Amoreza. No entanto, ela observou que alguns itens básicos foram consumidos sem grandes alterações (tempero verde, alho, cebola, tomate, cenoura), e percebeu também uma maior demanda por produtos saudáveis como iogurte natural, PANCs e chás. Em relação as flores, ela destaca que conseguiu vender bem nesse período, e acredita que o isolamento social e a permanência nas casas incentivaram a busca por flores para decoração dos ambientes como uma forma de manter contato com a natureza,

As flores mesmo, por incrível que pareça, as pessoas que estão em apartamento, acho que por ficaram presas ali esse tempo todo, sabe?! Achem que um buquê de uma flor natural, que é do campo, parece que traz essa suavidade pra aquele ambiente, né?! Então saiu bem também, então eu

comecei a me destacar em ganhar dinheiro onde ninguém ganhava antes, né?! [...] uma coisa que eu não preciso ter trabalho, elas nascem naturalmente. (Maria das Dores).

Em relação à OCS Renascer, ela conta que nas reuniões da comunidade com a presença da Adriane, haviam discussões sobre agricultura orgânica (ela destaca que o colega Flávio sempre trazia essa vontade de produzir pêssego orgânico), e além disso, o grupo sempre buscava orientação junto à Emater-RS para conseguir insumos orgânicos e práticas alternativas ao uso de agrotóxicos. Assim, houve uma percepção da Emater-RS sobre a vontade do grupo em conquistar uma certificação orgânica. Ademais, ainda que haja uma relação de confiança com os consumidores nas feiras, ela destaca que sentia a necessidade de possuir uma certificação. Ela reconhece que a OCS é uma conquista recente, cada família tem a sua experiência e se encontram em momentos diferentes da transição. Ainda assim, afirma que estão continuamente aprendendo.

Além da OCS Renascer, Maria participa de outros grupos no município como a Associação Quilombola, Associação Novo Horizonte, Amigos da cultura do Morro Redondo e a ADCPR-MR, destacando que a participação comunitária é importante para ter uma noção do contexto local. A partir da associação quilombola ela teve acesso a um projeto do governo onde recebeu seis cestas básicas, um par de óculos e uma cisterna destinada a quem trabalha com orgânicos.

Das Dores conta que, em relação aos outros grupos orgânicos que participa, ela percebeu uma certa exclusão após a conquista da OCS Renascer. Os grupos não permitiram o “uso do papel da OCS” enquanto todos não o tivessem, provocando um impedimento na comercialização conjunta. Ela afirma que para comercializar enquanto OCS o próprio grupo deverá criar meios para vendas nesse coletivo.

Na história de Maria das Dores e Elton as motivações para transição iniciam com a chegada de Das Dores no Morro Redondo e sua sensibilidade à estética do lugar associada a vontade de mudar a paisagem, sua relação de espiritualidade com a natureza e seu interesse pessoal pela preservação e reflorestamento. Os cursos e formações que fez, também foram motivadores para iniciar a agricultura de base agroecológica, em especial a partir do curso sobre agrofloresta. Ela destacou o papel essencial da Emater-RS para mediar o seu acesso as atividades formativas. A sua busca por conhecimento foi direcionada pelo seu interesse pela agroecologia e busca por aperfeiçoamento das técnicas de produção de processados. A relação com a

Rede bem da Terra e as universidades também contribuíram para o processo de transição, assim como, a inserção em grupos e associações comunitárias, além da relação com o Sítio Amoreza. Esses elementos são um exemplo de influência da comunidade no processo de transição para agricultura de base agroecológica.

Em relação as questões socioambientais ela destacou a preocupação com a conservação da mata e a contaminação a partir dos vizinhos que cultivam soja. As divergências entre grupos orgânicos devido a certificação e formação da OCS também foram apontadas. Das Dores relata sobre os gastos para produção, assim como as dificuldades enfrentadas devido ao clima (perdas na produção e materiais) e a necessidade de saneamento.

### **2.3.2.2 Maria Helena e Aliomar**

Eu me tenho por uma mulher independente, sabe?! Mas com várias limitações. Eu não sei dirigir, eu não sei ler. Ler assim mesmo, eu sei escrever um bilhete, ler outro, isso eu sei. Uma conta já é muito pouco. Mas a minha escola mesmo é a escola do mundo, o que eu sei, o que eu sou hoje em dia, aprendi a duras penas com o mundo assim. E até estou sempre agradecendo a Deus, eu tenho mais que eu merecia, mais que eu imaginava que eu ia ter. (Maria Helena).

A visita a propriedade de Maria e Aliomar foi realizada em uma tarde do dia 20 de outubro de 2021 (Figura 7). Maria fez questão de conseguir liberação em seu trabalho para guiar a visita pessoalmente. Ao longo da caminhada ela e o marido me conduziram pela propriedade, falando sobre o seu cotidiano e as suas histórias. Cada um deles mostrava com orgulho cada cultivo. Maria narrou partes de sua vida que expressam a força dessa mulher agricultora, que reconhece e valoriza as suas raízes, seus antepassados e cada experiência de luta, conquista e revés, que foram construindo uma história de coragem e persistência orientada pela relação com a terra.

Figura 7 - Maria Helena e Aliomar em frente a horta em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Maria Helena tem 50 anos, nasceu em Canguçu em uma família de sete irmãos de origem indígena (pai) e quilombola (mãe). Com a família, mudou-se para a região do Passo da Areia (na divisa entre Canguçu e Morro Redondo), onde conheceu Aliomar e se casaram. Aliomar ou Zelo, como é conhecido na região, tem 54 anos e estudo formal até a 4ª série em uma escola rural de Morro Redondo. Eles moraram em diferentes lugares em Morro Redondo até que no ano de 2002, buscaram um financiamento pelo Banco da Terra para comprar a propriedade de 9,4 hectares, na colônia Afonso Pena, onde residem até hoje.

Maria pode estudar somente até a segunda série. Seu pai acreditava que as mulheres não precisavam ir à escola e não permitia que trabalhassem fora da propriedade. Quando moravam como arrendatários em uma propriedade em Canguçu, a esposa do proprietário percebeu a sua vontade de aprender a ler, e convenceu o pai de Maria que a deixasse auxiliar no cuidado de seus filhos. Assim, na parte da tarde, ela dava aulas para que Maria aprendesse a ler,

Eu sempre via assim as pessoas lendo jornal, essas coisas, e eu ficava olhando, chegava a pegar um jornal, meus treze anos, pegava um jornal e fingia que estava lendo, mas eu não sabia nada. [...] As primeiras palavras que eu aprendi a ler, minha nossa! Para mim, olha! E é por isso a minha luta hoje em dia dos meus filhos estudarem e ser mais do que eu, porque não é fácil, não é fácil. [...] Eu estudei muito pouco e eu sei porque eu sou curiosa



assim, eu não parei no tempo, sabe?! Sei pra me defender eu sei. (Maria Helena).

Ela conta que é um orgulho para um casal de agricultores terem as duas filhas na faculdade, uma cursando educação física e outra pedagogia. O estudo formal é muito valorizado entre eles como uma forma de ascensão social, para que os filhos possam ter opções e construir a própria vida como desejarem. Quando ela se refere ao “estudo para se defender” parece ter uma conotação de vulnerabilidade ligada ao nível de instrução formal.

Maria e Aliomar são de famílias agricultoras. Maria conta que sua mãe não acreditava em adubo químico, e havia uma crença de que o uso fazia mal para saúde (segundo ela, algo relacionado com adoecimento hepático). Sua mãe sempre teve o costume de fazer compostagem e utilizar o esterco das galinhas como adubo para plantar. Até conhecer a Adriane, esses eram os únicos fertilizantes que utilizava. Hoje eles produzem e utilizam o biofertilizante supermagro em todas as culturas.

Ela conta que sempre trabalhou sozinha na agricultura enquanto Aliomar trabalhava fora da propriedade, em agroindústrias da região. Após a quebra da Cosulati em 2016 e a perda do emprego de Aliomar, ela sugeriu que trabalhassem juntos na agricultura, e foi então que ele percebeu que podiam garantir o seu sustento com o trabalho exclusivo na propriedade. Maria tem uma relação com a agricultura como modo de vida, demonstrando sua conexão com as plantas que, segundo ela, fornecem uma “energia maravilhosa”. Atrelado a isso, ela expressa a preocupação com a alimentação saudável e o cultivo para autoconsumo, pois somente assim ela sabe o que foi colocado na planta, segundo ela “depois você vai comprar é tudo puro veneno, né?”.

Ela conta que nunca gostou de cidade, mas se tivesse que residir ali ela plantaria no pátio todo. A prática da agricultura para ela é um trabalho prazeroso e que permite autonomia, sem relação de patrão-empregado,

Eu não gosto muito de ser mandada. Eu não sei porque eu estou trabalhando fora hoje em dia. Eu sempre gostei dessa liberdade assim. Viver na volta dos bichos, plantação, isso é minha vida. Mas eu já falei lá, se Deus quiser, termina esse, me aparecer um emprego lá que me pagando o dobro, tu podes me pagar o triplo. Não, não, não. [...] o que eu quero fazer está aqui. (Maria Helena).

Aliomar compreende que é possível viver da agricultura, mas declara que um emprego garante maior estabilidade pela garantia de um salário fixo mensal. Na

agricultura o sustento depende de fatores externos, como o clima, portanto nunca é garantido.

Não é uma vida que dá dinheiro guria, sabe uma coisa assim que tu vais fazer dinheiro, sabe?! [...] se a pessoa viver só de uma coisa assim, tá tu vives. [...] Claro tu vais vender pra bastante lugares, né. [...] Tu estar trabalhando de empregado, chegou no fim do mês, tu sabe que o teu está ali ó. Mas dentro de casa está garantido. Está chovendo ou não está, o teu dinheiro está ali, né?! E se a pessoa não tem aquele dinheiro no fim do mês ali, [...] é luz, é coisa pra acertar, é comida, é conta pra pagar. Tá louco, bah, é coisa braba. (Aliomar).

Em relação a formações para o trabalho na agricultura, Maria conta que fez inúmeros cursos de agroecologia e boas práticas, sempre com a mediação da Emater-RS. Ela relembra com entusiasmo sobre a participação no curso de artesanato com fibras vegetais, o qual foi realizado no município de São Lourenço do Sul<sup>48</sup>, com duração de um mês. Com o apoio e incentivo do marido, e intermédio da chefe do escritório da Emater-RS, ela ficou hospedada na casa de uma amiga e relata a relação de cuidado e afeto por parte da extensionista mediadora.

Aprender a prática do artesanato foi um marco na sua vida, e hoje ela produz bolsas, cestos, vasos, tapetes e outros (Figura 8). A comercialização ocorre sob encomenda, em feiras, e até mesmo na Expointer através da mediação da Emater-RS.

Figura 8 – Exposição dos produtos artesanais confeccionados por Maria Helena na 10ª Feira de Sementes Crioulas em Canguçu.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

<sup>48</sup> São Lourenço do Sul é um município que pertence a Zona Sul do Rio Grande do Sul, localizado na costa doce do Estado, junto a Laguna dos Patos, acerca de 100 km de Morro Redondo.

Em sua fala, Maria enfatiza a todo momento a relevância da Emater-RS para o desenvolvimento da agricultura de base agroecológica e para o seu crescimento pessoal. Com a mediação e incentivo da Emater-RS ela pode realizar diferentes cursos e participar de eventos (como a Expoagro), realizar viagens (como a visita a Bento Gonçalves), e agregar aprendizagens que marcaram a sua história. Em relação a Emater-RS ela afirma “eu sempre digo (as extensionistas da Emater) isso foram uns anjos que Deus botou na vida da gente. Deus o livre eu sem elas, [...] eu sei que me dou bem com essas mulheres da Emater, porque eu sempre estou engajada assim com elas”.

Ela expressa também a sua tristeza e preocupação quanto ao futuro dessas extensionistas na Emater-RS. Com os cortes orçamentários e redução do quadro de funcionários, ela teme que a equipe reduza ainda mais. Adriane me explicou que o orçamento da Emater-RS é subsidiado pelo governo do estado e, também, pelo município. Portanto, o governo municipal possui responsabilidades orçamentárias com a empresa e pode influenciar o número de profissionais da equipe. Maria conta “um dia eu estava numa reunião e eu disse pro prefeito: ‘Digo ué o senhor não faz ideia do que essas mulheres fazem aí na agricultura’ Porque ele não era muito da agricultura, né? Digo, ‘a vida da gente não é nada sem elas’”.

Na propriedade da família, há ovelhas, patos, galinhas, vacas, 15 caixas de abelhas e uma égua (ou a capinadeira como eles a chamaram em tom de humor). Essa última foi um presente do pai de Maria que mora em um assentamento em Canguçu. Como implementos eles tem uma roçadeira e um moedor para fazer silagem. Quando necessitam de máquinas como trator, eles contratam o maquinário da ADCPR-MR e também trocam serviço com o genro que possui o maquinário. Maria mostrou-me orgulhosa outro presente de seu pai, um moinho de pedra indígena que está na família há gerações (Figura 9). Ela conta que se criou comendo canjiquinha de milho produzida no moinho de pedra, e que seu uso era uma das tarefas diárias da família e que, quando criança, tinha aversão a tarefa e hoje valoriza tanto o objeto, como o processo e o produto. Ela planeja reformar o moinho para retomar seu uso.

Figura 9 - Moinho de pedra indígena de Maria Helena.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A produção vegetal da família pode ser dividida entre horta, lavoura e pomar. Na horta pude observar variedades de alfaces, couves, alcachofra, tempero verde, mostarda, repolho roxo, alface azedinha, trevo branco, e também a presença de chás (hortelã, cidreira, malva), PANC's (ora-pro-nóbis, mariçoca, picão branco) e flores. Maria explica que essas plantas servem para harmonizar e equilibrar a horta, semelhante a percepção mencionado pela Das Dores,

Chá vai ter de tudo. Porque é muito bom tu equilibrar assim. Até flor é bom tu plantar dentro da horta. Porque aí tu equilibras. Por exemplo, tem um pé de flor amarela lá, outro vermelho aqui, ele dá o equilíbrio assim com as plantas. (Maria Helena).

Ainda que ela não utilize o termo agroecologia, essa percepção reflete a importância da biodiversidade e policultivo que é um princípio da prática agroecológica. Ela conta que a produção para autoconsumo é sempre uma prioridade e, se alguma cultura não produz grandes quantidades, eles evitam a venda e garantem a alimentação da família. Quando visitei a propriedade havia um pomar novo com cerca de um mês que está sendo construído próximo da casa, e um pomar antigo, resultado do projeto Quintais Orgânicos<sup>49</sup> da EMBRAPA em parceria com a Emater-RS. Segundo Maria,

<sup>49</sup> O Projeto *Quintais orgânicos de frutas: contribuição para a segurança alimentar em áreas rurais, indígenas e urbanas* foi lançado em 2004, considerando os princípios da agricultura de base ecológica, levando em conta questões culturais, étnicas, alimentares, ambientais, econômicas e medicinais. Para mais informações sugerimos a página da EMBRAPA Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1418/quintais-organicos-de-frutas>> Acesso em: 06 de abril de 2022.

É um projeto da EMBRAPA, que ele já cria isso aqui livre de doença e fora de veneno, né? E aí a gente tem que dar continuidade assim. Sem veneno. Só que eles que demarcaram, eles vieram e marcaram tamanho e tudo, e aí a gente, na verdade, a gente que termina plantando. (Maria Helena).

Dentre as frutíferas havia banana vinagre, banana maçã, amora, uva rosê, pêsego branco, bergamota, laranjeiras, jabuticaba, limão, caqui, macieira e marmelo. Na lavoura, no período da visita, havia mandioca, batata inglesa, amendoim, abóbora, agrião, mogango, feijão, milho roxo e milho branco. Em relação ao milho ela comenta “esse milho aqui é bem de comer, nossa! Nem se encosta nesses outros. Porque o milho hoje dessas outras lavouras eu não como, isso virou tudo em transgênico, né”. Aqui novamente ela expressa a preocupação com a alimentação saudável e a aversão ao uso de variedades transgênicas.

O amendoim serve de base para a produção de rapaduras e a palha do milho, assim como das bananeiras, serve para confecção dos seus artesanatos. Ela comenta que as bananeiras sofrem com frio extremo e as geadas, o mesmo relato de Maria da Dores. Ainda que não haja frutos a palha pode ser utilizada para o artesanato,

Aqui ó mínima coisa disso aqui eu desfibro em três pedaço, ela tem três partes. Tem a barriga, tem uma renda dentro e essa parte aqui. Aí seco e faço bolsa, cesto, tudo que é tipo de artesanato. Mas esse tapete, bah, o tapete dela é bem durável. Ah, esses daqui assim a gente tira bota secar fica bem clarinho. Fica um artesanato lindo. (Maria Helena).

Na propriedade da família há também uma área de mata nativa em torno de uma pequena sanga, e barreiras vegetais com acácia, eucalipto cidrão e vime. Além dos cultivos, Maria faz processados para venda como, rapadura, queijo com orégano, queijo com pimenta, biscoito e pão de milho. A comercialização da produção é feita através de feiras, entregas à domicílio e mercados institucionais (PAA municipal, PAA pela cooperativa COOPAMOR e PNAE). Maria conta que os mercados institucionais tem garantido a renda familiar, porque as vendas pelas feiras diminuíram muito.

O casal participa de feiras presenciais no Morro Redondo como feira da Saúde e a do Quiosque. Também participam da feira no Sítio Amoreza, local onde mais vendem seus produtos. O transporte foi citado como uma das maiores dificuldades, já que a família não possui carro, somente uma moto. Para participar das feiras Aliomar coloca uma caixa na frente da moto e Maria vai na garupa carregando as sacolas.

A comercialização também é feita através das feiras virtuais Orgânico Solidário e Bem da Terra, e através de encomendas na colônia Afonso Pena, onde também vendem leite e ovos. Maria percebe que há uma minoria de pessoas no município que



buscam alimentos naturais e orgânicos, sendo que a maior parte da comercialização se dá fora do município, especialmente seus artesanatos. Maria conta com afeto da relação que mantém com Pedro e Maria Flor que são os proprietários do Sítio Amoreza. No ano de 2021, uma de suas filhas começou a trabalhar na cozinha do Sítio aos domingos, fato mencionado com orgulho pelo casal.

A família é reconhecida na comunidade pelo seu engajamento, participação em associações, feiras, reuniões, eventos e o trabalho com agricultura orgânica há anos, mesmo sem certificação. Eles contam que por volta de 2020 parte da casa onde moravam ruiu (Figura 10). O telhado desabou destruindo uma das peças e tiveram que construir uma nova casa. Meses depois, um temporal intenso acompanhado de granizo perfurou as telhas da nova casa, alagando boa parte do imóvel. Em ambas situações eles contam como a comunidade foi prestativa e solidária, fornecendo tanto material quanto mão de obra. Segundo Maria, “o pessoal do Morro Redondo foi impecável, inclusive os da Emater, me ajudaram, doaram, se doaram assim, a minha casa é um tijolo de cada pessoa”.

Figura 10 – Registro da casa antiga de Maria Helena e Aliomar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em relação às associações, a família faz parte da ADCPR-MR, COOPAMOR, Associação Quilombola Vó Ernestina e mantém relação com o CAPA. A família já conhecia os (as) membros (as) da OCS, e Maria conta que sempre teve uma boa relação com Maria das Dores e Djanira, trocando produtos ao invés de vender entre

si. Nas feiras do Morro Redondo, como Maria e Djanira possuem uma produção muito semelhante, elas sempre combinavam quais produtos iriam levar para não competir entre si e para garantir a venda para ambas.

No ano de 2020 houve grande diminuição de vendas nas feiras e Maria recebeu uma proposta de emprego como cuidadora de idoso, e vem trabalhando com isso desde então. Aliomar assumiu as tarefas do dia a dia na lavoura com a ajuda das filhas e, nos finais de semana, Maria retorna a sua casa e “nem senta para comer”, fica sempre em volta das funções da agricultura. Com o salário que ganha trabalhando fora, ela pode investir na reforma da casa, construção do galinheiro e também um sistema de irrigação da horta. Por isso, em relação a pandemia, eles afirmam que estão cientes da gravidade da situação, citando a diminuição de vendas, mas, ao mesmo tempo, foi um ano de novas oportunidades.

O dia a dia acaba sendo muito corrido para ambos, e sempre que há uma atividade na lavoura que demanda trabalho intenso, Maria negocia no seu emprego para poder auxiliar na propriedade. As filhas colaboram com as demandas da propriedade e foi interessante perceber que, assim como a mãe, estão engajadas com a Emater-RS participando de cursos e eventos.

Maria conta que nunca havia trabalhado como cuidadora antes, mas foi bem acolhida pela família e vizinhos do local, criando relações de amizade, das quais ela afirma que sentirá falta. Como ela passa a maior parte do tempo nesta casa, ela cuida do jardim e lá também construiu uma horta. Além disso, usa o tempo livre para fazer seus artesanatos e processados. Apesar do ambiente acolhedor e da liberdade para realizar suas atividades, Maria conta que foi difícil se adaptar a morar no local de trabalho,

Eu amo isso aqui, eu amo esse lugar onde eu moro. Tanto é que quando eu peguei serviço lá, eu achei que eu iria entrar em depressão. Porque ali é diferente, né?! Até tarde da noite aquilo é um passar de carro, moto e tudo. (Maria Helena).

A casa onde trabalha fica na beira de uma estrada que liga Morro Redondo ao Capão do Leão, portanto há muita circulação de carros. Em relação a sua propriedade ela expressa que sempre foi apaixonada pelo lugar, destacando a paz e tranquilidade daquele ambiente e a alegria em acordar com o canto dos pássaros.

A propriedade da família está ilhada entre lavouras de soja, de um mesmo proprietário, e uma plantação de Pinus. Diante disso, o casal também demonstra preocupação com a contaminação pelo vento, por isso tem investido em barreiras e

deixam algumas áreas de campo entre a lavoura e o vizinho. Eles contam que o vizinho sojista frequentemente faz ofertas para comprar a propriedade da família, porém Maria conta que não tem ideia de sair desse lugar, e já falou para o vizinho “eu pra sair daqui, só o dia que me botaram na roupa de madeira.”

Além da pressão para venda da propriedade, o casal relata duas situações de prejuízo em relação aos vizinhos. O casal cedeu uma porção da propriedade para construção da estrada de acesso a um dos vizinhos que possui tratores de grande porte. Esse maquinário muitas vezes acaba cortando e destruindo galhos das árvores do pomar antigo que fica na beira da estrada. Outra situação foi a construção de um bueiro pelo vizinho que interferiu na vertente de água da propriedade, secando uma das cacimbas. Em relação a isso Aliomar e Maria Helena assumem uma postura de evitar conflito, como exposto no diálogo abaixo,

Maria Helena: É bem complicado, e aí tu vais te incomodar, né?! Tu só vais te incomodar e pouca coisa para resolver.

Aliomar: Se a pessoa fala, a gente é ruim, né?!

Maria Helena: E aí ficamos assim, porque brigar, o meu pai sempre me ensinou, o vizinho por mais ruim que seja, a gente tenta levar o vizinho, porque é dele que a gente vai precisar primeiro. Então a gente, essas coisinhas assim que eu vejo, as pessoas brigando por coisinha. Não, a gente não. Enquanto não ultrapassa o limite mesmo a gente vai levando assim.

Em relação a OCS Renascer o casal conta que já conheciam os (as) colegas do grupo, especialmente os vizinhos do Afonso Pena e o Flávio, e já vinham conversando em reuniões sobre montar um grupo específico para certificação orgânica. Apesar de conhecerem as pessoas há anos, o casal aponta que somente Maria das Dores e Elton conhecem pessoalmente a sua propriedade e a forma como produzem. Nesse sentido, eles sentem falta conhecer melhor o trabalho e cotidiano de cada família, situação em que a prática das visitas de pares da OCS podem contribuir.

Ela conta que quando chegou o documento atestando o vínculo com a OCS e a produção orgânica eles ficaram surpresos, e um pouco preocupados em atender todas as exigências para sua manutenção, bem como um certo temor em relação as possíveis advertências e penalidades caso tivessem alguma questão irregular. Assim como mencionado por Maria das Dores, eles perceberam que houve um certo conflito na comunidade entre os grupos orgânicos devido a criação da OCS.

No mesmo período da criação da OCS, a família recebeu a proposta para ingressar na Rota Orgânica. O casal tem grandes expectativas em relação ao turismo,



inclusive pela geração de renda. Maria planeja construir uma horta de visitação, com canteiros em curva, formando uma espécie de mandala com chás, hortaliças, flores, “um pouco de tudo” visando a harmonização. Aliomar conta que pretende construir trilhas na mata que cerca a sanga da propriedade, colocando bancos de madeira e, futuramente, construir pequenas churrasqueiras para receber turistas que queiram descansar e passar o dia em meio a natureza.

A partir da história de Maria Helena e Aliomar é possível perceber que as práticas de base agroecológica representam um saber tradicional, reproduzindo o que foi ensinado pelos pais de Maria, associado ao conhecimento adquirido através de cursos e formações mediados pela Emater-RS. As motivações que conduzem o processo de transição para agricultura de base agroecológica são a relação com o lugar e o trabalho com a agricultura, bem como a preocupação com a alimentação saudável e aversão ao uso de agrotóxicos e variedades transgênicas.

Em relação as questões socioambientais podem-se destacar a relação de resistência contra o avanço da concentração de terras para o plantio de soja e o temor quanto a contaminação pelo vento, a baixa valorização e procura por alimentos orgânicos no município e, também, apontam que a conquista da OCS causou certos conflitos em relação aos demais grupos orgânicos ou agroecológicos do município. Além disso, o clima é um fator decisório quanto a produção e que também ocasiona perdas materiais.

### **2.3.2.3 Djanira e Márcio**

Na real é assim, é mais vontade de fazer uma coisa diferente do que condição, né. Mas a gente quer fazer o que a gente consegue. Claro que a gente não vai mudar o mundo, né?! Porque nós somos tipo uns grãozinhos de areia aqui, lutando contra esse monte de agrotóxicos, mas fica aquela sensação de que nós estamos fazendo aquele pouquinho, mas da nossa parte. (Djanira).

Djanira e Márcio são filhos da agricultura. A família reside na colônia Afonso Pena, em uma propriedade de 3,5 hectares com a sua filha de 11 anos (Figura 11). Djanira tem 39 anos e pode estudar até a 3ª série em uma escola da zona rural. Márcio tem 42 anos e possui o ensino fundamental completo. A sua história de vida é orientada por valores e sonhos, e entremeada por reveses e recomeços. Ter a oportunidade de ouvir o relato de Djanira foi uma aula de persistência e esperança, ao mesmo tempo em que é possível perceber que a situação dos dois é condicionada

pelo meio em que nasceram, as oportunidades de vida que tiveram e todo um contexto amplo de injustiça social. Entrei em contato com esse relato em dois momentos: primeiro durante a visita de pares em sua propriedade, e posteriormente durante a visita a propriedade na manhã do dia 21 de outubro.

Figura 11 – Registro da família de Djanira e Márcio em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Djanira conta que inicialmente a sua família não fazia uso de insumos químicos. A prática agrícola era baseada na roça nova e tempo de pousio, com incorporação de matéria orgânica. Posteriormente houve a inserção dos adubos NPK, e o manejo seguia de forma manual. Um pouco antes de se casar, a família passou a trabalhar com fumo, nesse período ela recorda o uso de inúmeros agrotóxicos e insumos químicos.

Em 2002 se casou com Márcio que trabalhava nas terras da família com produção de frango e leiteira integradas à Cosulati. A relação de dependência da indústria foi evidenciada na sua fala, já que recebiam os pintos, a ração e insumos para a criação dos animais de acordo com as normativas sanitárias da empresa, e realizaram um financiamento para construção do aviário (que ainda estavam pagando em 2021) e a venda era exclusiva para empresa de acordo com o preço estipulado pela mesma.

O casal seguiu no trabalho com o aviário por 14 anos, até a quebra e fechamento da cooperativa em 2016. O trabalho com a leitearia já havia sido interrompido pelo casal alguns anos antes, devido ao alto custo de manutenção e baixo preço do produto. Com o fechamento da empresa, a família não recebeu ressarcimento ou indenização, e assim tiveram que buscar alternativas para sobreviver.

A gente tinha um contrato com eles, mas aí eles não tinham responsabilidade nenhuma com a gente [...] eles disseram, 'essa é a última, vai sair tal dia', eu me lembro que era o mês de setembro [...] E aí a partir dali não entrou mais pinto, não veio mais ração [...]. Aí foi quando a gente começou a trabalhar, na real a gente ficou um tempo bem perdido, né?! [...] como a gente estava nessa fase assim, chega setembro a gente já tem que começar a planejar a plantação de verão, que é pra outra safra, né?! A gente fez isso. Aí já foi plantando feijão, milho, batata, todas essas coisas que a gente já plantava pro consumo, e aí a gente começou a plantar um pouco a mais, né? E a partir daí que surgiu essa questão de trabalhar com as hortaliças, né?! Porque era uma coisa que não tinha tanta produção aqui na época. (Djanira).

Ela conta que, na região do Afonso Pena, o Sidinei, seu irmão, e a Maria Helena foram os precursores da produção orgânica. Eles participavam do Bem da Terra e das feiras do Sítio Amoreza e do Quiosque, representando uma inspiração para o seu trabalho. Outra motivação importante foi o autoquestionamento sobre cultivar para autoconsumo sem agrotóxicos, e utilizar esses produtos na produção para venda. Nesse mesmo período ela conta que a Adriane passou a trabalhar na comunidade Afonso Pena, e buscou o auxílio da Emater-RS, através dela, para cultivar as hortaliças e demais culturas de forma orgânica.

Eu disse 'Adri eu quero produzir sem agrotóxico, mas eu não entendo de produção assim sem agrotóxico, eu preciso entender, o que a terra precisa pra eu produzir sem o adubo, o que eu vou substituir, como, né?' Essa coisa toda assim que eu não entendia. E aí foi onde ela conseguiu trazer a Rosimerie aqui, ela trabalha em Canguçu (Emater-RS). E aí ela explicou, teve um dia de campo aqui com a gente, a Maria (Helena) veio [...] um dia inteiro aqui a gente aprendendo sobre os nutrientes. E aí a gente fez Supermagro, fez aqueles biofertilizantes, fizemos aqueles MEs (Microrganismos Eficientes) também. Foi bem legal assim. (Djanira).

Djanira tomou a frente do processo de transição da propriedade, e começou a buscar cursos e palestras agregando conhecimento sobre agroecologia e agricultura orgânica. Ela conta que Adriane compartilhava palestras e cursos e por vezes até a inscrevia nas atividades. A partir disso ela foi reunindo material em forma de anotações, cartilhas e livros, e relembra também da participação no Seminário da Semana do Alimento Orgânico que ocorreu no município. Djanira se considera uma pessoa tímida e com dificuldades em fazer amizades e conversar com as pessoas.

Ela conta que quando morava com os pais e quando trabalhava com o aviário ela saía pouco de casa. A partir da busca pelo conhecimento orgânico e agroecológico e participação nas atividades de formação, passou a se envolver mais com a comunidade, desenvolvendo a habilidade de falar em público e estabelecendo novas relações.

Quanto ao início dos cultivos orgânicos, Djanira conta que o primeiro ano de plantio foi tranquilo, e logo após a colheita ela colocou novas mudas. Na segunda safra ela enfrentou algumas frustrações, muitas culturas não tiveram um bom desenvolvimento e houve infestação de insetos devido à falta de nutrientes no solo. Segundo ela “a gente estava sempre naquela: ‘ah eu vou desistir, eu vou desistir’, mas eu sempre voltava a plantar”. O casal orienta seu trabalho a partir da experimentação, com tentativas e erros, buscando pôr em prática os conhecimentos que foram adquiridos e sempre visando melhorar a produção. Em relação a isso, apesar das frustrações, Djanira reconhece o seu processo de aprendizagem e afirma “como eu digo, a gente não acerta tudo né, a gente precisa errar pra acertar depois”.

Aos poucos foram conseguindo garantir uma produção suficiente para iniciar a comercialização, e Djanira passou a participar das feiras no município e sentiu duas necessidades, melhorar a qualidade do produto (a estética do produto influencia na comercialização) e a necessidade de uma certificação para garantir ao consumidor que a sua produção era de fato orgânica.

Na feira da Saúde, conforme mencionado por Maria Helena, Djanira conta que as duas sempre foram parceiras para garantir a venda dos produtos de ambas,

Eu e a Maria tínhamos os produtos muito parecidos, [...] a gente sempre foi assim, bem parceira pra isso. Sempre uma ligava pra outra e dizia ‘que produto tu tens? Que produto tu vais levar? Eu tenho isso e isso’. Eu dizia, ‘eu tenho mais alface’, a Maria ‘então eu não vou levar alface, vou levar couve, vou levar outra coisa’. A gente sempre tentou não levar muito, embora que muitas vezes as duas tinha muito do mesmo produto. Mas cada uma levava bem pouco. Porque a gente já sabia que não ia vender tudo, [...] cada uma levava um pouquinho, para as duas venderem, né?! (Djanira).

Djanira conta que as vendas nessas feiras presenciais foram diminuindo ao ponto em que não custeavam o deslocamento e foi parando de participar. Nesse mesmo período ela ingressou no Bem da Terra, porém devido a algumas incongruências no grupo que participava, que iam contra os seus valores e compreensão do significado de economia solidária, atualmente ela não participa.

Durante esse período de transição, Márcio buscou emprego fora da propriedade, trabalhando em obras, com pintura e outros serviços, para garantir uma renda, investir na propriedade (compra da terra, estufa, sombrite e irrigação) e quitar as dívidas, a exemplo do financiamento do aviário. Mesmo trabalhando fora, quando estava na propriedade Márcio auxiliava nas funções da lavoura, especialmente no preparo da terra com o trator. Djanira cuidava da propriedade, as lidas da lavoura, os tratos com os animais, as feiras, e passou a trabalhar na cozinha do Sítio Amoreza aos domingos, onde também participa da feira.

Esse tempo de trabalho fora e na propriedade foi um investimento do casal para poder alcançar autonomia e garantir seu sustento somente com a agricultura. Por volta de 2017 a família de Márcio decidiu vender as terras onde moravam. O casal sempre quis comprar parte da propriedade, por uma questão de segurança e devido a história que construíram com o lugar. No entanto, sem poder adquiri-la de imediato, e devido à dificuldade de conseguir financiamento em uma compra de pai para filho, o casal optou por vender parte dos bens (carro, alguns animais e a roçadeira) para ir juntando o valor necessário para compra, enfrentando conflitos familiares.

A gente trabalhava fora e aqui, sempre com a mesma intuição de produzir orgânico, de melhorar a qualidade de vida da nossa família, e buscar também levar um alimento saudável pra quem comprasse da gente, né?! Nossa eu acabo ficando um pouco emocionada [...] às vezes as pessoas acham que a gente ganhou isso aqui, mas a gente não ganhou, a gente trabalhou muitas vezes doze horas, treze horas por dia pra conseguir juntar cada centavo pra gente conseguir pagar essa propriedade. (Djanira).

Esse período foi muito desgastante para os dois, resultando em adoecimentos físicos e mentais. Márcio já vinha desenvolvendo problemas na coluna que aos poucos o impediram de trabalhar. Surgiram assim despesas com consultas, exames e medicamentos e uma sobrecarga de trabalho para Djanira, que resultou no adoecimento psicológico de ambos. Em sua fala é perceptível o quanto a união, o apoio mútuo e o amor foram fundamentais para o enfrentamento das adversidades, assim como, a persistência em alcançar os seus sonhos. Djanira conta que todo o trabalho e empenho do casal visa garantir um futuro melhor para a sua filha.

A gente está sempre pensando no futuro dela, né?! Que ela possa estudar e ter uma condição de vida melhor que a nossa e que [...] se ela quiser ficar aqui um dia, que ela fique com estudo, com sabedoria pra trabalhar melhor do que a gente trabalha hoje, porque na real a gente não teve estudo e a gente trabalha com aquilo que a vida nos ensinou, aquilo que a gente aprendeu na terra todos esses anos [...] a gente sempre quer o melhor, que ela queira estudar, isso depende dela, né?! E se formar, buscar uma

formação, e se ela quiser ficar aqui um dia que seja por vontade própria e não por falta de opção. (Djanira).

Em meio a toda essa turbulência, Djanira conta que se manteve no processo de transição com o desejo de produzir orgânico para não deixar morrer o que haviam iniciado e trabalhado tanto para conquistar. Segundo ela, viver da agricultura dessa forma, como pequena produtora, é precário e o rendimento financeiro é baixo. Por vezes eles precisam trabalhar fora para complementar a renda e seguir na produção orgânica.

Nós somos sobreviventes. É realmente, sabe?! [...] é muito trabalho, muita luta e a gente não consegue evoluir, é porque a gente não tem condições [...] de se adequar direitinho pra trabalhar, pra ter uma rentabilidade dali, né?! [...] a gente fica sempre trabalhando, a gente não tem poder aquisitivo de investir [...] a gente fica ali lutando, lutando, achando que o ano que vem vai ser melhor, aí o ano que vem, sei lá, talvez é um pouco melhor, ou pior e assim vai. A gente depende do clima também, né. Então eu acho que ser pequeno não é fácil. Principalmente, eu acho, ser pequeno e ser honesto. (Djanira).

Atualmente a família produz para autoconsumo e comercialização. No momento da visita havia cultivos de feijão, milho, batata, cebola, alho, cenoura, beterraba, laranja e outras árvores frutíferas e olerícolas (tempero verde, espinafre, alface, couve, rúcula, mostarda) (Figura 12). Na propriedade há também criação de galinhas, porcos e vacas. Além do comércio in natura, Djanira trabalha com processados de derivados de leite como iogurte natural, queijo (colonial e trançado) e doce de leite.

Figura 12 – Djanira demonstrando as beterrabas colhidas em sua horta.



Fonte: Acervo pessoal da autora.



Nas práticas de produção eles sempre investem na incorporação de matéria orgânica no solo, enterrando capim ou aveia, utilizando compostagem e supermagro como biofertilizante, além de outras misturas que Márcio produz a partir da experimentação. Djanira conta que ainda há muito a ser feito, como a proteção das nascentes com plantio de árvores e a questão do esgoto e saneamento que ainda não puderam investir, já que não há um projeto e apoio da prefeitura e deve ser feito de forma independente, a mesma situação citada por Maria das Dores.

Aqui pra fora tem essa dificuldade que cada um tem que fazer o seu, né?! Porque não tem um apoio de nenhum projeto pra você fazer isso. [...] de certo modo a gente está errado, mas não quer dizer que é só falta de interesse, né?! A gente não tem um projeto que nos ajude e a gente não tem condições de fazer isso. Eu acho que essa parte aí fica um pouco a desejar, mas isso não é só eu, são todos na colônia que vivem essa mesma situação, né?! A não ser que tu já tenhas um poder aquisitivo melhor, que tem muitas famílias que estão vindo pro campo, pessoas que moram na cidade e que hoje já estão fazendo isso daí, só que é uma história totalmente diferente, né?! (Djanira).

A comercialização é feita diretamente na propriedade e através da feira virtual Orgânico Solidário, e vendas diretas através das redes sociais na página da sua marca “Sabor e Vida”. Além disso, o casal comercializa os produtos para os almoços do Sítio Amoreza e segue participando das feiras aos domingos. O casal participa também dos mercados institucionais PAA municipal e PNAE. Em relação ao PNAE, Djanira conta que valoriza essa relação devido à alimentação saudável para as crianças nas escolas. Com a certificação da OCS ela conta que pode conquistar um valor diferenciado de seus produtos orgânicos.

Atualmente a família participa da ADCPR-MR e Márcio faz parte do conselho fiscal da prefeitura. O casal participou da associação Novo Horizonte, porém, assim como mencionado anteriormente, devido ao conflito para comercialização após a formação da OCS Renascer, não realizam as feiras com esse grupo. Em relação as dificuldades, além da instabilidade financeira que dificulta o investimento na propriedade, Djanira aponta que o clima é sempre um desafio, especialmente relacionado aos verões de calor intenso e períodos de seca e estiagem. Para enfrentar isso, além do sombrite e irrigação, eles usam a estratégia de plantar os cultivos de verão com um espaçamento de uma semana, assim garantem que, se houverem perdas, não será de toda a produção. Assim como Maria Helena e Aliomar, a família

também enfrentou perdas materiais devido a um temporal intenso que destruiu o galpão onde ficavam os animais.

Em relação a pandemia, Djanira conta que parou de trabalhar no Sítio Amoreza por um tempo durante a suspensão de visitação. Segundo ela, um ponto positivo desse período foi receber o auxílio emergencial do governo federal, uma renda considerada alta, especialmente nos primeiros meses onde receberam 600 reais por pessoa. Segundo ela “por incrível que pareça, era 1.200, mas parecia que a gente tava rico, com 1.200 reais”. Ela conta que a família recebeu também algumas cestas básicas que auxiliaram a enfrentar esse período. Em um outro momento, a família participou de um projeto do governo federal para famílias carentes (ela não recordava o nome) onde ganharam um determinado valor e, assim, pode comprar canos para irrigação por gotejo, sombrite e lona para estufa, materiais fundamentais para produção em períodos de estiagem, o que é frequente da região.

Assim como as demais colegas do Afonso Pena, a família está se organizando para fazer parte da Rota Orgânica e explorar as possibilidades do turismo rural. Djanira espera conseguir uma renda a partir de um trabalho que seja fisicamente menos desgastante. A ideia inicial é utilizar o espaço do aviário para fazer uma exposição didática sobre como funciona a agricultura orgânica, desde o preparo do solo, o uso das sementes até o produto final que chega ao consumidor.

Em relação à OCS Renascer, Djanira conta que uma das principais motivações para buscar a certificação a partir da OCS foi o compromisso ético de garantir a qualidade orgânica da sua produção aos consumidores, fortalecendo seu compromisso em entregar um produto de qualidade. Ela destaca também que a OCS garante maior autonomia, pois possui a certificação da unidade de produção a partir do controle social, o que permite a comercialização de forma independente. Além disso, a valorização monetária da produção junto aos mercados institucionais como PAA e PNAE também foram motivadores, já que sem a certificação o valor pago é o mesmo de um produto convencional.

O orgânico, como eu digo, a gente pra subir um degrauzinho para as pessoas acreditarem no teu trabalho, é tão difícil, sempre tem um dizendo, ‘Ah, mas eu acho que isso não é orgânico, não sei o quê’. É tão difícil a gente conseguir evoluir, as pessoas acreditarem no teu trabalho, tu mostrar o teu trabalho é difícil [...] porque tem essa desconfiança quando tu não tens um selo, né? Aí as pessoas vêm e te questionam. (Djanira).



A partir da história de Djanira e Márcio é possível perceber que as motivações para iniciar o processo de transição da agricultura convencional para agricultura de base agroecológica foram a relação de dependência com a indústria e o seu fechamento que forçaram a família a buscar alternativas e autonomia. Outro fator essencial foi a preocupação com a alimentação saudável e a percepção da contradição em cultivar sem agrotóxicos para consumo e vender produtos de forma convencional. A admiração do trabalho dos vizinhos bem como a busca por cursos, eventos e formações, mediados pela Emater-RS, e a prática da experimentação foram fundamentais para que eles fossem construindo o seu saber agroecológico. A busca por uma certificação orgânica foi uma necessidade que surgiu a partir da experiência de vendas em feiras, a fim de garantir a valorização monetária e simbólica do produto e exercitar o seu compromisso ético com os consumidores.

Dentre as questões socioambientais, é possível perceber o impacto da relação de integração e dependência da indústria, as dificuldades decorrentes da baixa renda que se relaciona com a necessidade de investimento e preocupação com o saneamento e o clima. Ademais é possível perceber os conflitos entre grupos orgânicos e agroecológicos da região, decorrentes da criação da OCS Renascer e divergência de valores. Por fim vale destacar os impactos na saúde física e mental da família na busca pela garantia do acesso à terra, quitação de dívidas e geração de renda.

#### **2.3.2.4 Leonor e Joaquim**

Eu nasci e me criei no orgânico, meus pais, antepassados, naquela época não tinha nada desses produtos químicos, então a gente plantava tudo orgânico e tudo mundo se criava lindo e maravilhoso e não tinha o que tem hoje. Esse monte de doenças, né?! Isso aí é um vício. Então a gente em primeiro lugar respeitar a natureza, que é da natureza que a gente cria, e é da natureza que a gente sobrevive, e é a natureza que traz saúde pra nós. (Joaquim).

Leonor e Joaquim são um casal de agricultores com origens distintas, mas que encontraram um no outro conhecimentos que se complementam e constroem a sua história com a agroecologia. Sua trajetória é reconhecida no município e na região através da participação social em diferentes grupos, agregando saberes e conexões que fortalecem o seu trabalho. Visitei a sua propriedade na tarde do dia 15 de novembro. Sentados sob as sombras das árvores fomos conversando sobre a sua história (Figura 13).

Figura 13 – Registro de Leonor e Joaquim em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Leonor tem 49 anos e nasceu no meio urbano de Pelotas. Ela conta que em sua história ela já viveu muitas vidas e encontrou, a partir do amor pelo companheiro, a Leonor agricultura. Seu primeiro contato relacionado à agricultura foi através das aulas da Irmã Assunta<sup>50</sup> sobre técnicas agrícolas na escola onde cursou o ensino fundamental em Pelotas. Ainda jovem teve uma filha e trabalhou em alguns lugares no município de Pelotas, com um olhar atento para vendas e desenvolvendo a habilidade de estabelecer relações interpessoais.

Joaquim tem 42 anos, estudo formal até a 5ª série na zona rural de Canguçu, onde nasceu. Segundo o casal, ele foi o último quilombola a nascer de parto normal em meio a lavoura. Joaquim é o mais jovem de uma família de quatro irmãos que sempre trabalhou com a agricultura baseada nos saberes tradicionais e sem uso de produtos químicos (fertilizantes ou agrotóxicos). Segundo ele “aquela época que eu tava lá, não tinha nem plantio de soja. Era tudo natural, nem adubo se usava”. Ele

---

<sup>50</sup> Marcolina Tacca, mais conhecida como irmã Assunta, é formada em teologia junto a Congregação Imaculado Coração de Maria, atuou como educadora em diversas regiões do país e agregou conhecimentos sobre plantas medicinais e fitoterapias. Atualmente ela coordena a Casa do Caminho em Pelotas que oferece serviços terapêuticos a partir do cultivo de plantas medicinais e produção de chás, pomadas, xaropes e outros produtos naturais, além de massagens e Reiki (CALDEIRA, 2014).

conta que a família plantava um pouco de tudo, milho, batata, feijão, trigo, para autoconsumo e venda de excedentes.

Há cerca de 15 anos Leonor conheceu Joaquim, que na época trabalhava como segurança em Pelotas. Ela conta que em menos de um mês decidiram morar juntos na região entre Canguçu e Piratini, onde Joaquim passou a trabalhar como funcionário em uma chácara de pêssego convencional. Lá Joaquim sofreu intoxicação pelo trabalho com agrotóxicos, e buscaram ajuda junto a Irmã Assunta, que trabalhava com fitoterapia e homeopatia. Ela propôs um tratamento homeopático, mas recomendou que ele não entrasse mais em contato com esses produtos.

Depois disso, o casal decidiu arrendar algumas terras no município de Morro Redondo até realizarem a compra direta com os proprietários que eram pessoas de seu convívio, acordando um preço acessível que facilitou o processo de aquisição da propriedade de 2,5 hectares na localidade São Domingos, onde moram hoje. Leonor afirma que a propriedade é o paraíso dos dois, e Joaquim afirma apreciar a calma do lugar em oposição a cidade que, segundo ele “é um barulho só”. Ela conta, em tom de humor, que Joaquim é muito ciumento com a sua horta e lavoura. Enquanto ele assume as práticas de cultivo, Leonor toma a frente nas questões administrativas relacionadas a comercialização e a participação nos grupos. Leonor afirma que a parceria entre as suas experiências de campo e cidade trouxe uma fortaleza ao trabalho deles.

Por volta de 2005 eles conheceram o MPA iniciando seu envolvimento social entorno da agroecologia. Leonor conta que pode conhecer diferentes produtores(as) da região, os canais de comercialização da produção e a parte burocrática, em suas palavras “da papelada”. Pouco tempo depois assumiu a coordenação do MPA na região e o trabalho deles foi se ampliando. O casal participou da formação do Grupo São Domingos, composto por diferentes famílias da localidade de mesmo nome. Neste grupo as famílias trabalham de forma conjunta, através de mutirões, uso colaborativo de implementos e áreas de plantio em diferentes propriedades, e participam de diversos meios de comercialização. Segundo Leonor “é uma grande família com seus baixos e altos. Porque uma família não agrada todo mundo, tem as suas briguinhas, tem, mas eu acho que faz a coisa criar um contexto fortalecido.”

A experiência de trabalho colaborativo do grupo São Domingos é um diferencial e, em relação a isso, Joaquim conta que partiu deles essa iniciativa de coletivizar o trabalho e a produção. Essa cultura ele traz do local onde nasceu. Joaquim conta que

creceu trabalhando de forma que todos os vizinhos se ajudavam. Quando propuseram essa forma de trabalho na região, inicialmente as pessoas tiveram certa resistência, pois acreditavam que se trabalhassem em um vizinho iriam atrasar o seu próprio serviço, mas aos poucos foram se habituando e perceberam que esse sistema de trabalho funcionava e beneficiava a todos,

Mas tu sabes que esse incentivo tudo foi nosso, no caso. Porque o povo aqui, no início o povo não queria, sabe?! Achava que dava muito trabalho. Não conseguia atender num lugar nem noutro, achava que não, quando vinha pra cá atrasava os deles lá. Até o povo pegar essa, mas depois aí foi tranquilo. [...] Lá nós todos ajudávamos nos vizinhos assim [...] Se havia uma plantação todo mundo marcava um dia, tal dia nós vamos lá no fulano, tal dia nós vamos no ciclano e assim vai. [...] Lá a gente já se criou nesse ritmo. (Joaquim).

Leonor esteve presente desde o início do Projeto Bem da Terra, e fez parte da coordenação por alguns anos. Através do projeto eles passaram por uma formação e uma acreditação interna (assim como relatado por Maria das Dores). Ela conta que o Bem da Terra trabalha com base na agroecologia, que possui alguns conceitos diferentes da agricultura orgânica, levando em consideração aspectos sociais e ambientais, organizados em um processo de economia solidária. Nessa visita de acreditação, eles receberam inúmeras pessoas das universidades como a UFPel, estudantes, servidores, professores, representantes do IBAMA, uma experiência da qual ela recorda com orgulho e carinho. Assim como mencionado por Maria das Dores, Leonor reconhece que os cortes orçamentários das universidades impactaram diretamente o trabalho junto aos agricultores no Bem da Terra, diminuindo o número de estagiários, e afetando o transporte pelos gastos com combustível e motoristas. Atualmente, devido a conflitos internos, eles não participam do projeto.

O envolvimento social do casal é uma característica diferenciada. A relação com o MPA, organizações ligadas à igreja católica como o Cáritas e universidades permitiram uma inserção no movimento agroecológico regional, o que promove oportunidades de comercialização e aprendizado. Além disso seguem em parceria com a Casa do Caminho da Irmã Assunta em Pelotas e outros projetos como Cidadania e Vida (grupo que produz sabão artesanal) e Flores de Chico (grupo de produção de plantas medicinais). Através do Cáritas o casal participou da formação da Feira Bayô em Pelotas, uma feira voltada para indígenas e quilombolas.

Leonor conta que encontrou a agroecologia a partir de Joaquim, das práticas e valores que ele carrega como saberes tradicionais. Mesmo assim eles participam de cursos e formações para aprimorar as técnicas e compreender os processos que

envolvem a agroecologia e agricultura orgânica. O casal afirma terem feitos todos cursos relacionados a agroecologia através da Embrapa e Emater-RS, a maioria deles de forma on-line. Recentemente Joaquim fez um curso on-line de ervas, enquanto Leonor tem buscado realizar cursos de economia solidária para melhor compreender a formação dos grupos e legislação associada.

A gente vai fazendo tudo que é curso, procurando saber mais e mais, né?! Porque a gente nunca sabe tudo. Ainda mais que a área orgânica está se desenvolvendo muito rápido também. (Leonor).

Em relação a Emater-RS, Leonor afirma que sempre tiveram um bom atendimento em Morro Redondo e outros municípios como Pelotas e Canguçu. Ela reconhece que a Emater-RS trabalha com recursos reduzidos o que dificulta a abrangência do trabalho, citando o número reduzido de profissionais para atender uma grande demanda e impedimentos de deslocamento em relação ao uso dos carros, como presenciamos em reuniões da OCS. Em relação a assistência técnica específica em agroecologia, Leonor reconhece que tanto a Emater quanto a Embrapa fazem parte do contexto do governo federal e, portanto, seguem alguns padrões que independem da vontade dos técnicos e extensionistas, podendo favorecer um tipo de agricultura em detrimento de outra.

Em relação às práticas, Joaquim preza pela incorporação de matéria orgânica no solo, evita revirar o solo e sim subsolar (descompactar a camada sub-superficial, garantindo que os micronutrientes não fiquem exposto), faz uso de biofertilizantes (supermagro, composto de esterco), urina de vaca como repelente natural de insetos, curvas de nível e barreiras vegetais, bem como cultivo consorciado e rotação de cultura. Em sua lavoura é possível observar o consórcio de abóbora, milho e feijão e, também, o conjunto tomate, batata doce e nabo. Segundo Leonor “eles se ajudam, economiza o solo e os nutrientes também. Quando botar o Supermagro já tem três cultivos em épocas diferentes. Quando um tá grande, o outro tu já tá colhendo e o outro já vem se preparando né.” (Figura 14).

Figura 14 – Registro do plantio consorciado de abóbora, milho e feijão na propriedade de Leonor e Joaquim



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O casal possui um sistema de irrigação por gotejamento e uma estufa, essa última é bastante utilizado no inverno, onde cultivam hortaliças (alface, rúcula), tomates (Guajuvira, pampeano e cerejinha), mini abóbora e feijão. Na propriedade há também um açude com carpas que são alimentadas com os resíduos da horta. Além disso, a família cultiva milho crioulo doce, cenoura, beterraba, couve, repolho, tempero verde, bem como chás e plantas medicinais (Guaçatonga, alecrim, arruda). Além dos cultivos perenes, a família possui figueiras e pessegueiros de diferentes variedades, como o Dourado e o Maciel que, segundo Joaquim, é uma variedade ancestral da região. Como barreiras vegetais e matéria verde há o cultivo de cana doce e capim-elefante.

Eles produzem grande parte das sementes utilizadas, e Joaquim faz questão de preservar algumas sementes ancestrais como tomate guajuvira e coração de boi. Joaquim compreende a importância da manutenção das sementes enquanto forma de manter a tradição e garantir a qualidade diante de tantas sementes transgênicas. As demais recebem como doação pelo MPA e Cáritas, ou compram sementes orgânicas através da Bionatur.

Quanto aos animais, no momento da visita a família tinha somente dois porcos, que servem para autoconsumo, e cerca de 15 caixas de abelhas, que estavam em outra propriedade do grupo São Domingos. A propriedade possui vertentes e, também, uma sanga, que marca a divisa com a propriedade vizinha, ambas cercadas



por mata nativa. Para enfrentar o verão e o sol quente, Joaquim planeja fazer uma estufa com sombrite próximo a mata.

O processo de colheita é feito majoritariamente de forma manual, ou através do uso das máquinas do grupo São Domingo. Como exemplo, eles citam a colheita do milho, cujo uso de máquinas facilita a incorporação da matéria verde no solo. Quanto aos implementos, o casal possui um trator com arado e subsolador e a roçadeira. Leonor conta que quando compraram a terra, há cerca de cinco anos atrás, o solo estava em pousio há um tempo, portanto com o trabalho que vem fazendo o solo já atingiu um certo equilíbrio, diferente dos demais colegas da OCS. Eles afirmam que o equilíbrio do solo é fundamental para a produção e diminui os gastos com insumos, como adubo orgânico.

Leonor afirma que a base de vendas de produtos orgânicos na região é Pelotas, onde realizam entregas semanais, participando de feiras no Parque Una e no Fórum de Pelotas. Eles também entregam produtos em salas comerciais no shopping de Pelotas e no mercado municipal (Essência da Vida). Além disso participam das vendas institucionais do PAA municipal e PNAE e, também, da rede de comércio virtual SUMÁ. Como grupo São domingos eles fazem comercialização direta através de plataforma virtual própria. Nesse sentido ela conta que há uma tabela de preços do grupo, que diferencia consumidores e projetos para pessoas carentes (ex. a Casa da Árvore<sup>51</sup>). Como o casal é responsável pelas entregas do grupo São Domingos, eles acrescentam um valor sobre os produtos para subsidiar os fretes e, assim, garantir que os (as) agricultores (as) não precisem custear este valor.

Em relação a OCS, Leonor conta que as primeiras reuniões ocorreram em 2019. No início eram 12 famílias, mas algumas foram desistindo ao longo do processo. Em 2020, devido a suspensão das atividades presenciais, o grupo manteve contato com a Emater-RS que ia atualizando dos trâmites internos em relação a aprovação da documentação pelo MAPA. No início de 2021, com a chegada da declaração de cadastro junto a OCS, o grupo passou a se organizar novamente.

Em relação a pandemia Leonor afirma que a falta de contato social foi marcante, e também percebeu uma queda nas vendas. Ela conta que alguns clientes

---

<sup>51</sup> A Casa da Árvore é um projeto social que explora a permacultura urbana, agroecologia e economia criativa. Localizada no bairro Balsa em Pelotas o espaço é autogestionado e promove atividades culturais e educativas junto a comunidades. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/projeto/casadaarvore>> Acesso em: 6 abril de 2022.

passaram a fazer encomendas para entregar para familiares em situação de vulnerabilidade. O casal pode se vacinar cedo, junto a chamada dos quilombolas, e assim puderam seguir com as entregas respeitando os protocolos sanitários de segurança.

Por fim, em relação a OCS Renascer, assim como, os demais colegas, o casal relata a exclusão de outros grupos orgânicos após a conquista da certificação da produção orgânica. Leonor comenta que buscava se organizar com um grupo mais humilde e flexível, o que ela relata ter encontrado na OCS Renascer. Ela reconhece que ainda há a necessidade de formação, já que alguns colegas ainda são novos em relação à agricultura orgânica, mas também afirma que conhece a capacidade de cada um (a). Ela compreende que cada família tem o dever de garantir a certificação na sua propriedade, e reconhece que o processo é difícil, ressaltando o receio das penalidades e denúncias. Joaquim afirma que a experiência da OCS é um aprendizado, mesmo com a experiência prévia que já possuem, estão sempre aprendendo, e aponta que alguns colegas ainda tem um certo receio em relação ao processo de transição,

Pra nós foi ótimo vir esse papel no grupo que veio, era o que eu esperava, um grupo assim, sabe?! Que realmente precisasse desse apoio, e isso daí eu posso dizer que era um sonho meu. [...] Então claro o papel ele engrandece muito, ajuda muito, né?! [...] E também a gente conseguiu mostrar que quando a gente quer alguma coisa a gente consegue chegar lá. (Leonor).

Leonor relata que o processo da organização da OCS representa uma “batalha por liberdade” e o reconhecimento de que “o direito igual é pra todo mundo”. Ao mesmo tempo, Leonor percebe que o grupo OCS pode crescer em relação ao trabalho coletivo e mutirões, especialmente os colegas do Afonso Pena que moram próximos uns dos outros. Ela reconhece que, em função da pandemia, houve um atraso em relação a essas atividades de integração.

Ao conhecer a história de Leonor e Joaquim é possível perceber que a agricultura de base agroecológica representa um saber tradicional, que reflete a forma de cultivo e produção realizada pela família de Joaquim, assim como a cultura do trabalho colaborativo entre vizinhos. Ainda que Joaquim carregue esse saber tradicional, uma experiência de intoxicação com agrotóxico foi motivadora para que passassem a se dedicar exclusivamente a agroecologia. A participação em movimentos sociais como o MPA e a Cáritas, além de projetos como o Bem da Terra



e a inserção comunitária foram elementos que contribuíram para fortalecer a caminhada rumo a agricultura de base agroecológica, além de garantir a construção de canais de comercialização.

Em relação as questões socioambientais o casal aponta o contexto político de cortes orçamentários nas universidades, que impactaram o projeto Bem da Terra, bem como na Emater-RS, destacando ainda o contexto brasileiro de valorização do agronegócio que pode condicionar a atuação dos técnicos e extensionistas. Por fim, assim como os demais colegas, o casal aponta as divergências e afastamento entre os grupos orgânicos devido a formação da OCS Renascer.

### **2.3.2.5 Sidinei e Cleunice**

Na hora, bah tchê, porque não coloca Renascer o nome? Eu acho que fica um nome legal porque isso aí orgânico é um troço que bem dizer findou, terminou, porque já se plantava, antigamente não se chamava de orgânico, mas ninguém usava veneno, ninguém colocava adubo desse químico. [...] Era todo mundo orgânico e nem sabia. (Sidinei).

Sidinei e Cleunice são um casal de agricultores que, na sua humildade, expressam uma história de vida de empenho em busca por oportunidades, seja no campo ou na cidade. Em um percurso permeada por adversidades, o casal demonstra não ter receio de se reinventar em busca de uma vida digna, assumindo seus condicionantes, mas sem acomodar-se na busca por valorização e direitos. Visitei a sua propriedade na tarde do dia 18 de novembro, na casa estavam presentes Sidinei, Cleunice e sua mãe (Figura 15). Devido a necessidade de cuidado constante da mãe por parte de Cleunice, a conversa foi realizada quase que exclusivamente com Sidinei.

Figura 15 – Registro de Sidinei, Cleunice e sua mãe na cozinha de casa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Sidinei tem 55 anos, nasceu no 4º distrito de Canguçu, é o mais velho de onze irmãos (sendo uma delas a Djanira), e tem estudo formal até a 3ª série. Sua família cultivava trigo, aveia e alpiste e outras culturas para subsistência, e seu pai trabalhava fora em uma granja de arroz. Quando Sidinei tinha oito anos, sua família se mudou para Morro Redondo onde passaram a arrendar cerca de 8 hectares de terra, dividindo a terça parte da colheita com o proprietário, ao mesmo tempo em que trabalhavam na colheita de batatas em outra propriedade do mesmo dono, garantindo uma renda extra. Depois de um tempo, conseguiram arrendar mais terras para plantio, onde cultivavam um pouco de tudo, pessegueiros, morango, batata, feijão, trabalhando somente na propriedade e comercializando o excedente. Na época, com 10 anos de idade, Sidinei cuidava dos irmãos para que a sua mãe pudesse trabalhar na lavoura. Ele conta que seu pai não utilizava venenos, e na época seu uso não era tão comum quanto hoje.

Com 18 anos Sidinei começou a trabalhar em empresas com o incentivo do pai. Mudou-se para Pelotas onde trabalhou em diferentes áreas, como cuidador em uma chácara com criação de gado, em um frigorífico, engenho de arroz como serviços gerais, e posteriormente, na área de segurança dessa mesma empresa. Trabalhou também como autônomo quando montou um bar na casa onde morava em Pelotas. Para isso precisou construir uma parte nova no imóvel e assim realizou o seu primeiro trabalho com obras e construção.

Quando trabalhava no frigorífico conheceu Cleunice e logo depois se casaram. Por volta dos anos 90 decidiram voltar para a colônia, onde Sidinei conseguiu seu talão de agricultor (Modelo 15), e após cinco anos conseguiram um financiamento pelo Banco da Terra para compra da propriedade de 10 hectares onde moram hoje. O casal tem dois filhos sobre os quais Sidinei fala com orgulho, o mais velho reside em Pelotas e é formado em educação física e o mais jovem cursa engenharia civil na UFPel.

Quando retornaram ao Morro Redondo iniciaram o cultivo de fumo integrado a indústria de tabaco Diamond (posteriormente adquirida por uma empresa estrangeira passando a se chamar Alliance Tabacos) em Venâncio Aires, que fornecia o financiamento para a construção do galpão de secagem, o forno, os insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e, também, oferecia serviço de assistência através de um instrutor. Cada produtor (a) de fumo separava o fumo seco em classes de qualidades, com valores diferenciados, e o material era recolhido por um caminhão e transportado até a empresa. Quando o fumo chegava à empresa, era feita uma avaliação das classes e pagavam o quanto consideravam adequado. Sidinei conta que fazia a separação das classes do fumo “no capricho”, e cada fardo era identificado com uma etiqueta contendo o nome do produtor,

Eu trabalhei um tempo nesse fumo, aí não tirava dinheiro só ficava devendo. [...] eu escolhia o fumo, fazia três, quatro, cinco fardos, uma classe assim. Separava todas aquelas folhas que tinham umas manchas, tirava tudo e separava num fardo. Tudo separado, bem escolhido, chegava a fazer nove escolhas. O instrutor dizia ‘quanto mais tu separar, mais tu vai valorizar teu fumo’. E eu separava tudo, fazia no capricho tudo que dava, e aquele fumo ia pra lá e voltava lá embaixo (o preço). (Sidinei).

O valor pago não cobria as despesas, e havia uma obrigação em usar somente os insumos fornecidos pela empresa. Ele conta que ainda que tivessem acesso a um adubo pela metade do valor seu uso não era permitido. Diante da desvalorização do preço (seja pela avaliação da empresa ou por possíveis trocas de etiqueta do produtor no momento do transporte, possibilidades citadas por Sidinei), a família foi acumulando dívidas.

Ficava sempre devendo, todos os anos ficava um pouquinho. E aí eu tinha que pagar essa terra aqui, tinha que pagar, não chegava a dois mil por ano, mas tinha que pagar. E tinha que comprar tudo pra alimentação. (Sidinei).

Nessa relação de dependência com a indústria, além do acúmulo de dívidas, a família vivenciou a perda de autonomia produtiva, visto que os insumos a serem utilizados eram determinados pela empresa, e, também, promoveu a substituição dos

cultivos para subsistência pela monocultura de fumo, aproximando-os de uma situação de insegurança alimentar.

Sidinei conta que a cultura do fumo exige o uso de diferentes agrotóxicos em grandes quantidades. O trabalho na lavoura em contato com os agrotóxicos causava sintomas de intoxicação como náusea, dores de cabeça, tontura, desmaio e dor abdominal.

É muito repugnante o cheiro dele, aí tem o Orthene que é um remédio muito forte, que é pra matar piolhos e insetos, que é muito forte. Tu colocas hoje, dá uns oito dias fica aquele cheiro no meio da lavoura. E às vezes tu colocava e apanhava fumo ainda. Colocava hoje, e amanhã a gente já apanhava. Porque era pra matar pulgão. [...] aí tinha muita quantidade a gente colocava esse remédio, mas muito perigoso. É muito forte. Veneno no caso né. E aí a gente ficava mal apanhando o fumo, vinha aquela água do fumo, do sereno, pegava e quebrava ela depois tinha que carregar no braço. E aí se molhava todo com aquele veneno. E aí começa aparecer coisa na pessoa, depois de um certo tempo, começa aparecer, futuramente vai fazer mal pro cara. Não mata na hora. (Sidinei).

Diante dessa situação a família decidiu parar com a produção de fumo e buscaram um acordo com a empresa. Sidinei conta que assinou um documento sem atender ao conteúdo, e acabou com um alto dividendo junto à empresa. Até hoje ele enfrenta essa situação, sem condições de quitar o montante que foi aumentando ao longo dos anos, e hoje recebe assistência da defensoria pública para poder mediar a situação.

Quando parou com o cultivo do fumo, a família seguiu trabalhando na lavoura com outros cultivos, sem uso de agrotóxicos, principalmente para autoconsumo. Sidinei também retomou as atividades como pedreiro, trabalhando fora da propriedade para garantir uma renda à família. Ele conta que aprendeu pela prática, pegando dicas com pessoas que já trabalhavam com isso, e foi aos poucos sendo reconhecido na região pelo seu bom trabalho. Com o estabelecimento do Sítio Amoreza na região, houve uma demanda por produtos sem agrotóxicos e Sidinei passou a investir mais na produção orgânica, já que havia retomado os cultivos sem agrotóxico para autoconsumo. Assim, ele conta que passou a comercializar para o Sítio o excedente da plantação de morango, batata e verduras. Segundo ele “foi quando já comecei a gostar do orgânico. E já começou a dizer, ‘ah tu vendes mais caro um pouco, e é um produto que tu pode colher, comer assim não tem problema’. Já não te faz mal.”

Nesse mesmo período, ele comercializava seus produtos em feiras locais (feira no Sítio Amoreza e no Quiosque) e também ingressou no projeto Bem da Terra. O processo de acreditação interno do Bem da Terra, já mencionado anteriormente, foi

um motivador para a busca de uma certificação orgânica que valesse para além desse projeto. Visando essas alternativas, a família passou a integrar a Associação Novo Horizonte e participou da construção da OCS Renascer. Sidinei também relata, como os demais colegas, uma certa exclusão dos demais grupos orgânicos após a formação da OCS.

Sidinei busca estar presente em grupos comunitários e espaços participativos da administração pública, como o Conselho Fiscal da prefeitura e da ADCPR-MR, além de estar como coordenador da OCS Renascer. Ele conta que há muito o que aprender nesses espaços,

Já faço parte de várias associações, de vários conselhos e tudo, que eu faço parte, porque eu gosto de estar no meio assim, entendendo as coisas, né?! Tem gente que não quer, porque vai gastar, vai de graça lá, mas é bom. A pessoa pega muito conhecimento e aprende muita coisa. (Sidinei).

Enquanto conselho fiscal da prefeitura ele vê uma oportunidade de garantir o destino de recursos para quem precisa, considerando a importância da ação do governo municipal para garantir a permanência das famílias no campo, tendo em vista a baixa perspectiva de sucessão familiar e o baixo rendimento financeiro. Segundo ele a família só não está passando fome porque plantam os alimentos para alimentação.

Eu gosto disso aí, porque tem coisas que tu achas que não pode ser feito, tem como ajudar, né?! [...] Até uma coisa que é pro pobre eles pegam. “O grande” pega e tu não pega. Tem que ficar em cima deles. [...] Sempre dão para as pessoas que não precisam primeiro, pra depois o cara ficar em segundo plano. E eu acho que não, tinha que ser as pequenas propriedades pra tentar segurar um pouco as pessoas, que ainda tão na lavoura. Porque tá ficando escasso, né?! Não existe mais a propriedade que trabalha a família não tem mais. Está a nossa geração, a dos meus filhos não tão mais. [...] futuramente quem vai plantar? Vai virar só soja. (Sidinei).

Ele conta que esteve presente, junto a alguns colegas da OCS, para a criação da lei nº 2.278/20 de incentivo à produção orgânica e agroecológica. Em sua fala, Sidinei demonstra preocupação com o processo de concentração de terra para plantação de soja, a preterição de pequenos agricultores em ofertas de arrendamento e o desmatamento promovido para cultivo desse *commodities*,

A gente estava fazendo umas reuniões antes já, bem antes, pra tentar fazer uma lei no município pra ajudar essa parte aí dos que estão plantando sem veneno, né?! Já pra dar uma controlada, amanhã depois nós vamos ter que parar porque não vai ter como dizer que planta sem veneno, não vai dar pra dizer. Se ficar muito perto as propriedades vão ficar contaminada. A água, tudo aí, a gente não vai ter porque dizer que é orgânico. Não tem, não é orgânico mais. Daí eu acho que, por isso tinham que barrar assim, porque é

gente que vem arrendando terra, ou compram ou arrendam. Então hoje em dia tu diz, 'ah eu não vou plantar mais, vou arrendar para os plantadores de soja', vem aí derruba esse mato, limpa mato, essa pedra ele vai arrancar daqui. Aí tu vais, eu quero arrendar uma terra e não consigo. Eu quero arrendar pagar por ano, os caras dizem não, o cara lá tem maquinário, já tem trator tracionado, tu não tens. Tem dinheiro, vou arrendar pra ele. (Sidinei).

Especificamente sobre o desmatamento, Sidinei relata que observa essa prática nas redondezas de sua propriedade. Segundo ele para essa prática não utilizam motosserras e sim grandes máquinas que arrancam do solo árvores inteiras, e em poucas horas toda mata vai ao chão.

Sidinei conta que não realizou nenhum curso formal sobre práticas orgânicas ou agroecologia. Os saberes que usa no dia a dia vem da sua experiência como agricultor e do aprendizado que constrói em contato com outros agricultores (as), nos grupos e associações que participa. Na propriedade da família há criação de alguns animais (ovelhas, porcos e vacas) que são comercializados (Figura 16). Sidinei parece gostar dos animais, mas comenta que há um custo alto para manutenção devido a compra da ração, já que não tem cultivado milho nos últimos anos. Há também galinhas, criadas soltas no campo, que se abrigam no galpão durante a noite. É possível até mesmo encontrar algumas galinhas chocando ovos em meio a lavoura de alho.

Figura 16 – Registro de Sidinei conduzindo um de seus terneiros para outra área.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em sua horta foi possível observar cebola branca e roxa, alho, alho poró, tomate, beterraba, repolho, batata inglesa, batata doce, morango, feijão e moranga. Há também árvores frutíferas como goiaba, ameixa, pêssigo, laranja, bergamota e bananeiras. Sidinei faz o planejamento da produção buscando ter alguns produtos diferenciados dos vizinhos do Afonso Pena para evitar concorrer com os demais produtores. Por esse motivo evita cultivar hortaliças, por exemplo, que são produzidas em grande quantidade por Djanira e Maria Helena. Além disso, comenta que é comum trocar sementes com os colegas e vizinhos ou realizar compra em conjunto, garantindo maior diversidade de sementes para ambos.

Sidinei conta que está investindo para recuperar o solo através de incorporação de matéria orgânica, pois tem percebido os efeitos na produção. Segundo ele “essa propriedade aqui ela está bem castigada” e por mais que venha trabalhando com o solo, ele conta que em uma das lavouras o milho cultivado “não deu nem pra semente”. Além disso, ele reconhece que atrasou a época de plantio no ano de 2021 e tem destinado menos tempo para o trabalho na agricultura devido as necessidades de cuidados de sua mãe, irmã e sogra, além das próprias condições de saúde de Cleunice. Frequentemente o filho mais velho visita nos finais de semana e auxilia nas atividades agrícolas.

Além da incorporação de matéria verde, Sidinei cita outras práticas orgânicas como o uso do esterco dos animais e adubo orgânico, que adquire junto a associação ADCPR-MR. Ele conta que no ano de 2021 experimentou utilizar cinza de casca de arroz no solo, porém com um pouco de receio se haveria algum resíduo dos prováveis agrotóxicos utilizados no cultivo do arroz, e se isso poderia ir contra a legislação de produção orgânica. Em relação a isso, ele conta que perguntou para Adriane, a fim de confirmar se poderia utilizar e, em uma das reuniões da OCS Renascer, a situação foi discutida gerando inquietações de quais seriam os resíduos remanescentes após a queima da casca de um arroz produzido de forma convencional.

Em sua propriedade há algumas vertentes de água, cacimba, um pequeno açude e uma sanga que passa em meio a área de mata nativa. Sidinei conta que foi selecionado em um projeto a prefeitura e ganhou alguns materiais como canos para montar um sistema de irrigação. Como implementos a família possui trator e arado, grade e subsolador. Em relação aos vizinhos, a propriedade é rodeada por campos de criação de gado e uma área de cultivo de milho convencional. Para evitar contaminação Sidinei vem cultivando barreiras vegetais. Além da produção vegetal e



animal, a família produz alguns processados como queijo e rapadura. Cleunice também produz artesanatos com fibra de bananeira, como cachepôs, vasos de flor, tapetes e suporte para panela.

A comercialização dos produtos é feita através das feiras virtuais do Bem da Terra e Orgânico Solidário, além de venda direta aos proprietários do Sítio Amoreza. Ademais o casal participa dos mercados institucionais do PAA municipal e PNAE. No que se refere a quantidade de produtos comercializados, Sidinei relata que não se compara com a quantidade vendida antigamente,

É muito pouco que se vende, não se vende muito. Não é de quantidade igual antigamente, a gente vendia de caminhão fechado. [...] não era de pouquinho assim. Batata inglesa mesmo vinha um caminhão buscar, as vezes saía carregado, só de dentro de casa, era grande quantidade. Hoje a gente planta umas hortinha, eu chamo de horta, porque é meia dúzia de pé de coisas. Mas já se plantou muito. (Sidinei).

Além da baixa quantidade de produtos comercializados, Sidinei aponta que o clima é uma das grandes dificuldades enfrentadas, especialmente pelas perdas matérias e produtivas devido à chuva de pedra. Na lavoura ele demonstrou as lonas utilizadas para o cultivo do morango cheia de buracos, assim como o telhado do galpão (Figura 17). Ele também aponta que, antigamente, a sua propriedade possuía inúmeros banhados que foram secando ao longo dos anos, apontando como é perceptível a mudança climática. Em relação a pandemia Sidinei fala que não mudou muito a rotina da família e a questão de renda manteve-se estável, ademais a família recebe há alguns anos um auxílio financeiro do governo federal, através do programa Bolsa Família.



Figura 17 – Registro dos furos no telhado do galpão de Sidinei devido à chuva de pedras.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A família está ingressando no turismo rural através do projeto da Rota Orgânica, assim como os demais colegas da colônia Afonso Pena. Sidinei conta que inicialmente pensava ser improvável, devido as condições de infraestrutura da casa, que não possui recursos para reformar. Porém, com o incentivo dos filhos e da assessoria do SEBRAE reconhece que o lugar tem uma posição favorável para observar a paisagem característica da região. A família planeja receber as pessoas com exposição e venda de alguns produtos em frente à casa, e abrir uma parte do campo até o arroio onde as pessoas poderão passar o dia, colocando alguns bancos de madeira e demarcando um campinho de futebol. Os filhos tem incentivado o casal a investir no turismo, criando até uma página nas redes sociais e uma marca para o local “Casarão 1908”, data que está registrada em uma das paredes da casa (Figura 18). Assim como os colegas, a família recebeu assistência do SEBRAE, mas também aponta que esperava um investimento financeiro por parte da prefeitura.

Figura 18 – Imagem da parede da casa de Sidinei e Cleunice onde está marcado o ano de 1908.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em relação a OCS Renascer Sidinei relata que já conhecia os (as) demais membros (as) e conta que, em diferentes grupos e contextos, todos e todas já haviam enfrentado situações de conflito na comercialização dos produtos, e por isso ele enxerga uma confiança entre os (as) integrantes para que haja transparência e apoio mútuo. Segundo ele “o cara já sabe que eu vou trabalhar assim bem, não é só querer vender o produto do cara e deixar os outros de fora. Por isso que eles tão gostando desse grupo, porque é um grupo que trabalha, todo mundo gosta de todos.”

Ele recorda quando foi anunciado que haveria uma reunião para criação de uma OCS no município, o que despertou seu interesse imediato e esteve presente no primeiro encontro. Quando surgiu a necessidade de colocar um nome à disposição para assumir a coordenação ele conta que se prontificou devido a experiência que tinha participando das associações e conselhos administrativos. O nome do grupo também foi uma sugestão dele. Sidinei conta que a palavra “renascer” se refere ao retorno a forma de agricultura “do tempo antigo”, onde não havia utilização de agrotóxicos e nem adubos químicos.

A história de vida de Sidinei e Cleunice demonstra as consequências da relação de dependência com a indústria do tabaco que, além do baixo retorno financeiro e perda de autonomia produtiva, promoveu contato e intoxicação pelo uso de agrotóxicos. Esses fatores motivaram a família a buscar alternativas e iniciarem o

cultivo de forma orgânica. A demanda por produtos orgânicos do Sítio Amoreza também foi um incentivo para produção e comercialização, assim como, a valorização monetária dos produtos e a preocupação com a alimentação “sem veneno”. É interessante destacar que por perceber as limitações do processo interno de acreditação do Bem da Terra, Sidinei buscou outros grupos e alternativas para certificação como foi o caso da OCS Renascer. Assim como os colegas, ele também apontou a divergência entre os grupos orgânicos relacionado a OCS e a certificação. A participação comunitária e olhar atento as mudanças que vem ocorrendo no campo, como a questão da permanência e sucessão rural, concentração de terras e avanço do cultivo da soja juntamente do desmatamento, foram questões socioambientais apontadas por Sidinei.

### **2.3.2.6 Flávio e Ieda**

Nós queremos também nos sentir bem, e ver lá na ponta [...] que a pessoa está comendo um produto saudável e limpo. Tu podes comer tranquilamente. A minha consciência está limpa, a minha parte, pequena parte para contribuição da humanidade, da sociedade em geral, eu estou fazendo. [...] se todos nós pensarmos que nós não devemos fazer nada, cada vez vai estar pior, mas se cada um de nós acharmos que tem que fazer um pouquinho pra contribuir, tanto na produção do alimento saudável, como na vida nossa, pra ter uma vida mais saudável, mais tranquila, nós vamos melhorar. [...] Mesmo que tu não vais resolver o problema, mas a tua parcela tem que contribuir. [...] E nem é pra resolver o problema, é pra nós, pra gente nos sentirmos responsáveis porque a gente está fazendo nossa parte. Cada um tem que cuidar da sua parte. (Flávio).

Flávio é agricultor, colono, pequeno produtor, “o cara das associações e das árvores” como se identificou. Em sua fala ele demonstra uma visão crítica da realidade orientada pela formação e participação política. Realizei a visita em sua propriedade na tarde do dia 22 de novembro de 2021. Sua esposa Ieda não estava em casa pois conseguiu um emprego temporário em uma das indústrias de pêssego do município. A filha do casal chegou da escola no final da tarde e nos acompanhou em parte da caminhada na propriedade (Figura 19).

Figura 19 – Foto de Flávio e sua filha na propriedade da família.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Flávio tem 42 anos, nasceu em Morro Redondo em uma família de nove irmãos, e desde os seis anos já trabalhava na agricultura. A família residia em uma propriedade em um acordo de arrendamento, fornecendo um terço da produção ao proprietário. Inicialmente produziam feijão, batata e outros cultivos básicos, posteriormente, passaram a cultivar um pomar de pessegueiros. Ele conta que pode estudar somente até a 5ª série em uma escola da zona rural. Para seguir cursando o ensino formal era necessário ir a zona urbana do município, na época não havia transporte escolar, era necessário deslocar-se a pé ou de bicicleta, o que a família não possuía.

No final dos anos 90, Flávio deu início a própria chácara arrendando 25 hectares de sua tia para plantação de pêssego convencional para indústria, em parceria com um de seus irmãos. Alguns anos depois conheceu e casou-se com Ieda, que hoje tem 47 anos. O casal morou cerca de um ano na zona urbana de Morro Redondo, mas Flávio seguia trabalhando com a agricultura. Em 2016 encerrou o contrato com a sua tia e deu início ao processo de compra da propriedade onde moram hoje, na colônia Colorado comunidade Cristo Rei, através de financiamento pelo Banco da Terra. Nesse meio tempo tiveram uma filha que hoje tem 12 anos.

Flávio conta que foi o único irmão que permaneceu no trabalho com a agricultura, segundo ele “porque eu gosto da lavoura, agricultura, mas não porque dá

dinheiro, eu gosto”. Flávio afirma que o trabalho com a agricultura orgânica e agroecológica é uma escolha de estilo de vida. É preciso querer estar ali e sentir-se bem no meio rural. Além do interesse em garantir uma renda, há a satisfação em entregar ao cliente um alimento saudável e limpo,

As pessoas tem que querer pra produzir o orgânico, agroecológico [...] é um estilo de vida teu. E dizer, eu quero esse estilo de vida para mim. É igual tu morar no campo, pra fora, na agricultura. Tu tens que querer e gostar do campo [...] porque tu se sentes bem. Vê os passarinhos, vê as árvores, te senta na sombra a vontade. Essa energia do bem. E aí tu tens que se sentir nisso. [...] vai ficar no orgânico quem gosta. Quem se dedica, quem está ali mais pela causa mesmo, de resistência. (Flávio).

Apesar do gosto pelo trabalho e a vida no campo, Flávio reconhece que a atividade resulta em grande desgaste físico, a exemplo de seu irmão que, dentre outros motivos, não pode seguir na agricultura devido aos problemas de coluna.

Flávio conta de sua experiência com a produção convencional de pêssego para indústria na qual, diferentemente das experiências da Djanira e Márcio com a Cosulati e de Sidinei e Cleunice com a indústria de tabaco, a venda para indústria do pêssego não segue o formato de integração. Segundo ele não há um contrato com a empresa, não há um valor pré-estabelecido e tampouco a compra da produção é assegurada. Não há garantias para os (as) agricultores (as).

Flávio aponta que para o produtor convencional os gastos com insumos e agrotóxicos vem aumentando, porém o preço pago pela indústria não acompanha esse aumento. Além da instabilidade climática que afeta diretamente a qualidade do produto, não há garantia de compra (mesmo que por um valor subinflacionado) e ao final da safra os custos da produção podem não ser supridos. Nesse cenário ele aponta a sobrecarga de trabalho dos agricultores, o número escasso de mão de obra (pela diminuição da família e abandono do campo) causando um desgaste físico que leva a adoecimentos físico e mental.

Flávio compreende que esse contexto justifica a decadência da produção de pêssego observada nos últimos 10 anos na região, comparando-a a diminuição do trabalho com a leiteira no município, causada pelo aumento dos gastos para produção, adequação às exigências sanitárias e das indústrias, e o baixo valor pago pelo produto entregue. Além da desvalorização crescente do pêssego junto às indústrias locais, ele observa o aumento no uso de agrotóxicos devido às “pragas” e as exigências de qualidade da própria indústria.



E eu só comentei pro fabricante que nós iríamos fazer a chácara, 'ah pode fazer', mas não tem contrato. Não tem valor de preço. Não tem nada. É frio o negócio, é muito frio. [...] E na época nós pegamos uma época muito ruim que a indústria não queria, só queria comprar o primeiro, que é tipo um pêssego de qualidade maior. O pêssego menor não queria, colocou fora e eu perdi muito, muito pêssego coloquei fora. Foi um negócio decadente porque tu não tem contrato, não tem garantia de nada, não tem preço, não tem nada. E o teu preço não é regulado pela inflação nem nada. É o preço que eles querem. Então pra indústria, eu disse assim, eu não trabalho mais. Não tem como. [...] eu tô ficando escravo dum sistema. (Flávio).

Essa experiência com a indústria, juntamente da contradição que sentia ao utilizar equipamento de proteção para colocar veneno em um produto que seria posteriormente consumido por outra pessoa, foram motivações que fortaleceram o sonho de Flávio de produzir pêssego orgânico. Além disso, uma experiência marcante que inspirou a transição para a produção orgânica foi uma visita realizada a propriedade de Nilo Schiavon, agricultor agroecológico referência na região de Pelotas. Flávio recorda que ver a produção de pêssego orgânico da família Schiavon trouxe uma perspectiva concreta ao seu sonho,

Então eu pensei, não é só eu que sou maluco, tem mais gente pensando essa ideia. Quando a gente vê outro que pensa igual a gente, e já está mais na frente, realça a gente, estimula mais ainda. É possível porque tem gente pensando, não é só eu sozinho. Não é eu que estou sonhando aí uma coisa fora da casinha, não. (Flávio).

Além do seu trabalho como agricultor, Flávio atua há cerca de 15 anos como militante do Partido dos Trabalhadores em Morro Redondo, e teve participação política no município como secretário da agricultura, desenvolvimento rural e turismo entre os anos de 2017 e 2020. Ele conta que buscou elaborar um plano de trabalho fortalecendo parcerias (com a Emater-RS e unidades da Embrapa Clima Temperado e Estação experimental Cascata) e direcionando esforços para apoiar iniciativas de produção orgânica e agroecológica do município. Sua articulação enquanto secretário contribuiu para a formação da OCS Renascer. Em sua fala ele reconhece que a política é fundamental para promover mudanças sociais, segundo ele “a gente vai ter mudança é através da política, só vai ter mudança é através do diálogo, não tem outro caminho, [...] é pela democracia. E não é a minha ideia que vai prevalecer, é o consenso da maioria”.

Flávio é agente ativo na comunidade local, além da sua experiência política, participa do MPA, da associação Quilombola Vó Ernestina, ADCPR-MR, e da cooperativa COOPAMOR. Ele conta que contribuiu para a formação da COOPAMOR,

quando atuou como secretário. Flávio acredita no trabalho coletivo para o desenvolvimento da agricultura, especialmente para a agricultura familiar e pequenos (as) produtores (as). Segundo ele além de ser um fortalecimento para essa categoria historicamente excluída, o trabalho em grupo nos torna melhores seres humanos, aprendendo a respeitar o espaço do outro e contribuindo para o crescimento coletivo,

As associações sempre são uma fortaleza da comunidade [...]. Eu só acredito que vai ter desenvolvimento pra nós agricultores, agricultores familiares, o povo, o pequeno, é nós assim na associação, em cooperativa, em grupo. E eu acredito muito mais ainda que nós vamos conseguir crescer e vencer, e também a gente vai ser melhor ser humano, quando aprender a trabalhar em grupo, e todos nós aprendemos. (Flávio).

Flávio não fez nenhum curso específico para produção orgânica, mas relata que costuma acompanhar experiências de outros (as) agricultores (as) orgânicos e troca informações com técnicos de agropecuárias, a exemplo da Diarroz em Pelotas. Além disso, utiliza frequentemente a internet para pesquisa e por vezes compartilha as informações com a Adriane, como forma de confirmar a veracidade da informação. Ele conta que mesmo tendo conhecimento sobre uma prática ou método, sempre há novas formas de realizá-lo e aprimorar o seu trabalho.

Sempre tem algo diferente, de uma maneira diferente do que tu faz que pode dar um resultado melhor ainda daquilo que tu estás fazendo. Isso aí é questão de tu entenderes que tu estás num processo sempre de melhorias, né?! A gente nunca pode achar que deu, né?! (Flávio).

Em sua propriedade Flávio prioriza o cultivo de árvore, em especial os pessegueiros (Figura 20). Ele possui cerca de oito variedades, tanto do pêssego amarelo (Esmeralda, Granada, Jade, Eldorado) quanto do pêssego branco ou molar (Eragil, Barbosa, Chimarrita, Premier). Ele conta que pretende expandir mais as variedades de pêssego, a fim de garantir a colheita em diferentes períodos e assim ter um tempo prolongado de oferta (outubro a fevereiro). Como ele vende diretamente ao consumidor, as entregas são em pequenas quantidades, portanto se houver uma grande safra em um único período ele pode perder a produção pela dificuldade de venda em grandes quantidades.

Figura 20 – Registro de uma das variedades de pêsego presentes na propriedade de Flávio e Ieda.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em relação as práticas orgânicas, Flávio apontou o azevém crescendo em meio aos pessegueiros, que ele pretende deixar secar para semear para o ano seguinte, garantindo assim uma nova cobertura do solo, além de utilizá-lo para fazer palhada, que serve de proteção e recuperação do solo. Como forma de controle da mosca da fruta, Flávio utiliza armadilhas feitas de garrafa pet com suco de laranja ou pêsego como atrativo (Figura 21). Ele ressalta que na montagem das garrafas, é importante fazer um buraco de entrada pequeno, para evitar a captura de outros insetos como abelhas. Essa calda deve ser trocada entre oito e dez dias. Em sua fala ele destaca que esse controle feito na produção orgânica, não tem como objetivo eliminar todos insetos, mas sim alcançar um equilíbrio,

Mas isso aí é normal no orgânico (porcentagem de perda da produção), porque nós trabalhamos com o equilíbrio mesmo. O orgânico não é pra eliminar um ou outro, é pra controlar e poder se manter, eu não quero terminar com as moscas, mas eu não quero que as moscas também terminem com o meu pêsego. (Flávio).



Figura 21 – Armadilhas para captura da mosca da fruta no pomar de pêsego da propriedade de Flávio e Ieda.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Além do pêsego, há cultivo de caqui, ameixa Gold, limão Taiti, louro, laranja de umbigo, canela e canela do mato, paineira e amora de árvore. A exemplo do louro e da ameixa, Flávio pretende investir em outras culturas conforme observa a procura e interesse dos consumidores. Assim como Maria Helena e Aliomar, Flávio participou do projeto Quintais Orgânicos da Embrapa onde recebeu mudas de jabuticaba, figueira, parreira, guabiju, cerejeira, araçá e araticum. Em uma pequena parte da propriedade há uma área com eucaliptos que servem de barreira vegetal e garante madeira para consumo da casa.

Além da produção vegetal, há criação de animais como porcos, vacas e galinhas. Para alimentá-los ele cultiva capim elefante Kurumim. Em relação a implementos, Flávio possui uma roçadeira costal e um trator. Na propriedade não há sistema de irrigação, portanto depende das chuvas para o bom desenvolvimento dos frutos. Ele conta que a estiagem de 2019 secou a sanga e a cacimba e a família ficou sem água por 40 dias. Em relação as propriedades vizinhas, há campo com criação de gado e produção convencional de pêsego. Para evitar contaminação Flávio utiliza barreiras vegetais ou distanciamento feito com áreas de campo entre o pomar e o vizinho.

Quanto as dificuldades de produção, além da falta de um sistema de irrigação, Flávio aponta as “pintinhas pretas” que acometem principalmente as variedades de

pêssego amarelo (uma espécie de fungo). Para isso ele comenta que há no mercado um produto orgânico para evitar essa doença. Flávio costuma comprar os insumos orgânicos, como repelentes para inseto, produtos de prevenção de doenças e biofertilizantes, diferentemente de outros colegas do grupo que produzem seus insumos. Costumeiramente ele adquire o produto e realiza experimentações em algumas árvores para saber como a planta reage a ele.

Em sua fala, Flávio demonstra seu gosto pelo trabalho no campo, a relação com o lugar, a sensação de bem-estar ligada à sombra das árvores e os barulhos dos animais. Enquanto demonstrava orgulhoso as variedades de pêssigo, ia apontando aqueles com coloração mais bonita. Ele aponta também que a agricultura orgânica permite a presença de outros tipos de vida junto à produção, a exemplo da presença de insetos. Segundo ele “abelha tem aqui sempre, bicho, tudo. E isso que é o bacana, né?! Tu conseguir produzir um produto e tu manter os bichos juntos, os insetos juntos, né?! Se é envenenado tu matas tudo”.

A sua opção pelas culturas perenes carrega o sentimento que tem em relação às árvores,

Ah eu sou apaixonado por árvore, até por outras árvores, eu gosto de plantar. [...] Vou plantar árvore pra sombra, sombra nunca é demais [...] eu conheço todas as árvores da volta [...] Eu gosto muito de árvore, né?! Eu sou o cara das árvores. (Flávio).

Ele conta que as cultiva mesmo que não seja para produção de frutos, somente pelo gosto em apreciar a sua beleza e aproveitar a sua sombra. Da mesma forma, em torno da casa ele foi mostrando as diferentes flores que cultiva por apreciar a sua beleza.

Em relação a comercialização, a família realiza venda das frutas in natura e direto aos consumidores da região, por intermédio das redes sociais pessoais. Além disso, eles participam das vendas institucionais através da cooperativa COOPAMOR. Em relação ao preço do pêssigo, Flávio demonstra preocupação em relação a um nicho específico de consumidores devido ao valor elevado. Em 2021 ele comercializou o pêssigo a cinco reais ao quilo e reconhece que é um preço elevado especialmente se comparado ao valor de dois reais e cinquenta centavos pagos pela indústria,

Eu estou vendendo o pêssigo a 5 pila. Eu acho que é um preço caro. [...] eu queria vender o pêssigo a 2 reais. Pra quem? Pro nosso povo pobre, humilde, comum, igual eu, lá na cidade, nas vilas comerem. Porque eu não vou me sentir bem em produzir um alimento que é só pros ricos poderem comer. Não, nada contra o rico, que coma também, eles merecem. Mas eu

sou obrigado a botar um valor um pouco a mais, porque ele me dá um trabalho a mais. Se eu não botar um valor a mais eu não vou conseguir nem me manter produzindo. Mas eu sei que, na minha opinião, ele está alterado pra realidade do povo. E não é que eu não vou vender, eu vou vender pra uma classe que talvez tenha dinheiro. Mas e aquele que precisa, ele não vai ter condições de comer um pêssego a esse valor. (Flávio).

Em relação a isso, Flávio aponta que é necessária uma política pública do governo que garanta um subsídio para produção orgânica, assegurando a permanência desses (as) agricultores (as) no campo e o fornecimento do alimento saudável a um preço justo e acessível a população das cidades,

Se tivesse subsídio eu podia vender a R\$ 2,50, vou vender o pêssego pra todo mundo comer. E é essa sacada. Se a gente entender isso, e ter uma visão geral, se o governo entrar nessa e ter esse entendimento, uma política pública nacional, aí vai chegar o alimento para as pessoas mais humildes, mas saudável e com preço razoável. [...] o governo tem que entrar no meio e fazer esse meio campo, é tipo um amortecedor. Porque aí vai ter um alimento saudável e bom pras pessoas pobres comerem também. Então eu acho que vai ter que haver esse equilíbrio[..] E a gente que produz um produto orgânico, a minha satisfação é produzir pro outro comer, e não tem veneno, saudável sim, mas é pra todos, é pro rico e é pro pobre. [...] Vai ter que pensar nisso aí que é o caminho ter um subsídio. (Flávio).

Flávio afirma que é indispensável uma política pública para permanência da agricultura familiar no campo. Ele observa que muitas propriedades estão sendo vendidas para pessoas da cidade, com um poder aquisitivo, que buscam um lugar de descanso, seja para viver durante a aposentadoria ou passar os finais de semana,

E outra coisa que vai ficar só pros ricos, se não tiver um trabalho dos governos vai ser a questão do cara morar pra fora, no interior. [...] Pega um cara rico, vai comprar um sítio pra morar lá, duas hectares nem que seja, mas ele vem morar num lugar bonito, bom de morar, tranquilo, com os passarinhos, tudo isso aqui extraordinário. E o pobre que às vezes vai produzir e trabalhar vai ter que vender, sair fora, porque não vai conseguir sobreviver do campo. (Flávio).

Em relação à pandemia Flávio relata que o trabalho dentro da propriedade não teve alterações, já que a safra é anual e a entrega é direta ao consumidor. Já em relação ao convívio social, ele aponta a suspensão de reuniões e as adequações para frequentar estabelecimentos, como o uso das máscaras, e também a necessidade de estar atento aos protocolos sanitários e de segurança que constantemente eram alterados. Ele também apontou que a pandemia foi um período de bastante incerteza, o que dificultou a elaboração de planos.

No que diz respeito a OCS Renascer, como mencionado anteriormente, quando esteve no cargo de secretário Flávio direcionou esforços para a criação do

grupo. Ele conta que além do seu desejo pessoal, Djanira e Maria Helena foram pessoas que o inspiraram à criação do grupo, a fim de garantir que elas tivessem uma certificação de agricultura orgânica, reconhecendo a sua dedicação e a falta de apoio e incentivo municipal. Segundo ele, o trabalho das duas nas feiras demonstrava a sua dedicação,

Tu vê que as pessoas saiam de casa pra fazer uma feirinha pra vender. A pessoa tem que ser guerreira. E pouco apoio, pouco incentivo e tu produzir um produto orgânico ainda, então elas estavam na raiz de produzir um produto orgânico, porque aí tu vê que é raiz. Pouco apoio, pouco incentivo, e a pessoa lutando por aquilo ali, bom, é uma pessoa de nós tirarmos o chapéu e batermos palma. (Flávio).

Ele destaca também que ter pessoas nas instituições, a exemplo da Adriane na Emater-RS e ele enquanto secretário vinculado ao poder público, ambos com interesse em promover a agricultura orgânica e agroecologia, criou uma rede de fortalecimento essencial para origem da OCS Renascer,

A gente não podia deixar passar sem nós montarmos uma OCS, né?! Sair daquela informalidade, porque elas (Djanira e Maria Helena) produziam orgânico já há muito tempo [...] aí juntou o útil ao agradável, eu já tinha um sonho de anos, e aí depois quando a gente vocacionou a secretaria pra isso, e tinham duas pessoas que nos inspiraram, e mais um grupo que queria, nós aproveitamos toda essa conjuntura, né?! E realmente funcionou. E aí unimos forças, e a Emater com o Adriane também, estava puxando isso aí já há muito tempo também, porque tudo depende muito de cada momento, de cada pessoa e das instituições. (Flávio).

Flávio afirma que a criação dessa OCS foi um fato marcante, tanto para as famílias integrantes quanto para o município. Em suas palavras “a OCS é uma coisa que vai ficar talvez eternizado. [...] é uma coisa de mudança de vida”. Segundo ele a certificação é fundamental para que os (as) agricultores (as) possam participar das vendas institucionais e do mercado em geral, para que haja reconhecimento, tanto no valor quanto na seriedade do trabalho para que haja um retorno justo. Em contrapartida, na venda direta ele observa que há uma relação de confiança com o consumidor, portanto a certificação acaba não sendo um requisito essencial,

Se tu tens o certificado do produto, tu podes até brigar mais para ser reconhecido mesmo. Além de ser reconhecido o teu trabalho, mas tu pode ser reconhecido também em valores, na verdade o reconhecimento é amplo, né?! Tu é reconhecido em valores, de recursos mesmo, de dinheiro, e é reconhecido também com valores morais, éticos, tu tem algo que tu está ali, tu tens um certificado. (Flávio).

Em relação ao grupo, Flávio já conhecia os (as) integrantes, e tem confiança no comprometimento e honestidade de cada um (a). Para ele essa é uma grande

vantagem da OCS Renascer, a familiaridade entre os integrantes garante um processo de transparência e confiança. Ademais, ele percebe que todos tem um perfil semelhante, tanto na renda média, quanto nas histórias de acesso à terra e dificuldades cotidianas. Segundo ele “o nosso grupo é bem parecido até no poder aquisitivo. Nós somos pessoas, agricultores, pequenos, com dificuldades bem semelhantes, cada um na sua peculiaridade, mas tem muito a ver, né?!”.

Ele aponta que o grupo está em processo de amadurecimento, o que já vem ocorrendo nas reuniões ao longo do primeiro ano, especialmente em relação a manutenção dos documentos. Outro ponto importante segundo Flávio, é o aprendizado contínuo para trabalhar enquanto grupo, respeitando o espaço do outro, permitindo que as falas de todos (as) sejam ouvidas e saber ceder, acolhendo a decisão do coletivo, sem ressentimento caso a sua ideia não tenha sido aceita,

Não é a tua ideia que prevalece na primeira, é a ideia de todos. Claro que pode ser a tua a ser votada, mas pode não ser também. E nem por isso eu vou abandonar. [...] Na democracia o que for decidido vamos estar juntos. [...] no grupo, como a OCS, é isso aí. É ceder, vamos conversar e confiar um no outro. Nós temos que ter uma base de confiança. (Flávio).

Em relação as divergências entre os grupos orgânicos, também citada pelos colegas, Flávio conta que é preciso uma união entre os grupos, porque o movimento orgânico e agroecológico enfrenta uma batalha maior diante do modelo de sistema econômico e do agronegócio,

Não adianta nós estar se engalfinhando entre nós. Nós temos que estar unidos porque nós temos uma briga maior na frente. Quem produz orgânico, nós pequenos, nós não temos que estar se engalfinhando entre nós. [...] A nossa batalha maior é lá, é nesse mundo hostil que está aí. Esse mundo capitalista que tá aí. Esse mundo que quer nos liquidar. (Flávio).

Um exemplo apontado por Flávio é a necessidade de exigir regramentos para a agricultura convencional, a fim de proteger os (as) agricultores (as) de base agroecológica, fato mencionado também por Sidinei, quando comenta sobre o avanço da soja e a derrubada das barreiras vegetais,

Se nós vamos produzir orgânico, nós temos regramentos que temos que cumprir da OCS que tem aí, é verdade. Mas quem vai produzir o produto convencional também deveria ter um regimento pra ele não, vamos supor, transpassar a barreira e atingir o outro que tá produzindo orgânico, agroecológico. Não é proibir ele, mas ele tem que ter limites também. (Flávio).

Ao conhecer a história de Flávio e Ieda, novamente identificamos uma relação de desvantagem a partir da comercialização com a indústria, e a partir disso Flávio

decide abandonar essa forma de produção. Segundo o relato a produção orgânica de pêssego sempre foi um sonho de Flávio, impulsionado pelo contato com produção da família Schiavon, que trouxe uma perspectiva de concretude para esse sonho. Também foi mencionado a contradição em aplicar veneno em um produto que serve para alimentação dos consumidores, assim como, a satisfação em entregar um produto saudável. A busca pela certificação foi estimulada pela admiração do trabalho da Djanira e Maria Helena, o incentivo da Emater-RS e a sua própria atuação junto a SMDRT.

No que diz respeito as questões socioambientais, Flávio apontou a concentração de terra, sucessão rural e permanência no campo, assuntos relacionados com o avanço da soja e, principalmente, a falta de subsídio para manutenção da agricultura familiar no campo. Flávio destacou também a preocupação com o preço do produto orgânico formar nichos específicos de consumidores (as). Para garantir que o preço do produto orgânico seja acessível para toda a população, ele também considera essencial um subsídio público. Outra questão apontada foi a necessidade de regramento para produção convencional, a fim de garantir a permanência da agricultura orgânica. Por fim ele destaca a importância de formações de grupos, associações e cooperativas, além da união dos grupos de agricultura orgânica e agroecológica, fortalecendo um movimento agroecológico e da pequena agricultura familiar.

\*\*\*\*

Neste capítulo buscamos apresentar o contexto do estudo, iniciando com o desenvolvimento agrário da região da Serra dos Tapes onde se localiza o município de residência das famílias da OCS Renascer. Nesse resgate histórico é possível perceber como as disputas pela ocupação do território por portugueses, a expropriação dos indígenas Guarani, a formação dos quilombos e migração de famílias agricultoras coloniais, formam um mosaico étnico característico da região, com a presença de pequenas propriedades com policultivo e venda de excedentes, assim como a produção integrada a indústria e monoculturas de soja.

O município de Morro Redondo faz parte da história da região de Pelotas, onde observamos a organização social de agricultores (as) que têm como pauta a

agricultura orgânica e agroecologia, a partir de associações, grupos, instituições e movimentos sociais. Nesse contexto favorável estão imersas as famílias da OCS Renascer. Essa OCS formou-se a partir da necessidade de certificação da produção orgânica, entre outros motivos, cuja constituição teve apoio da equipe local da Emater-RS, especialmente em relação a documentação necessária para iniciar o processo de cadastramento e também na manutenção dos documentos requeridos pela legislação.

Ao longo de 2021 pudemos acompanhar a maioria dos encontros e reuniões para organização do trabalho das famílias a partir da OCS Renascer, sendo que muitas das pautas envolveram o preenchimento coletivo de documentos que suscitaram discussões importantes ao grupo, como a reflexão sobre o próprio trabalho e questões socioambientais da sua comunidade. Em relação as histórias de vida, pudemos conhecer melhor o contexto de desenvolvimento familiar e o ingresso ou permanência no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Na descrição dessas histórias, conhecemos um pouco das experiências prévias com agricultura convencional e indústria, assim como, a forma como percebem a sua relação com o ambiente, expectativas em relação a agricultura orgânica e suas dificuldades cotidianas.

Ao olhar para as histórias de vida de forma integrada, pudemos apontar as motivações relacionadas ao início do processo de transição para agricultura de base agroecológica. Como a relação com o ambiente e o trabalho na agricultura, os saberes tradicionais, as experiências negativas com a agricultura convencional, bem como a noção do papel social que exercem na produção de alimentos saudáveis, o que garante sua permanência no campo através de práticas menos nocivas ao ambiente e que contribuem para a saúde dos agroecossistemas.

No próximo capítulo buscaremos compreender as práticas que podem estar relacionadas a discussão em educação ambiental crítica que permeiam os processos de transição para agricultura de base agroecológica, interpretando-o de forma multidimensional. Para isso analisaremos as histórias de vida para identificar as motivações de ingresso no processo de transição, assim como as pessoas e instituições que formam uma rede comunitária que contribui para a sua permanência nesse processo. Na sequência buscaremos compreender a transição levando em consideração aspectos dos sentidos atribuídos às práticas cotidianas, os processos educativos que permeiam as dinâmicas da OCS Renascer e as questões socioambientais presentes em seu cotidiano.

### **CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO DOS CULTIVOS**

Com as sementes no solo chegamos à etapa de desenvolvimento dos cultivos. Assim como as etapas iniciais, o desenvolvimento das plantas requer cuidado, água, luz e proteção. É necessário se envolver com a planta para acompanhar seus processos, aguardar pacientemente a brotação, observar seu crescimento e estar atenta as suas necessidades. O desenvolvimento das plantas envolve diferentes processos, relacionados entre si, e que não são um fim em si mesmos, mas etapas de um ciclo de vida.

Compreender a transição para agricultura de base agroecológica também envolve acompanhar os processos multidimensionais que fazem parte das histórias e do cotidiano das famílias da OCS Renascer. Assim como na analogia acima, esses resultados não são um fim em si mesmos, são movimentos de análise e compreensão de um ponto de vista, a partir do qual espera-se contribuir para articular possíveis relações das discussões em educação ambiental crítica da realidade desses (as) agricultores (as).

Essa transição não representa uma etapa que leva de um ponto a outro, mas um processo contínuo de vivências e aprendizagens, de mudança, de movimento que envolve o cotidiano dos sujeitos, inseridos em determinado contexto socioambiental, onde constroem aprendizagens, junto ao ambiente e entre si, em um processo dialógico e reflexivo.

Iniciaremos nossas análises integrando informações das histórias de vida a fim de visualizar as motivações que levaram ao ingresso no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Nesse mesmo movimento de integração buscaremos identificar as pessoas, instituições e experiências que formam uma rede de transição comunitária, cujas ações contribuem para permanência das famílias no processo de transição.

No segundo subcapítulo iremos discutir as práticas, o cotidiano e as aprendizagens em relação com o ambiente em que as famílias vivem e que permeiam o processo de transição de base agroecológica, tais como seus princípios e valores, os sentidos atribuídos a agricultura orgânica e demais práticas sob os princípios em agroecologia e as formas como compreendem a suas relações com seus ambientes. Na sequência, o foco das análises serão os processos educativos que ocorrem nas



práticas agrícolas junto ao ambiente, assim como, aquelas que ocorrem nas dinâmicas da OCS Renascer. Como complemento, iremos refletir sobre o papel de educadora ambiental exercido pela extensionista que acompanha o grupo.

Para fechar, discutiremos aspectos do contexto socioambiental onde vivem as famílias, como as dificuldades cotidianas, os conflitos socioambientais relacionados ao avanço da soja na região e uso de agrotóxico em propriedades vizinhas, ou seja, os processos sociais relacionados a educação ambiental. Outro aspecto discutido serão os cuidados com a água e as estratégias de enfrentamentos das adversidades climáticas. Por fim, iremos discutir as percepções das famílias em relação as políticas públicas que estão presentes em seu cotidiano, assim como as demandas por programas de incentivo à agricultura de base agroecológica e políticas que garantam viver no campo com qualidade de vida.

### **3.1 Histórias reunidas: Motivações e a rede de transição**

Na primeira parte deste capítulo nos propomos a compreender os processos de transição das famílias para agricultura de base agroecológica de forma comparada, aproximando as motivações de cada uma a fim de observar o contexto de início da transição do grupo. Além disso, iremos comparar informações sobre as histórias de vida de cada família a fim de identificar os elementos da comunidade (pessoas, instituições, experiências) que parecem influenciar para o seu ingresso e permanência no processo de transição, buscando visualizar a rede de apoio e incentivo existente no contexto socioambiental onde vivem.

#### **3.1.1 Motivações: o ingresso no processo de transição**

Cada uma das famílias possui uma história de vida única, porém é possível observar alguns elementos em comum. Em relação as motivações citadas para o ingresso no processo de transição para agricultura de base agroecológica, percebemos, por exemplo, a experiência com a agricultura convencional e a relação de dependência com as indústrias, assim como as relações educativas com o lugar, o trabalho e os saberes tradicionais. Para visualizar essas comparações elaboramos um quadro (Quadro 3) com as principais motivações relatadas por cada família, destacando em diferentes cores as experiências comuns entre cada história.

Quadro 3 - Motivações que levaram ao início dos processos de transição para agricultura de base agroecológica, apontados nas histórias de vida das famílias da OCS Renascer.

	<b>Maria das Dores e Elton</b>	<b>Maria Helena e Aliomar</b>	<b>Djanira e Márcio</b>	<b>Leonor e Joaquim</b>	<b>Sidinei e Cleunice</b>	<b>Flávio e Ieda</b>
M o t i v a ç õ e s	Relação com o lugar e sensibilidade estética	Saber tradicional	Relação com a indústria	Saber tradicional	Relação com a indústria	Relação com a indústria
	Relação com a natureza e espiritualidade	Relação agricultura e lugar	Contradição em comercializar alimento com agrotóxico	Intoxicação por agrotóxico	Intoxicação por agrotóxico	Contradição em comercializar alimento com agrotóxico
	Curso de agrofloresta	Alimentação saudável	Inspiração a partir dos colegas		Demanda de produtos Sítio Amoreza	Relação agricultura e lugar
					Valor agregado ao produto	Inspiração a partir dos colegas
						Sonho

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: As cores destacam os pontos em comum entre as histórias de vida. Os diferentes tons de mesma cor indicam as informações relacionadas entre si.

No quadro 3 os itens destacados em azul claro se referem a questões pessoais e subjetivas de cada família. A conexão com o lugar em que vivem, com a natureza e o trabalho na agricultura indicam um modo de vida e a forma como compreendem a sua relação com o ambiente em que vivem. Nas três famílias indicadas no quadro foi exaltado em suas falas a relação de conexão e bem-estar com o ambiente, que parecem ser um elemento basilar do modo de vida da agricultura familiar.

No caso de Maria das Dores o seu olhar sensível a estética do lugar parece estabelecer uma relação de cuidado com ambiente. A apreciação da beleza do lugar, juntamente de seus conhecimentos e a forma como compreende a sua relação com a natureza (a sua espiritualidade, compreensão da natureza como sagrada), despertam motivações para preservação da mata, por exemplo, bem como a modificação da paisagem para que se aproxime do ideal criado a partir da impressão estética inicial.

A relação que essas famílias estabelecem com os lugares remete a uma compreensão do pertencimento que constroem a partir da experiência com esses ambientes. Sá (2005) ressalta a importância do pertencimento como forma de responsabilidade socioambiental. A forma como compreendem a própria existência junto a esses lugares sustenta a relação de cuidado, um modo de vida, além de servir como motivação para a transição para agricultura de base agroecológica.

Em relação ao saber tradicional, destacado em azul claro no quadro 3, identificamos esse elemento nas histórias de vida de Maria Helena e Joaquim, porque reproduzem saberes familiares e ancestrais nas suas práticas de agricultura, novamente aproximando a relação com o trabalho na agricultura como um modo de vida. Diferentemente dos demais colegas, essas famílias não realizaram a conversão da agricultura convencional para orgânica ou agroecológica, pois sempre utilizaram práticas de base agroecológica, ainda que por vezes não utilizem esse termo específico. Esse saber tradicional constitui uma motivação para permanência no processo de transição, que foi intensificado e adensado através do conhecimento adquirido e partilhado pelas formações, e caracterizam um modo de perpetuar a sua própria cultura.

Esses saberes tradicionais agroecológicos se aproximam do conceito de saber ambiental de Leff (2015), onde os conhecimentos das comunidades sobre seus ambientes, adaptados à realidade socioambiental, constituem representações culturais dos povos no processo de autogestão do território e seus recursos. A construção desse saber ambiental faz parte da transição para agricultura de base agroecológica, em um processo de reflexão e aprendizado contínuo sobre a sua prática e realidade por meio de processos educativos.

Os destaques em verde no quadro 3 indicam a motivação a partir da admiração do trabalho dos colegas. Para Djanira, reconhecer que os vizinhos trabalhavam com orgânicos motivou-a a buscar conhecimentos sobre como realizar esse mesmo processo. No caso do Flávio, observar o trabalho da família Schiavon trouxe concretude para o sonho da produção de pêssego orgânico. Ademais o reconhecimento do trabalho e dedicação de Maria Helena e Djanira, e a percepção sobre a falta de apoio municipal, foram referências que o impulsionaram a contribuir na formação da OCS Renascer. No que diz respeito a essa admiração do trabalho dos colegas, podemos perceber que uma mudança de vida, como a transição agroecológica, pode ser influenciada e gerar aprendizagens entre a comunidade, a

partir da observação e valorização do processo de outras pessoas em um mesmo contexto socioambiental. Esse sentimento parece criar um contexto de possibilidade concreta para iniciar o processo transição.

Diante disso, acionamos o conceito de comunidades aprendentes de Brandão (2005b) a fim de compreender esse processo de transição, que é intrínseco a cada pessoa, e, ao mesmo tempo, compartilhado pelos demais grupos de uma mesma comunidade, inseridos no mesmo contexto socioambiental e com histórias de vida semelhantes. Nessa identificação de princípios e modos de vida, a transição se constrói como um movimento comunitário em busca de um novo modo de agricultura. Sonhos e desejos pessoais são fortalecidos pelo senso de coletivo em busca de mudança em um mesmo ambiente, além de representar um processo de aprendizado compartilhado.

Ainda no que diz respeito a comunidade fomentando o processo de transição, vale destacar que, na experiência de Sidinei, foi a presença do Sítio Amoreza na localidade e sua demanda por produtos orgânicos que o estimularam a investir mais nesse tipo de produção. Além disso, ele declara que o valor agregado aos produtos também serviu de estímulo. Outros (as) colegas do grupo apontaram que a busca por certificação esteve ligada a valorização (simbólica e monetária) do produto, especialmente junto aos mercados institucionais. Em relação a isso, é importante mencionar que o retorno monetário pode servir como estímulo para ingressar no processo de transição, assim como garante uma renda necessária para permanência no campo.

A relação com a indústria (destacado em lilás) foi um elemento propulsor para iniciar a conversão da agricultura convencional para orgânica para as famílias de Djanira e Márcio (produção de frango de corte integrado à Cosulati), Sidinei e Cleunice (produção de fumo integrado à Diamond) e Flávio e Ieda (produção de pêssago para agroindústrias locais sem contrato). Em todos os casos foi apontado a desvalorização monetária dos produtos entregues, bem como o acúmulo de dívidas devido as adequações exigidas pelas empresas. Esse formato de agricultura integrada à indústria, como relatado no item 2.1, é característica da história do desenvolvimento agrário da região. Os relatos das famílias demonstram como essa forma de produção persiste na vida de agricultores (as), retirando sua autonomia produtiva, acumulando dívidas e levando a diminuição ou abandono da produção para autoconsumo (ALTIERI, 2010). Vale destacar que nessa relação de dependência com a indústria, a

família de Djanira e Márcio foram diretamente impactadas pelo fechamento abrupto da Cosulati.

As motivações destacadas em tons de laranja se referem a situações relacionadas ao agrotóxico, seja por intoxicação no trabalho dentro da própria propriedade, no caso de Sidinei, ou trabalhando como empregado em uma propriedade convencional, no caso de Joaquim. Além disso, a percepção da contradição em utilizar agrotóxicos em produtos que serão comercializados para o consumo de outra pessoa, demonstra uma reflexão sobre a prática, além de uma relação de cuidado com as pessoas que estão na ponta do processo da agricultura, os (as) consumidores (as).

A prática do cultivo convencional para venda e o cultivo sem agrotóxicos para autoconsumo parece comum na agricultura familiar, de acordo com o relato de Djanira. No entanto, essa reflexão apontada por ela e Flávio expressa a compreensão do seu papel social enquanto agricultores (as), pois não realizam a fabricação de um produto, mas sim a produção de alimentos que irão nutrir outras pessoas. A questão da alimentação saudável permeou muitas das histórias e parece ressignificar o seu papel enquanto agricultores (as). Há uma geração de sentido para o trabalho e de responsabilidade com a forma de produção e com quem irá consumir os alimentos.

Destacamos também a experiência de Maria das Dores que, ao realizar o curso de agrofloresta, pode se aproximar de conhecimentos e vivências indígenas, visitando propriedades e conhecendo agricultores (as) com anos de experiência em agroecologia. É possível perceber uma semelhança entre essa experiência e a de Flávio (na visita a produção orgânica de pêssego da família Schiavon), onde ela pode visualizar uma experiência concreta de trabalho com agrofloresta. Dessa forma, além da admiração pelos saberes indígenas e pelo trabalho com agrofloresta vivenciados durante o curso, os exemplos concretos serviram de inspiração para que os reproduzisse em sua propriedade.

### **3.1.2 A rede de transição para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo**

Além dessas motivações pessoais, ao compararmos as histórias de vida das famílias é possível identificar alguns elementos e processos que contribuem para a permanência na transição para agricultura de base agroecológica. No quadro 4

sintetizamos esses pontos em comuns a fim de compreender como o contexto socioambiental da comunidade contribui para o processo individual e coletivo de transição.

Quadro 4 - Elementos e processos de transição para agricultura de base agroecológica indicados nas histórias de vidas das famílias da OCS Renascer.

	<b>Maria das Dores e Elton</b>	<b>Maria Helena e Aliomar</b>	<b>Djanira e Márcio</b>	<b>Leonor e Joaquim</b>	<b>Sidinei e Cleunice</b>	<b>Flávio e Ieda</b>
le m e n t o s e p r o c e s s o s d e t r a n s i ç ã o	Participação social/comunitária (Bem da Terra, Sítio Amoreza e grupos orgânicos)	Participação social/comunitária (Feiras municipais, Bem da Terra, Sítio Amoreza e grupos orgânicos)	Participação social/comunitária (Feiras municipais, Bem da Terra, Sítio Amoreza e grupos orgânicos)	Participação social/comunitária (MPA, Bem da Terra, Cáritas e grupos orgânicos)	Participação social/comunitária (Feiras, Bem da Terra e grupos orgânicos)	Participação social/comunitária (MPA, Coopamor)
	Cursos, eventos e formações	Cursos, eventos e formações	Cursos, eventos e formações	Cursos, eventos e formações	Certificação	Participação política (militância e SMDRT)
	Incentivo e mediação da Emater-RS (inst.)	Incentivo e Mediação da Emater-RS (inst.)	Incentivo e Mediação da Emater-RS (inst.)			Certificação
			Certificação			
	OCS Renascer	OCS Renascer	OCS Renascer	OCS Renascer	OCS Renascer	OCS Renascer

Fonte: Elaborado pela autora.

A participação social e comunitária se refere ao ingresso em grupos, associações e cooperativas que reúnem pessoas com interesses comum, reforçando não somente os processos de transição agroecológica em si, mas contribuem para a construção de uma identidade coletiva e uma forma de movimento orgânico e agroecológico na região. Outra forma de participação comunitária foi através de canais de comercialização, seja por meio das feiras municipais (Djanira, Maria Helena e Sidinei), ou em redes de economia solidária como o Bem da Terra e o Orgânico Solidário, demonstrando que o processo de transição para agricultura de base

agroecológica não se resume a substituição de práticas, mas propõe uma nova cadeia produtiva incluindo produção, transporte e comercialização.

Vale destacar que o projeto de Bem da Terra foi elaborado em parceria com as universidades, em seus núcleos de extensão e economia solidária, o que demonstra que as instituições de ensino superior podem contribuir no processo de transição, no sentido de mediar a construção dessa nova cadeia produtiva. Outro ponto relevante é a presença do Sítio Amoreza nas histórias de vida das famílias residentes no Afonso Pena. No Sítio Amoreza a proposta de turismo com base nos preceitos considerados agroecológicos estimulou que a comunidade local pudesse se inserir nesse meio. Dessa forma o Sítio vem oportunizando emprego, a compra dos produtos orgânicos e um espaço de venda, bem como representa um elemento da comunidade que contribui para a permanência desses (as) agricultores (as) no processo de transição.

No caso de Leonor, Joaquim e Flávio a participação no movimento social MPA contribuiu para formação de pensamento crítico e valores relacionados a agroecologia, como o papel social dos (as) pequenos (as) agricultores (as), fortalecendo o processo de transição e emergência de um movimento agroecológico e orgânico na região. No caso do Flávio, a sua participação política junto a SMDRT proporcionou continuidade ao seu processo de transição para produção orgânica de pêssego, além de oportunizar a criação de meios de valorização dos (as) agricultores (as) orgânicos como a própria OCS Renascer.

A busca por conhecimento relacionado a agroecologia e agricultura orgânica demonstra a percepção de necessidade de um aprofundamento técnico e teórico sobre os temas, buscando qualificar e aprimorar as práticas necessárias no processo de transição. É importante destacar que entre as agricultoras residentes no Afonso Pena (Maria das Dores, Maria Helena e Djanira) a busca por conhecimento teve incentivo e mediação direta da Emater-RS através, principalmente, através da atuação de Adriane. Em suas falas foi possível perceber que há uma conexão de amizade entre elas que promove um apoio mútuo, sentimento essencial para fortalecer a permanência no processo de transição. A participação em cursos, eventos e formações presenciais além de promover espaços para troca de experiência e conhecimentos, contribui para a socialização (como foi citado por Djanira) e desenvolvimento de habilidades como falar em público, oportunizando conhecer novas pessoas, participar de coletivos e construir pautas de interesse comum.

No caso de Leonor e Joaquim, a sua experiência prévia de participação em movimentos e grupos agroecológicos parece promover uma certa relação de autonomia na busca por cursos, realizando a maioria de forma virtual, sendo que muitos deles foram promovidos pela Embrapa. A internet é uma ferramenta de busca bastante utilizada entre eles (ex. Flávio), assim como, a troca de experiência com outros (as) agricultores (as), técnicos de agropecuárias e da Emater-RS. Essas trocas informais são uma prática comum de construção de saberes entre a população rural e, conforme citado por Sidinei, Flávio e Márcio, desencadeiam processos de experimentação e aprendizagem pela prática. A exemplo de Flávio ao utilizar um produto sugerido pelo técnico da agropecuária, a fim de tirar as próprias conclusões sobre seus efeitos no contexto da sua propriedade.

A busca pela certificação foi uma necessidade oriunda do próprio processo de transição. Segundo Djanira essa necessidade surgiu da sua experiência de comercialização nas feiras, onde percebeu que um documento poderia gerar maior confiança para os consumidores e ainda oficializar o seu compromisso ético com a agricultura orgânica. Para Sidinei, a necessidade de certificação surge a partir da proposta de acreditação interna do Bem da Terra. Ele conta que se sentia limitado por uma certificação que valesse somente dentro da Rede Bem da Terra, portanto buscou outros meios para garantir a certificação orgânica da sua produção que pudesse ser utilizada em qualquer canal de comercialização. Flávio relatou que a certificação orgânica garante uma valorização ampla, seja monetária ou simbólica, reconhecendo as pessoas dedicadas agricultura orgânica, seu trabalho e a qualidade dos produtos.

Destacamos também a criação da OCS Renascer como parte dos processos de transição para agricultura de base agroecológica. Através do grupo todos (as) os (as) membros (as) puderam alcançar a certificação orgânica a partir do controle social, que, ao longo do tempo, pode promover a construção de confiança, trocas de saberes e apoio para o crescimento individual e coletivo. O processo de transição é considerado multidimensional e contínuo e a OCS não determina o ponto final dele em si, somente mais um passo rumo a um modelo de agricultura com base nos princípios agroecológicos, que promova uma alimentação considerada saudável, novos circuitos curtos de comercialização, a preservação e cuidado ambiental e a possibilidade de permanência no campo com qualidade de vida.

A partir dessa síntese podemos observar uma comunidade aprendente que é possível de remeter a uma espécie de rede sociotécnica, conceito abordado em



estudos anteriores no campo do Desenvolvimento rural e Antropologia<sup>52</sup>, que contribui para o ingresso e permanência das famílias no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Nessa rede observamos as conexões sociais na participação em associações, grupos e redes de comércio solidário, que oportunizam a construção de objetivos comuns, por exemplo, um canal de comercialização.

A exemplo da rede Bem da Terra, percebemos como as universidades podem contribuir na mediação da comercialização e como mais um ator social nesse processo de aprendizagem para agroecologia. Nos movimentos em busca de conhecimento, as famílias receberam apoio e incentivo da equipe da Emater-RS, o que representa a importância da política de assistência técnica e extensão rural para fomentar iniciativas de agricultores (as) no processo de construção de uma agricultura alternativa ao modelo do agronegócio. Destaca-se também a influência de elementos comunitários, como o Sítio Amoreza, estimulando o processo de transição das famílias pela geração de emprego e oportunidades de comercialização.

Essa integração entre pessoas de um mesmo contexto socioambiental que compartilham saberes, experiências e anseios comuns, tendo como pauta a construção de uma forma alternativa de agricultura, pode ser compreendida como uma comunidade aprendente que exercem práticas de educação ambiental crítica. Essa comunidade aprendente envolve pessoas que, em suas relações sociais, constroem saberes comuns, com base na reflexão crítica sobre as questões socioambientais locais, buscando construir estratégias coletivas de enfrentamento, integrando os saberes populares e científicos (BRANDÃO, 2005b).

Nesse contexto, é possível o desenvolvimento de uma identidade coletiva, como um movimento em prol da agricultura de base agroecológica, onde os (as) participantes além de se sentirem parte do grupo, sentem-se pertencentes e responsáveis pelos seus ambientes. Diante disso, compreendemos que essa rede de transição possui pessoas e instituições preocupadas com os impactos socioambientais do modelo hegemônico de agricultura e buscam construir alternativas que garantam alimentação saudável, a saúde dos (as) agricultores (as), consumidores

---

<sup>52</sup> O termo “rede sociotécnica” tem sido utilizada em pesquisas com base na teoria Ator-Rede como referência ao trabalho de Bruno Latour (2005), e se refere a um conjunto de atores sociais que incluem pessoas, instituições e não humanos, que se interrelacionam em uma questão social comum (no nosso caso o processo e transição agroecológico). Considerando o escopo da nossa pesquisa não iremos explorar esse conceito, mas consideramos importante sinalizar a possibilidade de compreender essa realidade com o uso desse conceito, considerando também que já foi utilizado na região de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul nas dissertações de Pinheiro (2010) e Cruz (2015).

e da natureza, assim como garantir a qualidade de vida e a permanência no campo das famílias agricultoras.

Nessa parte do capítulo nos propomos a olhar de forma integrada para os aspectos das histórias de vida das famílias da OCS Renascer, destacando suas motivações para o ingresso no processo de transição para agricultura de base agroecológica, assim como a rede sociotécnica que se expressa nas pessoas e instituições que vem contribuindo para a permanência nesse processo.

Quanto as motivações, destacamos a relação de pertencimento ao lugar, a identificação da agricultura como modo de vida e a influência dos saberes tradicionais nas práticas cotidianas e na constituição de um saber ambiental (LEFF, 2015). Também destacamos a admiração e identificação com o trabalho de colegas e vizinhos que trouxeram concretude para a possibilidade de uma agricultura alternativa, socialmente construída em um processo de aprendizado coletivo, caracterizando uma comunidade aprendente (BRANDÃO, 2005b). Ademais a experiência com a agricultura convencional e intoxicação pelo uso de agrotóxicos foram propulsores do processo de conversão para agricultura orgânica, assim como a reflexão sobre a prática de venda de produtos com agrotóxicos parece expressar um senso de responsabilidade com os (as) consumidores (as) e uma noção do papel social dos (as) agricultores (as) atrelado a alimentação saudável.

Compreendemos que essas motivações nos remetem as discussões em educação ambiental crítica, a exemplo da relação de responsabilidade e cuidado com o ambiente e seus recursos (CARVALHO, 2012). Da mesma forma, os processos de reflexão crítica sobre as práticas, a exemplo do uso de agrotóxicos na produção de alimento, ressignifica o papel de agricultores (as) e a compreensão da sua responsabilidade e contribuição para a sociedade através da alimentação saudável dos (as) consumidores (GUIMARÃES, 2004).

Percebemos que, além do desejo individual, o processo de transição que estão vivenciando ocorre em rede, conta com apoio de instituições como universidades na mediação de redes de comércio solidário, o apoio e incentivo da Emater-RS na busca por formações e participação em eventos, assim como assessoria para manutenção dos documentos legais da OCS. A comunidade local também participa desse processo, a exemplo do Sítio Amoreza que representa um elo de fortalecimento para transição, garantindo a compra e a venda dos produtos de parte das famílias do grupo. A participação das famílias em grupos, associações e redes de comércio virtual

também compõem essa rede de suporte, onde há trocas de conhecimentos e fortalecimento dos processos produtivos e de comercialização, contribuindo para a formação de um movimento orgânico e agroecológico na região.

A constituição dessa rede de transição para agricultura de base agroecológica representa um processo relacionado aos temas e debates em educação ambiental crítica no qual pessoas e instituições compartilham ideais e promovem processos participativos de exercício da cidadania (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Essa rede, compreendida também como comunidade aprendente (BRANDÃO, 2005b), compartilha saberes e constroem alternativas de vida consideradas saudáveis, tanto para as famílias agricultoras quanto para os (as) consumidores (as), orientados pela valorização da agricultura familiar de base agroecológica, cuidados ambientais e qualidade de vida.

### **3.2 As aprendizagens e sentidos atribuídos às práticas cotidianas dos (as) agricultores (as) no processo de transição**

O processo de transição para agricultura de base agroecológica envolve os valores individuais e coletivos que vem orientando esse processo de mudança entre as famílias da OCS Renascer em Morro Redondo. Nessa perspectiva, analisaremos também os sentidos de agroecologia e agricultura orgânica expressos nas falas dos (as) participantes, bem como suas percepções sobre a relação com o ambiente onde residem.

#### **3.2.1 Princípios e valores: sentidos atribuídos pelas famílias a suas práticas cotidianas**

Um tema recorrente nas falas dos (as) membros (as) da OCS é a alimentação saudável que, juntamente da saúde familiar, do consumidor e do ambiente, representa um valor que orienta o processo de transição. A fala de Maria das Dores exemplifica essa afirmação,

Foi uma decisão de cada um trabalhar numa área limpa e justa, né?! Onde trabalhamos com o meio ambiente, com a saúde, saúde mental, saúde da nossa família. Porque trabalhar com orgânico em primeiro lugar é amar-se e amar ao próximo também. Porque antes de nós vendermos alguma coisa pra fora, nós pensamos o melhor pra nossa família. (Maria das Dores).

Nessa fala identificamos também a importância da produção para autoconsumo praticada pelas famílias, prática comum até mesmo entre aquelas que trabalhavam com agricultura convencional. Podemos interpretar que um dos principais movimentos que dão início ao processo de transição é a agricultura de subsistência orientada pelo cuidado em relação a alimentação saudável da família.

Segundo Nascimento et al. (2019, p. 302) a produção de alimento de forma agroecológica é uma opção de vida dos (as) agricultores familiares, onde não há “prejuízos ao ambiente e à saúde, tanto na esfera da produção, quanto do consumo”. Segundo os autores, a produção de alimentos saudáveis retrata a compreensão do compromisso social desses (as) agricultores (as) e é conduzida como se fosse para autoconsumo.

Para Maria Helena, a produção de autoconsumo continua sendo prioridade mesmo diante da demanda por comercialização da produção. Segundo ela “tem uma coisa, vamos supor, que é meio pouco, a gente primeiro a casa. Depois o que sobra que a gente vende. Porque depois tu vais comprar é tudo puro veneno, né?!”. Maria das Dores reforça a importância da produção de autoconsumo para segurança alimentar da família quando diz “se o sistema der pane eu tenho comida”, indicando uma ideia de autonomia alimentar no trabalho com agricultura de base agroecológica.

Nesse sentido, Grisa (2010) destaca a importância do autoconsumo como estratégia de reprodução social, cuja diversificação da produção contribui para estabilidade econômica das famílias, além de garantir a segurança alimentar, como mencionado por Maria das Dores. Djanira expande sua preocupação com alimentação saudável quando menciona que faz questão de participar do PNAE devido à alimentação das crianças nas escolas. Essa compreensão de contribuição através da participação no PNAE também foi identificada por Nascimento et al. (2019), ressaltando que agricultores familiares agroecológicos reconhecem a importância de fornecer alimento saudável às crianças como forma de combater o consumo de alimentos ultra processados.

A ética e honestidade são valores reforçados pelo grupo como orientadores do trabalho no processo de transição para agricultura de base agroecológica. O sentido da ética mencionada pelas famílias está ligado a um entendimento deles(as) sobre o que é honestidade relativa a ofertar um produto orgânico somente se a sua produção tenha seguido os princípios da agricultura orgânica, alinhando seus valores com a prática, sem pretensão de “enganar” o consumidor para garantir o lucro. A ética foi

citada como primordial na relação com o consumidor, ligada a preocupação com a alimentação saudável e como forma de exercício de cidadania, onde cada um deve fazer a sua parte contribuindo para a sociedade. O grupo reforça a importância de agir de forma ética para garantir o reconhecimento do trabalho pela comunidade e estabelecer uma relação de confiança com os (as) consumidores (as).

A respeito da identidade, os sujeitos se autodenominam “agricultor orgânico”, “o pequeno” ou “pequeno produtor” e “colono” ou “agricultor familiar”<sup>53</sup>. Quanto ao primeiro termo, os aspectos relacionados são o vínculo e certificação a partir da OCS Renascer, o não uso de adubos químicos e agrotóxicos e a adoção de princípios e práticas agroecológicas. As características relacionadas aos demais termos foram baixa renda, propriedades pequenas (até 10 hectares) e agricultura de base familiar (mão de obra e gestão da propriedade).

Esses atributos são reconhecidos como parte da história e do cotidiano das famílias. Segundo Sidinei “já se passou por muita coisa, e com pouco dinheiro e trabalhando bastante e ganhando pouco”, ele relata que apesar dessa situação, tem orgulho em ter adquirido sua propriedade que representa também uma segurança para as famílias. Nessa perspectiva, Djanira relata a dificuldade em “ser pequeno e ser honesto”, já que sem poder aquisitivo para investimento eles “lutem, batalham, trabalham a vida inteira e não evoluem, continuam na mesma situação financeira”.

Pode-se perceber que o reconhecimento da história de vida, do enfrentamento das dificuldades, da situação precária em relação a renda são elementos que reúnem os (as) membros da OCS, a partir dos quais se identificam e dão um significado para os termos “pequeno agricultor”, agricultor familiar”, e “colono”. Ademais é possível perceber alguns elementos que compõem a identidade das famílias da OCS, conforme apontado por Wanderley (2003), como o pacto social entre agricultores (as) e consumidores (as), exemplificado pelo princípio da ética, e a integração entre saber tradicionais e adquiridos, expresso na ideia de aprendizagem contínua, como a

---

<sup>53</sup> Alguns membros se identificam como negro e quilombolas, apontando que percebem o racismo velado em Morro Redondo. Houveram relatos sobre a percepção de um olhar diferenciado no supermercado, por exemplo, “como se tu fosse um mostro, um bicho papão, ou se tu fosse roubar, sei lá, sabe? Tem muito ainda. É o racismo velado” (Leonor). Houve também a percepção de preconceito ao participar de feiras. Reconhecemos a importância da discussão racial para compreender a realidade das famílias, e como isso pode influenciar o processo de transição analisado na pesquisa, porém optamos por não aprofundar esse debate na discussão dos resultados desse trabalho.

reelaboração das práticas de produção de acordo com o ambiente, característico da agricultura de base agroecológica.

Outro aspecto relacionado a identidade de pequenos(as) agricultores(as) familiares, segundo Wanderley (2003), é a relativa capacidade de adaptar-se as políticas do Estado na luta por uma agricultura alternativa, representado pela organização da própria OCS como forma de garantir a certificação orgânica a partir da legislação brasileira. Ainda que possam ocorrer a adoção de novos hábitos, como os registros escritos e manutenção de documento requeridos pela legislação, enquadrar-se na legislação, em alguns casos, pode contribuir para geração de renda necessária para a manter seus modos de vida e a própria permanência no campo.

Com relação a OCS os (as) membros (as) mencionaram diversas vezes que esta representa uma conquista e a realização de um sonho. Em suas falas o grupo demonstra a necessidade de reconhecimento e valorização do seu trabalho, o que foi um dos motivos para criação da OCS Renascer. Ademais, a busca pela certificação orgânica garantiu um valor agregado aos produtos e fortalece a relação de confiança com os (as) consumidores (as). Segundo Maria das Dores,

[...] sentimos essa necessidade até de ter um dinheiro mais lucrativo [...] é uma história assim de os pequenos proprietários, pequenos agricultores terem essa conquista com a OCS, é um orgulho. Nós nos orgulhamos de hoje fazer parte de toda essa construção. (Maria das Dores).

Segundo o grupo, a conquista da OCS não teve um grande reconhecimento na comunidade de Morro Redondo, nem pelo poder público municipal. Foi apontado que no município se faz necessário um processo de educação para a importância do alimento orgânico. A partir da experiência em feiras presenciais, foi mencionado que há uma certa desconfiança se o produto é realmente orgânico, por isso o grupo compreende a certificação como uma forma de garantia da qualidade orgânica ao consumidor. Segundo Sidinei “a gente não consegue dizer que é orgânico, né, porque as pessoas às vezes não acreditam, então a gente tem que correr atrás de um documento pra provar [...]”.

Essa desconfiança juntamente da precariedade do trabalho, falta de recursos, implementos e apoio municipal, também representam uma desvalorização do trabalho das famílias. Alguns (as) membros (a) apontam que o reconhecimento buscado depende da apresentação formal da OCS Renascer perante a comunidade, processo

ainda em construção. Enquanto grupo, os (as) integrantes acreditam que o seu trabalho, e a própria OCS, pode servir de inspiração para outros (as) agricultores (as).

A partir da OCS o grupo reconhece que estão em uma posição de protagonismo, visto que a sua formação foi um projeto “de baixo para cima”, com a participação direta dos (as) agricultores (as) no processo de tomada de decisão. Ainda que o trabalho da OCS seja condicionado pela legislação da produção orgânica, as famílias organizam e planejam o trabalho em suas propriedades de forma autônoma.

O sentimento de protagonismo foi mencionado em relação a certificação orgânica que, até então, dependia de processos internos de acreditação em determinados grupos agroecológicos. Com a certificação legal, eles percebem que podem construir seus próprios canais de comercialização direta. Segundo Márcio “aqui na OCS nós somos protagonistas, né?! Nenhuma instituição ia conseguir levar crédito por nós”.

A luta por espaços e participação nas tomadas de decisões constitui uma prática da educação ambiental crítica, tendo em vista a sua finalidade de emancipação dos sujeitos e coletivos, a busca por valorização e reconhecimento e o protagonismo das famílias na organização da OCS Renascer (CARVALHO, 2012). Em suas falas há uma ênfase na busca de autonomia com relação a comercialização e dependência de atravessadores (que ainda é uma realidade para a maioria das famílias). Segundo Maria das Dores “ficar dependendo de atravessadores não dá para pôr o valor do orgânico, o sistema me obriga a baixar o preço para vender o produto”. Djanira destaca também que a certificação a partir da OCS garante a qualidade orgânica para cada unidade de produção e assim ela vê como uma oportunidade de autonomia para criar também meios de comercialização individual e independente.

Maria das Dores reforça o sentimento de autonomia criado a partir da OCS, ressaltando que todo esse processo é permeado por aprendizagens,

[...] a gente está caminhando com as nossas pernas, isso é tão independente, é complicado porque a gente sai do comodismo, [...] esse trabalho com a OCS, com essa organização, é um trabalho de independência, nós estávamos aqui na reunião passada falando em fazer feira lá não sei aonde, aonde os agricultores eles sentavam pra se decidir isso? [...] Mas quando a gente começa a aprender e a caminhar com as nossas pernas a gente tem a liberdade pra isso, então a gente só tem que ter coragem, e tem que alavancar e aprender, porque tudo isso é um sistema de aprendizagem até o fim. (Maria das Dores).

Segundo Santos e Chalub-Martins (2012, p.473), essa mobilização coletiva, desenvolvida a partir da agricultura orgânica, pode promover a "emancipação social

de pequenos agricultores familiares", tendo em vista a autogestão participativa e a horizontalidade nas tomadas de decisões. O desenvolvimento coletivo também é um princípio do grupo, segundo Maria das Dores "todos avançam ao mesmo tempo, não é só uma pessoa". Em algumas reuniões foi mencionado a importância de respeitar o tempo do grupo de constituição do grupo, atentando para a sua trajetória e auxiliando quem tem dificuldade para que o crescimento seja coletivo. O diálogo abaixo ilustra essa percepção,

Adriane: Não, mas não tem problema em atrasar, não é atrasar, sabe Zelo. Nós todos temos que andar juntos. Tu não está atrasando ninguém, todo mundo vai caminhando. [...] assim ó, somos um grupo, tá?! Sempre que um ficar pra trás todo mundo vai junto.

Leonor: Zelo, ninguém vai avançar enquanto todos não estiverem no mesmo padrão.

Adriane: Pra ser grupo tem que ser assim, se não, não é.

Uma prática comum nas reuniões da OCS Renascer era reforçar os valores que orientam o grupo e expressar a forma como esperavam que as relações interpessoais fossem conduzidas. O primeiro exemplo é o princípio da transparência e honestidade, uma das bases do funcionamento da OCS, a fim de que conheçam e construam confiança no trabalho um do outro. A identificação entre os (as) membros (as) devido as histórias de vida e realidades semelhantes, assim como a admiração pelo trabalho do (a) colega são elementos que contribuem para construção de laços de parceria e amizade entre o grupo.

Os princípios legais da rastreabilidade e do controle social para garantia da qualidade orgânica dependem da transparência e honestidade nos processos dentro da propriedade e do grupo. A vista disso, a ética de cada integrante é mencionado como um ponto chave, que garante a confiança entre os membros (as) para que possam afirmar, enquanto grupo, que o trabalho de cada um condiz com os princípios coletivos. A extensionista reforça esses princípios durante a reunião, "transparência e confiança, [...] tu ser honesto contigo, com o consumidor e com o grupo [...] a nossa fortaleza é a ética e a honestidade [...] trabalhar no que é melhor para nós, para a terra e o consumidor" (Adriane).

Outro princípio que é a base de funcionamento do grupo é o diálogo. Em diversos momento nas reuniões foi mencionado a importância do diálogo sincero que fortalece o grupo. Caso exista um mal entendido ele deve ser expresso nas reuniões para que haja clareza nas interações. Segundo a extensionista,



O que tiver que dizer, que diz respeito a OCS, é aqui que tem que ser falado. Porque é aqui que a gente tem que arrumar os problemas. Não adianta depois sair por aí porque isso só vai nos atrapalhar, nos prejudicar e nos enfraquecer. [...] E pra chegar nesse ponto da gente se olhar e se entender, a gente tem que falar, até chegar lá a gente vai ter que falar muito, às vezes vai falar coisa que não é legal, às vezes vai falar coisa que vai chatear, mas às vezes é aquela coisa que também vai levantar, levantar o outro, vai levantar o grupo, né? (Adriane).

Esse diálogo inclui também saber ouvir a opinião do outro e acolher a decisão do grupo. Quando o grupo se dispõe a abordar assuntos relacionados a relações interpessoais, promovem um exercício de reflexão coletiva sobre o que desejam para as dinâmicas internas da OCS. A escuta atenta e empática e a reflexão sobre a prática constituem a dialogicidade das dinâmicas do grupo. Freire (2013a) explica que o diálogo pode ser construído em relações horizontais de confiança, onde há criticidade e abertura para saber mais na busca pela compreensão da realidade e emancipação dos sujeitos envolvidos.

Durante as reuniões, o grupo discutiu aspectos das relações interpessoais, como a atitude de criação de expectativas sobre as pessoas e quanto isso prejudica as relações, sejam familiares, em grupos com a OCS ou na comunidade em geral. Outra questão discutida foi a postura de evitar conflito, seja com vizinhos, atravessadores, dentro da OCS ou com outros grupos orgânicos, porque compreendem que necessitarão dessas relações no futuro. Em uma das reuniões foi discutida a importância da cultura da paz no enfrentamento de conflitos, bem como, a importância de fortalecer as relações humanas.

A partir dessas reflexões percebemos como o processo de transição é sustentado por valores comuns entre as famílias, seja em relação ao reconhecimento da sua contribuição para alimentação saudável (sustentada pela valorização da prática de autoconsumo e cuidado familiar), a questão ética na relação com consumidores e na busca por valorização do seu trabalho. Enquanto coletivo há uma identificação entre os membros, a partir das histórias de vida e dificuldades cotidianas comuns, e o reconhecimento que, a partir de uma adaptação a uma política pública de certificação orgânica, puderam construir um sonho coletivo, a OCS Renascer, no qual são protagonistas na luta pela sua autonomia. Em relação as dinâmicas do grupo, percebe-se que, através de um processo dialógico, podem expor como desejam conduzir suas relações interpessoais, criando valores para o grupo e construindo estratégias para conquistas coletivas.

Ainda em relação a subjetividade das famílias participantes, no próximo item iremos explorar os significados atribuídos a agricultura orgânica e agroecologia que fazem parte das suas práticas cotidianas.

### **3.2.2 Sentidos da agricultura de base agroecológica e relações ambientais: percepções sobre a prática e o ambiente**

Ao longo do trabalho mencionamos a opção pelo uso do termo “agricultura de base agroecológica” como uma tentativa de incluir tanto a agroecologia quanto a agricultura orgânica, a partir da qual o grupo se organiza devido a OCS ser um instrumento da legislação. No entanto, a maioria das famílias realizou formações e participou de redes de comércio solidários pautados pela agroecologia. Compreendemos assim que o processo de transição para agricultura de base agroecológica é permeado por ambas as formas de compreender a agricultura, que não precisam ser interpretadas de forma polarizada (ABREU et al., 2012).

Maria das Dores, Leonor e Joaquim são integrantes que utilizam o termo agroecologia quando se refere as suas práticas e saberes. Maria das Dores teve seu processo de transição iniciado a partir do curso e construção da agrofloresta, portanto a agroecologia representa um saber adquirido a partir de formação. Leonor e Joaquim trazem a agroecologia como saberes tradicionais, como a influência do ciclo da lunar nas diferentes fases do processo produtivo, o conhecimento sobre plantas medicinais e a conservação de sementes crioulas que, segundo Joaquim, é uma prática de “manter a tradição”.

Com relação a agroecologia, Maria das Dores afirma que o tempo acompanha os ciclos da natureza e não o ritmo acelerado da pós-modernidade. Para ela agroecologia requer observação das necessidades do agroecossistema e paciência para que as suas práticas “imitem a natureza”. Em relação a agrofloresta, Maria das Dores observa a autorregulação do sistema para compreender o tempo de produção e o alcance do equilíbrio ambiental e do solo,

Eu gosto de ver a natureza se restaurando porque é assim que a gente imita a natureza, né?! É deixando ela [...] esse aqui é o meu santuário, é onde eu sento aqui e vejo a evolução, parece um observador, né? Que está vendo a evolução de cada árvore, de cada planta. [...] agrofloresta é isso é uma espera paciente [...] tu tem que ter amor quando tu cria as coisas, quando tu planta. (Maria das Dores).

Segundo ela, o reaproveitamento é um princípio do manejo da agrofloresta, (palhada, sementes, cobertura contra o frio), assim como, a manutenção da diversidade de espécies (plantas e insetos) e a busca do equilíbrio<sup>54</sup> que é algo que se alcança ao longo do tempo com observação e tentativas. O princípio do equilíbrio foi mencionado também por outras famílias, especialmente em relação ao equilíbrio do solo (onde há presença de microrganismos e macro e micronutrientes necessários ao desenvolvimento das plantas). Essa compreensão remete a uma ideia do solo como organismo vivo, um saber associado a agricultura de base agroecológica.

O grupo compreende que para trabalhar com agricultura da base agroecológica é necessária uma busca constante de conhecimento para aprimorar seu trabalho, em um processo de aprendizagem contínuo. A aprendizagem também ocorre observando o ambiente, aprendendo a partir da prática, reinventando técnicas a partir da tentativa e erro. Além disso, como mencionado anteriormente, essa forma de agricultura é orientada pela relação de cuidado com a saúde do consumidor e do ambiente.

Esse processo de aprendizado contínuo integra os conhecimentos adquiridos através de formações, saberes construídos a partir da prática e relação com ambiente, assim como, os saberes populares e tradicionais, que constituem um saber ambiental (LEFF, 2015). A construção de um saber ambiental é intrínseca ao processo de transição para agricultura de base agroecológica, orientado por princípios éticos e a busca por formas alternativas de estabelecer a relação sociedade-natureza. O saber ambiental do grupo se constrói no diálogo de saberes e na reflexão crítica sobre a realidade socioambiental em que estão inseridos.

Segundo Flávio, quem está na agroecologia e no orgânico é por gosto, dedicação pela causa, representando uma forma de resistência frente ao modelo agrícola hegemônico. Para ele, esse trabalho representa uma forma de contribuir para um mundo melhor, proporcionando uma “sensação de consciência limpa, porque fiz a minha parte”. Nesse sentido, Abreu et al. (2012) destaca o caráter político e social da agricultura de base agroecológica, como instrumento de emancipação social e promoção de autonomia das famílias agricultoras.

---

<sup>54</sup> Esse equilíbrio referido em sua fala pode ser compreendido como equilíbrio ecológico, onde a diversidade de espécies sustenta um maior número de relações ecológicas que garantem resiliência ao agroecossistema frente as perturbações (GLIESSMAN, 2002). Por exemplo, quanto maior a diversidade de plantas, menor a chance de perda de uma variedade devido a ataques de insetos. A diversidade de plantas possibilita maior presença de organismos que podem atuar como inimigos naturais, controlando as populações de insetos que poderiam estar em status de “praga”.

Em uma das reuniões, a extensionista fez uma breve explicação sobre a diferença entre agricultura orgânica (mais voltada a atender os critérios da legislação) e a agroecologia (ênfase no social, ex. equidade de gênero, relações de trabalho, bem estar animal). Ela explica que o início da agricultura orgânica foi do interesse de grandes empresas em ter um valor agregado (sistema de auditorias). As OPACS e OCS vieram depois pelo interesse de outros setores, como os pequenos agricultores familiares. Ela comenta que existem críticas do movimento agroecológico em relação a agricultura orgânica devido a ênfase nos aspectos produtivos, e ela exemplifica,

Se for provado que no quiabo não tem nada químico, ele é produto orgânico. Agora se lá onde eu estou produzindo eu tenho empregado, eu pago mal meus empregados, eu quase escravizo, isso não importa para agricultura orgânica, tá?! (Adriane).

A extensionista ainda comenta com o grupo que “a gente vai além dessa de só não botar veneno, não usar questão química”. Ela destaca a experiência do Projeto “Bem da Terra” que introduziu a maioria das famílias do grupo a ideia da agroecologia.

O grupo compreende que a agricultura orgânica é um exercício de retomar as “técnicas antigas” comumente utilizadas antes da modernização da agricultura. Algumas famílias utilizam somente o termo agricultura orgânica, porém é possível perceber a influências dos conhecimentos que compõem a base da agroecologia em suas práticas cotidianas e na forma como se relacionam com o ambiente, o que será discutido ao longo deste capítulo.

A partir da orientação pela legislação brasileira de produção orgânica percebe-se uma preocupação constante em relação ao não cumprimento das normas e o medo em receber advertências, multas ou penalidades. Maria Helena expressa que, devido as normas, é muito difícil manter a OCS, e Flávio menciona o receio em usar água de uma sanga para irrigação porque pode estar contaminada. Leonor comenta ainda que, além do não cumprimento da legislação, ainda há o receio de denúncias. Em relação a isso a extensionista comenta que, a parte da legislação, as penalidades foram definidas pelo grupo e constam no estatuto da OCS Renascer.

Para as famílias do grupo OCS Renascer, existe a construção de um saber ambiental a partir da agricultura de base agroecológica, que envolve conhecimentos agroecológicos adquiridos através de cursos e formações, assim como, saberes tradicionais e as aprendizagens que emergem das práticas e interações com o ambiente (LEFF, 2015). Em relação a agricultura orgânica, há ênfase no não uso de

insumos químicos e a retomada de práticas que já existiam antes da modernização da agricultura, além de uma expressão de medo quanto as exigências legais e possíveis punições que existem no processo de controle social.

Em uma das reuniões, foi discutido as diferenças entre agroecologia e agricultura orgânica, enfatizando que a primeira leva em consideração aspectos sociais e ambientais, que podem ser desconsiderados em algumas formas de conduzir agricultura orgânica. No caso da OCS há uma sobreposição entre as duas formas, o que procuramos expressar no uso do termo agricultura de base agroecológica. Para o grupo, trabalhar com essa agricultura constitui um modo de vida e uma forma de contribuir para a sociedade a partir de um processo educativo e de relação com o ambiente, não apenas de trabalho e sustento.

Para além dos sentidos atribuídos a prática da agricultura, foram identificadas percepções dos (as) integrantes sobre si na relação com o ambiente em que vivem. Como mencionado no subcapítulo 3.1, a relação com o ambiente onde estão inseridos envolve a sensibilidade estética ao lugar, incluindo admiração, sensação de bem-estar e espiritualidade, expressas em falas como “Aqui é o nosso paraíso” e “meu canto sagrado”. Maria das Dores relata que “[...] só o barulho da água já é uma meditação maravilhosa, as vezes eu fico só escutando. A natureza ela é sagrada, ela é maravilhosa, o canto do pássaro é maravilhoso, o cheiro de mato é gostoso, o silêncio”. Maria Helena destaca o amor e identificação pelo lugar e seus elementos não-humanos,

Eu amo isso aqui, eu amo esse lugar onde eu moro. [...] Eu sempre gostei dessa liberdade assim. Viver na volta dos bichos, acho que um lado meu de certo é meio bicho assim. Estar na volta dos bichos, plantação, isso é minha vida. [...] A energia que dá das plantas, isso é maravilhoso. (Maria Helena).

Para alguns sujeitos a relação com o ambiente é construída a partir da relação do trabalho com a agricultura, envolvendo observar e participar dos processos de plantio, desenvolvimento e colheita, e identificar-se através da atividade. Segundo Maria das Dores trabalhar com a natureza é um aprendizado constante,

A gente vê que o solo, pra ele se manter em equilíbrio, ele passa por vários processos, até chegar o equilíbrio onde tu possa produzir uma fruta saudável, né? Vai ter que estudar o que está causando, porque é aquilo, é uma observação. Então, a natureza mesmo nos ensina a ter paciência pra poder ter essa observação, pra chegar a uma produção orgânica. Porque não é de um dia pro outro que você tá ‘ah eu tenho um produto orgânico’, mas aí vem o tratamento do solo, vem o tratamento da água, vem o tratamento das suas vertentes, vem todo um trabalho assim de amor e construção. (Maria das Dores).

Em diferentes momentos durante as entrevistas, os (as) agricultores enfatizam a sensação de bem-estar desenvolvida junto ao ambiente, destacando a tranquilidade do lugar em oposição a cidade, a sensação de estar sob a sombra das árvores, e por vezes mencionam o amor pelo lugar, bem como a sensação agradável de observar a paisagem, o nascer do sol e da lua. A fala de Flávio exemplifica essa afirmação,

É igual tu morar no campo, pra fora, na agricultura. Tu tem que querer e gostar do campo. Porque senão tu vai vir aqui e não vai querer morar. E quem é apaixonado por campo, mora, e não é que tu estás com tantas rendas de dinheiro também, não é isso, é porque tu se sente bem. Vê os passarinhos, vê as árvores, te senta na sombra à vontade. Essa energia do bem. E aí tu tem que se sentir nisso. (Flávio).

A sensação de bem-estar e amor pelo ambiente, assim como, a compreensão de pertença a natureza, são percepções elaboradas a partir da experiência de cada pessoa com o ambiente. Essas percepções são constituídas a partir da subjetividade dos indivíduos e tem o corpo como mediador da experiência humana. Carvalho e Steil (2009), em uma proposta antropológica de compreensão da educação ambiental, discutem sobre a corporeidade da experiência humana como fonte de significações, e uma forma de aprendizado contínuo pela forma como habitamos um ambiente e nos educamos a partir das percepções.

A relação com a agricultura e a valorização do ambiente também é herdada junto com os saberes tradicionais e familiares. Na fala de Joaquim, é possível identificar o reconhecimento de interdependência com a natureza “em primeiro lugar respeitar a natureza, que é da natureza que a gente cria, e é da natureza que a gente sobrevive, e é da natureza que traz saúde pra nós”. A iniciativa do turismo rural proporcionou a alguns membros do grupo um olhar diferenciado sobre o seu próprio ambiente, ao perceber o potencial paisagístico das propriedades em atrair visitantes.

A relação de cuidado com o ambiente também foi destacada, a exemplo das falas de Maria das Dores quando comenta que escolheu a agricultura orgânica porque “o local pede cuidado, pede conservação da água, da mata”. A preocupação com as questões ambientais do lugar onde vivem (desmatamento, avanço da soja, contaminação da propriedade, poluição da água) demonstra uma relação associada a noções de “responsabilidade” e “cuidado” com o ambiente compartilhado com outras pessoas. Essas condições influenciam diretamente no trabalho, mas alguns (como a Maria das Dores) expressam essa preocupação para além do impacto na sua produção.

[...] a gente vê vertentes sendo cobertas, a gente vê o avanço da soja cada dia mais, nada contra os produtores de soja, mas está acontecendo isso, todo mundo sabe que está. Está acontecendo eles tampando sanga, eles estão, é uma denúncia? Não é denúncia. É dor, eu sinto falta de respeito pela natureza, porque nós cuidamos dela. (Maria das Dores).

Investigando os sentidos de cuidado na agricultura familiar no interior do Rio Grande do Norte, Silva e Torres (2019) identificaram compreensões semelhantes à das famílias da OCS. Segundo o estudo a compreensão de cuidado esteve ligada ao discernimento do que é bom para si, o ambiente e as pessoas de seu convívio. O cuidado ambiental remete a uma noção de fazer parte e ter responsabilidade sobre o ambiente, assim como, o cuidado foi apontado em relação a alimentação saudável, a saúde de quem produz e quem consome, o que também foram princípios apontados pelo grupo.

Neste subcapítulo buscamos destacar as experiências orientadas por valores e princípios que influenciam as práticas na transição de base agroecológica, como o compromisso social com a alimentação saudável da família e dos(as) consumidores(as). Os valores coletivos que constroem a partir da OCS na construção da autonomia, visando conquistas coletiva e sua emancipação social, são orientações de uma prática de educação ambiental crítica, onde refletem sobre a sua realidade e, em coletivo, vem construindo formas para transformar a sua realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004).

Em relação aos sentidos atribuídos a agricultura de base agroecológica, destacamos a construção do saber ambiental (LEFF, 2015) como intrínseco ao processo de transição onde, através da práxis, as famílias interrelacionam saberes tradicionais, científicos e empíricos. Identificamos também uma continuidade entre a agroecologia e a agricultura orgânica no processo de transição, já que este último não é um movimento linear e sim multidimensional.

Quanto as formas de relação com o ambiente, destacamos as experiências estético-ambientais, de bem-estar e do trabalho na agricultura como modo de vida, a fim de destacar como, a partir dos elementos do lugar e das práticas cotidianas, criamos significações que pode originar percepções de cuidado e responsabilidade com o ambiente. Essas percepções são fruto da reflexão constante sobre as suas condições de vida e representam práticas de educação ambiental crítica, a partir das quais é possível construir novas atitudes e transformar a própria realidade (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

A transição enquanto prática de educação ambiental constitui um processo contínuo de aprendizagem, no qual os indivíduos e os coletivos constroem compreensões sobre o socioambiente, criam princípios que orientam suas práticas cotidianas e os colocam em movimento para construir um modo de viver que expresse suas crenças e valores, na busca da construção da autonomia e transformação da própria realidade.

### **3.3 Processos educativos da OCS Renascer no contexto de transição para agricultura de base agroecológica**

O processo de transição para agricultura de base agroecológica é um processo contínuo de aprendizagens individuais e coletivas. Aprendizagens que ocorrem na relação com o ambiente e durante os encontros do grupo, a partir do diálogo e das dinâmicas das reuniões. Neste subcapítulo falaremos sobre aprendizagem pela prática, visita de pares e o controle social, a leitura e preenchimento de documentos da OCS, assim como, as trocas de experiências e de saberes e, por fim, iremos discutir o papel de educadora ambiental desempenhado pela extensionista que acompanha o grupo.

#### **3.3.1 Aprender pela prática e aprendizagens compartilhadas: as dinâmicas da OCS Renascer**

A aprendizagem pela prática é um processo educativo que ocorre diretamente na relação com o meio ambiente e seus elementos não humanos. Aprender pela tentativa e erro demonstra o engajamento no processo de transição, a fim de descobrir e elaborar as próprias técnicas e estratégias que se adaptam de forma mais apropriada a realidade de cada um (a). Aprender pela prática requer conhecer o ambiente, saber observar os processos da natureza, buscar investigar quais as necessidades do solo, da planta e da própria família.

Márcio é chamado de “o alquimista” do grupo pela sua habilidade de criar caldas, biofertilizantes e repelentes. Para isso ele parte da experiência na produção de supermagro, por exemplo, e relaciona seus conhecimentos sobre a função dos elementos químicos na agricultura, e a função de plantas como repelente natural ou matéria verde. Em uma das reuniões ele realizou a leitura das anotações do seu



caderno de campo sobre a nova mistura que estava testando. Ao final ele salienta ao grupo, “como eu disse eu vou experimentando, não é porque eu fiz que deu certo uma vez que vai dar certo sempre. Se alguém quiser copiar, tem que copiar com cautela.”

Nessa fala Márcio parece compreender que a aprendizagem pela prática, a partir da tentativa, está intrinsecamente ligada ao ambiente onde é desenvolvida. Outro aspecto interessante é o reconhecimento de que aprender pela prática envolve a tentativa e erro. O grupo parece compreender que um suposto equívoco é parte do aprendizado contínuo da agricultura de base agroecológica, pois nenhum saber é universal, os conhecimentos são construídos de forma contextualizada a cada realidade.

A aprendizagem pela prática, segundo Carvalho e Steil (2009) é um processo cognitivo de construção de habilidades através do engajamento no mundo material e simbólico. Carvalho (2009), dialogando com o antropólogo Ingold, explica que esse engajamento requer uma educação da atenção, a fim de observar e criar significados para os processos físico-químicos, biológicos e culturais vivenciados no cotidiano. Nesse sentido, a aprendizagem pela prática vivenciada pelas famílias demonstra a sua capacidade de ler e interagir com o ambiente em que vivem, associando conhecimento adquiridos e a experiência com o ambiente e a agricultura.

Lave (2015) argumenta que aprender demanda movimento em diferentes contextos da vida, onde há engajamento em práticas que envolvem humanos e não humanos. Nesse sentido, podemos realizar uma aproximação do processo de movimento que constitui a transição para agricultura de base agroecológica, permeada pela aprendizagem contínua, mencionada diversas vezes pelos (as) participantes da pesquisa. Dessa forma, é natural que os erros e as perdas façam parte desse aprendizado pela prática, segundo Djanira “é aquela coisa né, não é tudo que dá, nem tudo tão bonito, tem os erros, como a cebola, então isso acontece”. Ela conta ainda que no início do processo de transição eles pensavam em manter uma área específica para plantio de uma mesma cultura, porém “depois com a prática a gente viu que tinha que fazer rotação, cobertura (do solo)”.

As tentativas e as experimentações no cotidiano das práticas de base agroecológica têm como princípio conhecimentos adquiridos, trocas de saberes com outros agricultores ou experiências pessoais prévias, a exemplo do plantio consorciado de alho e cenoura na propriedade de Djanira e Márcio. Djanira explica que a tentativa de colocar as plantas juntas é uma forma de teste, a fim de observar

alguma mudança ou melhoria. A justificativa é que o alho é uma planta repelente de insetos e, antigamente, cultivava-o junto do morango.

O reconhecimento da tentativa e possível “erro” como parte do processo de aprendizagem, além de demonstrar seu engajamento com a prática e o ambiente, revela uma ideia do inacabamento que é intrínseco a experiência humana. Freire (2013b, p. 54) explica que a noção de inacabamento “implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca”. Segundo o autor, essa busca é impulsionada pela curiosidade que, por sua vez, promove a produção de conhecimento. A noção de que se pode saber mais e a curiosidade em descobrir novas formas de se relacionar com o ambiente, parecem ser elementos que constituem o processo cotidiano de aprendizagem contínua intrínseca ao movimento de transição para agricultura de base agroecológica.

Em relação ao conhecimento adquirido, Djanira explica que é preciso estar receptivo a esses novos ensinamentos, ouvir com atenção e transpor esse saber para a sua realidade através de testes, a fim tirar as suas próprias conclusões,

[...] Uma coisa que o Márcio sempre diz também é assim, que muitas vezes não adianta te passarem uma coisa, um conhecimento, se tu não estiver aberto pra receber esse conhecimento. E é isso que a gente vem tentando fazer, as pessoas passam um conhecimento, a gente vai lá testa, grande parte funciona, outras não dão certo. (Djanira).

A fala de Djanira revela a compreensão de que aprender é um processo intencional e reflexivo. Pode-se estar em um curso ou presente em um processo de troca de conhecimentos, mas somente o desejo individual de aprender pode nos levar a saber mais. Essa inferência indica novamente o processo dialógico de educação entre pares (FREIRE, 2013b), onde há humildade para reconhecer que, enquanto seres inacabados, podemos saber mais, ir além do que conhecemos hoje em um constante processo de reflexão crítica sobre a sua realidade.

Ressaltamos que a experiência de aprendizagem pelas práticas junto ao ambiente, se dá através da observação dos processos da natureza, em interação com os elementos não humanos. A percepção da sua aprendizagem através das experimentações, tentativas e erros, e adaptações de saberes adquiridos, revela a percepção de inacabamento e a possibilidade de aprender continuamente. Essa busca por aprendizagem constante para aprimorar suas práticas agrícolas, revela um engajamento com o seu contexto de vida e o ambiente no qual vive e habita, o que constitui uma prática de educação ambiental, que busca compreender o ambiente

onde estão inseridos, construindo formas de transformá-lo de acordo com as suas necessidades e seus princípios.

Em relação as aprendizagens construídas a partir das dinâmicas da OCS Renascer, destacamos a ação de visita de pares, uma das principais etapas do controle social, onde os (as) integrantes da OCS recebem os colegas em suas propriedades, compartilham um pouco da sua história de vida e conduzem uma caminhada onde contam os aspectos relacionados ao manejo da unidade de produção. A presença no ambiente onde podem observar, sentir o gosto dos alimentos, tocar nas plantas, permite uma forma de inserção na realidade do (a) outro (a). Além da caminhada na propriedade, o processo de compartilhar as histórias de vida, conhecer o trabalho e a propriedade uns dos outros promove a identificação e admiração entre os membros do grupo.

Conforme mencionado no subcapítulo 3.1, a admiração pelo trabalho dos colegas serviu de motivação para iniciar o processo de transição de alguns (as) membros (as) e inspirou a formação da própria OCS Renascer. Ainda que as pessoas se conheçam há anos, a visita de pares promove um espaço de troca e reconhecimento único, pois a finalidade desta é observar pessoalmente os processos de cada família. Segundo a extensionista, a visita de pares “é a parte mais rica da OCS”, a essência do controle social, onde se realiza a observação das práticas e é possível apontar incongruências ou pontos a serem melhorados,

Ninguém vai lá pra estragar o trabalho de ninguém, pelo contrário, por isso a gente é um grupo, por isso optamos por trabalhar em grupo porque sabemos que um pode dar força pro outro. [...] porque, de repente, pode ter visto alguma coisinha que tem que corrigir, porque a ideia também é essa, né? Não é só dar amém, é também dizer não. (Adriane).

Ao final da visita é preenchido um questionário padrão das visitas de pares e o grupo emite um parecer final de conformidade orgânica, ou não, de acordo com a legislação brasileira e princípios da OCS. Flávio compreende que o processo da agricultura de base agroecológica é uma constante evolução, portanto há sempre o que melhorar. Segundo ele “[...] todos nós temos sempre que nos adequarmos e melhorar, esse é o processo na minha opinião. [...] dá pra evoluir mais coisa, até porque o processo do orgânico é assim, é estar em constante evolução”.

À vista disso, ainda que não tenham encontrado problemas ou algo considerado não apropriado e que não seja considerado “orgânico” na propriedade visitada, o grupo se dispõe a pensar coletivamente em possibilidades de melhorias.

Esse processo é interessante porque além desse papel “fiscalizador” da visita de pares, indispensável no controle social, o grupo conhece melhor o cotidiano e o trabalho dos colegas, há uma relação de confiança e identificação entre os pares, há espaço para admiração do trabalho dos(as) colegas e para aprender novas técnicas que podem ser incorporadas em suas próprias propriedades.

O controle social pela visita de pares tem a função legal de garantia da qualidade orgânica semelhante ao processo de auditoria. Porém, receber o aval de um grupo de técnicos sobre o produto final e receber o reconhecimento entre pares do processo de constituição da agricultura de base agroecológica são processos distintos, com impactos subjetivos totalmente diferentes.

O controle social estabelece uma responsabilidade coletiva entre agricultores (as), técnicos (as) e consumidores (as). Nos momentos de avaliação da conformidade há espaço para acolhimento, apontamentos de possíveis incongruências acompanhadas de sugestões de melhorias. Há uma construção conjunta, não somente da qualidade orgânica do grupo, mas das práticas cotidianas e da forma como se relacionam com o ambiente. De acordo com Pozzebon, Rambo e Gazolla (2018, p. 407) essa validação social tem como base valores morais entre os atores, colocando “o aparato jurídico em segundo plano”.

Esse reconhecimento entre pessoas que enfrentam realidades semelhantes, que conhecem pessoalmente os desafios da vida de agricultor (a), promove uma valorização simbólica e um reconhecimento de si *em* grupo e *no* grupo, no caso a OCS, que não é incluído na legislação. Vale destacar que o processo de controle social é resultado de um histórico de luta de movimentos sociais e entidades que compreendem a realidade do pequeno agricultor familiar e, portanto, abrange aspectos sociais e ambientais de redes curtas de produção e consumo. Diferentemente dos organismos de conformidade que tem como base critérios internacionais da cadeia industrial de produção e consumo de produtos orgânicos (FONSECA, 2005).

A leitura conjunta para preenchimento de documentos como o plano de manejo e os questionários da CPOrg foi uma prática comum realizada na maioria das reuniões. Esse processo é um exercício que busca garantir a compreensão de todos (as) sobre as informações escritas. Dessa forma há espaço para explicar mais detalhadamente os itens, apontar dúvidas e discutir em grupo a compreensão de cada pergunta a partir da interpretação de texto individual.

Uma reunião em agosto de 2021 foi dedicada a revisão e preenchimento do plano de manejo. No início, foi proposto pela extensionista que cada participante, inclusive eu, lê-se um parágrafo a fim de tornar a leitura mais dinâmica. Essa proposta foi apresentada ao grupo no início da reunião,

Então aqui são as dicas pra produção orgânica. [...] A ideia então que eu proponho é a seguinte, a gente lê essa primeira parte depois quando a gente entrar nas perguntas [...] cada um vai ter a sua realidade, né? [...] Aí a gente vai olhando o que que cada um está fazendo também, o que cada um já preencheu. Quem tem dúvida já vai tirando as dúvidas e quem já preencheu também vai contribuindo com quem ainda não preencheu. Pode ser? (Adriane).

Foi interessante perceber que mesmo com dificuldades de leitura a atividade não pareceu deixar os (as) participantes desconfortáveis, ainda que algumas pessoas não tenham lido, o que, segundo a extensionista, é comum entre os (as) agricultores (as). Assim como a leitura conjunta a prática de preenchimento coletivo do plano de manejo e dos questionários enviados pela CPOrg-RS permearam a grande maioria das reuniões da OCS Renascer em 2021. Segundo a extensionista, essa atividade promove a colaboração entre o grupo “o processo de resposta coletiva que a gente está fazendo aqui é pra gente poder um auxiliar o outro” (Adriane).

Em relação ao plano de manejo, o preenchimento coletivo permitiu o compartilhamento das respostas entre os (as) integrantes. Dessa forma os exemplos de preenchimento facilitaram a elaboração da resposta individual de cada participante. É possível perceber que há uma melhor compreensão do que é necessário preencher em cada item a partir do exemplo de um (a) colega em detrimento da interpretação de texto individual. O diálogo abaixo ilustra essa situação,

Das Dores: É eu entendi errado, quando disse assim ‘roteiro de acesso a propriedade’ eu imaginei vindo de lá do Morro Redondo. Como é que eu vou fazer minha propriedade? Mas agora entendi é só da casa.

Márcio: Não, ali é o mapa da propriedade. [...] O roteiro eu coloquei assim ó ‘oito quilômetros do centro, veio pela estrada do Valdez, entra na estrada do Afonso Pena, depois do trevo seguindo reto sítio Fênix é a primeira propriedade à esquerda’.

Das Dores: Show, vou anotar aqui, está vendo como a gente complica, né?!

Essa atividade coletiva motiva as pessoas a realizarem esse registro escrito que, além de não ser um hábito comum dos (as) agricultores (as), pode se tornar um desafio, especialmente para quem possui dificuldade de interpretação de texto e organização de ideias de forma escrita. Quando alguns colegas demonstraram

dificuldade para se organizar, houve uma cooperação entre os (as) participantes, dispondo-se a seguir o preenchimento colaborativo fora do espaço da reunião.

As questões do plano de manejo, como a situação da propriedade em relação a produção orgânica, promoveram a reflexão sobre as práticas orgânicas, bem como o planejamento da conversão da propriedade. Como exemplo podemos citar as etapas do processo de transição, especialmente em relação a conversão da propriedade convencional para orgânica. Em relação a essas etapas de transição, o documento apresenta algumas classificações como orgânica, não orgânica e em transição, um exemplo de questão de múltipla escolha, onde os (as) agricultores devem enquadrar a sua realidade na divisão proposta.

Esse movimento é importante no sentido de avaliar a realidade e projetar o que se espera alcançar no futuro. Porém, vale destacar que a compreensão de transição que utilizamos nesse trabalho não é a mesma da legislação de orgânicos, que parece se aproximar mais de uma ideia de conversão da propriedade convencional para orgânica do que um processo contínuo de aprendizado e movimento em direção a uma nova forma de fazer agricultura.

O processo de preenchimento coletivo de questionários demanda a mediação da extensionista para que todos possam acompanhar, visto que cada pessoa tem o seu ritmo. Isso requer um tempo de reunião (a maior parte do tempo em que pude acompanhar o grupo foi dedicado a isso) e o desenvolvimento da empatia, para que tenham paciência, compreendam e acolham as particularidades de cada pessoa. Alguns membros demonstraram dificuldade com a grafia das palavras e receberam auxílio por parte da extensionista que as soletrava, conforme ilustrado no diálogo abaixo.

Sidinei: É com dois S aqui? Deve ser.

Adriane: Esse aí é um C e depois dois S.

Sidinei: Ah é um C?

Adriane: Mas pode riscar, não tem problema Sid. (Adriane soletra a palavra 'processo de aprendizagem' para Sidinei escrever) Aí perfeito.

Sidinei: Nós estamos aprendendo a escrever.

Adriane: É isso aí gente tudo é aprendizagem, isso não é bom? Eu fico maravilhada.

Aliomar: É verdade.

A leitura e preenchimento dos documentos e questionários promoveram reflexões e discussões importantes para o grupo, o que reforça a ideia de que, mais importante do que escrever a resposta "correta" é refletir de forma crítica sobre a realidade e os processos, sejam individuais ou coletivos. Segundo a extensionista "se

a gente começar a querer responder rapidinho, eu acho que o que vale é a discussão, né?! Essa conversa.” (Adriane). Como exemplo, podemos citar as discussões a respeito das questões socioambientais que emergiu ao longo do preenchimento desses documentos, como contaminação por agrotóxicos, destino de resíduos, baixa disponibilidade de sementes e mudas orgânicas e avaliação do serviço prestado pela Emater-RS.

Diante dessa percepção, podemos aproximar a função das questões desses documentos com a de temas geradores. De acordo com Freire (2013a) os temas geradores se referem a fatos concretos da relação das pessoas com o ambiente. Esses temas abrangem situações-limites, onde os sujeitos identificam os conflitos e desafios do seu cotidiano. Identificando essas situações, o grupo compartilha seus pontos de vista e como percebem-nas no cotidiano, criando uma discussão problematizadora e crítica sobre a própria realidade, refletindo sobre as possibilidades de superá-las.

A partir desses temas geradores e da elaboração de respostas de forma coletiva, os (as) participantes se colocavam em um processo de autoavaliação, que por sua vez, constitui a reflexão sobre a prática, a práxis. Segundo Freire (2013a, p.127) “práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação”. O exercício da práxis propicia a consciência da realidade e nos coloca em movimento com o mundo do qual, não só fazemos parte, mas o construímos em nossas práticas cotidianas. Maria das Dores reforça ainda que esse exercício de registro viabiliza o autorreconhecimento e a valorização do próprio trabalho. Segundo ela,

É reconhecer, é reflexão, autoconhecer a tua produção, né. Tu auto reconhece todo o trabalho que é feito ali, essa lida, eu não sabia que a gente fazia tanta coisa, tu planejava tanta coisa. Mas é bom que tu acaba reconhecendo o que tu faz, todo o teu trabalho, o que que tu usa, como é que tu faz, as dúvidas, as questões, questionamentos. (Maria das Dores).

Em relação ao formato das perguntas e dos documentos a serem preenchidos, o grupo apontou algumas dificuldades de interpretação que impediram o desenvolvimento individual da atividade, seja pelas palavras utilizadas ou a forma de elaboração das perguntas. Por vezes, devido as dúvidas em relação ao que responder, os (as) agricultores (as) deixam de preencher o plano de manejo. O diálogo abaixo exemplifica essa situação,

Das Dores: Sim, a gente tira um pouco das dúvidas, hein Adria? Porque são perguntas que a gente tem que colocar e descrever mais coisas. Então eu fico meio assim, escrevo uma coisinha e depois eu fico pensando mil vezes, mas o que a gente pode preencher mais?

Adriane: Ah então podemos dizer que tem questões ainda que precisam de maiores esclarecimentos?

Das Dores: Sim, eu acho que tem questões que eles esperam uma especificação. Tipo o que tu faz? Aí depois tu diz assim, alguma coisa a melhorar, tem três perguntinhas sempre que fica, né?! De uma questão. Então aquelas ali a gente fica, o que será que eu digo? [...]

Sidinei: Às vezes ao ler a pergunta tu te confunde com a pergunta. Colocam duas ou três respostas parecidas assim. Tem duas quase iguais, só muda alguma coisa, aí tu fica naquela dúvida se tem que responder uma só.

Flávio: Eu estava lendo, eu não completei todo o meu, tem pergunta que fica assim, eles fazem mas ela fica assim, muito solta. Ela não fica muito pontual. E as duas perguntas se confundem uma com a outra. São muito parecidas. Eu acho que as perguntas tinham que ser um pouco mais direcionadas, específicas [...] as perguntas tinham que ser específicas, se não fica muito vago.

Diante disso, alguns membros apontam que, devido ao nível de escolaridade, há uma maior dificuldade em interpretar as perguntas, portanto quanto mais específicas e diretas elas foram, maior a probabilidade de conseguirem elaborar uma resposta individualmente. Ainda em relação a especificidade das perguntas, em relação ao questionário enviado pela CPOrg-RS, o grupo apontou que haviam muitas perguntas em sequência numa mesma questão, o que dificultou a elaboração das respostas. Como exemplo, reproduzimos abaixo duas questões do questionário dois encaminhado pela CPOrg-RS para preenchimento por parte das famílias da OCS Renascer,

2.3. A UP possui o Plano de Manejo aprovado pela OCS. É entendido? Está atualizado? Ajuda ou não? Em que poderia melhorar?

2.12. Recebe assistência técnica? Qual a regularidade e intensidade? Se não possuem qual instituição próxima poderia ajudar? De que forma a CPOrg pode recomendar tal assistência ou provê-la?

Tendo em vista o público que ingressa na OCS, essas particularidades devem ser levadas em conta na elaboração de cartilhas, documentos e questionários. Em relação ao caderno de campo e o registro escrito diário das atividades realizadas em relação a produção, o grupo aponta o desafio de adaptar-se a tarefa, já que o hábito da escrita não é comum entre os (as) agricultores. Segundo Flávio,

[...] é importante essa parte da documentação, sempre me preocupo muito, porque nós temos além de fazer as coisas toda, é duas coisas, não tem que se preocupar só com o trabalho, mas tem que anotar no papel, tem que ter o papel pra comprovar. Eu sei, colono e agricultor não tem costume de anotar nada, e nós temos que pegar esse hábito de anotar, é assim um diário nosso. E outra coisa que não temos costume de anotar também é o plano de manejo, é um plano, planejar. Aí tu planeja na cabeça, nós já temos tudo isso na



cabeça, só que nós temos que anotar, esse cuidado, porque não temos esse hábito. (Flávio).

A Emater-RS forneceu um caderno de campo modelo, onde há indicação para preenchimento de tudo que é produzido, colhido e comercializado. O caderno de campo é o documento a partir do qual os (as) agricultores (as) garantem a rastreabilidade da sua produção. A extensionista aponta ainda que esse registro pode ser feito em um caderno comum, afinal “o formato não importa”, o essencial é manter um histórico de cada produto, indicando a data da semeadura, da muda, uso de biofertilizantes ou outros “tratos” e data da colheita.

Além da importância legal dos registros e da documentação, o grupo reconhece o benefício da escrita reflexiva sobre a prática. Segundo a extensionista “é um momento de coisas que tu faz sem pensar, e aí tu para pra refletir porque tem que anotar, então tem que pensar”. Márcio relata a sua experiência com a escrita,

Eu sei que o plano de manejo é importante preencher e a gente aprende muita coisa. Porque tem coisas que, na hora de fazer o plano de manejo, de preencher ali, sobre o preparo do solo, ‘ah faz adubação verde, aí na época da floração deita palhada, aí passa a grade. Aí prepara o solo, espera trinta dias, coloca esterco, espera mais trinta pra fazer os canteiros e plantar’. Aí fica naquela ‘nossa isso aqui é tão simples no papel porque que eu não posso fazer sempre assim, né?!’ (risos) Por que antes era uma loucura, as vezes é deita palha e já faz o canteiro e já planta e dane-se. Aí a gente coloca a cabeça pra funcionar, né?! [...] É um planejamento. (Márcio).

Segundo a avaliação da CPOrg-RS sobre a documentação enviada para sua apreciação, o grupo precisa aprimorar o registro escrito e preenchimento da documentação, e sugerem a criação do hábito da escrita ao reservar um momento do dia específico para isso,

O grupo recém foi formado, então comecem a partir de hoje, minha sugestão, a criar o hábito de manter as anotações em dia. Isso é bem importante, com o tempo vocês vão ver que é só uma questão de manter atualizado. Todo dia que tiver alguma prática em alguma área, vai lá e faz anotação. Final do dia, cria um momento, no momento do chimarrão, senta ali com a família e anota o que que foi feito em qual área. Cria esse hábito que não vai ser difícil de manter atualizado. (Membro da CPOrg-RS).

Ainda que pareça uma tarefa simples, criar um novo hábito como a escrita requer uma motivação, uma habilidade mecânica e uma relação ou experiência gerada com e a partir da atividade. A exemplo da concepção de alfabetização segundo Freire (2007, p.119) “é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender porque se lê e escrever o que se entende.”

No caso da OCS podemos observar que as motivações para criar o hábito da escrita são o sentimento de dever, já que representa uma das obrigações para garantia da qualidade orgânica e a manutenção da própria OCS, além de ser uma forma de evitar advertências. Em relação a habilidade que o hábito requer, a escrita é um processo cognitivo complexo de transformar ideias em texto. Essa habilidade é especialmente desenvolvida durante o ensino básico, o qual a maioria dos (as) membros (as) teve pouco acesso. Por fim, há a necessidade de significar a experiência que desenvolvem com o ato de escrever, por exemplo a escrita reflexiva mencionada anteriormente, que promove um processo de autoavaliação, projeção e reflexão sobre a prática cotidiana.

As trocas de experiência permearam os diálogos nas reuniões da OCS Renascer. Esse processo permite que as famílias compartilhem suas histórias de vida e vivências em relação a prática da agricultura. Nesse processo as pessoas conhecem a realidade um do outro, trocam saberes e emitem opiniões que refletem suas crenças e valores. Quanto aos temas, as trocas de experiência abordavam as vivências com agricultura convencional, feiras e outros grupos orgânicos, adoecimentos físicos e mentais, técnicas agrícolas e ferramentas alternativas criadas pelas famílias. Há também o compartilhamento de notícias e reportagens acessadas pelas mídias tradicionais e sociais, discutindo sobre a realidade, além de informações adquiridas em palestras e eventos. A contação de histórias, tanto por parte da extensionista como dos (as) agricultores (as) também foi comum nos encontros do grupo.

Em relação as trocas de saberes tradicionais, percebe-se a valorização dos saberes representada pela anotação em seus cadernos para consultas futuras e aplicação na sua realidade. Como exemplos temos o momento em que Flávio questiona o grupo quanto a permissão para uso de inseticidas no controle de formigas,

Flávio: Estou passando pra vocês do grupo e pedindo permissão, como a Adriane falou, se precisar usar, eu estou tentando controlar, mas se precisar usar.

Leonor: Tu experimentou café, Flávio? Pode ser o café de passar usado ou café em pó mesmo sem usar. Põe na ponta dos pés.

Joaquim: Outra coisa boa também é calda sulfocálcica, dá um banho assim. Tu pulveriza porque aquilo ali nenhum inseto chega. Por causa do cheiro.

Flávio: A calda, vou até anotar então.

A discussão sobre o cultivo de milho crioulo promoveu uma troca de saberes quanto a influência da fase da lua no plantio, além de técnicas tradicionais de previsão de safra, conforme exemplificado no diálogo abaixo:

Joaquim: É o milho tem segredo pra produzir ele.

Aliomar: Capina e água. Não pode falta água ne?

Joaquim: Capina, água e lua. Eu me criei nos tempo mais antigo, né?! Dos meus pais, é aquele tempo bem antigo. Então ele sabia quando é que ia dar milho. Qual é a experiência que ele fazia? No dia de São João ele pegava uma espiga de milho e enterrava, no meio do campo assim. Aí depois lá no dia vinte e oito, que tinha a outra fogueira, a última.

Leonor: dia vinte e nove, São Pedro.

Joaquim: Ele ia lá desenterrava e contava certinho ali os grãos, aqueles que murcharam, os que estavam bem terrinha, ele sabia direitinho a lua que plantar, o dia para plantar. Então eu aprendi, né, [...] toda fogueira de São João eu vou lá enterro uma espiga de milho, depois na de São Pedro desenterro e já sei, qual é a época que eu vou plantar, o que eu vou produzir, o que eu não vou produzir.

Aliomar: Vivendo e aprendendo.

Das Dores: Ah gente vocês tem que passar pra gente isso é muito importante e não deixar morrer esses assuntos.

Leonor: Então eles tem técnicas que usavam antigamente, esse pessoal antigo, eles não sabiam ler, mas não falhavam uma técnica deles na agricultura.

A influência da fase da lua para o plantio é reconhecida pelo grupo e aqueles que não possuem saberes tradicionais, utilizam o conhecimento adquirido a partir de materiais sobre técnicas agroecológicas.

Sidinei: Eu vou pela lua, mais é pela lua.

Adriane: O que que tu vê na lua?

Sidinei: Não, até que o cara não vê, na folhinha, né, conforme, eu vou pela folhinha.

Adriane: Mas é qual lua?

Sidinei: Olha depende, eu gosto de plantar milho mesmo quando é pra não bichar na mingunte, eu planto sempre na mingunte, não sei se é o ideal.

Adriane: É isso aí Joaquim, fecha?

Joaquim: É.

Adriane: E tu Zelo usa isso também?

Aliomar: Eu é mingunte e cheia.

Adriane: E tu Márcio?

Márcio: Olha eu geralmente, como eu não planto milho pra secar, é pra os bicho, né?! Eu gosto de plantar na nova e na crescente.

Adriane: Tu vê é ao contrário. É mais folha, né. Que legal, isso aí, fechou.

Joaquim é um colega referência na OCS devido aos seus saberes tradicionais e quilombolas. Foi interessante perceber o movimento verificação de uma informação, especialmente relacionadas as práticas, questionando o colega Joaquim. Nota-se que mesmo que haja uma informação escrita de algum material sobre agroecologia, o saber tradicional de Joaquim parece ter um maior valor simbólico. O grupo valoriza os saberes dos (as) colegas e ainda sugerem como são necessárias mais trocas como essa, especialmente aqueles (as) colegas que não foram criados na agricultura, como Maria das Dores.

Conforme mencionado no subcapítulo 3.2, a agricultura de base agroecológica combina conhecimentos, práticas e técnicas em um diálogo de saberes para

compreender e se relacionar com o ambiente. Segundo Leff (2002, p. 37) “os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas”, ou seja, emergem das experiências individuais, coletivas e ancestrais. O acolhimento das experiências e saberes cria um contexto cultural próprio da OCS Renascer, onde há escuta e acolhimento pelo diálogo, há espaço para admirar e experimentar, para questionar e indignar, criar valores e dinâmicas próprias a fim de construir sonhos coletivos.

De maneira geral, as trocas de saberes estão relacionadas com as práticas cotidianas como tipos de palhada, formas de utilizar o regador para não entupir, sugestões de plantio consorciado, métodos de plantio de mandioca. Houve também sugestões de equipamento alternativos de baixo custo, e que podem ser feitos em casa, como a ferramenta (Figura 22) de fazer canteiros apresentada por Joaquim “um equipamento que parece feito com resto de portão velho e serve para afrouxar canteiro. Para fazer canteiros novos.” (Joaquim). Em um outro momento o grupo discute a possibilidade de elaborar uma roçadeira improvisada.

Também há trocas sobre técnicas de controle de insetos, a exemplo da “simpatia do ovo” apresentado por Márcio,

Mas eu andei usando a simpatia do ovo ali funcionou bem. [...] tem uma tese que a mariposa que põe o ovo, ela não coloca o ovo aonde tem o ovo maior que o ovo que ela coloca, né?! Porque naturalmente vai ser predador dos filhote dela. Então ela olha ali, não, vou pra outro lugar (risos), o que for sair desse ovo vai comer os meus filhos.

Leonor: É a lei da sobrevivência se a gente aprender a observar, a gente se defende só com os truque deles mesmo.

Figura 22. Demonstração do uso de um equipamento alternativo para construção de canteiros realizado por Joaquim durante uma das reuniões da OCS Renascer.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A realização de mutirões no grupo da OCS é um tema que surgiu em diferentes momentos ao longo das reuniões. Em um dos encontros houve uma sugestão de prática coletiva, a produção de supermagro, durante a visita de pares na propriedade de Djanira e Márcio. Djanira reforçou que, para os (as) colegas que nunca fizeram o procedimento sozinhos (as), participem para aprender a técnica, especialmente as etapas iniciais. Percebe-se a intenção de aprendizagem a partir da atividade coletiva, conforme reforça Márcio em sua fala “a ideia do supermagro, não é que seja simplesmente só pelo supermagro, é pelo aprendizado, é pra todo mundo, fazer junto, né?!” (Márcio).

A sugestão de confecção dos supermagro representa um movimento inicial para a realização de mutirões. O trabalho coletivo ou mutirão serve para contribuir nas atividades de maior necessidade de cada família, promove interação e aproxima os (as) membros (as), estreitando laços colaborativos e possivelmente de parceria e amizade. Além de fortalecer a ideia de que o grupo avança de forma coletiva e que, auxiliando um ao outro, o desenvolvimento individual é facilitado. A extensionista sugere que, futuramente, os mutirões façam parte das atividades durante a visitas de pares,

[...] Tem algumas OCS que ao invés de visita de pares eles fazem mutirões. Eu sei que é uma coisa que está latente aqui no grupo, uma hora vai sair, a gente falou sobre isso, todo mundo tem desejo e vontade, e todo mundo precisa de uma mãozinha. É uma coisa que eu tenho certeza que vamos chegar lá. Nada pode ser assim, colocado guela abaixo, né?! O grupo vai amadurecendo e vai chegar lá, eu sei que vai chegar lá. E de repente a gente pode combinar, pro ano que vem, partir pra essa sistemática. [...] Aí nós vamos pra lá e fazemos o serviço junto com ele. Porque isso é uma forma de além de estar ajudando, nós também vamos estar verificando. No momento que eu estou trabalhando, eu estou vendo o que ele está fazendo, o que está usando, vamo estar circulando na propriedade. (Adriane).

Neste item destacamos os processos de aprendizagem coletiva identificados a partir das dinâmicas da OCS Renascer. O processo de controle social através das visitas de pares, além do caráter fiscalizador exigido pela legislação de orgânicos, é um processo educativo e de valorização simbólica, onde podem conhecer a realidade da outra família e, de forma coletiva, construir alternativas para as práticas agrícolas.

Em relação a leitura e preenchimento coletivo dos documentos, percebemos a colaboração entre os (as) participantes e a reflexão crítica sobre a sua realidade, autoavaliando suas práticas, planejando os próximos passos e discutindo sobre questões socioambientais, a partir das perguntas a serem respondidas nos documentos da OCS. Esse exercício pode ser considerado a partir da educação ambiental crítica uma prática, por exemplo, no qual as reuniões da OCS representam espaços de diálogo para identificar e discutir, de forma problematizadora, sobre questões socioambientais do seu cotidiano, exercitando a práxis e buscando, de forma coletiva, alternativas para superá-las (CARVALHO, 2012).

Quanto as dificuldades de interpretação de texto, elaboração das respostas escritas e o registro diário das práticas, percebe-se que as exigências da legislação, assim como, a formulação de documentos e questionários, precisam levar em consideração as particularidades dos (as) agricultores (as) que ingressam em OCS. Nota-se que os encontros das famílias da OCS Renascer constituem espaços não formais de educação ambiental crítica, onde se constitui um coletivo de comunidade aprendente (BRANDÃO 2005b), através da valorização de saberes tradicionais, trocas de experiências e a construção de compreensões complexas da própria realidade. Em um processo dialógico e reflexivo os (as) participantes aprendem e ensinam, em um espaço de “reciprocidades de saberes, mas também de vidas e de afetos” (BRANDÃO, 2005b, p. 90).

### 3.3.2 Educadora ambiental: Extensão e comunicação

Ao longo da coleta de dados Adriane, extensionista da Emater-RS, esteve presente como parte integrante da OCS Renascer. As famílias destacaram em diversos momentos a sua dedicação ao trabalho e o seu papel fundamental no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Na descrição das histórias de vida e nas discussões ao longo das reuniões ela cumpriu o papel de facilitadora para o cumprimento das exigências relacionadas a OCS, divulgando e incentivando a participação em eventos, cursos e formações (relacionados a agroecologia e aprimoramento das práticas cotidianas), compartilhando conhecimentos e produtos, como biofertilizantes produzidos pela Embrapa, para contribuir no trabalho de cada família.

O trabalho da extensionista, de acompanhamento das famílias, proporciona uma inserção nas suas realidades, o que contribui para identificar suas necessidades, como o desejo de conversão da propriedade convencional e a certificação orgânica, e assim promover caminhos para o desenvolvimento das famílias. De acordo com Caporal e Costabeber (2004, p. 14) a extensão rural tem como objetivo incentivar a organização dos (as) agricultores (as) a fim de “potencializar suas capacidades criativas e de intervenção na realidade, em busca de solução para os seus próprios problemas”.

Discutindo a avaliação do suporte da Emater-RS, o grupo, e a própria extensionista, identificam a falta de assistência técnica específica para agricultura de base agroecológica, já que a formação da extensionista que acompanha o grupo é em medicina veterinária. Apesar disso, o grupo reconhece o trabalho diferenciado da extensionista que, segundo eles, parte de um interesse pessoal sobre o tema,

[...] Desde que eu comecei, a única pessoa que sempre foi lá e me deu apoio foi tu [...] eu acho que a gente tem que dar um mérito pra quem está fazendo isso [...]. No começo de tudo, tu foste lá em Canguçu buscar a Rose para nos orientar, tendo um agrônomo aqui dentro. [...] tudo isso está acontecendo aqui porque tinha tu, que é adepta ao orgânico, e tem vontade de nos ajudar [...] nós nem estaríamos aqui hoje, a realidade eu acredito que seja essa. [...] quem está lá geralmente, a única que se dispõe a vir aqui, que se dispõe a trabalhar com o pequeno e na função do orgânico é tu. (Djanira).

Observando a forma como promove o diálogo e media as atividades do grupo a extensionista parece cumprir um papel de educadora ambiental. Adriane busca promover a reflexão crítica de cunho socioambiental, expondo os seus argumentos,

chamando os (as) participantes para o diálogo e mediando os espaços de fala no grupo para que todos possam se manifestar. Frequentemente ela questiona a opinião de cada um(a) para que haja um acordo no que é discutido e determinado pelo grupo, mantendo uma escuta atenta e empática.

Em suas ações a extensionista contribui para a formação de uma cidadania ambiental, ou seja, uma formação para leitura do ambiente e dos conflitos ali existentes, contribuindo para um “diagnóstico crítico das questões ambientais e autocompreensão do lugar ocupado pelo sujeito nessas relações” (CARVALHO, 2012, p.75). Segundo a autora, essa leitura do mundo é um constante processo de aprendizagem, tanto do mundo quanto de nós mesmos enquanto parte integrante desse universo de significações, levando em consideração as relações sociais, processos naturais e as dimensões culturais e sociais que configuram a realidade socioambiental.

Durante os encontros a extensionista buscou reforçar os princípios e valores do grupo, elogiando cada passo e vibrando a cada conquista. Adriane frequentemente se emocionava com o grupo, admirando e acompanhando as suas histórias de vida, sempre atenta as dificuldades e colocando-se a disposição do grupo.

Eu sempre planejo uma coisa, mas eu acho que quando o papo rola tem que deixar, né?! Porque é aqui que a gente está conseguindo se colocar e ajeitar a cabeça e se nivelar nos pensamentos, se conhecer cada vez mais, né?! Se admirar, como eu, cada reunião eu admiro cada vez um pouco mais vocês. E eu admiro mesmo. (Adriane).

No início de cada reunião ela propunha ao grupo uma forma para conduzir o trabalho e perguntava se todos(as) concordavam e abria espaço para informes. Ao final, a extensionista fazia uma fala de encerramento, refletindo sobre o que foi realizado e discutido. Na maioria dos encontros ela instigava o grupo a bater palmas como forma de valorizar o trabalho do dia,

[...] o que nós nos propusemos a fazer, que é cumprir esse rito aí da OCS, que é a visita de pares registrada, é bem isso mesmo que a gente fez aqui. Eu acho que foi muito tranquilo, foi muito bom, né? E então o que a gente tinha pra cumprir hoje, cumprimos, né?! [...] Então acho que estamos todos de parabéns, uma salva de palmas pra nós (palmas), gratidão por abrirem a propriedade e pelos ensinamentos de todos aí que foi muito bom, uma tarde muito gratificante. (Adriane).

O seu papel de mediadora nas atividades de leitura e preenchimento dos documentos contribuiu para as discussões sobre a realidade e estimulou a colaboração entre os (as) participantes. Em suas falas ela acolhe e instiga o



compartilhamento de saberes tradicionais e práticas agrícolas alternativas. Esse movimento revela o respeito aos saberes das comunidades e demonstra a compreensão de que os (as) agricultores (as) são sujeitos históricos, que desenvolvem sua prática com o ambiente, e cuja cultura e conhecimentos tem potencial para criação de soluções endógenas, evitando a atitude paternalista e de entrega de soluções prontas ainda comum na extensão rural brasileira (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

É perceptível o seu esforço para poder contribuir com um conhecimento que não é de seu domínio, se dispondo a aprender com o grupo e a pesquisar sobre questionamentos dos quais não sabe a resposta. Adriane mantém uma postura de humildade ao compartilhar seus conhecimentos, reconhecendo as suas limitações quando não sabia responder uma pergunta,

[...] eu estou aqui, eu me esforço e às vezes sei que deixo a desejar, tem muita coisa que a gente queria estar contribuindo. Mas sem dúvida nós precisávamos de um agrônomo, ou agrônoma, mas que tivesse essa visão mais do orgânico. [...] não é porque eu sou extensionista que eu vou dar conta de tudo, né?! Claro que eu busco, eu vou atrás, a gente traz pessoas que pesquisam [...] há deficiência na questão agrônômica, esse apoio pra produção direto. Porque eu sei que eu tenho deficiência nisso. O que eu falo às vezes é porque eu fui atrás, porque não é a minha formação, né?! Mas a gente sente que se, eu queria muito ter um agrônomo tipo a Rose, ou a Patrícia junto comigo, nós já iríamos estar muito mais longe, tenho certeza disso, né?! (Adriane).

A extensionista representa uma referência para o grupo, uma pessoa a quem eles levam dúvidas e apresentam informações para verificar a sua veracidade. Segundo Sidinei, a vida de agricultor requer uma presença constante na propriedade e por isso, tem pouco acesso à informação. Para alguns agricultores, pode-se perceber que a assistência da Emater-RS e o trabalho da extensionista acabam sendo as principais fontes de informação.

A disposição para aprender com o grupo e o estímulo a reflexão crítica sobre os assuntos abordados nas reuniões indica que a extensão rural realizada por Adriane também é um movimento de comunicação<sup>55</sup>. Assim, podemos compreender que a extensionista juntamente do grupo criam espaços onde constroem saberem e buscam uma relação dialógica. Segundo Freire (1983, p. 22),

---

<sup>55</sup> Referência ao livro "Extensão ou Comunicação?" de Paulo Freire, publicado em 1983, onde o autor critica a extensão rural nos moldes da educação bancária, onde há repasse e imposição de informações sem considerar a realidade dos (as) agricultores (as). Neste livro, Freire propõe a redefinição da extensão rural enquanto comunicação, uma ação educativa dialógica de construção de saberes junto as comunidades rurais.

O conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.

Na segunda reunião presencial do grupo, a extensionista promoveu uma formação sobre a legislação de orgânicos e funcionamento da OCS, explicando o significado das siglas para que o grupo se apropriasse das nomenclaturas legais. Os (as) membros (as) puderam discutir sobre os aspectos legais da sua prática enquanto coletivo, retomar quais as suas obrigações e como funciona o processo de controle social de garantia da qualidade orgânica. Nesse encontro, a extensionista explicou que a construção da lei foi um processo de luta de agricultores (as), entidades, movimentos sociais e especialistas, não surgiu no governo em que foi aprovada, mas tem um histórico de participação e demanda social.

Em relação ao conhecimento sobre a legislação da agricultura orgânica, o grupo reconhece que sabem o básico e que estão em constante processo de aprendizagem. Maria das Dores afirma que ao ingressar no grupo para a formação da OCS “só entendemos que nosso produtos seriam orgânicos a gente teria que ter normas, seguir a legislação, ter regras, fazer tudo direitinho para poder ter esses produtos certificados”. Na reunião supracitada, o grupo foi exemplificando as suas compreensões quanto ao significado de controle social,

Maria das Dores: é um controle social onde tem todo o controle dos produtos que a gente vende, que a gente produz. Basicamente foi isso que eu entendi [...]

Flávio: Mas explicando, de um modo grosseiro, a OCS é um grupo de pessoas onde um fiscaliza o outro, os teus produtos, e é isso que vai dar certificação. Como a Adriane falou, ao invés de pagar uma auditoria, nós somos colonos, somos um grupo e estamos registrados lá no MAPA. E um fiscaliza o outro e é isso que nos dá o selo orgânico. De um modo simples é isso.

O grupo demonstrou a necessidade de saber o significado da sigla OCS, como forma de apropriação do processo em que estão inseridos. Esse conhecimento teórico sobre a OCS surge como uma demanda externa, quando um dos membros compartilha uma situação incômoda, onde foi questionado sobre a sigla e não soube responder: “As pessoas se apegam a isso. Uma pessoa me colocou contra a parede, perguntou o que significava a sigla e eu não soube responder na hora e a pessoa disse ‘pô cara como que tu fazes parte e tu não sabe nem o que significa?’” (Márcio). Ele conclui que saber as siglas, a legislação ou teoria que sustenta a OCS gera credibilidade perante a comunidade.

Neste item buscamos destacar as ações da extensionista que acompanha o grupo OCS Renascer. A partir do seu trabalho, reconhecido e valorizado pelo grupo, ela pode conhecer as realidades das famílias, identificar suas necessidades, e assim contribuir para o ingresso e permanência no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Além do suporte técnico em relação a legislação de orgânicos e manutenção dos documentos da OCS, ela parece cumprir um papel de educadora ambiental, valorizando as trocas de saberes, incentivando discussões acerca de questões socioambientais, estimulando a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas e uma compreensão complexa da realidade (CARVALHO, 2012).

O subcapítulo 3.3 foi dedicado a compreensão dos processos de aprendizagem das famílias, seja através das práticas junto ao ambiente, nas dinâmicas da OCS Renascer e nas ações de educadora ambiental da extensionista que acompanha o grupo. Em relação a aprendizagem junto ao ambiente, percebemos o engajamento das famílias em compreender seu ambiente como uma prática de educação ambiental, que ocorre através da observação das dinâmicas dos elementos não humanos e adaptações de saberes adquiridos a sua realidade através de experimentações.

Quanto as aprendizagens coletivas, buscamos destacar como os encontros do grupo constituem espaços informais onde ocorrem práticas de educação ambiental crítica, através do diálogo, troca de saberes, autoavaliação e reflexão crítica sobre questões socioambientais. Essas práticas caracterizam a OCS Renascer como uma comunidade aprendente que se constitui nas relações dialógicas entre o grupo. Vale destacar o processo de controle social, através das visitas de pares, como um processo educativo e de valorização simbólica. Destacamos também as dificuldades das famílias em relação aos registros escritos que por vezes parecem desconsiderar as particularidades dos (as) agricultores que participam de OCS.

No segundo item destacamos o papel de educadora ambiental exercido pela extensionista que acompanha o grupo, estimulando o processo de transição, garantindo suporte técnico para as questões legais da OCS e estimulando as trocas de saberes e reflexões críticas sobre as práticas cotidianas e a própria realidade.

### **3.4 As famílias em seus contextos: a dimensão socioambiental do processo de transição**

A transição para agricultura de base agroecológica é um processo organizado a partir da reflexão constante da relação com o meio ambiente. Afinal a agricultura em si é um processo que ocorre com os elementos não-humanos (como o solo, as sementes, os animais, a água e o clima), que é mediado por pessoas (pessoas que plantam, cuidam, colhem e comercializam), cuja finalidade é a alimentação humana.

Nesse ciclo de humanos, não-humanos e relações existem elementos que condicionam esse processo. Esses elementos caracterizam o microambiente onde a agricultura é desenvolvida, a nível das propriedades, da comunidade e região, bem como o macro ambiente como o contexto político, cultural e histórico.

Para analisar a dimensão socioambiental do processo de transição para agricultura de base agroecológica vamos iniciar discutindo alguns aspectos das dificuldades cotidianas de cada família, nas práticas de comercialização e produção (insumos, mão de obra, implementos) e os condicionantes relacionados a baixa renda das famílias. Na sequência falaremos sobre as questões socioambientais apontadas pelos (as) participantes, como o avanço da soja na região (ligada ao desmatamento, uso de agrotóxicos nas propriedades vizinhas e os riscos de contaminação e intoxicação), assim como as questões relacionadas a água e ao clima. Por fim iremos abordar questões relacionadas a políticas públicas, como a sucessão e permanência no campo, o desmonte da Emater e a necessidade de subsídio para agricultura de base agroecológica.

#### **3.4.1 Dificuldades cotidianas: a realidade das famílias agricultoras**

O dia a dia das famílias integrantes da OCS é permeado por desafios relacionados a prática da agricultura, comercialização, baixa renda, falta de implementos e mão de obra. Nesse subitem iremos explorar essas temáticas para compreender melhor a realidade das famílias em relação a condução das atividades agrícola no contexto do processo de transição para agricultura de base agroecológica.

Conforme mencionado no capítulo dois, com exceção de uma família, todas as demais participam dos mercados institucionais do PAA<sup>56</sup> e PNAE, o que garante uma renda mínima essencial para essas famílias. Em Morro Redondo há a possibilidade de entrega no PAA municipal e estadual, além das entregas realizadas através da cooperativa COOPAMOR, a qual duas famílias da OCS são associadas. De acordo com o estudo de Salamoni et al. (2018), tanto o PNAE quanto PAA são canais de venda que promovem o desenvolvimento rural territorial na região da Serra dos Tapes, incentivando a produção diversificada, a prática de autoconsumo e a multifuncionalidade da agricultura de base familiar.

Com a certificação da OCS as famílias tiveram um aumento de 30% no valor dos produtos ofertados como orgânicos. Segundo Djanira essa valorização dos produtos orgânicos fez muita diferença porque podem vender uma menor quantidade por um valor mais justo. Segundo ela,

São muito baratas as coisas do PAA, pro orgânico não dá porque a gente não consegue reproduzir muita quantidade. E aí a gente sempre queria a OCS devido a isso, pra conseguir participar, vender as coisas por um preço justo, né?! Porque era injusto a gente entregar nosso produto orgânico pelo preço do convencional, né?" (Djanira)

Segundo o estudo desenvolvido por Borsatto et al. (2019), o PAA enquanto política pública tem contribuído para a permanência de agricultores familiares no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Além do valor agregado ao produto, constitui um canal garantido de comercialização e uma importante fonte de renda, o que também foi apontado por agricultores vinculados a OCS no trabalho de Santos (2018), Kronbauer et al. (2019) e Becker et al. (2020).

Em relação a comercialização, Maria das Dores afirma "não é só plantar, a gente planta, mas às vezes não vende". Djanira comenta que a comercialização é um desafio para o pequeno produtor e se faz necessário parcerias e a inserção em grupos para garantia da venda. Maria das Dores aponta que, enquanto grupo, as famílias precisam encontrar formas para que "todos ganhem, e ganhem direto", e para isso precisam "aprender a trabalhar com o sistema", reinventando os métodos tradicionais e criando novas oportunidades.

---

<sup>56</sup> Em Morro Redondo o PAA promove duas entregas mensais no município que, além de garantir o comércio e renda para os (as) agricultores (as), também beneficia as famílias em vulnerabilidade social que recebem esses alimentos em forma de cestas básicas.

De acordo com Santos e Chalub-Martins (2012) os principais desafios de agricultores (as) familiares em relação a comercialização são a falta de infraestrutura e logística, seja pelos gastos com o transporte ou dependência de atravessadores. No caso da OCS Renascer, a maioria das famílias depende de um atravessador para entrega de produtos fora do município. Como a legislação de orgânicos exige, além da identificação do (a) produtor (a), o isolamento do produto orgânico no transporte, as famílias relataram a impossibilidade dessa garantia devido ao tamanho do automóvel e o posicionamento do motorista. Djanira comenta a situação,

É muito complicado porque quem trabalha, que carrega, pega de vários produtores, uma coisa é cuidar do grupo só e levar. Agora outra coisa é tu pegar de vários produtores, e às vezes em um transporte que não tem muito como separar. E aí acaba que vai tudo junto e misturado. (Djanira).

A respeito disso, o grupo explica a situação de transporte conjunto de produtos orgânicos e agroecológicos, porém sem a certificação. Djanira comenta que, após a conquista da OCS, surgiu uma barreira no transporte de produtos com e sem certificação. Segundo ela “ninguém quer pegar nossos produtos se for como a OCS, só querem nosso produto se for orgânico sem ter o certificado”.

Percebe-se como a própria legislação de produção orgânica isola as famílias cadastradas (em OCS, por exemplo) das demais experiências do processo de transição, como a agricultura agroecológica sem comprovação legal, dificultando processos essenciais como a comercialização. Há um conflito entre as normativas jurídicas do Estado e as formas locais de organização social, voltadas não somente para as famílias da OCS Renascer, mas outros (as) agricultores (as) em processo de transição agroecológico não regulamentado pela legislação. Leff (2015) pontua sobre como à lógica do mercado e do Estado se sobrepõe aos direitos ambientais das comunidades de autogovernar-se de acordo com a sua realidade.

Outro desafio que surgiu após a conquista da OCS, foi o impedimento de comercialização conjunta de produtos com e sem certificação. O grupo relata uma percepção de exclusão em relação aos demais grupos orgânicos e agroecológicos que participavam, segundo Márcio, “parece que levantou um muro, ao invés de somar e mais gente querer isso, não. Tu, com a OCS, não é bem-vindo”. Quanto a isso, Leonor afirma que a conquista da OCS seria uma oportunidade dos grupos orgânicos e agroecológicos da região se unissem, segundo ela “era hora de todo mundo se unir, dar ass mão, para todo mundo caminhar”.

Flávio pontuou como esses conflitos enfraquece o movimento orgânico e agroecológico da região, ressaltando que há uma batalha maior diante do avanço do agronegócio, das monoculturas e da desvalorização da agricultura familiar. Flávio menciona também que, para o desenvolvimento da agricultura familiar dos pequenos produtores, a união através de associativismo, cooperativas e grupos é essencial para que se possa alcançar pautas comuns a serem reivindicadas junto aos órgãos públicos. Essas reivindicações coletivas refletem a busca por direitos territoriais e a construção de um projeto de vida cujos princípios são construídos de forma coletiva (LEFF, 2015).

Diante dessa divergência, outros grupos de agricultores (as) passaram a almejar a formação de outras OCS. No período da coleta de dados, a Emater-RS junto a representantes da Rede Bem da Terra já estavam se reunindo buscando a formação de uma OCS regional que abranja famílias de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Observa-se que ao mesmo tempo em que houve esse processo de exclusão, a conquista da OCS Renascer desencadeou uma demanda por certificação de outros (as) agricultores (as) que já estavam em processo de transição agroecológica, o que é um ponto positivo para a região.

Quanto a manutenção das atividades agrícolas na propriedade, a produção vegetal aliada a criação de animais é característica da pequena propriedade familiar, o que contribui para o manejo de base agroecológico. Quando há plantio para alimentação animal (por exemplo milho para silagem) e uso de esterco para produção de adubo, a propriedade assume uma característica autossustentável, o que diminui os gastos tanto na produção animal quanto vegetal. No entanto, nem sempre as famílias conseguem produzir o suficiente para alimentação animal e dependem da compra de ração.

Além da compra de ração, algumas famílias tem a necessidade de aquisição de outros insumos orgânicos como adubo, sementes e mudas, além de matéria-prima para produção de processados (a exemplo de panificados e molhos de pimentas que requerem açúcar, farinha, óleo e vinagre orgânico, que não são produzidos na propriedade). A compra desses insumos aumenta os custos da produção, além de que a oferta na região por vezes é escassa. O grupo concorda que necessitam fazer parcerias para compras coletivas, o que facilitaria o transporte e diminuiria os custos.

De acordo com Altieri (2010) a reutilização de recursos endógenos, uso eficiente desses recursos, assim como a não dependência de insumos e produtos

orgânicos industrializados contribui para autonomia produtiva e maior ganho total dos (as) agricultores (as). Portanto a dificuldade de compra de insumos orgânicos para atender aos requisitos legais, poderia ser superado se cada família, ou o grupo, conseguisse produzir as sementes, mudas, alimentação animal e demais produtos em suas propriedades. Porém, essa ainda não é uma realidade entre as famílias da OCS Renascer. Assim, como a agricultura de base agroecológica requer aprendizado contínuo entre eles (as) e junto ao ambiente, renovando práticas e buscando alternativas para aprimorar o trabalho, o processo de transição é uma caminhada constante em busca da autonomia produtiva.

A baixa renda das famílias é uma dificuldade cotidiana, que restringe as possibilidades de investimento na propriedade, seja na compra de insumos, ração, ferramentas ou melhorias necessárias, como arame, estufa, sombrite, cozinha para produção de processados, açude e irrigação. Vale ressaltar que muitos desses investimentos são essenciais para enfrentar as condições climáticas da região que influenciam diretamente na produção agrícola. Além disso, as famílias possuem despesas para manutenção de automóveis e ferramentas, além de gastos devido a adocimentos e o aluguel de maquinário da ADCPR-MR,

Para o pequeno é mais difícil para crescer justamente por isso [...] a gente sabe que tem que investir, não adianta. [...] Só que é uma pena que para nós que temos poucas condições financeiras [...]Tira de um canto, tapa em outro, coloca em outro, o carro quebra, a roçadeira queima, a motosserra pifa, uma doença, uma coisa e outra [...] Na realidade a gente fica pensando assim parece que a gente troca trabalho, porque a gente paga pra ter o ano todo.”  
(Maria das Dores).

Essa situação relatada por Maria das Dores é uma realidade das famílias que não possuem ferramentas e maquinários próprios, e ainda dependem da compra de ração e insumos que não são produzidos na propriedade. Como mencionado anteriormente, com o avanço no processo de transição há uma tendência a autonomia produtiva, onde a propriedade vai se tornando autossustentável, porém, para alcançar esse patamar, são necessários investimentos que, na maioria das vezes, ainda estão distantes das realidades das famílias.

Algumas famílias ainda estão pagando as suas propriedades ou possuem dívidas de financiamento do período em que trabalhavam integrado à indústria na agricultura convencional. Algumas famílias já foram ou são beneficiários de políticas governamentais como o bolsa família (auxílio Brasil), auxílio emergencial e outros projetos de repasse de renda e recebimento de cestas básica. Diante desse cenário



alguns integrantes do grupo apontam que um emprego com salário fixo é mais vantajoso do que o trabalho na agricultura. Sidinei relata “às vezes passa um ano sem fazer uma safra boa. E tá sendo, não dizer passar fome, porque planta as coisas tu tem né? Mas fica financeiramente muito baixo né”. Djanira faz um relato sobre as dificuldades em relação a renda, despesas e investimentos,

E outra coisa que é uma dificuldade para nós pequenos produtores, é poder aquisitivo pra nos adequarmos, termos tudo que a gente, ter tudo não. Ter um pouco do que a gente precisa, que é tipo irrigação, sombreamento, estufas, que hoje em dia o clima, se tu não tens um pouco de cada coisa para cada estação, a gente não consegue produzir. E essa é uma das grandes dificuldades do pequeno, a gente não consegue ter isso, porque quem vive da agricultura que tem que tirar daquele pequeno espaço o seu sustento, pagar suas contas, muitos tem, grande parte tem financiamento de uma coisa ou outra, a gente tem que pagar isso ainda, e conseguir se adequar nesse trabalho, né?! Então essa é a nossa dificuldade, onde que até muitas vezes eu comentei, como disse o Flávio, a agricultura orgânica deveria sim ter um subsídio para ajudar e nos manter no campo. Porque essa é uma dificuldade de sermos pequenos, e nos mantermos no campo (Djanira).

A vista disso, o grupo compreende que há uma necessidade de subsídio para agricultura familiar, através de projetos ou políticas específicas para agricultura orgânica que garanta a permanência das famílias no campo. Segundo Borsatto et al. (2019) faz-se necessário políticas de repasse de recursos e subsídios que apoiem a transição para agricultura de base agroecológica, assim como investimento em pesquisas, profissionalização e projetos educacionais para sensibilização quanto a importância da alimentação saudável e esse novo modelo de agricultura.

Outra dificuldade enfrentada pelas famílias é a falta de mão de obra. O trabalho familiar característico dos pequenos produtores, a redução de integrantes da família e o incentivo aos filhos pela busca por educação fora do município, são fatores que afetam a disponibilidade de mão de obra. A busca por trabalho fora da propriedade para geração de renda extra, assim como o cuidado de familiares idosos são fatores que diminuem o tempo disponível para a agricultura. Mesmo diante dessa situação, nenhuma das famílias contrata pessoas para trabalhar na propriedade, e algumas recebem familiares nos fins de semana, como filhos e irmãos, que contribuem em algumas atividades.

Com relação aos implementos, somente três famílias possuem trator e nem todas possuem roçadeira, um equipamento essencial para incorporação de matéria verde no solo. Para preparo do solo e formação de canteiros a maioria contrata o maquinário e serviço disponível pela ADCPR-MR. A vantagem do serviço da

associação em comparação com um terceirizado é que o valor é mais acessível e é possível parcelar em duas vezes, porém representa mais um gasto cotidiano. O grupo menciona ainda a falta de ferramentas e maquinários específico para agricultura familiar de pequeno porte, como é o caso das famílias da OCS.

Devido a intensidade do trabalho braçal, relacionado a falta de implementos e mão de obra, alguns integrantes da OCS relatam adoecimento físico como problemas na coluna, dores e lesões por movimentos repetitivos. Djanira relata que “quando a gente não tem os equipamentos adequados pra trabalhar, a gente tem que trabalhar muito mais com esforço físico, né?”. Com relação a isso Sidinei comenta,

É um serviço puxado [...] tu pega um da minha idade, que trabalha na agricultura, e pega outro da minha idade que não trabalha na agricultura, para você ver a diferença de fisionomia, né?! [...] parece que o da lavoura sempre é mais velho. (Sidinei).

O avanço no processo de transição em direção a autossustentabilidade das propriedades pode contribuir para as dificuldades apontadas em relação a renda. Para tanto, concordamos que políticas de repasse de crédito e subsídio são fundamentais para o ingresso e permanência das famílias no processo de transição. Além disso, investimentos em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias adaptadas a realidade das famílias podem facilitar as práticas agrícolas, diminuindo o esforço físico e os adoecimentos correlatos. Esses apontamentos compõem o conjunto de aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos em um processo de transição da produção de base agroecológica.

As dificuldades devido à baixa renda, a falta de autonomia produtiva, implementos e mão de obra, são apontamentos relacionados a qualidade de vida das famílias agricultoras. A percepção da qualidade de vida e a busca por melhorias através da prática da agricultura de base agroecológica constituem práticas de educação ambiental crítica, onde, através de um processo de aprendizagem construído pelas comunidades, discutem sobre a sustentabilidade do processo produtivo, assim como, a sua identidade e a cooperação entre os sujeitos (LEFF, 2015). De acordo com Leff (2015), as percepções sobre a qualidade de vida levam em consideração as necessidades e os valores das populações, que são construídos a partir da forma como se relacionam com o ambiente. No próximo item iremos abordar alguns aspectos do ambiente onde residem as famílias e que impactam diretamente a integridade do seu trabalho com agricultura de base agroecológica.

### 3.4.2 Soja, agrotóxicos e contaminação: riscos à integridade dos agroecossistemas de base agroecológica

O avanço da monocultura de soja na região de Morro Redondo tem desencadeado um processo de concentração de terras e desmatamento, além dos efeitos do uso indiscriminado de agrotóxicos, que gera contaminação das águas, traz riscos à saúde humana e animal, e ameaça à integridade dos agroecossistemas orgânicos e agroecológicos. Maria das Dores expressa sua preocupação sobre a conversão de propriedades que antes cultivavam milho e feijão para o cultivo de soja, devido à instabilidade climática e baixa produção,

[...] esse ano mesmo, eu estava assistindo o Globo Rural, vinte por cento dos produtores de milho e de feijão deixaram de plantar esse ano por causa do clima instável. Esse ano a soja já invadiu quantas propriedades, cada ano que passa a soja tá ganhando muito (espaço) [...]. (Maria das Dores).

Os resultados da pesquisa de Kuplich, Capoane e Costa (2018) ratificam essa informação, demonstrando que houve um aumento de 188,5% das áreas com cultivo de soja no bioma Pampa, no período de 2000 a 2015. O avanço da monocultura de soja se deu sobre áreas de campo nativo e em áreas agrícolas convertidas, a exemplo do milho, cujas áreas de cultivo diminuíram 44% nesse mesmo período.

Na região do Afonso Pena é possível observar na paisagem os impactos do avanço da soja (Figura 23). No relato de Sidinei, ele evidenciou os processos de derrubada da mata e vegetação nativa para o plantio de soja, situação que pode ser observada no entorno de sua propriedade,

E essas áreas agora, os grande plantadores de soja, estão chegando muito perto das nossas casas, as barreiras que existem estão sendo demolidas com o maquinário pesado. E a gente já está apavorado, tem propriedade já a cem metros, menos de cem metros, o veneno já está tomando conta [...]. (Sidinei).

Figura 23 - Vista do entorno da propriedade de Sidinei e Cleunice, onde é possível observar as lavouras de soja (esquerda) e a área desmatada para iniciar o plantio (direita).



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Sidinei comenta que ao adquirir uma propriedade para plantio de soja, tanto a mata quanto as barreiras vegetais são derrubadas com uso de maquinário. Em áreas de mata, a derrubada das árvores inicia-se em forma de clareira, que são dificilmente observadas da estrada e, segundo ele, “quando vê tá tudo lavoura”. Ainda sobre o desmatamento Sidinei relata,

No mato eles não usam motosserra, agora é só maquinário. [...] É vai muito ligeiro, muito rápido. [...] agora eles estão entrando e arrancando com a máquina a árvore inteira [...] Ele chega e cava um pouquinho do lado, faz um buraco, e já empurra ela, e aquela já empurra outra, já vai deitando outra [...] É muito fácil, demoli ligeiro, em poucas horas derruba um monte. (Sidinei).

Maria das Dores complementou a informação apontando ainda a prática de aterramento de sangas e nascentes associada ao desmatamento para o plantio de soja. Sua propriedade é uma das duas famílias da OCS que estão ilhadas em meio a vizinhos que cultivam soja. Maria Helena relata a situação da família “aqui é só plantador grande, os plantadores pequenos somos só nós aqui, e nós estamos encerrados. O mesmo dono daqui, é dono de toda a volta, só tem nós aqui no meio. Volta e meia ele dá uma pechada na gente”. Maria Helena e Aliomar sofrem pressão para venda da propriedade, já que uma mesma pessoa é proprietária de todas as terras do entorno de sua propriedade.

Diante desse contexto é possível perceber que, mesmo em uma região onde há núcleos de agricultura de base agroecológica, a falta de valorização e apoio

municipal contribui para a vulnerabilidade dos (as) agricultores (as) diante do avanço do agronegócio, que ameaça a permanência das famílias e a integridade dos agroecossistemas orgânicos e agroecológicos. Esse modelo agrícola segue contribuindo para a exclusão social das famílias agricultoras, impactando os recursos naturais, que são um bem comum da comunidade, expressando sua natureza predatória, antissocial e antieconômica (WANDERLEY, 2019).

O uso indiscriminado de agrotóxico pode causar contaminação aérea das propriedades vizinhas às plantações de soja. Quando discutem os cuidados para evitar contaminação, as famílias ressaltam a importância de manter a mata nativa e construir barreiras vegetais, assim como, o distanciamento entre as lavouras, deixando uma área de campo entre o vizinho e a lavoura. O grupo aponta a importância de observar o posicionamento da propriedade em relação aos vizinhos, porque se for uma área mais alta há mais proteção. Maria das Dores relata a sua situação,

A gente sabe que o vento vem. É incrível né, mas o nosso declínio é muito, lá é alto já vai subindo, então quando eles estavam passando a venenada aquele dia que eu mandei o vídeo (no grupo de Whatsapp da OCS Renascer)[...] E eu sentia o cheiro, eu estava ali catando umas coisinhas pra chá e sentindo aquele cheiro, que cheiro é esse? Quando eu olho é lá, claro o tratorzinho [...] ali tem umas laranjeiras, umas bergamoteiras que elas estão todas com uma pintinha preta. Claro, quando bota o dessecante, vem o ventinho queima tudo, aí vem tudo aquilo no ar né, então cai na planta, e até uma parreira, que tinha lá no fundão, não produz mais nada, pegou a tintinha preta e findou. Então a gente vê que tudo isso é um processo e é muito difícil num declínio desse, [...] lá tem acho que 4 hectares e meio de mata nativa, mas vem o vento, aquilo vem assim, é complicado, e se for um dia assim que dê uma temperatura que evapore e depois vem na chuva. (Maria das Dores).

É possível perceber que, mesmo com as barreiras vegetais, algumas famílias estão sujeitas a contaminação aérea. Maria das Dores destaca ainda que se há um tempo úmido e quente no dia em que os vizinhos utilizam o agrotóxico, os resíduos do produto podem evaporar e cair no solo junto com a chuva. Até mesmo a presença de insetos em status de praga pode ter influência dessas propriedades vizinhas convencionais. A preocupação com a contaminação cruzada devido a essas propriedades vizinhas não é um problema exclusivo das famílias vinculadas a OCS Renascer. Na pesquisa de Kronbauer et al. (2019), as famílias residentes no município de Arroio do Meio (RS) em transição agroecológica relataram preocupação com o uso intensivo de agrotóxico em propriedades limítrofes. Percebe-se que a problemática de inserção de agroecossistemas de base agroecológica em meio a propriedades

convencionais, sem respaldo de proteção legislativa é um desafio também em outras regiões do estado.

Ademais, a água é outro elemento sujeito a contaminação devido ao plantio de soja e uso de agrotóxicos. O grupo ressalta que é preciso atentar para o sentido de fluxo da água, em caso de arroios e sangas que percorrem ambas propriedades (convencional e orgânica), caso utilizem-nos para irrigação. Em relação a isso, em 2021 houve uma discussão na comunidade para iniciar um projeto de proteção de nascentes, já que a água é uma necessidade de todos, seja para agricultores (as) orgânico ou convencionais. Esse movimento demonstra uma preocupação comunitária quanto a gestão dos recursos hídricos e uma iniciativa com potencial de gerar autonomia e responsabilidade coletiva. Até o final da coleta de dados essa proposta ainda estava em discussão na comunidade, porém não obtivemos informações quanto ao avanço do projeto.

Diante de toda a situação de vulnerabilidade à contaminação por agrotóxicos, o grupo debateu em diferentes momentos sobre a necessidade de uma legislação de proteção da agricultura orgânica, que ao menos obrigue as propriedades convencionais a manterem as barreiras vegetais de proteção. Maria das Dores relata sua frustração com essa situação “nós temos que fazer barreiras protetoras, nós temos que trabalhar todo com curvas de nível e aonde fica também o outro proprietário, ele tem que ter limite também, sabe?”. Sidinei concorda e aponta ainda a preocupação com a integridade dos agroecossistemas orgânicos em meio a essa situação

Amanhã ou depois nós vamo ter que parar tudo, porque não vai ter como dizer o quanto plantou sem veneno, não vai dar pra dizer. Se ficar muito perto as propriedades vão ficar contaminadas. A água, tudo aí, a gente não vai ter porque dizer que é orgânico. Não tem, não é orgânico mais. (Sidinei).

Flávio e Sidinei mencionam como a legislação dos orgânicos é rígida em relação as ações para evitar contaminação dos agroecossistemas, destacando a responsabilidade individual de garantir a qualidade orgânica, sob pena de enfrentarem sanções ou penalidades. No entanto, o grupo não identifica ações governamentais que garantam a responsabilidade coletiva de proteção ambiental, sem que haja exigências acerca de boas práticas na agricultura convencional, a fim de garantir a permanência da agricultura de base agroecológica em um mesmo ambiente.

Essa lei que era pra vir, uma lei que ajudasse a gente, e eles fazerem essa barreira não eles destruir, porque se a gente é um grupo certificado, uma

propriedade que tá certificada como orgânica, eles eram que tinham que ter cuidado. (Maria das Dores).

Em relação a isso, o grupo discutiu em reunião sobre a controvérsia da legislação da produção de orgânicos que promove um cerceamento das práticas agrícolas e hábitos das famílias, enquanto o uso de agrotóxico possui pouca ou nenhuma restrição. Segundo a extensionista,

[...] Na cabeça da gente deveria ser ao contrário. Quem quer produzir orgânico está produzindo normal, vai lá e produz não tem que dar satisfação pra ninguém. Agora quem usa veneno, esse sim tinha que ser cerceado, ser vasculhado, que tipo está usando, mas a coisa infelizmente é ao contrário. Então aquele que quer fazer a produção limpa tem que demonstrar que de fato está fazendo a produção limpa. (Adriane).

De acordo com Kronbauer et al. (2019), a legislação orgânica garante parâmetros de qualidade para o consumidor, impondo critérios produtivos e comerciais, porém há uma disparidade se comparada aos critérios produtivos de sistemas convencionais. Essa percepção por parte dos (as) agricultores (as) podem gerar uma desmotivação quanto a legalização da agricultura orgânica e o próprio processo de transição, devido aos inúmeros condicionantes que exigem a adaptação de suas práticas, sem que haja um contraponto legal quanto a proteção de suas propriedades frente as práticas agrícolas convencionais.

Com relação às situações de desmatamento, aterramento de sangas e uso indiscriminado de agrotóxicos, Maria das Dores comenta que podem utilizar o celular e as redes sociais como ferramentas de registro e denúncia dessas situações, para ao menos expor a realidade enfrentada pelas famílias. Durante a visita virtual da CPOrg-RS com a OCS Renascer, membros da comissão apontaram que o diálogo com os vizinhos é fundamental para mediar essas situações, porém quando este não é suficiente, existem ferramentas e órgãos que podem ser acionados para denúncia e para realização do trabalho de fiscalização e multa, a exemplo do Fórum Gaúcho de combate ao Agrotóxico, o qual possui o o Ministério Público Federal como uma das entidades componentes.

O avanço da soja na região de Morro Redondo, ligada ao desmatamento e os riscos de contaminação devido ao uso intensivo de agrotóxicos, com pouca ou nenhuma legislação de controle, são reflexos de um modelo de agricultura subjugada aos pacotes tecnológicos do agronegócio e de um capitalismo predatório. Esse modelo é orientado por uma racionalidade objetificadora de controle e submissão da natureza, cuja lógica predatória desconsidera as consequências socioambientais

(CARVALHO, 2012), como a contaminação de áreas vizinhas, poluição da água e as próprias formas de agricultura de base agroecológica presentes em um mesmo ambiente.

A indignação das famílias pela falta de legislação de controle da agricultura convencional e proteção da agricultura orgânica, constitui uma prática da educação ambiental crítica, onde a comunidade exige seu direito de manejar os recursos do ambiente, em um processo de formação de saberes e responsabilidades, demandando coletivamente por soluções para os problemas socioambientais locais (LEFF, 2015). Essa situação constitui uma luta por justiça ambiental<sup>57</sup> que, segundo Carvalho (2012, p. 171), pode ser compreendida como “a responsabilidade de todos na preservação dos bens ambientais e a garantia de seu caráter coletivo”.

A luta por justiça ambiental é uma forma de demanda pela equidade das consequências e responsabilidade que fortalece a formação de sujeitos coletivos (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Uma ação dialógica com a educação ambiental crítica, a defesa e proteção de seus ambientes, seja através das práticas de base agroecológica ou através da ação de denúncia, evidencia o espaço público e político como lugar de disputa pelo ambiente, seus recursos e o direito de manejá-lo conforme sua cultura e interesses políticos e sociais (CARVALHO, 2012).

### **3.4.3 Cuidados com a água e resiliência climática**

A questão do saneamento foi apontada por Maria das Dores e Djanira como uma preocupação, visto que não há um programa municipal para construção de fossas ou alternativas para o destino adequado do esgoto doméstico. A construção de fossas é uma responsabilidade individual que, devido aos custos e a baixa renda das famílias, ainda é precário na maioria das propriedades. Djanira aponta que esse é um desejo e reconhece que precisam avançar em relação ao tema,

A gente se envergonha assim, de que a gente não conseguiu fazer ainda um tratamento disso, de esgoto vamos dizer. Seria saneamento, né? Porque

---

<sup>57</sup> A partir de Loureiro e Layrargues (2013, p. 63-64), podemos compreender a justiça ambiental como um conjunto de práticas de organizações sociais que “defendem politicamente projetos societários anticapitalistas”, cujas pautas envolvem a “equidade na distribuição das consequências ambientais negativas”, acesso justo aos bens ambientais nacionais e as informações relativas a atividades poluentes, assim como, o “fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos” que tenham participação nos processos de tomada de decisão política e economia relacionada a gestão dos recursos e seus ambientes.



também é um investimento que a gente não tem condições de investir ainda, no momento nisso, e aqui pra fora tem essa dificuldade que cada um tem que fazer o seu né, porque não tem um apoio de nenhum projeto pra você fazer isso. (Djanira).

Maria das Dores reconhece essa dificuldade e ressalta a sua importância especialmente porque trabalham com cuidados ambientais e combate a poluição. Em relação a isso, foi discutido em reunião a alternativa de cultivar um jardim filtrante próximo a saída da pia da cozinha, utilizando plantas como bananeiras e copo de leite. Em 2021, o município em parceria com a Emater-RS, desenvolveu o programa Água legal, onde fizeram dias de campo discutindo sobre processos de filtragem lenta e alternativas de saneamento de baixo custo para as famílias.

Em relação a disponibilidade de água nas propriedades, todas as famílias possuem poços ou cacimbas, pequenas açudes ou sangas em suas propriedades, sendo que o planejamento da construção e o custeio foi feito de forma individual. Durante o verão a disponibilidade de água diminui drasticamente devido aos períodos de seca e estiagem. Muitos poços e cacimbas secam nesse período, e a maioria das famílias não possui um sistema de armazenamento de água, tampouco sistemas de irrigação adequados. Flávio comenta que a água é um problema crônico da região e é essencial para obtenção de um produto de qualidade.

Djanira ressalta a importância do sistema de irrigação para enfrentamento dessa dificuldade “com esse clima que está agora, hoje em dia se tu não tem irrigação tu não produz nada. E mesmo assim com a irrigação tu não produz a mesma coisa. Tu só não deixa as plantas morrerem às vezes”. Em suas falas o grupo reconhece a influência das mudanças climáticas em relação ao período e duração de estiagem e seca, a diminuição das reservas de água e aumento do número de insetos e doenças nas plantações. Segundo Sidinei “tu pode ver que mudou o clima do tempo. Os banhados que tinham já secaram. Mudou muito de uns anos pra cá” (Sidinei).

De forma geral, o clima é um elemento basilar da agricultura, a partir do qual é determinada a qualidade e quantidade da produção. O frio excessivo acompanhado das geadas é característico da região, assim como, as chuvas de pedra ou granizo e o calor intenso dos verões com períodos de estiagem e seca. No entanto, as mudanças climáticas vêm alterando o período e a intensidade desses fenômenos. Segundo Altieri (2010) a diversidade produtiva de agroecossistemas de base agroecológica contribuiu para uma maior resiliência diante da instabilidade climática, como diferentes disposições espaciais e temporárias dos cultivos. Como exemplo

dessa prática, Djanira comenta o plantio de feijão distribuídos em diferentes semanas, a fim de garantir uma produção mínima caso haja perdas devido a adventos climáticos no período de desenvolvimento e colheita do cultivo.

Em relação ao inverno, as barreiras vegetais e plantio consorciado também representam estratégias de enfrentamento adotadas pelas famílias. O granizo acompanhado de fortes rajadas de vento afeta o desenvolvimento das plantas e também representam fatores de perdas materiais, a exemplo da perfuração de telhas das casas e galpões, destruição de estufas e alagamento de moradias. Em relação ao verão, além da questão da disponibilidade de água supracitada, o calor intenso influencia na qualidade do solo afetando os microrganismos presentes ali. Para isso as famílias destacam a importância da palhada para cobertura do solo e do uso de sombrite.

Diante disso, percebe-se a necessidade de investimento por parte das famílias em materiais de proteção como estufas, lonas, sombrite, sistemas de irrigação, poços e cisternas. Para investir em materiais e estratégias de enfrentamento das adversidades climáticas os (as) agricultores (as) dependem de projetos e programas governamentais ou devem fazer isso por conta própria. No que diz respeito a isso, a questão da baixa renda apontada por algumas famílias impacta diretamente nas possibilidades de enfrentamento da crise climática. Alternativas de enfrentamento às adversidades climáticas requerem pesquisa e desenvolvimento de tecnologias específicas para a região, assim como, estudos interdisciplinares que levem em consideração a complexidade dos agroecossistemas de base agroecológica (ALTIERI; NICHOLLS, 2013).

Apesar das dificuldades em relação a renda e implementos, os agroecossistemas de base agroecológica mantidos pelas famílias, têm potencial de resiliência socioecológico, ou seja, são um sistema com atributos que favorecem a manutenção e recuperação organizacional e produtiva, frente a eventos extremos (ALTIERI; NICHOLLS, 2013). Como atributos desses agroecossistemas, podemos citar a manutenção da biodiversidade, atrelada aos saberes construídos com o ambiente, que dão origem a práticas e relações de leitura e compreensão do meio e adaptação conforme a necessidade, seja climática, cultural ou social (ALTIERI; NICHOLLS, 2013). Esses atributos constituem saberes ambientais (LEFF, 2015), construídos pelas famílias na relação com o ambiente, observando a interação entre os elementos não-humanos, a partir de suas práticas agrícolas, associando

conhecimentos empíricos e científicos. Essa aprendizagem junto do ambiente também representa um processo educativo que constituiu a educação ambiental.

Os sistemas agroalimentares mantidos pelas famílias participantes desse estudo, contribuem para o estabelecimento de circuitos curtos e territorializados de produção de alimentos e consumo que possuem uma eficiência econômica, minimizando a emissão de gases de efeito estufa pelo transporte, além de contribuir para uma cultura alimentar saudável e ambientalmente localizada. De acordo com Leff (2015, p. 333) “as práticas sociais e produtivas estão intimamente associadas a valores e processos simbólicos que organizam as formas culturais de apropriação da natureza e a transformação do meio ambiente”. Ou seja, a cultura e saberes ambientais das famílias expressam um processo de educação ambiental crítica, com um modelo de desenvolvimento comunitário contextualizado a sua realidade, adaptado as condições climáticas e com formas de regulação próprias dos ritmos de extração e transformação dos recursos.

#### **3.4.4 Políticas públicas: incentivos à permanência no processo de transição**

A concentração de terras pelo avanço da monocultura de soja, assim como, as preocupações quanto a permanência no campo e a sucessão foram temas abordados pelas famílias da OCS Renascer. O movimento de êxodo rural tem influência da concentração de terras e pressão para venda das propriedades, assim como às condições de vida devido a precarização do trabalho da agricultura familiar e a falta de perspectiva de sucessão familiar.

Quanto à sucessão familiar, foram apontados como motivos a diminuição do número de membros da família e o movimento de abandono do campo pela juventude rural. É interessante que mesmo que essa seja uma preocupação, a maioria das famílias estimula seus filhos a investir na educação formal e buscar melhores condições de vida na cidade, devido as dificuldades que vem enfrentando ao longo da vida. Algumas famílias apontam como ponto positivo buscar um emprego fixo com salário mensal porque aí “o teu tá garantido”, diferentemente da instabilidade de renda que enfrentam trabalhando com a agricultura.

Diante desse cenário o grupo discutiu sobre a necessidade de subsídio para melhorar as condições de vida e manter no campo a agricultura familiar de base

agroecológica, que tem interesse em permanecer, mas não deseja que os filhos e filhas enfrentem as mesmas dificuldades dos pais. Segundo Djanira,

[...] Essa é uma dificuldade da gente ser pequeno e se manter no campo. Porque da minha geração, já tem muito poucos no campo, grande parte foi pra cidade. E eu acredito que, a geração dos nossos filhos, quase ninguém vai permanecer no campo. Porque quem é que vai querer que os filhos fiquem passando as mesmas dificuldades que nós enfrentamos? Eu acho que não tem como ficar incentivando os filhos a ficarem no campo se a gente não tiver uma valorização no campo, e principalmente nessa produção orgânica. (Djanira).

O grupo concorda que a permanência no campo requer políticas públicas e subsídios para que a agricultura familiar de base agroecológica possa ter uma renda mínima, a fim de custear os gastos com a produção e as necessidades básicas das famílias. Essa renda mínima poderia proporcionar investimento na propriedade, como aquisição de ferramentas e implementos agrícolas que diminuam o esforço físico, além das necessidades de equipamentos para enfrentamento das adversidades climáticas.

Outro aspecto relacionado ao subsídio na agricultura orgânica foi apresentado por Flávio, em relação ao custo elevado de produtos orgânicos, e o porquê seria fundamental um programa ou projeto de subsídio como forma de “amortecer” o valor final do produto, para que seja um preço justo para os (as) agricultores (a) e acessível as diferentes classes sociais. Em um estudo sobre o perfil socioeconômico de consumidores de produtos orgânicos em feiras livres de Pelotas (PEREIRA et al., 2015), as autoras perceberam que o preço dos produtos é um limitante na frequência do seu consumo, especialmente para famílias com renda de até dois salários mínimos.

Durante a visita virtual da CPOrg-RS, o grupo reforçou a necessidade de subsídio para agricultura orgânica a fim de garantir a permanência das famílias no campo. Flávio destacou ainda que a agricultura orgânica está diretamente ligada à alimentação saudável e por isso representa uma questão de saúde pública. Em resposta, a CPOrg-RS incentivou a busca de apoio e incentivo a nível municipal, já que a nível federal as políticas públicas relacionadas a agricultura orgânica e agroecologia vem se tornando escassas.

Como exemplos desse dismantelamento de políticas públicas podemos citar a extinção da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) em 2019, ambas responsáveis pela gestão e monitoramento do PLANAPO que, sem espaços

institucionais de gestão, foi descontinuado (NIEDERLE et al., 2021). No mesmo ano houve a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que fragilizou ainda mais a relação entre políticas relacionadas a agricultura familiar e a segurança alimentar. Como estratégia de desmantelamento por inefetividade, houveram ataques aos programas de compras institucionais como cortes orçamentários no PAA, porém, devido a emergência da pandemia por covid-19 em 2020 e a pressão de movimentos sociais houve um investimento temporário para manutenção desse programa (NIEDERLE et al., 2019).

A vista disso, a CPOrg-RS incentivou as famílias a organizarem as demandas relacionadas à OCS Renascer para que fossem apresentadas à prefeitura, buscando apoio e incentivo do poder público municipal. O grupo seguiu a dica e realizaram uma reunião com representantes da prefeitura de Morro Redondo no início de 2022. Como resultado, o grupo conseguiu transporte para participar das feiras semanais do parque Una em Pelotas (informações obtidas através do grupo de Whatsapp OCS Renascer).

Em relação as percepções quanto ao governo federal, foi apontado por Leonor e Maria das Dores a questão dos cortes de verbas das universidades que impactaram diretamente as dinâmicas do Bem Terra, gerando prejuízos aos (as) agricultores (as). O grupo reconhece também a diminuição do orçamento e da equipe da Emater que vem ocorrendo nos últimos anos. Em ambos os casos, é possível observar como o contexto político de mudança de governo, com um projeto explícito de desmonte da educação brasileira, a precarização do serviço prestado por empresas públicas e o desmantelamento de políticas públicas relacionadas aos pequenos agricultores familiares e agroecologia, impacta diretamente o cotidiano dos (as) agricultores (as).

Em relação a Emater-RS, a diminuição da equipe de técnicos (as) e extensionistas já é uma realidade enfrentada no Morro Redondo. Hoje a equipe é composta por uma veterinária, um agrônomo, a chefe do escritório e uma secretária. Além disso, há a redução de manutenção dos veículos utilizados e cortes nos orçamentos de viagens e estadias. Ademais, como citado por Leonor, sendo o agronegócio uma prioridade do governo federal, ela percebe pouco investimento instrumental da Emater e Embrapa em relação a agroecologia, ainda que a política pública que rege a Emater tenha como ênfase a promoção da agricultura sustentável (conforme exposto no capítulo 1).

A Emater é uma política pública, a extensão rural é uma política pública, né?! E a gente está vendo reduzir. Dinheiro mesmo, e quanto dinheiro a gente tinha pra fazer reunião, pra juntar o povo, fazer almoço, pagava transporte, bah, outros tempos, né?! (Adriane).

Nas entrevistas alguns (as) membros (as) demonstraram preocupação em relação ao futuro da Emater-RS, principalmente as mulheres que frequentemente realizam formações promovidas pela entidade. Além do conhecimento adquirido e assistência para o processo de transição, muitas tiveram oportunidade de viajar para outros municípios para participar de eventos relacionados a agroecologia, como mencionado nas histórias de vida.

Em relação a Emater, no estudo de Diesel et al. (2021) foi apontado que, além dos cortes orçamentários e abrangência dos serviços para um público específico e experiência-piloto, os autores apontam uma mudança política no objetivo da PNATER, que acompanha a extinção do MDA e transferência da Ater para Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) do MAPA. Segundo os autores, a Ater passa a ser uma ferramenta para o Programa Agropecuária Sustentável, cuja proposta de sustentabilidade está ligada a concepção de “intensificação sustentável”, que crê na maximização produtiva aliada ao uso de tecnologias e a proteção ambiental, que tem como foco a preservação de áreas naturais específicas.

Neste item expusemos as demandas das famílias da OCS por políticas públicas que garantam a sua permanência no campo e no processo de transição para agricultura de base agroecológica, com qualidade de vida e perspectiva de sucessão rural. A busca por qualidade de vida para si e para as próximas gerações tem como orientação suas necessidades e valores culturais, o que representa um sentido para a perspectiva de desenvolvimento comunitário e a realização de seus projetos de vida (LEFF, 2015). Destacamos também os apontamentos em relação ao desmantelamento de políticas públicas para agricultura familiar, orgânica e agroecológica, assim como cortes orçamentários em universidades, programas de compras institucionais e nos serviços prestados pela Emater, que impactam a manutenção das parcerias com instituições que contribuem para a rede comunitária de transição agroecológica.

Nesses processos, percebemos que debates que constituem a vertente da educação ambiental crítica também estão permeados no que tange a formação de sujeitos políticos e críticos, que relacionam as dificuldades cotidianas às dinâmicas

histórico-políticas do Estado, que tem papel de controle de programas e políticas públicas (CARVALHO, 2012). De acordo com Carvalho (2012), os processos formativos pautados pela educação ambiental crítica podem contribuir para que as comunidades compreendam os conflitos socioambientais que fazem parte e conheçam os mecanismos judiciais e políticos que podem utilizar para sua emancipação e autonomia, buscando qualidade de vida e justiça socioambiental.

No subcapítulo 3.4 exploramos os aspectos relacionados ao contexto socioambiental das famílias da OCS Renascer. Iniciamos abordando as dificuldades cotidianas das famílias, relacionadas as práticas agrícolas, comercialização, renda e mão de obra. Em relação a isso as famílias apontam a necessidade de um subsídio para garantir a sua qualidade de vida e a permanência no processo de transição.

Na sequência exploramos os conflitos socioambientais relacionados ao uso de agrotóxico nas propriedades vizinhas, as ameaças de contaminação dos agroecossistemas das famílias e o avanço das monoculturas de soja na região. Nesse cenário, as famílias expressam sua indignação devido à falta de legislação de proteção a agricultura de base agroecológica e controle do uso de agrotóxico e desmatamento que ocorrem nas propriedades convencionais. A identificação do conflito socioambiental e a demanda coletiva por justiça ambiental são práticas de educação ambiental crítica, que visam a responsabilidade coletiva e cuidado com o ambiente (CARVALHO, 2012).

Em relação aos cuidados com a água e adversidades climáticas, destacamos os saberes ambientais (LEFF, 2015) construídos pelas famílias através de seus saberes ancestrais, empíricos e científicos, a partir dos quais organizam seus agroecossistemas adaptados ao ambiente, em um exercício que pode ser relacionado com os debates na educação ambiental crítica, controlando os ritmos de transformação dos recursos a partir de sua cultura e necessidades.

Por último, destacamos as políticas públicas (ex. mercados institucionais e Pnater) que fazem parte do cotidiano das famílias e seus processos de desmantelamento no governo federal atual, assim como, os apontamentos de necessidade de políticas públicas de subsídio para a permanência no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Essas percepções apontadas pelas famílias expressam relações educativas entre si e com o ambiente em que vivem, onde se reconhecem como sujeitos políticos e históricos, identificam as problemáticas

socioambientais locais e buscam soluções através de mecanismos políticos a partir da sua organização coletiva.

\*\*\*\*

A partir da compreensão do processo de transição como multidimensional, neste último capítulo buscamos compreender as dimensões educativas e socioambientais que formam o contexto de transição de base agroecológica, assim como a rede comunitária de suporte, destacando práticas que podem ser relacionadas aos debates relativos à educação ambiental crítica.

Inicialmente apresentamos, de forma comparada, as motivações das famílias para ingresso no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Como exemplo de práticas observadas que podem ser relacionadas ao debate da educação ambiental crítica, destacamos seus valores e processos de reflexão crítica, a responsabilidade e cuidado com ambiente, a construção de um saber ambiental e a ressignificação do seu papel enquanto agricultores (as) devido a promoção da alimentação saudável. Apresentamos também a constituição de uma rede comunitária de transição agroecológica como proposta de organização produtiva e política. Essa rede é formada por pessoas e instituições que, compreendidas como uma comunidade aprendente, compartilham valores e constroem alternativas que incentivam o trabalho das famílias e contribuem para a sua permanência no processo de transição.

Em relação às famílias identificamos os valores e princípios que orientam as suas práticas, como o compromisso ético com a alimentação saudável dos (as) consumidores (as), assim como, os valores que constroem enquanto coletivo a partir da OCS Renascer. Enquanto grupo identificamos, a partir dos seus princípios e estratégias de transformação da realidade, aspectos que remetem ao debate da educação ambiental crítica já desenvolvido nesse trabalho. Quanto aos sentidos atribuídos a agroecologia e agricultura orgânica, percebemos a construção de saberes ambientais como intrínseca a esse processo de transição por meio de uma práxis que interrelaciona saberes tradicionais, científicos e empíricos, visto que a partir de experiências estético-ambientais, de bem-estar e do trabalho na agricultura como modo de vida, criam percepções de cuidado e responsabilidade sobre o ambiente.



Os processos educativos apresentados no subcapítulo 3.3 referem-se às aprendizagens das famílias através da prática, cujo engajamento em compreender os processos do ambiente e adaptar seus saberes através de experimentações, constituem práticas de educação ambiental. Quanto às aprendizagens coletivas a partir das dinâmicas da OCS Renascer, compreendemos os momentos de encontro do grupo como espaços de educação ambiental crítica não formal, onde há diálogo, troca de saberes e reflexões críticas sobre as suas práticas e as questões socioambientais locais, constituindo uma comunidade aprendente. Destacamos ainda o processo educativo do controle social através das visitas de pares e a necessidade de adequação dos documentos e exigências referentes a OCS a realidade dos (as) agricultores (as). Ressaltamos alguns aspectos do papel da extensionista que acompanha o grupo enquanto educadora ambiental, mediando as trocas de saberes e estimulando a reflexão crítica sobre as questões socioambientais locais.

Em relação ao contexto socioambiental, iniciamos abordando as dificuldades cotidianas das famílias, relacionadas às práticas agrícolas, comercialização, renda e mão de obra. Frente a isso o grupo revela a busca por qualidade de vida e aponta a necessidade de subsídio para permanência no campo. Quanto aos cuidados com a água e o enfrentamento das adversidades climáticas, identificamos novamente a formação de um saber ambiental que orienta suas práticas a partir da aprendizagem junto ao ambiente e associação de saberes empírico e científico. Porém, vale destacar que, o enfrentamento das adversidades climáticas, especialmente considerando a piora do cenário devido às mudanças climáticas, requer investimento em materiais e implementos, o que vai de encontro com a problemática da renda e a necessidade de subsídio.

Os (as) participantes da OCS identificaram os conflitos socioambientais relacionados a falta de proteção dos agroecossistemas de base agroecológica, frente ao avanço das monoculturas de soja na região, o desmatamento e o risco de contaminação devido ao uso de agrotóxicos em propriedades vizinhas. Diante desse cenário, há um movimento das famílias em busca de justiça ambiental a fim de garantir a responsabilidade coletiva de proteção do ambiente. Ainda em relação à educação ambiental crítica, destacamos a atuação dos(as) participantes da OCS como sujeitos históricos e críticos frente os apontamentos de desmantelamento das políticas públicas que impactam seu cotidiano (verbas de universidades em relação as redes

de comércio solidário, serviços prestados pela Emater-RS e mercados institucionais). Essas ações são resultado do projeto do governo federal que realiza explicitamente o desmonte da educação pública brasileira, a precarização do serviço prestado por empresas públicas e o desmantelamento de políticas públicas relacionadas aos pequenos agricultores familiares e a agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa buscamos compreender os processos de transição para agricultura de base agroecológica das seis famílias que compõem a OCS Renascer em Morro Redondo, com ênfase nas aprendizagens que ocorrem no cotidiano, entre si e em relação com o ambiente. A transição constitui um processo contínuo de aprendizagem, no qual os sujeitos e os coletivos constroem compreensões sobre o socioambiente, criam princípios que orientam suas práticas cotidianas e se colocam em movimento para produzir um modo de viver que expresse suas crenças e valores, em busca de autonomia e transformação da própria realidade. Compreendida dessa forma, a transição é um processo que dialoga com a proposta pedagógica em educação ambiental crítica.

Ao longo do trabalho destacamos a multidimensionalidade do processo de transição, que não se resume a substituição de práticas, mas constitui um movimento de aprendizado contínuo, construindo uma nova forma de compreender a agricultura e a nossa relação com o ambiente. Segundo Djanira “a transição não é só da propriedade, mas cada um de nós, precisa mudar a gente, abrir novas ideias, diversidade”. A transição inicia com um querer, um querer viver no meio rural em um ambiente saudável, querer qualidade de vida e alimentação saudável para a sua família e para os consumidores. É querer estar como resistência ao modelo de agricultura moderna, da revolução verde, que ignora as externalidades da produção de *commodities*, que expulsa do campo as famílias agricultoras, que polui o ambiente compartilhado com outras formas de agricultura, que retira a autonomia das famílias que se integram às indústrias buscando uma garantia de renda.

Identificamos a proposta de pesquisa no âmbito da educação ambiental crítica em um espaço não formal, (apontando como a linha de pesquisa não formal é pouco explorada nas pesquisas brasileiras), e destacando que, a partir da vertente crítica, direcionamos um olhar compreensivo sobre a complexidade da questão socioambiental investigada, levando em consideração as relações históricas, políticas, sociais e culturais presentes no cotidiano dos (as) participantes. Ademais, buscamos identificar os espaços de diálogo de saberes no qual ocorrem a construção de conhecimento sobre o contexto socioambiental em que estão inseridas e buscam formas de transformar a realidade, visando qualidade de vida, permanência no campo,

autonomia e emancipação para gestão de seus ambientes e reconhecimento político e social da sua contribuição para a sociedade.

No capítulo um buscamos identificar histórica e politicamente a origem da agricultura moderna, seus impactos socioambientais, e a origem da agricultura alternativa, como forma de resistência a esse modelo hegemônico, voltada aos pequenos agricultores. As políticas públicas mencionadas estão presentes no cotidiano das famílias e representam o resultado da luta de movimentos sociais, organizações de agricultores (as) e demais instituições e ONGs que pautavam a agroecologia e a agricultura orgânica como alternativas sustentáveis para produção de alimentos, e garantia de permanência no campo de pequenos (as) produtores (as).

Quanto a proposição do uso do termo “agricultura de base agroecológica”, buscamos fazer uma leitura da agricultura orgânica para além da sua dimensão produtiva, agregando princípios agroecológicos e propondo uma compreensão não polarizada entre essas formas de agricultura, visando uma integração que permita a existência de ambas no processo de transição. Destacamos ainda que a nossa visão em relação a transição não foi no sentido de classificar as experiências, em uma espécie de escala até chegar a agroecologia, mas sim compreender as diferentes experiências de transição das famílias considerando aspectos, socioculturais, ecológicos, ambientais e políticos, incluso a partir da lente da educação ambiental crítica.

Em relação a revisão bibliográfica, identificamos 10 trabalhos que versam sobre transição agroecológica, porém somente um (MACHADO, 2010) aproxima essa discussão da educação ambiental crítica. Nesses estudos o enfoque recai sobre as motivações, dificuldades e benefícios do processo de transição agroecológico. Quanto aos estudos de caso junto às OCS, percebe-se que o objetivo das pesquisas era compreender a constituição do grupo e o desenvolvimento do trabalho, com ênfase na dimensão prática da transição, por exemplo as dificuldades cotidianas. Ainda que haja estudos que dialoguem com as discussões em agroecologia e educação ambiental, o processo de transição em si, assim como, nos estudos de caso junto a OCS no Brasil, parece ser compreendido como uma etapa de transição entre um modelo de agricultura convencional para um modelo agroecológico ou orgânico e não especificamente como um processo social e educativo complexo e multidimensional.

O município de Morro Redondo possui uma constituição agrária diversa, que reflete a ocupação desse território por indígenas, quilombolas e colonos. Dentre as

diferentes formas de agricultura destaca-se as pequenas propriedades de policultivo e pecuária e as monoculturas de soja, observadas na região de estudo. O município é reconhecido pelas inúmeras agroindústrias de processamento de pêssego, cultura tradicional na região, assim como, pela produção de doces coloniais, a partir do saber fazer doceiro reconhecido como patrimônio imaterial do município. Na região de Morro Redondo, incluindo Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul existe um movimento agroecológico bem estabelecido, representado por agricultores (as), associações, cooperativas, redes de comércio solidário, além de eventos e formação relacionados ao tema.

Nesse contexto, onde pulsa a agroecologia e agricultura orgânica, a formação da OCS parte de uma demanda de agricultores (as) em processo de transição agroecológica que buscavam certificação orgânica para a sua produção. No período de acompanhamento do grupo, pude perceber a paulatina construção de uma identidade coletiva do grupo. Ainda que cada membro e membra tenham as particularidades de sua história de vida e estejam em diferentes momentos do processo de transição para agricultura de base agroecológica, o grupo converge para a busca de autonomia (produtiva e comercial), um reconhecimento perante a comunidade e valorização do seu trabalho diferenciado. Enquanto grupo, os (as) participantes reforçam a conquista da OCS, o aprendizado contínuo com o ambiente e a necessidade de engajamento, transparência e honestidade entre si e com o consumidor.

As descrições das histórias de vida trouxeram um pouco da realidade das famílias para o texto do trabalho. Vivenciar esse momento de escuta e transcrição despertou uma admiração pela trajetória de cada famílias, devido a expressão da força e dedicação em seus relatos. Pode-se perceber que o trabalho na agricultura constitui um modo de vida, e a busca pela reinvenção das formas de fazer agricultura expressam sua conexão de responsabilidade com o ambiente, a sua relação de cuidado, além de constituir sua fonte de renda. Os revezes vivenciados pelas famílias que trabalhavam integrada à indústria demonstram a influência direta do modelo de agricultura moderna e industrial na vida das famílias, condicionando sua qualidade de vida e suas perspectivas para o futuro.

Destacamos aqui em especial a dedicação das mulheres do grupo na busca por conhecimento prático e teórico sobre agroecologia. Nesse movimento elas puderam formar uma rede de apoio entre si, fomentando os processos umas das

outras, além de construírem uma relação de parceria e amizade com a extensionista da Emater-RS. Puderam também desenvolver habilidades de socialização, e encontrar outras pessoas dedicadas ao movimento agroecológico que foram trazendo concretude ao processo de transição.

Comparando essas histórias de vida identificamos as motivações comuns que levaram as famílias a ingressar no processo de transição, ou permanecer, (no caso daqueles em que os princípios agroecológicos estiveram presente em suas práticas desde o início). Dentre as motivações, destacamos a relação com o ambiente e o trabalho na agricultura, os saberes tradicionais, as experiências negativas com a agricultura convencional, a inspiração a partir do trabalho dos colegas e o compromisso ético de entregar um alimento saudável. Essas aproximações entre as histórias nos levaram a perceber a formação de uma rede comunitária, formada por pessoas, experiências de participação social em feiras, rede de comércio solidário e grupos orgânicos, a busca de conhecimento relacionado a agricultura de base agroecológica; o envolvimento de instituições como a Emater-RS e as universidades; e a formação da própria OCS Renascer.

A constituição dessa rede representa um processo participativo de exercício da cidadania, o que se aproxima dos debates em educação ambiental crítica (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). As dinâmicas de constituição dessa rede podem ser compreendidas como uma comunidade aprendente (BRANDÃO, 2005b), pois reúne pessoas que compartilham saberes e ideais e constroem alternativas de vida consideradas saudáveis, tanto para as famílias agricultoras quanto para os (as) consumidores (as).

Em relação aos princípios e valores que influenciam as práticas cotidianas no processo de transição, destacamos o compromisso social com a alimentação saudável da família e dos(as) consumidores(as), assim como a valorização da ética na relação de comercialização, ofertando um produto condizente com a forma como foi cultivado. Quanto aos valores coletivos, construídos no âmbito da OCS Renascer, percebe-se a busca por autonomia, emancipação social e conquistas coletivas, pautando formas de transforma a sua realidade, o que pode ser compreendido como uma prática de educação ambiental crítica (GUIMARÃES, 2004).

Diante disso, a partir da relação com o ambiente através de experiências estético-ambientais, de bem-estar e do trabalho na agricultura como modo de vida, as famílias criam significações que pode originar percepções de cuidado e

responsabilidade com o ambiente, que são princípios que contribuem para a criar atitudes e busca de estratégias de transformação da realidade (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

As aprendizagens desenvolvidas junto ao ambiente indicam a formação de um saber ambiental (LEFF, 2015) intrínseco ao processo de transição para a agricultura de base agroecológica. Essas aprendizagens são resultado do exercício da práxis, interrelacionando saberes tradicionais, científicos (adquiridos através de formações e estudos) e empíricos, aqueles que são desenvolvidos através da prática. A experiência de aprendizagem pelas práticas da agricultura, indica uma capacidade de observar e interpretar os processos da natureza, e um processo ativo de experimentação, tentativa e erro, visto que, no contexto da agricultura de base agroecológica, o aprendizado é contínuo, os saberes não são universais, e os conhecimentos são construídos de forma contextualizada a cada realidade. Esse exercício de experimentação e reflexão sobre a prática revela um engajamento com o seu contexto de vida e o ambiente no qual vivem e habitam, uma ação que se aproxima das discussões em educação ambiental crítica.

A partir da busca por compreender o funcionamento dos processos ambientais, as famílias criam formas de se relacionar com este meio de acordo com as características ambientais e as necessidades da própria família. A constituição do saber ambiental também foi identificada em relação ao enfrentamento das adversidades climáticas. A partir de sua cultura e saberes, as famílias mantêm agroecossistemas adaptados ao ambiente onde são desenvolvidos, criando formas territorializadas de desenvolvimento da agricultura cuja regulação acompanha as características ambientais locais.

Discutimos também as aprendizagens coletivas que ocorrem através das dinâmicas da OCS Renascer, a exemplo das visitas de pares, em que se desenvolve o controle social e, também, vivenciam processos educativos e de valorização simbólica, nos quais podem conhecer a realidade da outra família e, de forma coletiva, construir alternativas para as práticas agrícolas. A maioria das reuniões ao longo de 2021 foi dedicada a leitura e preenchimento coletivo de documentos e questionários relacionados a OCS. Nessas dinâmicas percebemos que, além da colaboração entre os (as) participantes, houveram auto avaliações das práticas e reflexão crítica sobre a realidade nas discussões acerca de questões socioambientais locais. Essas dinâmicas, no âmbito das reuniões da OCS, estimulam o exercício da práxis através

de espaços de diálogo, pautando a identificação e reflexão sobre questões socioambientais do seu cotidiano e pensando alternativas para superá-las, uma ação que dialoga com a educação ambiental crítica (CARVALHO, 2012).

Esses espaços de encontro entre os (as) membros (as) da OCS constituem espaços não formais de educação ambiental crítica, devido as trocas de saberes e experiências, a valorização de conhecimentos tradicionais e a construção de compreensões complexas sobre a realidade. A própria OCS Renascer pode ser compreendida como uma comunidade aprendente, na qual, em um processo dialógico e reflexivo, os (as) participantes aprendem e ensinam (BRANDÃO, 2005b).

Em relação a manutenção desses documentos ressaltamos as dificuldades de interpretação e elaboração de respostas escritas, devido à baixa escolaridade e visto que a escrita não é uma prática comum entre os (as) agricultores (as). Assim, as exigências legais, assim como a formulação de documentos e questionários, precisam levar em consideração essas particularidades do público que ingressa em OCS.

Destacamos também o papel da extensionista que acompanha o grupo enquanto educadora ambiental, no qual através do seu trabalho, reconhecido e valorizado pelo grupo, ela conhece as realidades das famílias e pode identificar suas necessidades, contribuindo para o ingresso e permanência no processo de transição para agricultura de base agroecológica. Enquanto educadora ambiental, ela realiza a mediação dos espaços de diálogo estimulando as trocas de saberes e as discussões acerca das questões socioambientais, e contribuindo para a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas e na construção de uma compreensão complexa da realidade (CARVALHO, 2012).

As famílias realizaram apontamentos quanto a qualidade de vida, indicando as dificuldades relacionadas à renda, falta de autonomia produtiva implementos e mão de obra, reconhecendo a necessidade de um subsídio para garantir melhores condições de vida, a permanência no processo de transição e a perspectiva de sucessão rural. Ainda em relação as políticas públicas, as famílias demonstraram preocupação com o desmantelamento das políticas relacionadas aos mercados institucionais e cortes orçamentários em universidades (que impactaram a rede de comércio solidário), assim como nos serviços prestados pela Emater-RS. Esse desmantelamento impactam a manutenção das parcerias com instituições que contribuem para a rede comunitária de transição agroecológica.



Em relação aos conflitos socioambientais locais, as famílias demonstraram a busca por justiça ambiental diante do avanço da monocultura de soja, acompanhada de desmatamento e uso de agrotóxicos que poluem os corpos d'água e ameaçam a integridades dos agroecossistemas de base agroecológica. Em suas falas expressaram a indignação pela falta de legislação de controle e fiscalização, ressaltando a divergência nos regramentos exigidos para garantia da qualidade orgânica. Enquanto prática de educação ambiental crítica, a luta por justiça ambiental representa uma demanda pela equidade de consequências e responsabilidade sobre o ambiente, buscando a construção de uma noção de coletivo que preze pelo cuidado e proteção do mesmo (CARVALHO, 2012).

Compreendemos que uma das possíveis contribuições da nossa pesquisa é inter-relacionar a educação ambiental crítica em um processo de transição agroecológica, com ênfase nas aprendizagens vivenciadas pelas famílias ao longo dessas experiências. O trabalho contribui para a compreensão da transição agroecológica como processo sociocultural, político e educativo, para além das substituições de práticas agrícolas. Apresentar as histórias de vida e o contexto da OCS Renascer contribui para dar visibilidade ao trabalho e experiências das famílias, que buscam reconhecimento e valorização social e política, reunindo informações que podem contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas a esse público.

Pesquisas futuras podem ampliar a discussão e se aprofundar no aspecto da rede comunitária que garante um contexto social que fomenta iniciativas relacionadas a transição para agricultura de base agroecológica, como criação de canais de comercialização, eventos de formação e troca de experiência. Percebe-se que a transição enquanto processo multidimensional possibilita o aprofundamento de pesquisas futuras com relação a cada um dos itens do terceiro capítulo, por exemplo, às relações educativas e às aprendizagens no contexto socioambiental.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012.
- ABREU, R. L. de. *Localização de Morro Redondo no Rio Grande do Sul*. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro\\_Redondo#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Municip\\_MorroRedondo.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_Redondo#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_MorroRedondo.svg)> Acesso em: 15 jun. 2022.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, v. 24, n. 2, p. 499–520, 2003.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, Ano 13, n.16, p. 22–32, 2010.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecología y resiliencia al cambio climático. *Agroecología*, v. 8, n. 1, p. 7–20, 2013.
- ANJOS, F. S. dos, & CALDAS, N. V. A Horta Agonizante: Mercantilização Da Agricultura E Transformações Nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo Sul gaúcho. *Pensamento Plural*, Ano 3, n.5, p. 151–169, 2009.
- ARANHA, A.; ROCHA, L. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. Especial: Por trás do Alimento. Agência Pública, 2019. Disponível em: < <https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/#Link2>> Acesso em: 12 abr. 2022.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). *Agroecologia nos municípios*. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>> Acesso em: 31 jan. 2022.
- ASSIS, R. L. De; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67–80, jul./dez. 2002.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edição revisada e ampliada. São Paulo: EDIÇÕES 70, 2011.
- BECKER, C.; CROSA, C. F. R.; NASCIMENTO, S. G. DA S.; ÁVILA, M. R. de. Processo de regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares: um estudo de caso sobre o OCS – Santana do Livramento, RS. *Navus*, Florianópolis, v. 10, p. 01–11, jan./dez. 2020.
- BERTOLDI, M. R.; HENNING, A. C. C. Racionalidade Ambiental em Comunidades Quilombolas de Piratini/RS. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 3, n. 2, p. 133–147, 2017.

BLESH, J.; WOLF, S. A. Transitions to agroecological farming systems in the Mississippi River Basin: toward an integrated socioecological analysis. *Agriculture and Human Values*, v. 31, n.4, p. 621–635, 2014.

BOMBARDI, L.M. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BORSATTO, R. S.; ALTIERI, M. A.; DUVAL, H. C.; PEREZ-CASSARINO, J. Desafios Dos Mercados Institucionais Para Promover a Transição Agroecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 39, n. 1, p. 99–113, 2019.

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participantes. In: FERRARO Jr., L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005a. p.259-266.

BRANDÃO, C.R. Comunidades Aprendentes. In: FERRARO Jr., L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005b. p.83-91.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. (In) DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.152-167.

BRASIL. *Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm)> Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 6.326, de 27 de dezembro de 2007*. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm)> Acesso em: 6 abr. 2022

BRASIL. *Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012*. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)> Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm)> Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER [...]. Brasília, DF:

Presidência da República, [2010]. Disponível em:  
<<https://legis.senado.leg.br/norma/575830/publicacao/15750972>> Acesso em: 6 abr. 2022.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. *O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. *Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil*. *Agroecología*, n. 6, p. 63–74, 2012.

CARNEIRO, E.J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA D.B. (org.) *A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARPOLINGUA, V. H.; KITZMANN, D.; ANELLO, L. de S. de. Apresentação do Dossiê temático Educação Ambiental Não Formal. *Ambiente & Educação*, v. 22, n.1, p. 2–3, 2017.

CARVALHO, I. C. de M. A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 15, n. 1, p. 39–50, 2020.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, I. C. M. Leituras da paisagem: notas sobre uma educação da atenção. In: MOLON, S.; DIAS, C.M. S. (Org.). *Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão*. Ed. 1. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 95-104.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. O Habitus Ecológico e a Educação da Percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 3, p. 81–94, 2009.

CARVALHO, L. M. de; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. Pesquisa em Educação Ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. *Cadernos CEDES*, v. 29, n.77, p. 13–27, 2009.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA (CAPA). *História*. Disponível em: <<https://capa.org.br/historia/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). *PIB do Agronegócio*. ESALQ-USP. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 2021. Disponível em:  
<[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_CNA\\_relatorio\\_2020.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_relatorio_2020.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2022

Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). *O que perde o Brasil com o fim do MDA*. Nota da CONTAG, 2016. Disponível:

<<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=11433&mt=1&nw=1&ano=&mes=>> Acesso em: 5 abr. 2022.

CONTI, Valquíria. *As vivências dos agricultores familiares camponeses em transição agroecológica no município de Agudo/RS*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Maria, 2016.

COSTA, E. A. da; MARTINS, B. M. de C.; CUNHA, E. de S. Transição para a produção orgânica via Organização de Controle Social do Grupo Bem-Estar, Ladário-MS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 25, e37, 2021.

COSULATI. *Danby Cosulati. Memorial*. Disponível em:

<<http://www.cosulati.com.br/site/content/cosulati/memorial.php>> Acesso em: 15 mar. 2022.

COTRIM, M. S. *Pecuária Familiar na Região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroecômica da pecuária familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CRUZ, Patrícia Postali. *Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas: um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos da rede local*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. (In) DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs) *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.12-23.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.107-128.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ELICHER, Maria Jaqueline. *Os desafios da transição agroecológica na agricultura familiar em Antônio Carlos, SC*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

EMATER, RS. *Diagnóstico Emater. Cenário municipal - Morro Redondo*, 2021. (Relatório de circulação interna).

FARIAS, C. R. DE O.; CARVALHO, I. C. DE M.; BORGES, M. G. One decade of environmental education research in Brazil: trajectories and trends in three national scientific conferences (ANPEd, ANPPAS and EPEA). *Environmental Education Research*, v. 24, n.10, p. 1476–1489, 2017.

FERGUSON, R.; LOVELL, S. Permaculture for agroecology: Design, movement, practice, and worldview. A review. *Agronomy for Sustainable Development*. v. 34, p. 251-274, 2014.

FERREIRA, A. G.; PAIVA, A. R. N.; ESCOBAR, M. Z. CARVALHO, N. F. de; BOHÓRQUEZ, N. V.; SOGLIO, F. K. D. Mercados alternativos de alimentos. In: SOGLIO, F. D.; KOBO, R. R. (Org.) *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 115-132.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque. *A Institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil: uma interpretação*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia: Desenvolvimento e Agricultura) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005.

FORLAN, D. *Feira Agroecológica Novos Horizontes é inaugurada em Morro Redondo*. *Jornal Tradição*. 2021. Disponível em: <<https://www.jornaltradiacao.com.br/morro-redondo/rural/feira-agroecologica-novos-horizontes-e-inaugurada-em-morro-redondo/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 1-10.

GOIS, G. R. Evolução E Diferenciação Dos Sistemas Agrários Na Serra Dos Tapes, Rio Grande Do Sul. *Geographia Meridionalis*, v. 4, n. 1, p. 57–83, 2018.

GOMES, C. G., GOMES, J. C. C.; BARBIERI, R. L.; MIURA, A. K.; SOUSA, L. P. de. Environmental and ecosystem services, tree diversity and knowledge of family farmers. *Floresta e Ambiente*, v. 26, n. 1, e20160314, 2019.

GOMES, C.M.P.; CAZELLA, A.A.; BÚRIGO, F.L.; SENCÉBÉ, Y. Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário? (In) GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 361-380.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento Em Debate*, n. 1, v. 2, p. 83–109, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil (In:) GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. (In) LAYRARGUES, P. P. (Ed). *Identities da Educação Ambiental Brasileira*. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

HEEMANN, K. (coord.) *Novos municípios gaúchos: Morro Redondo*. Assembleia legislativa, Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

HOWARD, A. *An Agricultural Testament*. Oxford University Press: Londres, 1943. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-0394-0>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE Cidades. Morro Redondo, 2021*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>> Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (RS)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1767/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

KHATOUNIAN, Carlos, A. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*, Botucatu: Agroecológica, 2001.

KRASILCHIK, M. Pesquisa em Educação Ambiental: tendências e perspectivas. *EDUCAÇÃO: Teoria e Prática*. v.9, n.16, p. 43–45, 2001.

KRONBAUER, E. A.; BERNARDO, M. A. T.; ZANETTI, C.; BIONDO, E. Organização de controle social defensores da natureza: relato de experiência sobre regularização da produção orgânica em Arroio do Meio, RS. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, n. 2, edição especial, p. 104–118, jul./dez. 2019.

KUPLICH, T. M.; CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O Avanço Da Soja No Bioma Pampa. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 31, p. 83–100, 2018.

LANDAU, E. C., et al. *Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LATOURET, B. *An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxônia: Oxford University Press, 2005.

LAVE, J. Aprendizagem como / na prática. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 44, p. 37–47, 2015.

LAYRARGUES, P. P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LAYRARGUES, P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. *Ensino, Saúde e Ambiente – Edição especial: Educação Ambiental: Insurgências, Re-existências e Esperanças*, p. 44–88, 2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n.1, p. 23–40, 2014.

LAZZARI, Elisângela. *(Re)existências ambientais no grupo de Agroecologia Econorte de São José do Norte (RS): diálogos entre Educação Ambiental e Agroecologia*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36–51, 2002.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Formação Dinâmica do Campo da Educação Ambiental No Brasil: Emergência, identidades, desafios*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOPEZ, M. A. R.; JUNQUEIRA, A. M. R.; MEJIA L. M. Estabilidade do biofertilizante Supermagro. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v.11, n. 2, p.152-156, 2016.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n.1, p. 53–71, 2013. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462013000100004>



LOUREIRO, C. F.B. Teoria crítica. (In) FERRARO Jr., L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.325-332.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. (In) MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Coord.) *Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007. p. 65-71.

LOURENÇO, A. V.; REIS, C. M dos; VOLKMER, G.; WITT, J. R.; CARVALHO, N. F. de. Desenvolvimento sustentável e agroecologia. In: SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. (Org.). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 39-55.

LUZZARDI, R. do E. S. Educação Ambiental: Sustentáculo Para O Desenvolvimento Da Agricultura Sustentável. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256, v.17, p. 52-70, 2006.

MACHADO, Ana Queli Tromes. *Relações entre transição agroecológica e educação ambiental no processo de agroindustrialização: estudo sobre a agricultura familiar de Crissiumal – RS*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

MARQUES, P. E. M.; GASPARI, L. DE; ALMEIDA, B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 25, n. 3, p. 545-560, 2017.

MATTEI, T. F.; MICHELLON, E. Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n. 59, v. e222254, 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em: 25 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) *Guia prático de organizações de controle social (OCS)*. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Brasília: MAPA/AECS, 2020.

MITIDIERO Jr., M. A.; GOLDFARB, Y. O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo. Mudança climática energia e meio ambiente. *ABRA/FES*, 2021.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. (In) SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.) *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil - Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017. p. 53-83.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORRO DE AMORES. *Roteiro Morro de Amores, roteiro turístico da cidade de Morro Redondo*. Disponível em: <<https://morrodeamores.com.br/sobre/>> Acesso em 30 mar. 2022.

MORRO REDONDO. *Lei nº 2.278 de 2020*. Cria o Programa de incentivo à Agricultura Orgânica e Agroecológica no município de Morro Redondo e dá outras providências. Morro Redondo, RS: Gabinete do Prefeito. 2020.

MOURA, I. F. de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. (In) SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.) *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil - Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017. p.25-51.

NASCIMENTO, S. G. S.; BECKER, C.; NOVO, F.; CALDAS, N. V.; ÁVILA, M. R. de. Produção agroecológica e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil). *Revista de Ciências Agrárias*, v.42, n. 1, p. 294–304, 2019.

NEVES, C. C. *A Ocupação Humana no Espaço da Serra dos Tapes: os casos dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas-RS*. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2014.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E. P.; SCHMITT, C. J.; DE ÁVILA, M. L.; PETERSEN, P. F.; DE ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, n. 24, v. 1, p. 270–291, 2019.

NIEDERLE, P.; PETERSEN, P.; COUDEL, E.; GRISA, C.; SCHMITT, C. Rupturas na transição agroecológica: mudança institucional e desmantelamento das políticas públicas no Brasil. *Preprint Research Gate*, p.1-27, jul. 2021.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia. Polisssemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, n. 19, v. 3, p. 1–20, 2016.

NUNES T. de G.; GOTARDO, S.; CRIST, S.; SANTOS, A. M. dos; VECHIA, R. da S. D. Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel. *Otra Economía*, v. 12, n. 21, p. 219-230, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, C. A. G.; ROJAS, L. Á. P.; PRADA, K. A. F.; SALGADO, S. D. C. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? *Ensino, Saúde e Ambiente*, Número Especial, p.180–204, 2020.

OLIVEIRA, Daniela. *Produção de conhecimento e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS*. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, S. A.; MONTENEGRO, L. M. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. *Cadernos EBAPE.BR*, v.10, n.1, p.129–145, 2012.

ORGÂNICO SOLIDÁRIO. *Feira online Orgânico Solidário*. Disponível em: <<https://organicosolidario.eco.br/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). *América Latina e Caribe: Mais 13,8 milhões de pessoas passaram a sentir fome em apenas um ano*. Disponível em: <<https://cutt.ly/8J8r4AK>> Acesso em: 12 abr. 2022

PACIFÍCIO, Daniela Aparecida. *Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto Café de Lerroville PR. 2008*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PELACANI, B.; PARRA, R. A. G.; RODRÍGUEZ, J. M. V.; SÁNCHEZ, C. Las luchas que educan: La Educación Ambiental de Base Comunitaria y las Consultas Populares en el conflicto minero en Colombia. *Ensino, Saúde e Ambiente, Número Especial*, p. 331–352, 2020.

PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. de F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. *Revista Nera*, n. 24, v. 58, p. 8–27, 2021.

PEREIRA, M. C.; MÜLLER, C. R.; RODRIGUES, F. S. A.; MOUTINHO, A. B. A.; RODRIGUES, K. L.; BOTELHO, F. T. Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p. 2797–2804, 2015.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no brasil contemporâneo. (In) DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P.P (Org.) *Agricultura Familiar Brasileira: Desafio e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344-368.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. *Saberes, Plantas e Caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base agroecológica no Sul do Rio Grande do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdades de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. *Revista Desenvolvimento Em Questão*. Editora Unijuí, ano 16, n. 42, p. 405-441. jan./mar. 2018.

PREFEITURA DE MORRO REDONDO. *História do município*. Disponível em: <<https://morroredondo.rs.gov.br/historia.html>> Acesso em: 18 mar. 2021.

QUADRO, M. S. et al. (Coord.) *Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Morro Redondo – RS*. Caracterização geral do município. Prefeitura Municipal de Morro Redondo. Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em Saneamento Ambiental, Universidade Federal de Pelotas. 2016.

Rede PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. – Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

REIS, C. *Morro Redondo: A extensão rural em projetos diversificados de desenvolvimento*. Jornal Tradição. 2021. Disponível em: <https://www.jornaltradiacao.com.br/morro-redondo/rural/morro-redondo-a-extensao-rural-em-projetos-diversificados-de-desenvolvimento/> Acesso em 30 mar. 2022.

SÁ, L. M. Pertencimento. In: FERRARO Jr. (Org.) *Encontros e Caminhos: formação de educadores (as) ambientais*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 247-256.

SALAMONI, G.; DREHMER, A. C. B.; WASSMANSDORF, L. F.; et al. *A Geografia da Serra dos Tapes*. Pelotas: Editora UFPel, 2021.

SALAMONI, G.; SODRÉ, M. T.; WASSMANSDORF, L. F. As repercussões dos programas institucionais de aquisição de alimentos sobre os sistemas agrários familiares na Serra dos Tapes/RS. In: International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society, 3., 2018, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 156.

SAMPAIO, Ana Cristina de Sousa. *Os caminhos da transição agroecológica: uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu - CE*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SÁNCHEZ, C.; SALGADO, S. D. C.; OLIVEIRA, S. T. de. Aportes da ecologia política para a construção de uma Educação Ambiental De Base Comunitária no contexto latino-americano: narrando a experiência de um curso de extensão universitária. *Ambiente & Educação*, v. 25, n. 1, p. 131–161, 2020.

SANTOS, F. P.; CHALUB-MARTINS, L. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 2, p. 469–483, 2012.

SANTOS, K. M. P. dos. Formação dos Grupos de Organismo de Controle Social em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, SP: estudo de caso do grupo de mulheres de São Pedro. *Redes*, v. 23, n. 3, p. 336-352, 2018.

SARRIA, J.A.V.; PELACANI, B; ESPINOSA, G.M.F.; RENAUD, D.; SÁNCHEZ, C. La Educación Ambiental Comunitaria: reflexiones, problemáticas y retos. (In) KASSIANDOU, A.; SÁNCHEZ, C.; CAMARGO, D. R.; STORTTI, M. A.; COSTA, R.

N. (Org.) *Educação Ambiental Desde El Sur*. Macaé: Editora NUPEM, 2018. p.43-64.

SEVERINO, J. A Relevância Social e a Consistência Epistêmica da Pesquisa em Educação: alguns subsídios para se avaliar a pesquisa em Educação Ambiental. *EDUCAÇÃO: Teoria e Prática*, v. 9, n.16, p. 10–16, 2001.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992.

SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 3, n. 1, p. 93–125, 2014.

SILVA, I. M. dos; GOMES, J. B. P.; BINOTTO, E.; RUVIARO, C. F. Sistemas agroecológicos como proposta de produção sustentável: um estudo de caso na Chácara Dourados. *REMEA*, v. 30, n. 2, p. 187–203, 2013.

SILVA, M. de F. S. da; MACHADO, C. R. D. S. A Agroecologia e a Educação Ambiental transformadora: Uma leitura para além das mudanças nas técnicas de produção agrícola. *Pesquisa Em Educação Ambiental*, v. 10, n.1, p. 119–129, 2015.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Cuidado ambiental na agricultura familiar. *REMEA*, v. 36, n. 3, p. 178–197, 2019.

SOGLIO, F. K. D. A agricultura moderna e o mito da produtividade (p.11-38) In: SOGLIO, F. K. D.; KUBO, R. R. (Org.) *Desenvolvimento, agricultura e Sustentabilidade*. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SOUZA, D. C. DE; SALVI, R. F. A pesquisa em Educação Ambiental: Um panorama sobre a sua construção. *Revista Ensaio*, v. 14, n.3, p. 111–129, 2012.

SOUZA, M. M. O. de; GURGEL, A. do M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; FRIEDRICH, K. Agrotóxicos E Transgênicos: Retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. *Revista Da ANPEGE*, n. 16, v. 29, p. 319–352, 2020.

SUL ECOLÓGICA. *Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA*. Disponível em: <<http://cooperativasulecologica.blogspot.com/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. (In) GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-200.

WANDERLEY, M. D. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 21, v. 20, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 39, n. 1, p. 15–30, jan./jun. 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 52, n.1, p. S025–S044, 2014.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

ZAMILPA, J.; RINDERMANN, R. S.; ORTIZ, D. A. A. Estado de la cuestión sobre las críticas a la agricultura orgánica. *Acta Universitaria*, v. 26, n. 2, p. 20–29, 2016. doi: 10.15174/au.2016.854

ZANONI, M. A questão ambiental e o rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 101–110, 2004.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de mestrado “Educação ambiental não formal no processo de transição de agricultores (as) familiares para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo (RS)” sob responsabilidade da pesquisadora Sabrina Lorandi e supervisão do orientador Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O objetivo da pesquisa é compreender o processo de transição agroecológica das famílias que compõem a “OCS Renascer” no município de Morro Redondo, a partir da Educação Ambiental Crítica. Para isso buscamos identificar em suas histórias de vida, quais elementos/processos sócio-históricos, educativos, ideológicos e culturais influenciaram a sua iniciativa de realizar a transição para agricultura alternativa. Também buscamos compreender as relações educativas que as famílias vivenciam com as pessoas e com o ambiente em que moram. Por fim iremos relacionar essas informações com as referências bibliográficas e teóricas, buscando elaborar como a educação ambiental está relacionada com os processos de transição agroecológica desse contexto.

Essa pesquisa se justifica pelo seu caráter social, buscando dar visibilidade para iniciativas de agricultura alternativa, considerando o avanço e impactos socioambientais do agronegócio no Pampa gaúcho, e a contribuição da agricultura familiar e agroecologia para segurança alimentar, conservação de agroecossistemas, manutenção do modo de vida, com autonomia produtiva, e autogestão dos recursos locais.

Para desenvolver essa pesquisa, peço permissão para participar das reuniões da OCS Renascer (presenciais e/ou virtuais) e fazer o registro escrito, fotográfico e gravações das falas. Convido as famílias para conversas/entrevistas de forma presencial, através de caminhadas na propriedade rural, onde farei perguntas que

auxiliem a alcançar os objetivos expostos acima. Além da entrevista, se você concordar, farei a leitura e análise do material produzido pela OCS Renascer (relatório de visita, atas de reuniões, caderno de campo e plano de manejo) e participarei do grupo de *Whatsapp* “OCS Renascer” a fim de compreender melhor as dinâmicas do processo de transição para agricultura de base agroecológica vividas por você.

No caso de técnicos da EMATER-RS/Ascar de Morro Redondo, você será convidado para uma conversa/entrevista presenciais ou via chamada de vídeo pelo *Whatsapp*, com o objetivo de compartilhar a sua experiência de atuação junto às famílias da OCS Renascer e do processo de transição agroecológico dessas famílias.

Quanto aos benefícios, a pesquisa possibilitará aos participantes refletir e significar o processo de transição agroecológica e os saberes e vivências desenvolvidos nesse contexto. Além disso, contribui para o campo de pesquisa da educação não formal, dá visibilidade às iniciativas locais e propõe a reflexão sobre a potencialidade dessas iniciativas para modos de produção e consumo sustentáveis.

Ao final da pesquisa, os resultados obtidos serão compartilhados com as famílias participantes e com a equipe da EMATER-RS/Ascar. A participação nessa pesquisa apresenta riscos mínimos, porém havendo qualquer desconforto ou constrangimento durante as entrevistas, ou em qualquer etapa da pesquisa, garantimos assistência e suporte imediato, integral e gratuito. Asseguramos o seu direito de solicitar esclarecimento e acessar os dados em qualquer etapa da pesquisa. Eu, como pesquisadora, garanto confidencialidade, sigilo e anonimato das informações coletadas. Os dados dessa pesquisa serão utilizados exclusivamente para elaboração da minha dissertação de mestrado e artigos derivados que serão publicados em periódicos científicos e serão disponibilizados aos participantes.

Você tem a liberdade de recusar a participação ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, com garantia de retirada dos dados. A participação nessa pesquisa não acarreta custos para você e não dispõe de compensação financeira. Você receberá uma cópia original deste Termo de Consentimento devidamente assinada. Você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento, pelo e-mail: [sabri\\_lorandi@hotmail.com](mailto:sabri_lorandi@hotmail.com), ou pelo telefone (53) 99955-2657 (*Whatsapp*).

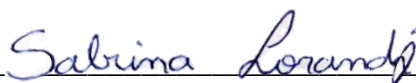
Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento que garante o respeito e adesão aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos. Esse TCLE está vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisa da FURG (CEP-



FURG), que tem por finalidade defender os interesses das/os participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados, baseados nos princípios, universalmente aceitos, de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Contato: e-mail: cep@furg.br; Endereço: Avenida Itália, km 8, Campus Carreiros, sem número, Rio Grande RS CEP 96203-900.

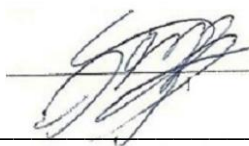
Eu \_\_\_\_\_ representando a minha família, li este termo e concordo em participar da pesquisa “Educação ambiental não formal no processo de transição de agricultores (as) familiares para agricultura de base agroecológica em Morro Redondo (RS)”. Ao assinar este termo, autorizo o uso de imagem para fins acadêmicos e de divulgação do trabalho do grupo. Sendo assim, assino abaixo para confirmar minha concordância.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa



\_\_\_\_\_  
Sabrina Lorandi

Pesquisadora Responsável



\_\_\_\_\_  
Sérgio Botton Barcellos

Orientador

Agradecemos a sua colaboração.

## APÊNDICE B – Roteiro orientador para entrevista narrativa

**Apresentação:** Quero entender como ocorre o processo de transição. Entender os motivos e experiências que trouxeram até aqui e as relações com as pessoas (OCS, Emater, associações) e a natureza o que vocês vêm aprendendo ao longo desse processo.

1. Poderia me contar um pouco sobre a **história da sua família**, como iniciaram o trabalho com a agricultura.

(Acesso à terra, vivências no município)

2. Me conte um pouco **como iniciou a transição** para agricultura orgânica/agroecológica, o que te motivou?

(Formação, experiências, contatos, grupos, dificuldades)

3. Me conte um pouco sobre a experiência com a **OCS Renascer**, como foi o início, o que vem aprendendo?

(Relação com membros, aprendizagens, dificuldades, futuro)

4. Conte um pouco sobre o trabalho de vocês, o que **produzem**, como **vendem**?

(Comercialização, feiras, PAA, PNAE, rotina, dificuldades)

5. O que vocês pensam sobre o trabalho da **Emater** aqui com vocês? E sobre o trabalho da **prefeitura**, ela auxilia no trabalho de vocês?

(Incentivos, assistência técnica)

6. Agora me contem sobre o **lugar onde moram**, o que vocês mais gostam aqui? O que gostariam que fosse diferente?

(Acesso à água, relação vizinhos/comunidade)

7. Quais os planos para o futuro?

- Participam de associações e cooperativas?

- Tamanho da propriedade

- Idade e escolaridade
- Como percebeu o período da pandemia

**Fechamento:** Você gostaria de acrescentar algo? O que você achou das perguntas? Como foi a experiência da entrevista?

## ANEXO A – Regimento da OCS Renascer

### DESCRIÇÃO ACERCA DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE SOCIAL SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, DE FORMA A GARANTIR QUE TODOS ESTÃO CUMPRINDO OS REGULAMENTOS TÉCNICOS E ASSEGURARA RASTREABILIDADE DOS PRODUTOS

#### Histórico do Grupo

O Grupo OCS Renascer foi formado a partir do interesse de seis produtores e suas famílias em produção orgânica e sustentável de alimentos, inicialmente com plantios de hortaliças, principalmente. O grupo foi formado pela afinidade entre os produtores, alguns que são vizinhos de propriedade e todos têm interesses comuns.

O Grupo OCS Renascer está iniciando suas atividades com o objetivo de ter a sua produção orgânica regularizada, já que no município não temos outra forma de certificação e uma certificação contratada foge à realidade financeira desses agricultores.

É um grupo que se reuniu por afinidade, abrangendo diversas comunidades, o que entendemos como positivo pois assim poderemos disseminar mais a produção orgânica e a prática da certificação. Ainda assim, não descartamos a possibilidade de criarmos subgrupos, a medida que o grupo for se firmando.

Os produtores já estão comercializando seus produtos em mercados institucionais como o PAA e o PNAE e não conseguem obter o *plus* da produção orgânica pelo fato de não serem certificados. Além desses mercados, também comercializam seus produtos em feiras livres, festas e exposições.

Em sua maioria já são produtores em transição que merecem um acompanhamento mais sistemático e um processo de capacitação permanente, coisas que uma OCS pode proporcionar, com certeza.

#### Período de Conversão

A OCS é a responsável por determinar o início do período de conversão, de acordo com os riscos oferecidos. Assim, os produtores já se conhecem há alguns anos e sabem da rotina de seus companheiros e, aplicando o controle social, mantido pela confiança, respeito e ética iniciarão ou continuarão seus plantios orgânicos em áreas que não receberam aplicações de herbicidas, adubos químicos solúveis (NPK, uréia, sulfato de amônio, super fosfato simples) e formicidas há pelo menos (2) dois anos. A situação individual de cada membro da OCS será descrita em documento específico, pois temos situações de propriedades onde nunca foram utilizados nenhum tipo de agroquímico, propriedades onde não utilizam há algum tempo e propriedades que ainda utilizam em alguma parcela.

#### Controle Social sobre a Produção e Comercialização

**Reuniões:** o controle social sobre a produção e a comercialização dos produtos orgânicos produzidos pelo grupo se dará através de reuniões bimensais entre os membros. Nestas oportunidades serão feitos os estudos de atualização da Legislação Brasileira de Orgânicos (Lei nº 10.831, de 23/12/2003, Decreto nº 6323, de 27/12/2007, Instrução Normativa nº 19, de 28/05/2009, Instrução Normativa nº 46, de 06/10/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 17/2014) e das técnicas de produção orgânica.

**Visitas:** as visitas entre os produtores membros serão trimestrais em virtude da distância das propriedades e pela afinidade de atividades desenvolvidas. Na oportunidade das visitas de campo a cada unidade de produção serão trocadas experiências sobre as atividades de plantio, proteção de solo, emprego de adubos verdes, cobertura morta, respeito ao meio ambiente, controle de pragas e doenças,

produção e uso de compostos orgânicos, de biofertilizantes, aquisição de sementes, produção de mudas, cuidados para evitarem contaminações com produtos oriundos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), como sementes de milho, vacinas e outros produtos, verificação da necessidade de barreiras físicas e vegetais entre possíveis plantios de milho OGM de vizinhos, caso ocorram estas possibilidades; cuidados com o lixo produzido na propriedade, tanto orgânico quanto o de materiais recicláveis (plásticos, frascos de medicamentos e vacinas, lonas e sacolas plásticas, materiais metálicos e outros). Os produtores eventualmente fazem mutirões para a troca de serviços e experiências, o que ocorrerá nas ocasiões de manipulação de biofertilizantes e compostagem com esterco bovino e de aves domésticas e restos vegetais oriundos das suas propriedades. Na oportunidade das visitas a cada propriedade, os membros do grupo verificarão em campo, as áreas de produção e conferirão se estão de acordo com os cadernos de anotações de campo, que contêm as informações quantitativas e qualitativas, sobre os talhões plantados, quais espécies plantadas, as quantidades de sementes ou mudas utilizadas, as datas de plantio, os manejos utilizados e em quais datas, o tipo de insumo utilizado para solucionar os problemas encontrados (Ex.: caldas, extratos vegetais, cinzas, composto orgânico, biofertilizante, calcário, fertilizante Yoorin, pó de rocha, homeopatia, etc), as quantidades colhidas, quais as datas de colheita e locais de venda.

### **Plano de Manejo Orgânico**

Cada unidade de produção terá o seu Plano de Manejo Orgânico preenchido e atualizado anualmente ou quando houver alterações significativas nas espécies plantadas, aumento ou redução de áreas, atividades de manejo, incorporação de outras propriedades pelo mesmo dono e outros.

Inicialmente será utilizado o Caderno de Plano de Manejo disponibilizado pelo MAPA, sendo suas folhas xerocadas para posterior preenchimento. O Caderno de Plano de Manejo ficará com cada produtor e não será entregue ao MAPA.

### **Rastreabilidade**

Para fins de comprovação da rastreabilidade da produção orgânica, cada produtor guardará suas Notas Fiscais e Recibos (aquisição de sementes, mudas, insumos para o solo e equipamentos) e as Notas Fiscais de venda de produtos orgânicos às Prefeituras Municipais e também manterá um caderno de anotações com as quantidades vendidas em feiras ou cestas aos consumidores.

Os produtos de cada produtor deverão ser identificados para a embalagem e transporte até o consumidor final, de maneira a não se misturarem com os dos outros produtores e nem tampouco com produtos similares não orgânicos. Os locais de armazenagem e transporte das caixas contendo produtos orgânicos não serão tratados internamente com produtos químicos sintéticos, tipo raticidas, baraticidas e outros venenos proibidos pela Legislação Brasileira de Orgânicos.

### **Locais de guarda dos documentos**

Cada produtor manterá seus controles guardados por até 5 anos (notas fiscais de compra e venda, recibos, caderno de campo, Caderno de Plano de Manejo e outros documentos importantes), assim como manterá em seu poder a Declaração de Cadastro de Produtor Orgânico, a ser apresentada aos consumidores nas feiras, prefeituras ou quando assim solicitada.

As atas das reuniões e das visitas de campo e de mutirões, devidamente assinadas pelos presentes, a Declaração de Cadastro da OCS e outros documentos importantes ficarão sob a responsabilidade do Representante Legal da OCS, em sua residência.

### **Locais de Comercialização**

A comercialização será para programas de compras governamentais da Prefeitura Municipal, com finalidade de alimentação escolar e afins (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e em cestas, feiras, festas, exposições e internet aos consumidores urbanos.

### **Medidas a serem adotadas pela OCS quando houver desrespeito a Legislação Brasileira de Orgânicos**

No caso de haver descumprimento dos princípios da Legislação Brasileira de Orgânicos, por algum dos membros da OCS e que isso cause comprometimento à qualidade orgânica dos produtos, como por exemplo, o uso de insumos químicos sintéticos proibidos e em desacordo com os Anexos da IN 17/2014 (fertilizantes NPK, uréia, sulfato de amônio, herbicidas, inseticidas, fungicidas, nematicidas, sementes OGM, etc.), o produtor que incorrer nestes erros terá de retornar a área comprometida ao período de conversão e não venderá como orgânicos os produtos dessa área. O período de conversão será de acordo com a cultura plantada, nos termos da Instrução Normativa nº 46, de 06/10/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 17/2014.

Em casos de reincidência ou não adaptação do produtor ao sistema de OCS e às restrições impostas pela Lei Brasileira de Orgânicos, o produtor deverá se desligar da OCS e devolver a sua Declaração de Cadastro ao órgão fiscalizador (DPDAG/SFA-MG/MAPA).

### **Obrigações da Organização de Controle Social - OCS**

A OCS agora proposta, OCS Renascer, em cumprimento à Instrução Normativa nº 19/2009 se compromete a:

1. Garantir o direito de visita pelos consumidores e o livre acesso do órgão fiscalizador (Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) às unidades de produção à ela vinculadas.
2. Comunicar ao MAPA as inclusões de produtores no prazo máximo de 30 dias e as exclusões, no prazo máximo de 7 dias na OCS.
3. Atualizar junto ao órgão fiscalizador (DPDAG/SFA-RS/MAPA), no mínimo uma vez ao ano, as listas dos principais produtos e quantidades estimadas de produção, por unidade de produção familiar.